

# Ensino e pesquisa:

diferentes formas de se dizer  
e escrever a história

Andrea Silva Domingues  
Atilio Catosso Salles  
(Orgs.)

Pouso Alegre – MG

UNIVÁS

2018

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ - UNIVÁS**

***Ensino e pesquisa:  
diferentes formas de se dizer e escrever a história***

**ANDREA SILVA DOMINGUES  
ATILIO CATOSSO SALLES  
(ORGS.)**

**Pouso Alegre - MG  
UNIVÁS  
2018**

Copyright © 2018 da organizadora representante dos colaboradores.  
Direitos cedidos para esta edição com exclusividade para publicação para  
a Univás.

Todos os direitos reservados  
Todos os direitos desta edição estão reservados à Univás. Proibida a  
reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita  
da Editora. Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

Coordenação Editorial: UNIVÁS  
Editoração: Atilio Catosso Salles  
Capa: Atilio Catosso Salles

Univás - Avenida Tuany Toledo, 470 37550-000 - Pouso Alegre - MG  
Telefones: (35) 3449-9248 / (35) 98862-9580 / (35) 98858-1993

Pouso Alegre: Univás  
2018

Universidade do Vale do Sapucaí – Univás

Reitor da Universidade do Vale do Sapucaí  
Prof. Dr. Antonio Carlos Aguiar Brandão

Vice-Reitor da Universidade do Vale do Sapucaí  
Prof. Dr. Luiz Roberto Martins Rocha

Pró-Reitor de Graduação  
Prof. Dr. Antonio Mauro Vieira

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa  
Prof<sup>a</sup> Andrea Silva Domingues

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários  
Prof. Antônio Homero Rocha de Toledo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro)**

Domingues, Andrea Silva (Org.)

Ensino e pesquisa: diferentes formas de se dizer e escrever a história / organização de Andrea Silva Domingues e Atilio Catosso Salles. -- Pouso Alegre: Univás, 2018.

257p.

Bibliografia

ISBN: 978-85-67647-49-4

1. Linguagem. 2. Ensino. 3. Pesquisa. 4. História. I. Salles, Atilio Catosso. II. Título.

CDD – 410  
- 401.41  
- 400

## Sumário

Sumário .....	4
APRESENTAÇÃO .....	6
CARTAS DA LIBERDADE: AS CORRESPONDÊNCIAS DE LEITORAS DO JORNAL ALTERNATIVO FEMINISTA MULHERIO .....	11
ARIELLE FERNANDES TSUNODA.....	11
ANDRÉA SILVA DOMINGUES .....	11
A REPRESENTAÇÃO DA GRANDE GUERRA DO NORTE (1700-1721) NO ÁLBUM CAROLUS REX DA BANDA SABATON.....	29
ARTHUR LUIS FERRARI ZENUN.....	29
O ESCÁRNIO DOS OPRIMIDOS NO JORNAL “OS FERRÕES” .....	41
ARTUR JOSE DA SILVA VILELA.....	41
ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA.....	41
O TRABALHO ESCRAVO E O SEU FINDER NA REGIÃO DE OURO FINO / MG NO SÉCULO XIX .....	52
BÁRBARA OLIVEIRA DA SILVA PASCOAL .....	52
ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA.....	52
LUZ, CÂMERA E (RE)AÇÃO: A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA EM METEORANGO KID – O HERÓI INTERGALÁTICO .....	65
CÉSAR AUGUSTO DE LIMA;.....	65
DÉBORA RAQUEL HETTWER MASSMANN;.....	65
ATILIO CATOSSO SALLES .....	65
O NEGRO NA GUERRA DO PARAGUAI: PRESENÇA E AUSÊNCIA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA.....	83
CLÁUDIO GLEYCIANO COSTA COLOMBARI.....	83
CLEYTON ANTÔNIO DA COSTA .....	83
PRÁTICAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA: O RIO SAPUCAÍ NA CIDADE DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG .....	99
EDRAN BLAYNER JANUÁRIO DE SOUZA.....	99
CLEYTON ANTONIO DA COSTA .....	99
PERSONAGENS FEMININAS NOS GAMES: GÊNERO, CORPO E SENTIDO .....	113
HELLEN NARCISO AGUIAR CORDEIRO .....	113
DÉBORA MASSMANN .....	113
ATILIO CATOSSO SALLES.....	113

A REPRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS NAS REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL NO LIVRO DIDÁTICO .....	128
ISADORA VILLELA CAMPOS.....	128
ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA.....	128
O APAGAMENTO DA MEMÓRIA SOBRE O GENOCÍDIO ARMÊNIO DO LIVRO DIDÁTICO.....	139
JACQUELINE JENIFER DE LIMA.....	139
ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA.....	139
DISCURSO E MEMÓRIA: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA .....	159
JULIANE DE CÁSSIA FRANCO.....	159
ANDREA SILVA DOMINGUES .....	159
A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO DO ENSINO PARTICULAR DE POUSO ALEGRE-MG .....	168
JOSÉ AUGUSTO DE SOUSA.....	168
ANDREA SILVA DOMINGUES .....	168
CULTURA E MEMÓRIA: FESTA DA PADROEIRA SANT'ANA EM SIVIANOPOLIS/MG .....	177
LUIS FERNANDO NOGUEIRA DOS SANTOS .....	177
CLEYTON ANTONIO DA COSTA .....	177
EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA: A FESTA DE 22 DE MAIO NA CIDADE DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG.....	190
MICHELE ALINE DA SILVA .....	190
CLEYTON ANTÔNIO DA COSTA .....	190
DIP: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA NO GOVERNO VARGAS: O PENSAMENTO AUTORITÁRIO E O CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA .....	204
RAFAELA DE MATOS REIS .....	204
ANA EUGÊNIA NUNES DE ANDRADE .....	204
DA LEI DO VENTRE LIVRE À ABOLIÇÃO: OS NEGROS NAS PÁGINAS DA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1870 Á 1890 .....	222
RAIANE GABRIELA DOS SANTOS PEREIRA .....	222
ANA EUGÊNIA NUNES DE ANDRADE .....	222
HISTÓRIA E SOCIEDADE: A POLÍTICA E A IMPRENSA DE POUSO ALEGRE NOS ANOS 30.....	237
THAINÁ SANTOS PASCOAL.....	237
ANDREA SILVA DOMINGUES .....	237
ÍNDICE REMISSIVO.....	251
SOBRE OS AUTORES.....	253

## APRESENTAÇÃO

Este livro se formula na direção de estabelecer fortemente a ligação entre o ensino e a pesquisa. Trata-se de uma publicação que acolhe trabalhos de alunos do curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí. Os capítulos que compõem esta obra pensam e problematizam diferentes objetos de pesquisa que constituem o bojo de questões do historiador.

O livro “Ensino e pesquisa: Diferentes formas de se dizer e escrever a história”, organizado pelos pesquisadores Andrea Silva Domingues e Atilio Catosso Salles oportuniza ao leitor o conhecimento de resultados de diversas pesquisas realizadas por acadêmicos e professores da área de história e análise de discurso do Sul de Minas Gerais e atuantes na Universidade do Vale do Sapucaí.

Tal produção científica é possível por haver nesta instituição um curso de história que forma educadores e pesquisadores há quase cinquenta anos, tendo como objetivo, conforme seu Projeto Político Pedagógico que diz:

Ao reconhecer o caráter indissociável da pesquisa e do ensino, propõe formar historiadores que estejam capacitados a atuar na produção, transmissão e comunicação do conhecimento histórico. Isto significa habilitar o aluno para atuar em pesquisa, educação e transmissão do conhecimento, em uma variedade de contextos.<sup>1</sup>

Partindo desta perspectiva, os textos que compõem esta obra reúnem diferentes metodologias e discussões teóricas que aderem, especificamente os conceitos da história nova, indo muito além da proposta positivista, e sim marcando territórios e sujeitos sociais como ativos na história e significativos para o tempo presente. Sem deixar de pensar na historicidade de cada acontecimento aqui apresentado, abordando diferentes tempos da memória, perpassando por práticas culturais diversas que faz da história do tempo presente algo fundamental para pensarmos a prática, o ensino de história no Brasil como algo além dos livros didáticos, de quadros, carteiras e sim como uma prática necessária, onde o educando seja transformador e uma esperança para um futuro diferente.

---

<sup>1</sup> Projeto político Pedagógico do Curso de História. Pouso Alegre / MG, Universidade do Vale do Sapucaí. 2016, p.17.

A obra se inicia com o primeiro capítulo das pesquisadoras Arielle Fernandes Tsunoda e Andréa Silva Domingues, intitulada Cartas da liberdade: as correspondências de leitoras do jornal alternativo feminista Mulherio, propõe um estudo sobre a luta das mulheres na década de 80, período de grandes transformações sociais, com o intuito de dar visibilidade às mulheres e suas lutas, muitas vezes silenciadas pela História, a partir do estudo do jornal alternativo feminista Mulherio.

No capítulo seguinte, o pesquisador Arthur Luis Ferrari Zenun apresenta “A Representação Da Grande Guerra do Norte (1700-1721) no Álbum Carolus Rex Da Banda Sabaton, que tem como objetivo estudar as representações históricas nas músicas das bandas, mais especificamente da banda sueca Sabaton, um fato conhecido como A Grande Guerra do Norte (1700-1721).

Os autores Artur Jose da Silva Vilela e Elizabete Maria Espíndola no terceiro capítulo apresentam O Escárnio Dos Oprimidos No Jornal “Os Ferrões” Este artigo busca compreender as formas do dito e do não dito no combate à escravidão, analisando a ironia do jornal “Os Ferrões” (1875).

No quarto capítulo, os autores Bárbara Oliveira da Silva Pascoal e Elizabete Maria Espíndola, nos apresentam o texto intitulado O Trabalho Escravo E O Seu Findar Na Região De Ouro Fino / MG No Século XIX, que tem como foco trazer à tona os sujeitos silenciados pela historiografia oficial. As autoras procuram analisar como se deu a escravidão na região de Ouro Fino, sul de Minas Gerais, no final do século XIX.

No capítulo “Luz, câmera e (re)ação: a ditadura civil militar brasileira em Meteorango Kid – O Herói Intergalático”, César Augusto de Lima, Débora Raquel Hettwer Massmann e Atilio Catosso Salles se interessem em compreender como se dá o processo de constituição da narratividade cinematográfica no filme Meteororango Kid – o herói intergalático e sua relação com o contexto histórico em que foi produzido, no caso, a Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1985).

Intitulado “O Negro Na Guerra Do Paraguai: Presença E Ausência No Livro Didático De História”. Os autores Cláudio Gleyciano Costa Colombari e Cleyton Antônio Da Costa apresentam esse artigo com o objetivo de compreender as representações da Guerra do Paraguai no livro didático de História, focando de

modo especial na participação do negro neste evento bélico. Discutindo a importância do ensino de história como possibilidade de trazer à tona outras versões e memórias, que muitas vezes são ocultadas pela história dominante.

Em “Práticas, História E Memória: O Rio Sapucaí Na Cidade De Santa Rita Do Sapucaí – Mg”, Edran Blayner Januário De Souza e Cleyton Antônio Da Costa nos leva a conhecer e analisar as memórias e a relação dos moradores da cidade de Santa Rita do Sapucaí com rio que corta a cidade (o rio Sapucaí). Uma vez que a cidade se configura como o espaço de múltiplas memórias. Buscam os autores compreender a importância do Rio Sapucaí para seus diferentes sujeitos sociais e o significado e sentido que esse rio tem para o município.

Hellen Narciso Aguiar Cordeiro, Débora Massmann e Atilio Catosso Salles em Personagens Femininas Nos Games: Gênero, Corpo E Sentido têm como propósito discutir as representações femininas presentes nos jogos eletrônicos. Com o objetivo de analisar como a mulher é significada nesse ambiente que, em sua grande maioria, tem como público alvo o sexo masculino, os autores formulam essa discussão.

No capítulo seguinte, nos é apresentado por Isadora Villela Campos e Elizabete Maria Espíndola, o seguinte título: “A Representação Dos Sujeitos Sociais Nas Revoltas Do Período Regencial No Livro Didático”, que nos remete a discutir as representações sobre a participação de negros, índios e mestiços nos movimentos de revoltas populares ocorridos durante o período regencial no Brasil. Esta análise teve como objetivo estabelecer um diálogo entre o conteúdo textual e imagético presente no livro didático.

Em “O Apagamento Da Memória Sobre O Genocídio Armênio Do Livro Didático” as autoras Jacqueline Jenifer de Lima e Elizabete Maria Espíndola, nos trazem uma discussão acerca do apagamento da memória sobre o Genocídio Armênio do livro didático “Para viver juntos: história”, obra destinada ao 9º ano do ensino fundamental. Os autores fizeram uma análise com o objetivo de problematizar a ausência de conteúdos que tratem do tema, bem como as implicações da escolha de outros temas históricos como estratégia política para o apagamento.

Juliane de Cássia Franco e Andrea Silva Domingues, no capítulo intitulado Discurso E Memória: Um Olhar Sobre A Trajetória De Nísia Floresta Brasileira Augusta, objetivaram analisar o discurso, o sentido e a trajetória de vida de Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma liderança pró-abolicionista e indianista; considerada uma das primeiras mulheres a lutar pela causa feminista, especialmente no que tange ao fortalecimento de práticas culturais e formas de se fazer e significar na sociedade.

Em “Cultura e Memória: Festa da Padroeira Sant’Ana em Sivianópolis/MG”, os autores Luis Fernando Nogueira dos Santos e Cleyton Antônio da Costa tiveram como objetivo conhecer as práticas culturais e as memórias que envolvem a festa religiosa na cidade de Silvianópolis/MG, que é organizada pela Igreja Católica, e discutir os diferentes olhares a cerca deste evento e seus significados para a população Silvianopolense. Uma vez que a Festa da Padroeira Sant’ Ana para a comunidade possui diferentes representações, olhares e significados que faz com que haja em relação aos festejos da cidade diferentes formas de se fazer e estar na festa.

Michele Aline da Silva e Cleyton Antônio da Costa nos apresentam o texto “Experiência e Memória: A Festa De 22 De Maio Na Cidade De Santa Rita Do Sapucaí – MG”. Neste texto os autores buscaram entender os diferentes significados e as memórias que são formulados a partir da festa organizada pela Igreja Católica na cidade de Santa Rita do Sapucaí, localizado no sul de Minas Gerais, segundo os autores as narrativas orais possibilitarão compreender como os sujeitos sociais vivenciam o período festivo com seus desdobramentos que elencam fé, práticas culturais, tradição, religiosidade, diversos olhares diferentes.

Em “DIP: Departamento De Imprensa E Propaganda No Governo Vargas: O Pensamento Autoritário E O Controle Dos Meios De Comunicação De Massa”, Rafaela de Matos Reis e Ana Eugênia Nunes de Andrade procuram analisar de que forma a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda- DIP interferiu nas práticas sociais e culturais do Brasil durante o Estado Novo (1937- 1945) e como isso afetou, não só os meios de comunicação, mas, diferentes áreas como: o teatro, a propaganda, o cinema, o turismo, a educação, a literatura, o rádio, entre outros.

Raiane Gabriela dos Santos Pereira e Ana Eugênia Nunes de Andrade, em “Da Lei Do Ventre Livre À Abolição: Os Negros Nas Páginas Da Imprensa Carioca Nos Anos De 1870 á 1890” buscam compreender como foi retratada a história dos negros escravizados, nos jornais do Rio de Janeiro nos anos de 1870 a 1890, a pluralidade de ideais e as informações veiculadas nos periódicos, a partir da vigência das leis escravocratas, e as repercussões dessas leis criadas a favor da abolição, discutindo como foi colocada a causa abolicionista nos periódicos A Gazeta de Notícias e o Abolicionista e quais foram seus principais apoiadores e os interesses que estavam em disputa.

Finalizando esse livro, Thainá Santos Pascoal e Andrea Silva Domingues, nos apresentam “História E Sociedade: A Política E A Imprensa De Pouso Alegre Nos Anos 30”. As autoras tiveram como proposta analisar a construção do discurso político, religioso e social realizado pela imprensa na cidade de Pouso Alegre (MG) na década de 30, através dos jornais que circulavam pela cidade. Buscando também compreender as diferentes discussões sobre as formas de interpretação do trabalho do historiador ao lidar com fontes impressas como o jornal.

Buscamos apresentar aos leitores uma breve síntese dos artigos escritos neste livro para que possam se sentir instigados a assaborear as várias contribuições oferecidas pelos autores pesquisadores do Curso de História da Universidade do Sapucaí.

Com a esperança de que esse seja o primeiro de muitos que deverão vir para contribuir com as pesquisas, desejamos que tenham uma excelente leitura.

Pouso Alegre, 21 de junho de 2018.

Marilda de Castro Laraia

# CARTAS DA LIBERDADE: AS CORRESPONDÊNCIAS DE LEITORAS DO JORNAL ALTERNATIVO FEMINISTA MULHERIO

ARIELLE FERNANDES TSUNODA

ANDRÉA SILVA DOMINGUES

CURSO DE HISTÓRIA

Universidade do Vale do Sapucaí  
Pouso alegre/MG

## 1. Introdução

Este trabalho, utilizando como fontes históricas algumas cartas publicadas no jornal Mulherio, tem como destaque o cotidiano da mulher considerada sujeito do lar, a qual ocupa funções de esposa e mãe, reforçando o discurso do sistema patriarcal que impõe um modelo de vida submisso às mulheres. No entanto, observa-se que este modelo de ser mulher sempre foi questionado. Outro destaque da pesquisa é a vida da mulher presidiária, suas formas de resistência e suas práticas, refletindo também a presença de um jornal feminista, como Mulherio, em alguns presídios, e como isso indica um espaço de resistência feminista muitas vezes pouco explorado. Outra problemática abordada é a participação da mulher na política e como elas resistem em fazer ouvir suas reivindicações mesmo em momentos de crise política, como no período da Ditadura Civil-Militar, em que há uma negação do movimento feminista, até mesmo pela esquerda militante, por ser visto como um movimento de importância secundária. Por meio dessas análises, este trabalho buscou aprofundar e contribuir com a discussão sobre as distintas formas de resistência das mulheres em diferentes espaços.

Levando em consideração que a imprensa foi considerada fonte suspeita por um grande período na história, a abertura a partir dos anos 30, especialmente por volta de 1970, com a Escola dos Annales, que surgiu na França com Marc Bloch e Lucien Febvre, através de uma revista francesa publicada por eles, possibilitou estudos como este até então ignorados. Surge uma nova abordagem da história, com a história-problema, subjetiva ao olhar do historiador, com ampliação das temáticas e que incluía novas fontes e metodologias até então descartadas, além da abertura à outras Ciências Sociais. Deram o pontapé inicial para o estágio em que se encontram os estudos históricos hoje, surgindo ao longo dos anos e em diferentes contextos, novas abordagens, até mesmo dentro dos Annales, divididos em gerações. Sobre isso, vale dizer que foi somente na terceira geração dos Annales que as mulheres foram incluídas (BURKE, 1997).

Como salienta Castro (1997), é de extrema importância refletir sobre esse movimento da história para se produzir um texto sobre História Social. Ele é considerado o marco das transformações ocorridas na escrita da história que denunciaram o modelo rankiano, desenvolvido na Alemanha, que enfatizava os grandes eventos, o Estado, os homens ligados a ele e os “heróis”. Nacionalista e conservador, Ranke considerava a história um processo progressista, bem como

defendia a neutralidade do historiador. Para ele, bastava a narração dos acontecimentos, limitando-se ao uso de fontes escritas e oficiais. Influenciados pela Alemanha, os positivistas franceses reproduziram os mesmos conceitos, através do discurso iluminista evolucionista (REIS, 1996).

Introduzido no Brasil mais tardiamente, a Nova História, concepção da terceira geração dos Annales, possibilitou a produção de uma nova historiografia brasileira. É nesse caminho que este trabalho pretende percorrer.

Os impressos como fonte começa a tornar-se uma realidade, sendo necessário pensar em metodologias específicas para sua análise. Portanto, ao trabalhar com a imprensa, é preciso considerar que:

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

Assim sendo, entendemos que as fontes não falam por si só, sendo necessário que o pesquisador produza questionamentos a partir dela, de modo que se possa, através da evidência, chegar a uma interpretação que leve em conta seu contexto. Faz-se fundamental, pois, identificar a construção dos títulos e subtítulos, periodicidade, lugar que se desenvolveu, pessoas responsáveis, projeto gráfico/editorial, condições técnicas, tiragem, entre outras questões, tomando o devido cuidado para não os transformar em dados quantitativos apenas, como orienta Cruz e Peixoto (2007, p. 263).

A manchete, o espaço no jornal, a cor, a fonte, entre outros fatores, são escolhas com propósitos diferentes. Podem querer evidenciar algo para ocultar outro, convencer ou ainda denunciar. Ler criticamente os jornais nos possibilita identificar o que o jornal tem como ideologia, suas formas de se dizer e inscrever-se na sociedade. Sobre isso, alisando o discurso da imprensa, Orlandi nos alerta que:

não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 2010, p. 21).

Ressalta-se que a fonte impressa não está deslocada de seu contexto social, de forma superior e transmitindo informações apenas. Ela é, antes de tudo, parte construidora daquilo que relata, carregada de uma ideologia de seu tempo e espaço. Devemos estar atento a isso.

Analisar as lutas das mulheres por meio da imprensa nos possibilitou identificar a luta pela emancipação e a mudança na história das mulheres. Dessa forma, conhecer aquilo que foi imposto às mulheres e reconhecer sua resistência diante disso é dar visibilidade para uma história que pouco atraiu olhares por muito tempo na historiografia brasileira e no mundo, pois:

O "ofício do historiador" é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos,

mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutivo. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou "mental", ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade (PERROT, 1998, p.185).

Esse ofício, que ganhou novas metodologias ao longo da história, passando por grandes transformações nos anos 30, com o movimento dos Annales, ainda reproduz um discurso predominantemente masculino. Surge, pois, a necessidade de dar outro olhar para a história das mulheres, que teve como resultado inúmeras pesquisas, especialmente neste século, mas ainda antes deste, abordando a dominação sobre a mulher e suas formas de resistência.

Para melhor compreensão, é necessário traçar a relação da imprensa com algumas categorias de análise. Entre elas, temos a relação imprensa e memória, que tem grande importância neste trabalho, tendo em vista que a imprensa contribui para a construção e reconstrução da memória. Como nos fala Déa Fenelon, a memória é:

um campo minado pelas lutas sociais, campo de luta política, de verdades que se batem, no qual os esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação do poder (FENELON, 2004, p. 6).

Deste modo, compreendendo memória como "instrumento de poder" (LE GOFF, 1990) e processo seletivo, tendo em vista que ela pode ser construída e reconstruída ao longo da história por diferentes interesses, a imprensa age como registro daquilo que deve ser lembrado e relembrado, levando a memória a um campo de esquecimentos e silêncios. Há, no entanto, que considerar que ela pode agir como resistência a memória oficial. Exatamente por isso, esta pesquisa traz a imprensa alternativa com o intuito de buscar a memória esquecida e/ou silenciada das esposas/mães, das mulheres presidiárias e das mulheres na política nos anos 80.

Estando o conceito de cultura fortemente atrelado a esta pesquisa, necessário para compreender as imposições de comportamentos e práticas às mulheres de um lado e aceitação/negação delas do outro, ele também se apresenta como uma categoria que deve ser analisada. Thompson contribui ao dizer que cultura é:

um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um "sistema". E na verdade o próprio termo "cultura", como invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

Dessa forma, entendendo cultura como um sistema complexo que une práticas de dominação e resistência, conformismo, negociação e oposição, e que está ligada fortemente as ideologias dos sujeitos, conseguimos ir além de generalizações que definem cultura apenas como um conjunto de valores e costumes compartilhados. Também há a necessidade de compreender que nem sempre um é o dominador e o outro o dominado somente. Dentro da própria imprensa alternativa, por exemplo, há registro de jornais que tentavam resistir à

opressão de um lado e a reproduzia de outro, como o “Pasquim”, grande referência desse tipo de jornalismo, mas que muitas vezes propagou a cultura machista em suas páginas.

Mas, afinal, quem define o que é cultura ou não? Como nos indica Certeau (1998, p. 41), a cultura é uma relação de representação, prática e apropriação, ou seja, há uma cultura dominante difundida e imposta a uma parte da sociedade, mas a forma que cada sujeito consome essa cultura está inteiramente ligada a sua forma de resistência. A imprensa sempre propagou sua visão sobre e da mulher, como eram e se comportavam, como deveriam ser ou se comportarem, criando uma representação da mulher que pode não estar associada aos sentidos de ser mulher para elas mesmas em suas práticas cotidianas. Historicamente, as mulheres brasileiras, e não só elas, vivem em uma sociedade que exprime uma cultura patriarcal há séculos.

É neste trilhar de entender o sujeito mulher e seu processo identitário que pensamos na relação cultura/identidade. Assim:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significações e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

O autor nos alerta que a cultura não é um processo completo, estático e comum a todos. Ela está em movimento e se constitui por meio de conflitos, formando a identidade dos sujeitos em determinados tempos. Assim, as formas das mulheres se identificarem ou serem representadas culturalmente são significadas e resignificadas com o passar do tempo, de acordo com interesses de um tempo e espaço específicos.

Contribuindo a esse pensamento de Hall e percebendo a importante relação entre identidade e ideologia, este estudo traz a compreensão de ideologia como:

um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 1983, p. 113-114).

Portanto, a autora defende que ideologia é um processo em que um grupo dominante expõe suas ideias querendo torná-las universais e aqueles que tentam ir contra essa dominação fazem de tal forma que reproduzem o mesmo processo. Se pressupõe ideologia como forma de dominação e exploração, ela também diz ser por meio da ideologia que os homens podem transformar as relações sociais existentes. Sendo assim, as mulheres apresentadas ao longo deste trabalho viviam em um universo repleto de ideologias dominantes, que as definiam em um determinado papel ou lugar. No entanto, resistindo à maneira como eram representadas, buscaram outras maneiras de se identificarem. Para fazer ouvir suas resistências e motivar a emancipação de outras, utilizaram de vários meios, um deles foi a imprensa, nosso corpus de análise.

## 2. Imprensa no Brasil e o Jornal Mulherio

A história da imprensa no Brasil é marcada pela presença do domínio do poder e da propagação de seus discursos, por meio da vigilância e da disciplina dos meios de comunicação e das práticas culturais, onde fica evidente o autoritarismo brasileiro (CHAUI, 1986, p. 28). Até 1808, era proibida, pela metrópole, a circulação de jornais no Brasil. Quando a corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro e cria o primeiro jornal produzido e publicado no Brasil, o jornal oficial Gazeta, é possível identificar uma tentativa de controlar aquilo que deve ser lido pela população. Ao longo da história, isso se repete, e em tempos de governos ditatoriais, como no Estado Novo e na Ditadura Civil-Militar, isso se torna ainda mais notório.

No entanto, falar de autoritarismo nos leva a indagar sobre a imposição dos “donos do poder”, entendido como o Estado e/ou as classes dominantes, sobre outros grupos considerados subalternos pelo primeiro e como as relações de conformismo e resistência se estabelecem entre eles (CHAUI, 1986).

Em toda sua história, jornais e revistas publicaram padrões de beleza e comportamento das mulheres, sempre as associando apenas como protetora do lar, como esposa e/ou mãe. A mãe solteira, a mulher operária, outras mulheres e suas práticas quase ou nunca foram retratadas na imprensa. Até mesmo quando produzido por mulheres, às vezes demonstravam não aceitação da emancipação e conquista de direitos das mulheres, isso porque a cultura machista e patriarcal está fortemente enraizada em nossa sociedade.

Pensar na imprensa como mecanismo de dominação não exclui seu caráter de resistência adquirido inúmeras vezes. O surgimento de jornais e revistas que representam a memória de outros grupos e que estão inteiramente ligados a movimentos sociais possibilita ouvir a voz das minorias, entre negros, operários, mulheres e outros, inseridas em seu contexto. Muitos jornais feministas surgiram buscando fazer ouvir os direitos das mulheres e quebrar os estereótipos propagados pela imprensa machista. As mulheres foram, aos poucos, ganhando espaço nesse universo, fundando, dirigindo ou escrevendo matérias em jornais e revistas. Exatamente por isso, como nos fala Maciel (2006), é necessário e possível recuperar a memória, através da imprensa, daqueles que foram silenciados pela história. Uma opção para isso é a imprensa alternativa.

E o que foi a imprensa alternativa? A imprensa alternativa, que circulou principalmente nas décadas de 1970 e 1980, estava interessada em publicar as transformações sociais ocorridas no Brasil e tentava, sobretudo, fugir dos discursos políticos dominantes e autoritários do período. Como nos fala Bernardo Kucinski:

A outra classe de jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean-Paul Sartre. (...) Mas, mesmo esses jornais alternativos, de raízes mais existencialistas do que marxistas, atuavam no plano da contingência política, opondo-se ao regime até mais visceralmente, como observou José Luiz Braga. (KUCINSKI, 1991, p. 6).

Desse modo, a imprensa alternativa feminista, com destaque aos jornais Brasil Mulher (1975-1980), Nós Mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981-1988), surgiu como um novo meio de divulgar as lutas das mulheres, que pouco espaço tinham na “grande imprensa”.

O jornal *Mulherio*, que circulou de março de 1981 a julho de 1988, publicando 39 edições como *Mulherio* e 2 como *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura* era um jornal bimensal de São Paulo, mas que teve repercussão em âmbito nacional pelo sistema de assinaturas e vendas em bancas de jornal. A ideia do jornal surgiu através da vontade de algumas pesquisadoras, como Fúlvia Rosemberg, Inês Castilho, Adélia Borges, Carmen da Silva, Carmen Barroso, Lélia Gonzales, Albertina Costa, entre outras, em elaborar um boletim de pesquisas e notícias para um intercâmbio entre pesquisadores do Brasil. Com a grande repercussão do primeiro boletim, este se transformou em um jornal.

Ele possuía formato tabloide, que é um jornal de tamanho menor que os tradicionais de décadas anteriores, por isso tinha um custo menor. Foi fundado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas e contava com um Conselho Editorial de 16 mulheres, precursoras do feminismo no Brasil. Eram pedagogas, psicólogas, historiadoras, jornalistas, arquitetas, diretoras de curtas e filmes, escritoras, etc. Era financiado pela Fundação Carlos Chagas e pela Fundação Ford.

Por meio dessa breve apresentação, é possível perceber que o jornal era acadêmico, voltado especialmente para este público. No entanto, sua linguagem simples, “não mal-humorada, sisuda ou dogmática” (*Mulherio*, 1981, p. 1) e formas de abordar os temas fizeram com que o jornal alcançasse outros públicos (NASCIMENTO, 2014). Não tinham seções muito bem definidas e elas variam em cada edição, mas eram comuns as seções: matéria da capa; divulgação de pesquisas; divulgação de atividades de outros movimentos; espaço cultural (lançamentos de livros, filmes, etc.), cartas dos leitores, entre outras.

O jornal passou por algumas mudanças ao longo do tempo: em um primeiro momento (1981 a 1983), o jornal possuía apoio da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford e suas publicações percorriam principalmente o campo político do movimento feminista, apresentando e debatendo leis, grupos, etc. Após 7 meses sem publicar edições, por consequência de uma crise financeira com a interrupção do apoio da Fundação Carlos Chagas, a segunda fase do jornal (1984 a 1988) é marcada por uma tentativa de trazer as vozes de mulheres comuns da sociedade, ainda não participantes de movimentos políticos e sociais, englobando a dona do lar, a prostituta, entre outras. Na última fase do jornal (Junho e Julho de 1988), com a mudança de seu nome para *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*, o jornal adquiriu caráter mais cultural, passando a ser uma revista de arte e ideias. A explicação do jornal para essa mudança é o reflexo das mudanças ocorridas dentro do próprio movimento feminista. Sem o apoio das instituições que o financiava, o jornal não conseguiu se sustentar e acabou fechando.

Ele se dedicou em explorar uma nova forma de falar sobre as mulheres, trazendo em suas páginas as relações de gênero discutidas pelo movimento feminista de seu período: “organizados em torno de reivindicações de infraestrutura urbana básica, esses movimentos têm como parâmetro o mundo cotidiano da reprodução que caracteriza a forma tradicional de identificação social da mulher” (SARTI, 2004, p. 40). Dessa maneira, seus principais temas foram: violência, construção de creches, trabalho, maternidade, família, prostituição, mulher na política, entre outros temas.

O jornal reservava uma página para a publicação das cartas que seus leitores enviavam. Entre elas, haviam denúncias de preconceito no trabalho, denúncias de violência, compartilhamento de experiências de emancipação, desabafos, divulgação de eventos e movimentos sociais, pedidos de recomendação de leituras,

reclamações, etc. Chegavam de todas as regiões do Brasil, evidenciando o alcance do jornal.

A partir da leitura dessas cartas, podemos perceber que seus leitores eram homens e mulheres, de todas as idades. Há cartas de jovens mulheres já conhecendo o movimento feminista, cartas de homens reclamando participação no movimento, cartas de senhoras pedindo a temática mulher e terceira Idade, etc. Essas cartas representam um rico material de análise para refletir o contexto da época e a luta das mulheres. Analisaremos a seguir alguns recortes desse material.

### **3. As Cartas do Mulherio**

#### **3.1. Espaço privado: dominação e resistência**

##### **3.1.1. Instrução feminina**

Simone de Beauvoir (1970), considera que, desde a antiguidade, o ciclo de vida de muitas mulheres parecia estar resumido ao nascer, casar, ter filhos, criá-los e morrer, e as que fugiam dessa realidade estavam fadadas ao segregamento da sociedade, mas que, a partir do século XX, principalmente, as mulheres, integrantes ou não de movimentos feministas, vão começar a reclamar, com mais força, por outras possibilidades de ser mulher. A autora afirma que a modernidade, com o surgimento das indústrias, trouxe uma nova possibilidade de libertação das mulheres, com o movimento de “escapar do lar” e ocupar a fábrica, apesar desse movimento acontecer à base de preconceitos e violações de direitos. No entanto, apesar do espaço privado e o que ele representa estar fortemente ligado à dominação do homem sobre a mulher, como afirma a autora, ele é rico em experiências de resistência feminina a essa dominação. Um exemplo disto é a carta de Maria Luísa enviada ao Jornal Mulherio:

Sou ouvinte assídua da TV Mulher. Como dona-de-casa, este programa veio de encontro a um anseio que sempre tive, no sentido de melhor aproveitar as horas em que estou na cozinha preparando o almoço da família. TV Mulher me põe em contato com o mundo e me sinto irmanada a milhares de mulheres que, mesmo como donas-de-casa, vivendo uma vida um tanto delimitada, têm vontade de participar do que vai por aí, ter uma visão de conjunto de tudo. Leio bastante e Mulherio será mais uma fonte de informação para mim. Moro numa cidade de interior, levo uma vida social discreta, porque sou acanhada, mas quero estar a par de tudo o que puder. Tenho dois filhos às vésperas de se formar, na capital do Estado, e dois ainda estão em casa conosco. Meu marido tem muitos negócios – arquiteto, granjeiro, empresário. Preciso estar alerta para acompanhar tudo e me esforço para isto. Grata pela atenção, uma mulher que luta e não acha a vida fácil. Maria Luísa Schroeder, Cruz Alta, RS. (MULHERIO, 1981, edição 4, p. 2)

Maria Luísa, que aparentemente fala de um lugar economicamente mais elevado, poderia representar o estereótipo, para muitos, de mulher dona-de-casa recatada, que serve ao marido e aos filhos apenas e vive numa cidade de interior, que no imaginário social é um lugar da ignorância em detrimento das metrópoles, mas, reconhecendo as limitações que ser uma dona-de-casa impõe, ao falar “e me sinto irmanada a milhares de mulheres que, mesmo como donas-de-casa, vivendo

uma vida um tanto delimitada”, sente a necessidade de instrução que leva a uma emancipação.

A instrução feminina sempre foi um campo de luta. Durante boa parte da história, a educação ficou restrita ao homem. Muitas mulheres, resistindo a essa imposição, começaram a buscar mecanismos para se instruírem, até começarem a ocupar escolas e universidades. As mulheres, no contexto do anos 80, já tinham começado a ocupar todos os campos: a política, por meio do direito de votar e ser votada, conquistado no anos 30; a economia, por meio da inserção da mulher no mercado de trabalho assalariado ainda no começo do século; a educação, ocupando as universidades; a cultura, produzindo novas formas de se identificar; etc. Foi nesse período, especificamente na Constituição de 1988, que foi reconhecido na lei a igualdade entre homens e mulheres no casamento. No entanto, essas mudanças nos papéis femininos vão conviver com uma forte resistência pela parte conservadora da sociedade, que via na emancipação feminina um perigo para a tradição familiar. Nesse sentido, com o advento das tecnologias, o surgimento de diversas mídias e a ampliação de acesso a elas, apesar de, em muitos casos, propagarem os estereótipos machistas a cerca do sujeito mulher, possibilitaram que muitas mulheres tomassem conhecimento de suas condições e novas possibilidades.

A TV Mulher, programa da Rede Globo, exibido entre 1980 e 1986 no período diurno, citado pela leitora, é um exemplo de mídia que surge com a proposta de dar ênfase à vida da mulher. Era um programa apresentado por Marília Gabriela e Ney Gonçalves Dias, que, apesar de possuir quadros de moda e comportamento, apresentava outros momentos de discussão sobre temas do cotidiano da mulher do período. Edgar Ribeiro de Amorim defende que o programa “inovou o gênero feminino na TV, fazendo da atração não apenas uma exibição de utilidades e entretenimentos, mas uma tribuna em defesa de direitos e um fórum de debate dos problemas da mulher” (2000, p. 37). Isso porque o programa, por meio de entrevistas com artistas e figuras políticas da época, levantava diálogos sobre a participação das mulheres pelas Diretas, necessidade de construção de creches, sexualidade feminina, entre outros temas.

Podemos traçar semelhanças com programas como Mais Você e Hoje em Dia, em que o público alvo é principalmente mulheres que acordam cedo e assistem ao programa em meio aos serviços domésticos. No entanto, a linguagem e temas que esses programas abordam na televisão nos dias atuais, assim como outros anteriores, variam. Muitos ainda demonstram certo retrocesso à emancipação da mulher, já que apresentam apenas receitas culinárias, dicas de decoração, moda, entre outros temas limitados ao espaço do lar.

Mulherio é mais uma possibilidade para essas mulheres que, ocupando o papel de dona de casa, buscam uma emancipação intelectual e cultural. Assim, Mulherio, além de ser uma fonte de informação sobre acontecimentos do Brasil e do mundo, auxilia na emancipação de mulheres como Maria Luíza em matérias como **Abracadabra** (1981, Ed. 0, p. 4), em que o jornal critica a dominação masculina em todos os campos (economia, política, família, comunicação, etc); **E a democracia doméstica, como vai?** (1981, ed. 03, p. 7), em que apresentam o projeto, de Sílvia Pimentel e Florisa Verucci, de modificação do Código Civil e que na matéria **Códigos** (1984, ed. 19, p. 8) comemoram a aprovação do projeto pela Câmara Federal, cobrando aprovação agora do Senado, e criticam o Código Penal; **Em casa, quem manda é o papai** (1981, ed. 04, p. 18), que criticavam os livros de Moral e Civismo distribuídos nas escolas de 1º grau pelo governo, que reafirmavam

que o homem é o chefe da família e que a mulher corresponde pelo arranjo da casa; **Repousa Leão** (1982, ed. 10, p. 7), que discutia os projetos de lei que permitiriam a aposentadoria da dona-de-casa; **O texto da intimidade** (1983, ed. 14, p. 11), sobre a produção literária da mulher reservada ao lar; **Tarefa Caseira: sinônimo de inatividade?** (1985, ed. 21, p. 20), matéria que questionava as atividades não remuneradas das mulheres; entre outras matérias. Por meio de suas matérias, entrevistas, apresentação de artigos de pesquisa, livros, filmes e movimentos, o jornal contribuiu para formação crítica dessas mulheres que ocupam-se dos serviços da dona-de-casa.

### 3.1.2. Maternidade

A maternidade, um dos principais campos de dominação sobre o sexo feminino, se não o principal, está carregada de um pensamento patriarcal e conservador construído ao longo do tempo, que, para provar a inferioridade da mulher, "apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental, etc." (BEAUVOIR, 1970, p. 17). À mulher, em toda sua história, foi designado o papel reprodutivo e "todo e qualquer desvio de comportamento poderia gerar críticas, desqualificações e, até mesmo, marginalização social" (SCOTT, 2016, p. 21).

Carmem Barroso, por meio do jornal *Mulherio*, apresenta uma matéria sobre o assunto:

Até pouco tempo atrás, a ideologia dominante nos fazia crer que a maternidade era fonte inequívoca de alegrias, exclusivamente. E que as mulheres eram naturalmente dotadas das qualidades necessárias ao cuidado das crianças, concebido como sua função suprema na sociedade. Não só isso, mas a ideia do amor materno tinha um caráter único entre os afetos humanos: independente de qualquer escolha ou de qualquer condição externa, incondicional, profundo, constante e interminável. A própria vontade de ter filhos era elevada à categoria de instinto biológico inelutável (BARROSO, MULHERIO, 1981, p. 8).

Nesta matéria, a autora fala sobre o discurso do amor maternal, que construiu a visão de que toda mulher nasceu pronta para a maternidade e que era por meio desta que a mulher ocupava seu lugar na sociedade. Dessa forma, "ser mãe (depois de torna-se esposa, é claro) conferia-lhe uma posição de prestígio na sociedade, maior que qualquer outra 'carreira'. Não desempenhar o papel materno seria algo como 'trair a essência feminina'" (SCOTT, 2016, p. 24). Carmem ainda reflete sobre um ponto importante: a escolha de querer ser mãe ou não e a possibilidade de descontentamento com a maternidade. Sobre isso, a carta de Maysa Francisco, enviada ao jornal *Mulherio*, é um bom exemplo:

Ter um filho sempre foi um sonho pra mim. Ter uma outra vida dentro de mim, alguém que fosse fruto de um amor maduro, consciente. Aí, o sonho se realiza e eu me vejo com um filho nos braços. E de repente estou preocupada com o porquê dele estar chorando, ocupadíssima em trocar-lhe a fralda. De repente eu deixei de viver só pra mim e passei a viver para ele, que precisa de mim o tempo todo, que depende exclusivamente dos meus cuidados. Foi e está sendo muito difícil ser só mãe, dona-de-casa, esposa. É muito difícil pra mim não estar lutando, estar longe das pessoas e do mundo lá fora. Dá uma sensação de inutilidade, de alienação. Às vezes, até de solidão. Dá uma vontade de sair correndo, de procurar alguém pra conversar. Falar sobre qualquer coisa, mas falar e ser ouvida, e ouvir também. Eu sinto uma grande necessidade de fazer alguma coisa, além de

trocar fraldas. Necessidade de criar, de por pra fora os sentimentos. Maysa V. B. Francisco, Moóca, São Paulo, SP (MULHERIO, 1981, edição 4, p. 2).

A sociedade patriarcal reproduz o discurso de que ser mãe é a maior realização feminina, sinônimo de alegria e satisfação apenas. Desde de criança, somos estimuladas a querer ser mãe, ganhando de presente bonecas e brincando de “mamãe e filhinha”. Tudo nos faz crer que um dia ocuparemos o lugar de nossa mãe. Quando atingimos uma idade adulta e começamos um relacionamento, parece chegar o nosso momento, e a sociedade nos cobra: “quando vai ter filho?”. Muitas vezes, passamos a querer isso, como no caso da Maysa. Mas o que significa, na realidade, a experiência da maternidade na vida de uma mulher? A carta de Maysa poderia ser a carta de milhares de mães que começaram a questionar a maternidade. Distanciamento do mundo, inutilidade e alienação são só alguns dos possíveis sentimentos presente no cotidiano da mulher mãe. “Assim o ‘natural’ não é necessariamente um valor ‘humano’” (FIRESTONE, 1976, p. 20). Ou seja, a teoria de que a maternidade seria um dom natural da mulher é mais uma ideologia criada para limitar a atuação da mulher.

No feminismo contemporâneo, um dos principais eixos de crítica é exatamente a maternidade, vista como uma construção social que determina e delimita o lugar da mulher na sociedade, que deveria se reter ao espaço privado, se preocupando com sua função reprodutora e criação dos filhos, explicando sua ausência no espaço público. Questionando a ideia de “família biológica” ou “papel natural” dos sexos, as mulheres começaram a pensar em novas possibilidades de se reorganizarem socialmente, lutando pela liberdade na maternidade e pela possibilidade de que a “sexualidade feminina se desvinculasse da maternidade (inevitável ou obrigatória)” (SCOTT, 2016, p. 28). Com isso, começou a se pensar em uma maternidade que não impedisse a mulher de se realizar em outros campos, respondendo aos anseios de mães como Maysa.

O próprio jornal Mulherio apresenta a luta das mulheres pela construção de creches, de modo que elas pudessem continuar sua vida profissional, mesmo após ter filhos. Começaram a surgir possibilidades de empregos flexíveis, com horários alternativos ou os home office, além de adaptação de espaços em eventos para receber mulheres com seus filhos. Essas mudanças práticas ocorreram em conjunto com uma mudança discursiva: a cobrança sobre o que é ser uma boa mãe foi questionada.



(capa da ed. 4, de 1981)

### 3.2 Relatos do cárcere

A situação de cárcere no Brasil é uma experiência traumática para qualquer pessoa, tendo em vista as irregularidades e desrespeitos aos direitos humanos que a permeiam. Dessa forma, percebemos uma crise do sistema carcerário brasileiro, mas que não parece um fenômeno recente. Sabemos que o sistema carcerário brasileiro sempre foi ineficiente. Com uma capacidade para 376.669 detentos, a população prisional já somava 607.731 em 2014, sendo o quarto país com maior população prisional, segundo os dados do INFOPEN 2014<sup>2</sup>. E esses números só crescem.

Além disso, como nos fala Bittencourt, “o sistema Penal permite a manutenção da estrutura vertical da sociedade, impedindo a integração das classes baixas, submetendo-as a um processo de marginalização” (BITTENCOURT, 2004, p. 28). E isso faz com que a população negra e com ensino fundamental incompleto seja maioria entre a população prisional<sup>3</sup>.

Tudo isso é reflexo de um sistema prisional que não tem como objetivo evitar o retorno ao crime com o amparo ao preso, de forma que ele possa retomar sua liberdade com cidadania. Ao contrário, o cenário prisional é repleto de unidades sem assistência médica e social, sem ações socioeducativas e que defendem a ideia de que a punição é a única forma de acabar com o crescente número de pessoas presas no Brasil.

<sup>2</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/04/23902dd211995b2bcba8d4c3864c82e2.pdf>>. Acesso em: 15 dez. de 2017.

<sup>3</sup> Ibidem

Para as mulheres, as consequências desse cenário são ainda mais agravantes. Se a mulheres, mesmo em liberdade, já são oprimidas e sofrem os machismos do cotidiano, isso se intensifica quando se trata de mulheres presas. O sistema carcerário tende a homogeneizar homens e mulheres, dando-os os mesmos tratamentos, sem levar em consideração as suas especificidades. Assim, a menstruação, a maternidade e os cuidados com a saúde específicos das mulheres são ignorados (SILVA, 2014). Soma-se a isso também o fato das mulheres serem submetidas a todo tipo de violência quando presas, desde agressões aos estupros.

A partir da leitura do livro Presos que Menstruam, de Nana Queiroz (2015), em que ela reúne relatos do cotidiano e vida de algumas detentas de presídios brasileiros, podemos observar que grande maioria das mulheres chegam a situação de cárcere por serem abandonadas pelo companheiro, tornando-se chefe de casa e tendo que procurar modos de subsistência ou por envolvimento no tráfico de drogas coagidas por seus companheiros.

Exatamente por isso, os presídios femininos representam espaços de lutas e resistências femininas que foram, durante toda a história, pouco explorados. Para tornar mais conhecido a luta da mulher presidiária, trazemos para o trabalho a carta de Dulcinéia Aparecida Pozo, enviada da Penitenciária Feminina de Tremembé – SP ao jornal Mulherio:

Boa tarde! Inês que os astros a favoreça em todos os aspectos.  
Sabe amiga desculpe-me se só agora volto a escrever-lhe, é que você deve imaginar como é o dia a dia das pessoas que estão privadas de liberdade, a cabeça sempre em transe.  
Por que parou de enviar-me o Jornal Mulherio poxa! Adoro lê-lo, é muito interessante.  
Inês ando cheia de atividades. Estamos fazendo teatro entre nós mesmas, com a peça “Pluft o Fantasmilha”...estamos também fazendo o jornalzinho que escolhemos o nome de “A chave”, assim que estiver pronto te mandarei um exemplar. Fui candidata à Comissão de Presas, ganhei a eleição estourada, sou a presidenta, onde meu papel é de livre acesso para reivindicar os nossos direitos. Dulcinéia Ap. Pozo. Penitenciária Feminina de Tremembé – SP (MULHERIO, 1985, edição 23, p. 2).

Pela escrita de Dulcinéia, que chega a ser poética, podemos perceber que se trata de uma mulher letrada, realidade que representa a minoria no sistema prisional brasileiro. Segundo o relatório do INFOPEN 2014<sup>4</sup>, já citado aqui, apenas 7% da população prisional possui ensino médio completo e apenas 1% possui ensino superior. Isso deu a Dulcinéia oportunidades muitas vezes inimagináveis para outras detentas, como a possibilidade de fundar, juntamente com outras colegas, um jornal dentro de um presídio. Jornal este que recebeu o nome de “A chave”, possivelmente fazendo analogia a ideia de que, se é a chave que abre a cela, estavam escrevendo sua liberdade.

Em 2011, a Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo inaugurou a Penitenciária Feminina II em Tremembé<sup>5</sup>, conhecida por ser a primeira no estado a atender as necessidades e especificidades das mulheres, com biblioteca, creche, assistência médica específica, etc. Em 2016, o G1 publicou uma

---

<sup>4</sup> Ibidem

<sup>5</sup> Matéria publicada no site da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0500-0599/not588.html>>. Acesso em: dez. de 2017.

matéria sobre a redução da pena por detentas desse presídio com a leitura de livros a elas oferecidos<sup>6</sup>. Na mesma cidade, em algumas décadas anteriores, Dulcinéia criou e presenciou tentativas como estas de humanizar o ambiente prisional e prestar assistência social às mulheres privadas de liberdade. A arte no presídio é uma das formas de ressocialização, mesmo que, inicialmente, muitas a busquem apenas com o objetivo de reduzir a pena.

É o caso da prática de teatro citado por Dulcinéia. A prática de teatro nos presídios surgiu em meados dos anos 70, como tentativa de promover um sistema prisional mais humano em contrapartida aos anos de Ditadura Civil-Militar. Assim, surgem projetos como o Projeto Drama e o Teatro nas Prisões, implementados pela FUNAP. Ao longo dos anos 90 e 2000, várias apresentações foram realizadas dentro e fora dos presídios por projetos como estes (CONCÍLIO, 2005, p.1). Segundo Cleverton Borges Peixoto:

Todo movimento do preso dentro da unidade é monitorado e cercado de ritos que devem ser respeitados. A cada rito, uma tensão. O uso do uniforme, a maneira como o corpo tem que se portar a partir do momento que sai da cela para desempenhar alguma função, enfim, são repetidos inúmeras vezes. Os agentes também seguem ritos. A remoção de um preso, a revista e o cessar de um conflito. Todo rito carrega em si uma tensão. O presídio é um espaço de corpos tensionados onde o movimento exige ser trabalhado de forma a contemplar não só um acervo de regras, mas aos desejos naturais.” (PEIXOTO, 2016, p. 10).

Dessa forma, o teatro seria uma forma de expressar esses desejos naturais, de imaginar outra realidade, de projetar uma possibilidade e de escapar da imposição disciplinar, citada por Foucault, que tenta transformar os detentos em “corpos dóceis”, “que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2004, p.117).

Uma prisão feminina é também um espaço de solidariedade feminina. Diante das inúmeras violências sofridas, as mulheres criam laços de luta e formas de resistência. É o caso da Comissão de Presas, da qual Dulcinéia se tornou presidenta. Ter esse mecanismo de reivindicação de direitos é uma grande conquista, tendo em vista a realidade de muitos presídios. Dulcinéia, em uma segunda carta enviada ao jornal, apresenta, como presidente da Comissão de Presas, a preocupação com suas colegas detentas, principalmente com a instrução delas:

Amiga, como você está a par, tenho uma responsabilidade com as minhas companheiras, e tenho o dever de estar atenta às suas necessidades. Essas necessidades variam, mas o mais fundamental, é certo, é que a mulher encarcerada é pouco esclarecida no que é relacionado a ela mesma; então queria pedir-lhe se um dia você, com mais algumas amigas, estão interessadas em vir fazer uma palestra para nós. Sua amiga Dulci. Penitenciária Feminina de Tremembé, SP (MULHERIO, 1987, edição 27, p.2).

---

<sup>6</sup> Matéria publicada no site do G1 Vale do Paraíba e Região, disponível em <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/10/detentas-reduzem-pena-com-leitura-em-penitenciaria-de-tremembe-sp.html>>. Acesso em: 15 dez. de 2017.

Fica visível sua atenção à questão do autoconhecimento feminino, uma das principais faces do empoderamento feminino defendido pelo atual movimento feminista. Dulcinéia, com todas as suas limitações como presa, fez surgir uma consciência feminista em um ambiente opressor como a penitenciária. Além disso, palestras como essa sugerida por Dulcinéia na carta poderiam transformar a vida de muitas mulheres encarceradas.

### 3.3 O Feminismo e a Esquerda

As mulheres foram limitadas ao espaço privado por longo tempo na história, saindo do lar apenas acompanhadas de um homem. Eram as mulheres pobres e em condições de escravidão que conseguiam melhor burlar esse sistema, vendendo produtos nos espaços públicos. A partir do século XX, as mulheres viram nascer novas possibilidades. Mesmo com críticas conservadoras e patriarcais, as mulheres foram aos poucos ocupando o espaço público, indo a bailes, cinemas, trabalhando em fábricas ou pequenos comércios e participando politicamente da vida social (PINSKY; PEDRO, 2016).

Nos anos 60-80, as mulheres já tinham ganhado espaço na política, dirigindo jornais, formando grupos feministas e ocupando cargos políticos. Se tinham militado no período da Ditadura Civil-Militar, nos anos posteriores estavam engajadas na causa da redemocratização do país. No entanto, esse contexto é marcado por conflitos e tentativas de impedir a luta específica das mulheres, até mesmo por parte da esquerda, que dizia possuir uma ideologia igualitária.

Assim, durante o Regime Militar, as mulheres militantes, além de sofrerem nas mãos dos torturadores, tiveram que suportar os discursos conservadores da esquerda militante. Muitas, para serem aceitas como guerrilheiras, tiveram que continuar a contribuir para a desigualdade de gênero, assumindo discursos como o da superioridade masculina e a ideia de que, para entrar na luta armada, deveriam atuar desprovidas de “qualidades femininas”, vendo, inclusive, suas ideias serem apropriadas por homens. Algumas narrativas trazem ainda acusações de que os líderes militantes, muitas vezes, interferiam em suas vidas afetivas e até mesmo exigiam o aborto às grávidas para não atrapalharem o grupo (ROVAI, 2017).

Do mesmo modo, muitos partidos de esquerda defendiam a luta de classe, mas não se interessavam pela luta de gênero. É o que nos diz Eva Blay:

No PC a diferenciação de gênero continuava marcante: as mulheres se encarregavam das tarefas ‘femininas’ na vida cotidiana do Partido. Extremamente ativas, desenvolveram ações externas de organização sem ocupar qualquer cargo importante na hierarquia partidária. Atuavam, por exemplo, junto a crianças das favelas ou dos cortiços, organizavam colônias de férias, supondo que poderiam ensinar às crianças novos valores. Zuleika Alembert, a primeira mulher a fazer parte da alta hierarquia do PC, eleita deputada estadual por São Paulo em 1945, foi expulsa do Partido quando fez críticas feministas denunciando a sujeição da mulher em seu próprio partido. (BLAY, 2001, p. 606).

A carta de Erinalva Medeiros, enviada ao jornal *Mulherio*, vem ao encontro da argumentação de Eva:

[...] Neste itinerário, dentro desta nossa sociedade sexista (além de branca e classista), encontramos muitas hostilidades cotidianas – surgidas mesmo entre mulheres – face ao nosso desejo-prazer-consciência na luta feminista. É mesmo irritante, no dia-a-dia, sentir que a compreensão da opressão da

mulher é (ainda!) questão trivial, frente a discussões político-partidárias gerias. (Há até etiquetas novas: Opressão milenar da mulher? Adie-se. É ano eleitoral). E mulheres equivocadas, que sofrem o machismo dos militantes do “esquerdismo reacionário” jogam na nossa cara: “Feminismo é doença típica de mal-amadas”. [...]. Erinalva Medeiros, Florianópolis SC (MULHERIO, 1982, edição 7B, p. 2).

Erinalva denuncia esse machismo presente nos partidos e movimentos de esquerda, que defendiam que as lutas das mulheres eram questões secundárias, tendo em vista que a prioridade naquele momento era a luta contra a Ditadura Civil-Militar e a redemocratização do país. Joana Maria Pedro reforça essa denúncia ao dizer que:

[...], as feministas eram constantemente criticadas por organizações e militantes de esquerda. Os partidos políticos que estavam na clandestinidade, por exemplo, estranharam a emergência do novo feminismo. Achavam “um absurdo” que os grupos feministas pudessem atuar como um movimento autônomo. Diziam que estes eram uma espécie de “chá das cinco” de mulheres ricas e ociosas, “uma terapia sem guru, nem terapeuta”, um desperdício de tempo que poderia ser mais bem empregado se fosse destinado à luta “maior” e “geral” (PINSKY; PEDRO, 2016, p. 252).

Ou seja, difamar o movimento feminista, como denunciado por Erinalva e exposto por Joana Maria Pedro, parecia tática comum para dar destaque à luta que parte da esquerda considerava “maior”. No entanto, se as mulheres tivessem que esperar por estabilidade política para lutarem por direitos específicos, provavelmente não teriam conseguido discussão e mobilização suficiente para a inclusão de novos direitos às mulheres na nova constituição que estava sendo estudada e que seria proclamada em 1988. Ainda, esperar por estabilidade política no Brasil é esperar “sentado”, já que o Brasil gozou de poucos momentos de estabilidade política e democracia.

Zenilde tem a mesma posição de Erinalva em uma carta com mais 17 assinaturas, enviada ao jornal Mulherio:

Queremos registrar nosso mais veemente repúdio à condução do II Encontro da Mulher Paraense, realizado em dezembro, em Belém, sob a coordenação arbitrária e equivocada de mulheres ligadas às tendências políticas encampadas pelos jornais Hora do Povo e Tribuna da Luta Operária, encontro esse cujo objetivo principal foi arrancar a qualquer preço uma comissão pró-Federação de Mulheres no Estado, justificadora de uma Federação de Mulheres no II Congresso da Mulher Paraense em 1982.

O que se viu desde o início do Encontro foi um vasto arsenal panfletário, enfatizando a questão partidária como solução para todos os problemas da mulher e relegando a segundo plano questões como custo de vida, habitação, creches, além de questões concernentes à sua organização política e participação ativa nas reivindicações junto à sociedade.

[...] Isto só nos vem reafirmar que essa discussão só foi colocada em poucas entidades femininas existentes hoje porque ainda se está num processo de procurar reconhecer as causas e a verdadeira origem da discriminação da mulher. Como está nosso movimento no Estado, só poderá sair agora uma Federação de cúpula. Queremos uma entidade construída pela base. Nada de cupulismo! (...). Zenilde Soares (seguem mais 17 assinaturas), Belém PA (MULHERIO, 1982, edição 7ª, p. 3).

Na carta, Zenilde e outras mulheres paraenses denunciavam a tentativa por parte de alguns partidos de utilizarem o II Encontro da Mulher Paraense, um encontro que tinha como objetivo debater questões específicas das mulheres, para fazer campanhas partidárias. Sobre esse assunto, Joana Maria Pedro nos revela que “foi bastante comum, principalmente após 1975, o envio de mulheres militantes de partidos para os grupos de mulheres com a ‘missão’ de fazer proselitismo e conquistar pessoas para as causas que consideravam ‘realmente importantes’” (PEDRO, 2016, p. 252).

Esses partidos defendiam ainda que, se o problema político do Brasil fosse resolvido, consequentemente os das mulheres também seriam. Contudo, temos conhecimento de que os problemas que as mulheres enfrentavam eram anteriores a Ditadura Civil-Militar, perpassavam séculos e foram trazidos ainda da Europa e que estavam além do aspecto político, eram problemas sociais formados por um discurso conservador e patriarcal que estava presente não apenas na direita, mas também na esquerda.

Todavia, deslegitimar a luta das mulheres em prol de uma luta considerada maior não foi um costume apenas de partidos brasileiros. Vito Gionnotti (2016) relembra que para os partidos comunistas e socialistas europeus e norte-americanos, no início do século XX, o sufrágio e a luta específica das mulheres atrapalhavam a luta geral do proletariado.

Entendemos que era necessário lutar sim por uma sociedade democrática e igualitária para todos, mas sem excluir a luta por direitos específicos das mulheres.

#### **4 Algumas considerações**

Esta pesquisa conseguiu alcançar seu objetivo principal, que era compreender a luta das mulheres sujeitas do lar, presidiárias e militantes em diferentes espaços na década de 80, a partir de algumas cartas publicadas no jornal Mulherio.

Dessa forma, analisar as cartas do jornal Mulherio nos fez conhecer as formas de instrução feminina. Apesar do sistema tentar limitar as mulheres no espaço do lar como donas-de-casa, até mesmo nos dias atuais, as mulheres criam formas de se instruírem e terem conhecimento do mundo. Também pudemos dar atenção às angústias da maternidade e do casamento, muitas vezes ignoradas dentro da família, mas que são grandes causadoras de depressões e outras doenças mentais. Este trabalho ainda possibilitou analisarmos as práticas de resistência e solidariedade entre mulheres encarceradas, compreendendo a necessidade de humanizar os presídios no Brasil. Por último, por meio das denúncias de mulheres feministas ao jornal Mulherio, pudemos perceber a tentativa, por parte de militantes e partidos de esquerda, de deslegitimar o movimento feminista.

Ao realizar esta pesquisa, compreendemos, também, a importância do uso da imprensa como fonte de pesquisa. Por meio dela, é possível identificar os grupos dominantes e seus discursos, mas também a existência de resistência contra eles, como é o caso do jornal Mulherio, que publicava em suas páginas as lutas das mulheres na década de 80, sendo possível perceber algumas rupturas e permanências na atualidade.

Conclui-se, ainda, que o jornal Mulherio ainda foi pouco explorado pela academia. Trouxemos para a análise apenas algumas cartas com temáticas específicas, mas há muitas outras cartas e matérias que produzem reflexões e análises importantes. Dessa forma, vemos esse trabalho como um divulgador de um

jornal de grande valor para a história do Brasil e também, quem sabe, um incentivador para o surgimento de outras pesquisas do tema.

Ler essas cartas chega a ser desesperador, dado a atualidade de seus temas, mas se fez necessário para refletir as agressões psicológicas e físicas que as mulheres ainda sofrem em diferentes ambientes nos dias atuais. Enquanto a sociedade não enxergar a mulher como sujeito de direitos que devem ser respeitados, suas especificidades, suas capacidades, enfim, suas lutas, resistiremos na academia, com trabalhos como este, mas também fora dela, não aceitando discursos de que nossa identidade seja apenas de mulheres belas, recatadas e do lar.

## 5 Referências Bibliográficas

- ACHARD, P. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **A Falência da Pena de Prisão: Causas e alternativas**. 3ª. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.
- BLAY, Eva Alterman. **8 de março: conquistas e controvérsias**. In: Revista Estudos Feministas. Santa Catarina, v.9, n.2 p. 601-607, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200016/8870>>. Acesso em: 17 Dez. 2017.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- CHAUÍ, Marilena de S. **Conformismo e resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena de S. **O que é ideologia**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CONCÍLIO, Vicente. **Teatro e prisão: dentro da cena e da cadeia**. In: Revista Sala Preta. São Paulo, v.5, p. 151-158, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57273/60255>>. Acesso em: 15 Dez. 2017.
- CRUZ, H. F; PEIXOTO, M.R.C. **Na oficina do Historiador: Conversas sobre história e imprensa**. In: Revista Projeto História. São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso em: 07 Nov. 2016.
- E. R. de Amorim. **Televisão, uma trajetória de 50 anos**. In Revista D'ART, Ed. 7. Setembro de 2000.
- FENELON, Déa R. et al.(org.) **Muitas memórias, Outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.
- FIRESTONE, SHULAMITH. **A dialética dos sexos: um estudo da revolução feminista**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GIANNOTTI, Vitor. **A origem socialista do dia da mulher**. 8 ed. Rio de Janeiro: Cadernos NPC, 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

MACIEL, Laura Antunes. O povo não sabe ler a uma história dos trabalhadores da palavra. In: CALIRI, Jordana Coutinho. **Sobre os Jornais na História: Uma leitura**. Fronteiras do tempo: Revista de Estudos Amazônicos, Amazônia, n.3, p. 143-156, jan./dez. 2012.

NASCIMENTO, Lilian Soares do. **O corpo do Mulherio**: possibilidades interpretativas nas páginas do jornal Mulherio sobre os corpos das mulheres (1981-1988). In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina. 2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT5\\_lilian%20soares%20do%20nascimento.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT5_lilian%20soares%20do%20nascimento.pdf)>. Acesso em: 08 Nov. 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PINSKY, carla bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Política como paixão**: narrativas femininas sobre resistir. In: NETO, Mário Danieli; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs). **Narrativas sobre tempos sombrios**: Ditadura Civil-Militar no Brasil. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SARTI, Cynthia Anderson. **O feminismo brasileiro desde os anos de 1970**: revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas, vol.12, n.2, p. 32-50, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 07 Nov. 2016.

SCOTT, Ana Silvia. **Família**: O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, carla bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, Esther Castro e. MULHERES NO CÁRCERE. In: Revista Jus-FADIVA, Varginga, 2014. Disponível em: <<https://www.fadiva.edu.br/documentos/jusfadiva/2014/08.pdf>>. Acesso em: 17 Dez. 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a Cultura Popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

# A REPRESENTAÇÃO DA GRANDE GUERRA DO NORTE (1700-1721) NO ÁLBUM *CAROLUS REX* DA BANDA SABATON.

ARTHUR LUIS FERRARI ZENUN

Universidade do Vale do Sapucaí,  
Av. Prefeito Tuany Toledo 470, Cep 37550-000  
[arthurvandrac@outlook.com](mailto:arthurvandrac@outlook.com)

## Introdução

Este artigo tem como objetivo de analisar as letras de músicas da Banda Sabaton que apresentam a Guerra do Norte, que ocorreu entre os anos de 1700 a 1721, tem também como objetivo de analisar como os fatos sobre a guerra foram representados nas letras das músicas deste álbum em específico da banda e abrir uma nova perspectiva de estudos históricos para analisar melhor as múltiplas relações entre a música e o conhecimento histórico.

Foi escolhido este tema também por haverem duas questões em específico, que se apresentaram e não haver aparentes respostas, um dos intuitos desta pesquisa é também responder estas duas perguntas: “Porque Carlos XII tinha um desafeto em especial com Pedro, o Grande da Rússia?” e: “Quem matou Carlos XII?”.

A escrita da História ampliou-se ao longo do tempo, novos temas, novas abordagens e novos métodos possibilitaram a constituição de inovadores contribuições para o conhecimento histórico.

Com isto vemos que “o modo como o historiador trabalha, o tipo de fontes que ele constitui, a maneira como ele observa a realidade – em uma palavra, o ‘fazer histórico’ – é que está essencialmente por trás de todo um conjunto de modalidades históricas surgidas nas últimas décadas” (BARROS, 2013, p. 31). Com isto, compreendemos a já falada ampliação da História, em diversos temas e possibilidades, que é dada pela forma como historiador trabalha com as fontes históricas.

O fazer histórico não está expresso na construção de um olhar somente do passado pelo passado, é sim, a partir das inquietações do presente que formulam questionamentos da forma como o passado é apresentado, significado e escrito. Conforme nos alerta Certeau “é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (2013, p. 08). Apoiado nesta afirmação compreendemos que o presente, que é contexto que se encontra o indivíduo historiador, possibilita a formulação de questões que orientam a discussão do fato histórico.

A partir dessa perspectiva, compreendemos a importância de discutir a música como fonte histórica, pois é se constitui nosso corpus de análise. Matos nos indica que

As músicas aparecem como representações, entrelaçando - se num processo interno de influência mútua, ou seja, simultaneamente constituintes e constituídas. As experiências, em especial as urbanas, são

simultaneamente produto e processo de sua representação, latentes em imagens, palavras, afetos e perfis que circulam incessantemente no social (2001, p. 262).

Entendemos que as letras das músicas não se articulam apenas como um reflexo, é uma construção forjada a partir de reproduções que trazem questões relevantes para o compositor. E nessa constituição são elaborados diferentes estudos e análises

Nosso corpus se materializa na construção de letras de músicas sobre um fato histórico específico. Isso permite novos olhares e significados para o passado. Projeta diferente perspectiva para aquilo que ocorreu e que marcou de múltiplas formas a sociedade.

Uma composição é, por assim dizer, um novelo de muitas pontas. Ao circular socialmente, ela, em seu moto-perpétuo, pode ser inclusive ponto de convergência de diversas tradições e contestações, espaço aberto para a pluralidade de significados e para a incorporação de vários sentidos, até mesmo conflitantes entre si (PARANHOS, 2004, p. 24).

Chartier nos possibilita compreender acerca da representação, categoria que permeia nosso estudo.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) Por isso esta investigação sobre as representações supõe como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação (s/d., p.17) .

Um das imagens que circulam socialmente é o olhar para o rock constituída de preconceito e depreciação, sabemos que não se resume a essa perspectiva negativa. “O rock serviu como um instrumento de interlocução da juventude com o mundo ao seu redor, de modo que as projeções, desejos, sonhos e aspirações cimentadas pelo estilo moveram as gerações que tiveram contato com tal manifestação cultural” (PRADO, 2012, p. 16).

Nossa intenção se concentra em analisar as letras de músicas da Banda Sabaton que apresentam alguns acontecimentos da Grande Guerra do Norte, entre os anos de 1700 a 1721, entre os impérios Sueco e Russo.

## **1. A Grande Guerra do Norte nas capas dos LPs**

Iniciaremos nosso estudo apresentando o fato histórico, para desta maneira compreender as suas representações nas capas de LPs da Banda Sabaton e, posteriormente, as letras das músicas que retratam essa guerra.

Era a virada do século XVII para o século XVIII, a outras principais nações europeias estavam focadas na expansão marítima e colonial, a Suécia após a Guerra dos 30 anos tinha ganhado territórios e exercia a hegemonia no Mar Báltico e sua economia era agrária e comercial. As armas haviam mudado também, já foi abandonado o uso das armaduras e couraças (exceto pela França, Áustria e Prússia, que mantiveram esse tipo de armadura até metade do século XIX), os

mosquetes e canhões ganharam protagonismo nos campos de batalha e as espadas longas e rapieiras foram trocadas por sabres, colichermardes e espadins de combate. Desde Gustavus Adolphus, pai da artilharia moderna, a Suécia tinha um poderio militar muito grande, o exército foi reconstruído após a derrota na guerra da Escânia (1675-1679), a hegemonia estava assegurada no Báltico (VALENTIN, 1961). A guerra teve início quando a coalizão entre o Império Russo, Saxônia, Polônia e Dinamarca-Noruega atacou o império Sueco.

Esta guerra foi representada nas letras das músicas do álbum “*Carolus Rex*” da banda sueca Sabaton. Nosso foco se voltará para as representações do fato nas letras das músicas deste álbum.

**Imagem 1: Banda Sabaton, Integrantes da banda Sabaton: Joakin Bróden (vocal), Pär Sundström (baixo), Chris Rörland (guitarra), Tommy Johansson (guitarra) e Hans Van Dahl (bateria).**



Disponível em

<http://www.nuclearblast.de/en/label/music/band/about/71102.sabaton.html>, acesso em 28/04/2018.

Nos estudos de Rodrigues acerca da Banda Sabaton é aponta que

Ao contrário de outras bandas com muito tempo na ativa, o Sabaton não possui muitas informações disponíveis sobre sua origem. Sabe-se que a banda se formou em 1999 na cidade de Falun, Suécia, tendo lançado no ano 2000 a demo *Fist For Fight*. O álbum trazia uma sonoridade mais voltada para o *Power Metal*, e no que concerne aos aspectos líricos, o grupo se mostrava fortemente influenciado por bandas como a estadunidense Manowar, tendo inclusive contratado para a criação da capa do álbum o artista Ken Kelly, que por muito tempo trabalhou com a citada banda. Nesse meio tempo, o Sabaton se dedicou principalmente a tentar se consolidar na cena musical local. Já no ano de 2005 o Sabaton lança seu primeiro álbum oficial, *Primo Victoria*, sendo majoritariamente composto por músicas com a temática sobre guerras que consagrou a banda no futuro (2016, p. 67).

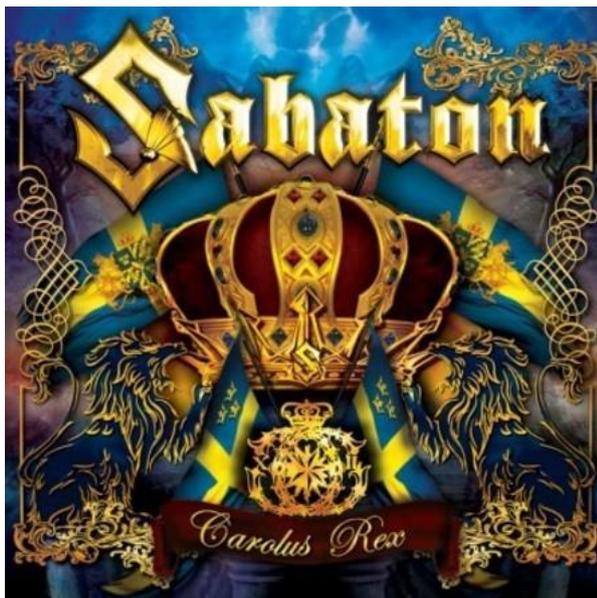
Assim, entende-se que as músicas produzidas pela Banda Sabaton têm a perspectiva de trazer à tona os fatos bélicos.

Formular músicas acerca de guerras oportuniza outros olhares para esses fatos, visto que o cinema utiliza dessa temática de forma expressiva.

Neste formulário vemos o uso da memória entrelaçando com versos e som, que desdobra em uma possibilidade de evidenciar indivíduos, acordos, batalhas, conquistas, derrotas, frustrações e mortes.

Outra materialidade para nosso estudo é capa dos LPs da Banda. Trazemos neste momento duas capas dos álbuns da Banda Sabaton, que oportunizam dialogar com alguns elementos que são representados nas músicas.

**Imagem 2: Capa da versão em inglês do álbum Carolus Rex**



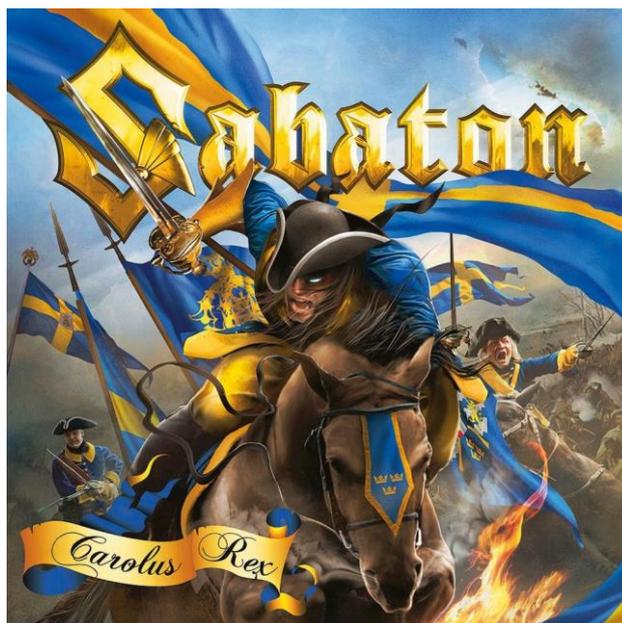
Nuclear Blast Records, 2012. Disponível em <http://www.nuclearblast.de/en/products/tontraeger/cd/cd/sabaton-carolus-rex.html>, acesso em 28/04/2018

A capa da versão em inglês é diferente da versão sueca. Nota-se a presença forte do azul e dourado que são as cores da bandeira sueca, ao centro a coroa imponente representa o poder absoluto do monarca do Império Sueco, na época em que a guerra acontece Carlos XII.

Os leões são do brasão de armas da casa Palatinado-Zweibrücken, casa real que governou o Império Sueco entre 1654 e 1720. Dinastia a quem Carlos XII pertencia, compreendendo o leão é um animal que representa força, domínio. De 1611 a 1718 a Suécia exerceu domínio no mar báltico e na região da Escandinávia. O Rei Gustavus II Adolphus da casa Vasa, casa que antecedeu a Palatinado-Zweibrücken, e que governou a Suécia entre 1611 e 1632 era conhecido como “O Leão do Norte”, também pai da artilharia moderna.

Como nos aponta Santaella, “para lermos uma imagem, deveríamos ser capazes de desmembrá-la parte por parte, como se fosse um escrito, de lê-la em voz alta, de decodificá-la, como se decifra um código, e de traduzi-la, do mesmo modo que traduzimos textos de uma língua para outra” (2012, p. 12).

**Imagem 3: Capa da versão sueca do álbum Carolus Rex**



Nuclear Blast Records, 2012. Disponível em

<http://www.nuclearblast.de/en/products/tontraeger/cd/2cd/sabaton-carolus-rex.html> acesso em 28/04/2018 às 17:51

Esta é a versão sueca do álbum. Diferentemente da versão em inglês ela traz a representação de soldados Karoliner, os soldados de Carlos XII. O soldado é apresentado com uma expressão de fúria, pronto para o combate, há sempre a presença da bandeira sueca.

Se perceber ao fundo no canto direito da para perceber um fragmento da pintura da Batalha de Narva, a batalha aonde o poderio militar dos Karoliner começou a ser mostrado. A imagem na capa traz o soldado em movimento de combate, em embate direto com seu inimigo. Bravura e força se misturam na configuração da postura deste combatente. Outra questão é o equilíbrio estabelecido quanto ao manuseio da espada e sua condução sobre o cavalo.

Ao estar destacado na capa, demonstra a figura que lidera o tropa que vem logo a atrás.

Desta forma, o despertar da criticidade, ao trabalhar com capa dos LPs, compreendemos como uma fonte imagética, assim dialogamos com Paiva,

a iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutidas as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada [...] .Não são raros os casos em que elas passam a ser tomadas como verdade, porque estariam retratando fielmente uma época, um vento, um determinado costume ou uma certa paisagem (2006, p. 17).

Com essa perspectiva, a análise das imagens das capas dos LPs dos álbuns da banda Sabaton configura estabelecer o diálogo com os aspectos que constroem valores referente a produção musical.

## 2.Cantando a Grande Guerra do Norte

Ao elencar músicas que trazem um evento bélico por uma banda de rock traz certa peculiaridade, pois oportuniza nova postura no que se refere a questão de

produto cultural. Traduz novo panorama ao que circula na sociedade, devido ao senso comum, o rock traz questões ligada a juventude, política, reivindicações, escárnio, entre outros temas.

A música, com seu poder de dialogar com estados afetivos (seja exclusivamente por seus aspectos líricos ou pelos musicais, normalmente ambos simultaneamente), é uma poderosa ferramenta de comunicação. A partir de sua própria linguagem e suas peculiaridades, ela pode estabelecer conexões com a 'bagagem cultural' dos indivíduos que a consomem, algo que é pertinente ter em vista ao analisarmos músicas com temáticas de guerra (RODRIGUES, 2016, p. 66)

O poder da música possibilita a não somente a lazer, passa tempo, mas também conhecer fatos históricos, como no caso das músicas da Banda Sabaton, que traz o rei Carlos XII, símbolo do Absolutismo na Suécia, que subiu ao trono jovem, com 17 anos. Assim como Napoleão, mas cem anos antes, Carlos XII se auto-corouou, ato este que assustou a nobreza presente na sua coroação (VALENTIM, 1961).

Na música "Carolus Rex", a que nomeia o álbum e leva o nome do rei, este orgulho e poder absoluto fica evidente durante toda a música, tendo como exemplo os seguintes recortes:

"All that's thine  
Shall be mine  
There's no stopping me  
All over europe  
My rule shall be questioned by none"

"Tudo que é seu  
Será meu  
Não há como me impedir  
Por toda a Europa  
Minha ordem não deverá ser  
questionada por ninguém"

O recorte acima nos mostra a atitude do rei Carlos, do indivíduo rei, ao debruçar suas forças na coroa. Nota-se a concentração do poder absoluto e que ele define o não questionamento das suas ordens. Notamos também a imposição dos seus preceitos e exigências como a única forma de governo na Suécia, a concentração dos poderes nas mãos do monarca.

Partindo destes aspectos uma das hipóteses para o "desafeto" em especial com Pedro, seria puro ego e/ou expansionismo. Formou-se contra Carlos XII uma coalizão entre o Império Russo, Saxônia, Polônia e Dinamarca-Noruega, cobijavam os territórios suecos, mas esta cobiça também tinha por trás sentimentos revanchistas devido à antigas derrotas destes reinados sofridas pelas mãos do Império Sueco.

Por trás das cobiças dinásticas estavam ainda outras formas impulsoras, não era só a velha rivalidade entre Polônia e Dinamarca de um lado e a Suécia de outro e sim, também, a resistência do patriotismo local contra o domínio estrangeiro sueco (VALENTIM, 1961, Tomo 3, p. 163).

A guerra começa com um ataque da coalizão ao porto de Narva, aonde os exércitos se enfrentam, Suécia contra Rússia, a nevasca tinha mudado de direção com o vento indo direto na direção dos russos, dificultando sua visão e garantindo uma vantagem aos suecos. As batalhas conseqüentes foram marcadas por vitórias suecas.

No fragmento "Tudo o que é seu/será meu" aponta para a postura expansionista que regida a ação militar de Carlos. O recorte acima nos mostra a atitude do rei Carlos, do indivíduo rei, ao debruçar suas forças na coroa. Nota-se a

concentração do poder absoluto e que ele define o não questionamento das suas ordens. Notamos também a imposição dos seus preceitos e exigências como a única forma de governo na Suécia, a concentração dos poderes nas mãos do monarca.

Fraustadt (13/02/1706) foi um exemplo do poderio militar sueco contra os saxões e os russos, o “desafeto” entre Carlos XII e Pedro, o Grande, se evidencia nesta batalha. Carlos XII se encontrava na Polônia para tomar o trono do rei Augusto, o Forte, também eleitor da Saxônia. Augusto dispunha de uma cavalaria de 20 mil homens e pretendia atacar os suecos em duas posições aplicando o movimento Martelo e Bigorna. Empurrando os suecos para Grodno na fronteira russa direto de encontro com 30 mil russos, porém, Carlos XII junto com o General Carl Gustav Rehnskiöld os surpreenderam, espiões tinham descoberto o plano dos saxões. Os suecos estavam em desvantagem, mas o vento empurrava a fumaça dos mosquetes nos olhos dos saxões e russos (VALENTIM, 1963).

Nesse cenário de guerra, a música Carolus Rex traz uma exaltação ao exército sueco, descrevendo sua força e resistência diante do combate.

“See the Caroleans standing tall  
All for one and one for all  
Enemies fall at their feet  
Begging for their mercy  
See the Caroleans standing tall  
Conquer lands and slaughter all  
Enemies fall at their feet  
Victory and great defeat”

“Veja os Carolinos resistindo  
Um por todos e todos por um  
Inimigos caem a seus pés  
Implorando por misericórdia  
Veja os Carolinos resistindo  
Conquistar terras e matar a todos  
Inimigos caem a seus pés  
Vitória e grande derrota”

Neste recorte nota-se a atuação do indivíduo soldado no campo de batalha, ele deve ser feroz e implacável, deve ter ímpeto no combate e não ter piedade de seus inimigos. Formula-se a imagem do soldado que resiste de forma eficaz. A força dessa imagem traduz que os inimigos clamem por clemência e misericórdia. Ao tempo que evidencia a força, também compreendemos o medo que a atuação do exército sueco inflige aos seus inimigos, conforme a música.

O exército sueco ganhou esta batalha estando em desvantagem e sem artilharia, mostrando a potência militar sueca. A evidência do “desafeto”: o exército sueco aplicou o movimento pinça cercando os inimigos pelos flancos e os rodeando, os saxões foram liberados, mas os russos foram todos mortos. “Os cercamos/olhe em seus olhos/eles imploram por suas vidas/terra da matança, mesmo que você se renda/vire-sevocê nunca sobreviverá/terra de matança na Batalha de Fraustadt” (SABATON, CAROLUS REX, 2012).

O combate corpo a corpo é exposto pelo fragmento da música. Uma guerra não se traduz apenas pelos acordos e diplomacia, é nítido a presença de morte. O fragmento traz o território polonês com o palco da guerra, denominado como “terra da matança”.

O confronto “olhe em seus olhos” aponta para uma postura de superioridade frente ao inimigo, pois demonstra a estrutura e força militar que não é permeada pela piedade e misericórdia.

Um rei sueco penetrou novamente no coração da Alemanha e instituiu-se legítimo patrono de todos os protestantes perseguidos, obtendo do imperador a tolerância para seus correligionários. (...) Esse exército e seu

rei pesaram sobre a Europa central com uma força irresistível(VALENTIM, 1961, ,p. 169).

Depois da vitória em solo polonês, dirigem a região germânica. Carlos XII havia se assegurado no fronte oeste da guerra, após Fraustadt ele marchou pela Ucrânia até Poltava, a partir deste acontecimento, da sua teimosia e de um erro de Carlos a derrota sueca tinha sido demarcada.

Poltava foi a batalha aonde o início da derrota sueca foi marcada. Carlos XII fez seu exército marchar por quilômetros, desgastando os homens, para atacar a fortaleza russa em Poltava. Homens desgastados contra homens descansados e bem providos, algumas fontes divergem quanto ao número de soldados, algumas 20 mil suecos contra 45 mil russos, outras 18 mil suecos contra 75 mil russos.

O fragmento abaixo traz a guerra no seu desenrolar, trazendo o combate e as estratégias:

Russian armies blocked their way  
20 000 lost that day  
They bled the ground  
Peace they found  
There's no sign of victory  
King Carolus had to flee  
And leave the land  
Leave command  
Madness, curse your feeble horde  
Fear me, you'll die by my sword

Exércitos russos bloquearam a  
passagem  
20 000 perderam naquele dia  
Eles sangram no chão  
Paz eles encontraram  
Não há sinal de vitória  
Rei Carolus teve que fugir  
E deixar a terra  
Deixar o comando  
Loucura, amaldiçoa sua horda fraca  
Tema me, você vai morrer pela minha  
espada

Este trecho remete ao fracasso que foi esta batalha para os suecos. Nele se nota a enorme perda para o exército da Suécia, a fuga forçada do rei Carlos XII e os dois últimos versos demonstram certo descontrole emocional por parte do mesmo e uma tentativa de ainda esmagar seu oponente. Um erro estratégico custou a vitória e marca o início da derrota sueca.

Essa batalha deixa evidente o orgulho, a teimosia e a impetuosidade de Carlos XII, este posteriormente abandonou o campo de batalha devido a ferimentos de batalha. Poltava selou o destino da Suécia.

Vemos aqui, na música apontar que o poder que é configurado pelo rei cai por terra como a sua fuga, ao deixar seu comando. A liderança traduz força, mas conforme sua teimosia e não planejamento, essa força se desfaz.

“Em Poltava foi enfrentado pelo Czar; algo elementarmente russo se opôs aos intrusos. Isso foi o aniquilamento da gloriosa fama guerreira sueca” (VALENTIM, 1961, p. 170). Após a batalha Carlos XII fugiu para o Império Otomano, durante seu exílio ainda sonhava em atacar o inimigo, como descreve Valentim:

De fato, o Império Otomano renovou a guerra contra a os russos e a posição do czar perigou por muitas vezes, mas o colosso russo não podia mais ser atingido no coração. (...) perdeu Carlos XII cinco preciosos anos de sua vida, abandonado por todos, até mesmo pelo melhor do seu “eu”, e no entretanto seu infeliz país estava sendo repetidamente assaltado pelos vizinhos sequiosos de presas.”(VALENTIM, 1961, , p. 170).

Carlos viu seu orgulho e o poderio de seu país sendo pisoteados em Poltava, a guerra ainda se arrastaria, a teimosia de Carlos o cegou, geraria isto um certo descontentamento em seus homens? O destino final o aguardava.

O destino final de Carlos XII após voltar de seu exílio no Império Otomano se deu na Batalha de Fredrikshald, na Noruega. Carlos XII foi morto no cerco à cidade numa trincheira, não se sabe quem o matou.

“Who shall we now turn to, when our  
leaders lost their heart?  
Lives are lost but at what cost, will the  
grand dream fall apart?  
Killed by his own or by his foes, turned  
the tide  
300 years still no one knows, the  
secret remains  
Broken dreams so grand, sing of his  
final stand, long live Carolus  
(...)  
Fredrikshald, what happened there,  
will it ever come to light?”

“A quem nos voltaremos agora, que  
nossos líderes perderem o coração?  
Vidas são perdidas, mas a que custo?  
Será que o grande sonho cairá?  
Morto por seus aliados ou por seus  
inimigos, a maré virou  
300 anos e ninguém descobriu, o  
segredo continua  
Grandes sonhos desfeitos, cantam sua  
última batalha, longa vida à Carolus  
(...)  
Fredrikshald, o que aconteceu lá, vai  
algum dia ser revelado?”

Este trecho aborda a questão do mistério de 300 anos de idade: “Quem matou Carlos XII?”, sobre não saber o que aconteceu em Fredrikshald e se um dia será revelado. Esta pergunta tentará ser respondida seguindo os seguintes pontos:

- O alcance de um mosquete é de 90 a 100 metros, ele nunca ficava na frente de batalha;
- Carlos não cometeria suicídio, pois era muito religioso, mesmo no protestantismo o suicídio é um dos piores pecados.
- As imagens da autópsia realizada em 1916 revelam um tiro forte no rosto, o tiro foi perto.
- O desgaste teria gerado revolta em um soldado? Os soldados comuns o temiam e respeitavam, se foi um soldado seria alguém de alta patente.

Aborda que os grandes sonhos de Carlos foram desfeitos, os sonhos de grandeza, de esmagar seu oponente, uma talvez soberania não só no mar Báltico mas como em todo o leste europeu? Traz também o questionamento de um soldado sobre a quem eles deveriam servir agora que o império sueco se desmantelou e Carlos XII morreu.

Sua morte forçou uma paz e trouxe o fim da guerra, o império foi desmantelado e novas possessões foram entregues aos países vencedores da guerra.

O último período da Guerra Nórdica trouxe o fatal desastre da Suécia. Seu heróico e louco rei Carlos XII, de volta depois de tanto tempo na Turquia, teve uma morte de soldado, única que lhe conviria, e prestou com isso ao país esgotado pelo menos ainda um serviço: facilitar uma paz de renúncia necessária. À nobreza sueca coube uma ingrata herança.(VALENTIM, 1961, p. 184).

Carlos XII foi trazido a pé por seu exército pelas montanhas da Noruega até chegarem na Suécia, estima-se que dos quase cinco mil homens que partiram três mil morreram no caminho, um evento conhecido como Karolinernas Döds-march, a marcha da morte dos Karoliner, soldados suecos de Carlos XII.

Na letra da música “Ruina Imperii” é evocado esse momento difícil e doloroso dos soldados ao transportarem o corpo do rei Carlos XII.

Över fjäll, genom bitande köld går  
marschen  
De går med sänkta huvuden  
Återvänder  
Död, vänter Armfeldt och män  
Död, kungens män, vänder hemåt  
igen

Fränder, bröder, vår stormaktstid är  
över  
Vårt rike blöder, fanan står i brand  
Aldrig, aldrig, aldrig återvända  
Svea stormaktstid till ända

Sobre as montanhas, através do  
frio rigoroso eles marcham  
Eles vão com as cabeças  
abaixadas  
Retornando  
Morte, aguarda por Armfeldt e seus  
homens  
Morte, os homens do rei, voltando  
para casa de novo

Companheiros, irmãos, o nosso  
tempo como uma grande potência acabou  
Nosso reino sangra, a bandeira  
está pegando fogo  
Nunca, nunca, nunca mais voltar  
O grande poder sueco chegou ao  
fim

Na letra da última música do álbum, Ruina Imperii, retrata esta caminhada e de uma forma reflexiva o que causou e o que resultou a guerra:

Ambition och en strikt religion  
Drev svensken uti krig  
Hårda tider  
För sitt land, tog han vapen i hand  
Ett liv för rikets väl  
Karoliner  
Krig, givit allt vi förmår  
Krig, dödens år, satt sitt spår, vi  
består  
Ambição e uma religião estrita  
Levou os suecos a guerra  
Tempos difíceis  
Para seu país, ele pegou em armas  
Uma vida para o bem-estar do  
reino  
karoliner  
Guerra, demos tudo o que  
pudermos  
Guerra, os anos de morte, deixam  
suas marcas, perseveramos

Nestes dois últimos recortes está representado o fato da Karolinernas Dödsmarsch, a reação dos soldados e a reflexão por eles feita enquanto caminhavam de volta para a Suécia. Os esforços por eles empenhados, a situação da Suécia pós guerra, a possibilidade de nunca mais o poderio sueco retornar à grandeza que foi durante o império e que mesmo após todo o decorrer dos fatos eles irão perseverar.

Após a guerra o poderio sueco tinha sido destruído, o império em decadência, a paz foi estabelecida com o Tratado de Nystad (10/09/1721) e a Rússia emergindo como maior potência no mar Báltico.

**Imagem 6: Pintura da Marcha da Morte dos karoliners localizada no Museu de Gothenburgh na Suécia.**



Le Jour ni l'Heure : Gustaf Cederström, 1845-1933, Karl XII:s likfärd, Cönsiga, färd till Charles XII, musée de Gothenbourg, Suède, sam. 28 août 2010, 15:58:19

Disponível em <https://www.visitoestfold.com/no/halden/Fredriksten-festning/Karl-XII/Gustav-Cederstrom-og-Karl-XIIs-likferd/>. Acesso em 18 de maio de 2018.

A imagem retrata justamente a marcha da morte. Nota-se todos os soldados com expressões de tristeza, melancolia e em trajes de frio, alguns ainda feridos em decorrer da última batalha.

Na frente um soldado com a espada em punhos guia a marcha de volta à Suécia, ao fundo as montanhas da Noruega e no canto esquerdo um senhor de idade com suas netas em expressão de luto, tristeza e cabeças baixas em respeito ao falecido. Essa pintura sintetiza todo o sentimento descrito na letra da música Ruina Imperii.

### 3. Algumas Conclusões

Pensar a música constitui um convite para a historiografia, por meio das músicas de diferentes estilos pode-se compreender um pouco o contexto histórico em que foram produzidas. A música retrata a realidade por meio de linguagens específicas, configurando oportunidade de conhecer as metáforas estabelecidas para discutir a realidade.

Carlos XII foi uma figura que marcou o início do século XVIII, um rei que soube governar mesmo sendo impetuoso, bravo e teimoso, um símbolo do absolutismo que daria orgulho à Luis XIV e à Maquiavel, mas deixou justamente sua teimosia o cegar e o levar à derrota no campo de batalha.

A banda Sabaton utilizou da música para a representação de uma parte de sua história, da sua cultura e identidade nacional. Ao analisar as letras espera-se que mostre

uma nova perspectiva de pesquisa e também que seja mostrada uma forma diferente de estudar história, utilizando as representações dos eventos e dos fatos nas letras em diversas áreas de estudo e pesquisa dentro da história. E utilizando deste método para uma contribuição ao meio acadêmico seria uma forma também de despertar interesse na matéria de História através da veiculação midiática direcionada ao público que tem apreço por estes estilos musicais e que tenham interesse em estudar mais. Não se limita esta característica de representação à banda Sabaton, há um leque muito amplo neste tema, representações de culturas de diversas civilizações em diversas bandas espalhadas pelo mundo, esperando para serem estudadas.

#### **4.Referências Bibliográficas:**

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, s/d.

MATOS, Marialzilda Santos. História e oralidade: os territórios de Adoniran Barbosa. **Projeto História** (PUCSP), São Paulo, v. 22, p. 259-281, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música**: história cultural da música popular. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagem**. 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006

PARANHOS, Adalberto. A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo. **Revista Arte-cultura**. Uberlândia – MG, nº9, jul-dez, 2004.

PRADO, Gustavo dos Santos. **“A verdadeira Legião Urbana são vocês” (1985-1997)**. Dissertação de Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Icles.**Histórias e memórias da Segunda Guerra Mundial e do pós guerra no leste europeu a partir do Heavy Metal**: análise da obra da banda Sabaton. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2016.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: Bresciani, M.S; Naxara, Márcia. (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VALENTIN, Veit..**História Universal**. Tomo 3,Livraria Martins Editoras: São Paulo, 1961.

Músicas:

- Carolus Rex, Sabaton, Nuclear Blast, 2012.
- Killing Ground, Sabaton, Nuclear Blast, 2012.
- Poltava, Sabaton, Nuclear Blast, 2012.
- Long Live the King, Sabaton, Nuclear Blast, 2012.
- Ruina Imperii, Sabaton, Nuclear Blast, 2012.

# O ESCÁRNIOS DOS OPRIMIDOS NO JORNAL “OS FERRÕES”

ARTUR JOSE DA SILVA VILELA  
ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA  
Universidade do Vale do Sapucaí

## INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas pela ampliação da concepção de documento, incorporando-se a perspectiva de que todo documento, é também um monumento. Os impressos não estão ausentes destes debates, durante décadas a imprensa foi considerada uma fonte não confiável, foi durante a mudança na percepção e no entendimento de que toda a fonte histórica deve ser problematizada a partir de suas próprias subjetividades e intencionalidades que a forma como devemos abordar estas fontes mudou.

A imprensa vem sendo utilizada como fonte de pesquisa em diversas áreas das ciências sociais, como apontam Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto “da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa. Nos diversos níveis de ensino e em diversas áreas, a imprensa transforma-se, de forma crescente, em suporte didático-pedagógico na sala de aula” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 12).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, tornou-se necessário a compreensão das vertentes que orientam a produção e circulação dos materiais impressos, mais especificamente aqueles que se intitulavam como jornais, e que circulavam na sociedade brasileira, e algumas categorizações, segundo suas intencionalidades e possíveis significados para seus leitores. Portanto, compreende-se que a diferença entre a imprensa oficial e a imprensa alternativa é um fator crucial para a continuidade da análise. Mesmo que essas denominações não estivessem categorizadas na época. A luta pela liberdade de imprensa sempre foi um fator que compunha o cenário do Império Brasileiro na segunda metade do século XIX, sendo uma das bandeiras levantadas, principalmente pelos jornais alternativos, que se opunham a imprensa oficial apoiadora da política autoritária do Império. Esses jornais foram alvo de perseguições políticas, censura e exclusão.

A comunicação alternativa como o próprio nome indica, se caracteriza por ter um posicionamento diferente, Cicilia Khroling Peruzzo destaca que ela “pretende ser uma opção enquanto canal de expressão de conteúdos ‘infocomunicativos’ em comparação à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora” (PERUZZO, 2009, p, 134), as quais correspondem aos interesses da classe que as financiam. Tradicionalmente, a mídia oficial age no sentido de legitimar e autenticar o poder das classes dominantes, e por ser de grande circulação encontra espaço favorável a sua comercialização.

A imprensa comercial nessa época foi a grande responsável por produzir uma mediação na economia, que na maioria das vezes não correspondiam os valores do mercado, mas que servia como base para atribuir valor aos produtos e serviços. Neste sentido, diferenciava-se da imprensa alternativa, essa que por sua vez atuava nas

entranhas da sociedade, sendo importante para articulação de interesses distintos e que se opunham a lógica estabelecida pela sociedade.

Houve tempos em que produzir e difundir conteúdos em boletins, panfletos e jornais significava risco de condenação política, prisão, exílio, etc. No dia 15 de junho de 1875 o jornal “Os Ferrões” de responsabilidade de José do Patrocínio<sup>7</sup> e Demerval da Fonseca<sup>8</sup> publica sua primeira edição, com o objetivo de dar “ferroadas” a elite carioca.

A partir da análise dos elementos que compõe a capa do jornal – título e subtítulo percebe-se que o humor e o deboche foram os caminhos trilhados pelos redatores na construção da crítica aquela sociedade. O Escárnio dos Oprimidos era na verdade a leitura social feita por dois homens livres de cor sobre a sociedade carioca.



**Imagem I. Capa da primeira edição de Os Ferrões publicado 15 de Junho de 1875: Disponível no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>**

Em pesquisas realizadas na hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil e pelo número de edições do jornal, sabemos que este periódico foi publicado por apenas seis meses, tratando-se de um quinzenário contendo cerca de trinta páginas por edição. Não havia pluralidade de colunas, seu conteúdo textual era apresentado em uma lauda com texto centralizado, havendo poucas divisões de conteúdos. Os textos apresentavam-se de forma longa, com poucos parágrafos e com letras grandes, em forma de livreto, o que também nos remete a reflexão de suas intencionalidades e de seu enfoque, que era postular uma apresentação transparente e agradável, possibilitando maior acessibilidade para análise e reflexão das críticas para seus leitores.

---

7

Escritor, jornalista e abolicionista do Rio de Janeiro. Filho de mãe escrava com um padre que financiou seus estudos até se formar em Medicina, ao fim da faculdade dedicou sua vida a causa negra. Iniciou seu trabalho no jornalismo escrevendo o Jornal “Os Ferrões” era muito jovem, na época com 20 anos.

<sup>8</sup> Médico e amigo de Patrocínio também redator de “Os Ferrões”.

A organização interna dos conteúdos textuais era estabelecida a partir de temas e divisões por subtítulos, abordando os assuntos mais diversos da vida cotidiana da cidade, em especial aqueles relacionados às ações da Família Imperial e do Congresso Provincial. Com aproximadamente trinta páginas o periódico não trazia seu preço, não apresentava endereço de sua redação, muito menos o valor de compra. Apresentava variações entre o emprego de linguagem culta, referências de obras da literatura europeias, bem como expressões presentes na linguagem popular, perceptíveis principalmente quando do os redores fazem uso da sátira e do humor para a crítica social, o que leva a crer que, ainda assim era destinado a um público seletivo, formado por intelectuais e políticos, mas, podendo também ser lido por outros sujeitos.

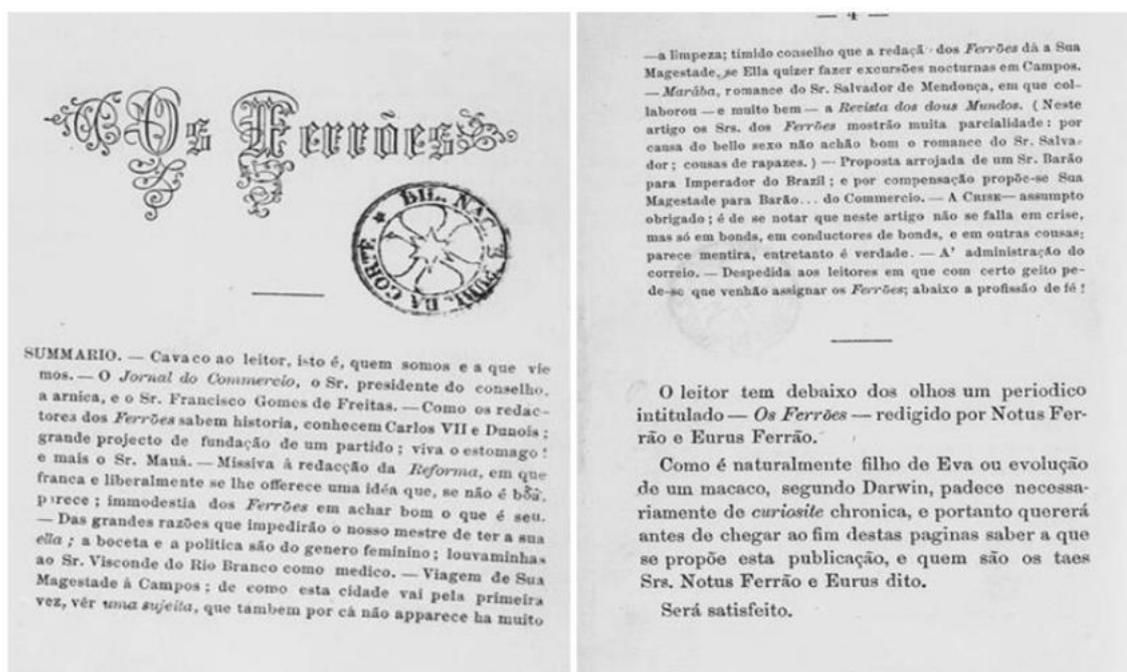


Imagem II. Detalhe do jornal Os Ferrões. Edição de 15 de Junho de 1875, pps.02,03. Disponível no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A respeito da trajetória de vida dos jornalistas, pode-se constatar uma ausência de referências sobre “Os Ferrões”. Grande parte dos trabalhos referentes principalmente a vida de José do Patrocínio, destacam seus escritos e sua participação na *Gazeta da Tarde*<sup>9</sup>, e na *Cidade do Rio*<sup>10</sup>, jornais que seguiam o formato tradicional e comercial, circulando em um período onde os discussões sobre o pensamento Liberal, a República e a Abolição pairavam por toda a corte.

A ausência de informações sobre a trajetória de vida de Demerval da Fonseca é um ponto de interrogação sobre o tema, quando comparada a quantidade de vestígios deixados por Patrocínio, invisibilizado também em publicações posteriores de seu companheiro, como o conjunto intitulado “A Campanha Abolicionista<sup>11</sup>” em que não é

<sup>9</sup> Jornal onde José do Patrocínio teve um notório reconhecimento dado sua intensa luta contra o regime escravagista iniciando seus trabalhos no ano de 1877.

<sup>10</sup> Jornal fundado no ano de 1887 onde intensifica seus ataques em prol da abolição.

<sup>11</sup> Conjunto de várias publicações reunidas dos três maiores jornais onde José do Patrocínio passou a maior parte de sua luta pela causa abolicionista.

feita menção ao nome de Demerval, o que leva a crer num possível afastamento dos redatores após as publicações de *Os Ferrões*.

A particularidade da escrita de “*Os Ferrões*” é o ponto crucial para esta análise, pois em sua apresentação é notório o tom satírico de seus textos, sendo o humor a principal ferramenta no jogo metafórico, com o objetivo de produzir a crítica social. Em seu sumário pode-se notar o tom debochado e certa fineza intelectual ao afrontar o jornal mais popular do Rio de Janeiro na época, o “*Jornal do Commercio*”, como também a figura ilustre do Barão de Mauá<sup>12</sup>, que recebeu o título um ano antes.

SUMMARIO. – Cavaco ao leitor, isto é, quem somos e a que viemos. – O *Jornal do Commercio*, o Sr. Presidente do conselho, a arnica, e o Sr. Francisco Gomes de Freitas. – Como os redactores dos *Ferrões* sabem história, conhecem Carlos VII e Dunois ; grande projecto de fundação de um partido; viva o estomago ! e mais o Sr. Mauá. – Missiva á redacção da *Reforma*, em que franca e liberalmente se lhe offerece uma Idéa que, se não é boa, parece ; immodestia dos *Ferrões* em achar bom o que é seu. (*Os Ferrões*, 15 de junho ,1875, p, 2)

O jornal aponta para múltiplas possibilidades de reflexão a cerca de sua apresentação, principalmente pelo fato de ser um jornal independente e não alinhado ao governo ou ao modo de operar da imprensa oficial.

Grande parte da imprensa oficial dependia da publicação dos expedientes do governo para a manutenção de suas funções, o baixo número de anúncios publicitários dificultava certa independência, sendo assim muitos jornais comprometiam-se com a defesa do regime político, servindo de base para apoio a grupos políticos. *Os Ferrões* aparecem neste primeiro momento divergindo sobre este posicionamento, sua leitura social crítica e feita a contrapelo daquela sociedade, era realizada por dois sujeitos de gostos refinados, e ao modelo culto elitizado da escrita, e que faziam do jogo metafórico e linguístico ferramenta seus objetivos.

## 1. NOTUS FERRÃO E EUROS FERRÃO.

Os rumores sobre determinadas pautas e assuntos, sempre foram comuns em todas as sociedades, o que faz parte dos códigos linguísticos constitutivos dentro do discurso escrito (CARVALHO, 2000). Em uma sociedade hierarquizada onde a reputação lhes determinava o papel social, não é interessante uma exposição iminente, embora muitos pontos já indicavam que os profissionais envolvidos diretamente com a imprensa escreviam através de pseudônimos.

O anonimato permite a participação política sem implicar sanções diretas e sem comprometer a posição social do autor ou suas eventuais ligações com pessoas de prestígio, seja pelo fato de desfrutarem uma determinada condição econômica seja por ocuparem cargos administrativos importantes. (DE SALLES OLIVEIRA, 1995 p, 196).

As edições de *Os Ferrões* circulavam em espaços públicos, podendo ser lido por um público simpatizante ou não das causas republicana e abolicionista. Destarte, o

---

<sup>12</sup> Um dos homens mais ricos do período imperial, responsável por investir nas linhas férreas facilitando o escoamento da produção interiorana.

anonimato se configurava como método de estabelecer um eco a múltiplas vozes, bem como assegurar os princípios de liberdade, caracterizados em uma imprensa anônima.

Como é naturalmente filho de Eva ou evolução de um macaco, segundo Darwin, padece necessariamente de curiosidade crônica, e portanto quererá antes de chegar ao fim destas páginas saber a que se propõe esta publicação, e quem são os seus Srs. Notus Ferrão e Eurus dito. (Os Ferrões. 15 de junho, 1875 – e. 0001. p, 3)

De forma sutil denunciava o conceito racial ao fazer alusão sobre o debate em torno das categorias raciais, fruto das Teorias Raciais que circulavam na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, e estabelece os alvos de suas ferroadas, atacando algumas das instituições mais legitimadas do país, inclusive a Igreja, possuidora também de escravos. Os autores estabelecem os critérios estéticos de sua escrita, abrindo mão da escrita rebuscada e dos discursos elogiosos.

O emprego do termo “curiosidade crônica” neste trecho pode ser entendido como uma característica nata do ser humano, seja ele negro ou branco, advindo tanto de um imaginário religioso, quanto do desenvolvimento das teorias evolucionistas, as quais aqui podem ser também analisadas, pois se configuravam em período onde o desenvolvimento das teorias raciais ascendia no Ocidente a partir da reorientação intelectual, como uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade.

Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça, que em tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

Sendo este discurso o resultado de investidas contra os pressupostos igualitários colocados com o fim de Estados Governados pelo Regime Absolutista e do caminho possível para a construção da cidadania, mas ao mesmo tempo representava o “triunfo” europeu sobre os demais povos como um resultado estipulado biologicamente, também conhecido como Darwinismo Social<sup>13</sup>. Resumindo a “curiosidade crônica” como um elemento temporal aprimorado do ser humano que doravante corresponde no jornal ao que “quanto mais se lê, mais se tem vontade de ler”, neste sentido sendo considerado o fruto de um aprimoramento, ou divino, ou biológico. Ao se referir ao posicionamento do jornal posteriormente diante aos “ferroados” continua:

“Ignorando tanto a retórica do insulto quanto a do panegyrico, procuram as nossas ferroadas as partes mais sensíveis, porém as menos mortais, dos ilustres ferroados”. (Os Ferrões, 1º de junho a 15 de outubro de 1875. p, 5).

O modo sutil ora intercambiada pelo tom de ironia e deboche constitui a excentricidade do jornal, o que estimula a curiosidade para saber até onde vai o atrevimento dos redatores, que não escondem a condição de efemeridade da imprensa, fazendo referência a pouca durabilidade dos jornais naquela época. Os mesmos não deixam de fazer alusão à censura imposta pelo regime, e da elite abastada que outrora seria alvo de ferroadas.

“Si a indiferença não suffocar-nos, esperamos ser uteis a nós mesmos e a pátria; si porém seguirmos a regra geral, pedimos aos nossos leitores uma coroa de missas por alma dos Redactores dos Ferrões.” (Os Ferrões, 15 de junho de 1875 p, 5).

---

<sup>13</sup> O Darwinismo Social descreve os conceitos de luta por sobrevivência para justificar a distinção das sociedades entre capazes e incapazes e de se sustentar aptas a evolução, conceito que motivou as ideias de eugenia, racismo, fascismo e nazismo.

Neste sentido, pode-se perceber que seus redatores já estavam preparados para o confronto destes com membros das classes dominantes carioca, identificadas na construção do periódico, como os “ilustres ferroados”, são eles, membros do conselho, diretores de jornais, membros da corte, bem como homens ricos e fazendeiros.

As tensões estão ali presentes de forma sutis, os redatores reconhecem os riscos e os perigos de afrontarem sujeitos pertencentes a classe dominante, por reconhecerem que isso poderia ser causa de mortes, ao se referir a coroa de missas. Outro ponto desse fragmento é “Si a indiferença não suffocar-nos, esperamos ser uteis a nós mesmos e a pátria” a indiferença referem-se ao ostracismo a qual era relegada toda voz dissonante naquela sociedade, a nós mesmos no sentido de serem oprimidos por uma elite proprietária de escravos que apoiava a monarquia, e a pátria naquela sociedade, no sentido de um afloramento crítico sobre as questões levantadas pelo jornal, principalmente a crítica à austeridade política, sendo principalmente caracterizada pela luta abolicionista, dentre outras causas republicanas, neste período.

Outro ponto e talvez um dos mais latentes que só é possível compreender depois de checar outras fontes, é quando aparece: “Uteis a nós mesmos e a pátria.” Pois ao se tratar de que ambos são homens negros livres, perpassa o significado de “nós mesmos”, considerando que a grossa maioria dos homens negros era analfabeta, o jornal se destinaria a leitores que por sua vez também seriam intelectuais. Por tanto o sentido de fazer o eco de múltiplas vozes no que se referem a temas como a escravidão, entre outros levantes da bandeira republicana.

## 2. SARCASMO, IRONIA E RESISTÊNCIA.

A historiografia passou por uma constante mudança no decorrer do tempo, sendo a escrita da História resignificada, ao passo que diferentes metodologias foram postas a prova no modo de interpretá-la, contribuições de correntes e pensamentos contribuíram para este processo, dentre elas o Positivismo, o Marxistas, os Annales e a Nova História. Assim, compreende-se a necessidade constante de uma reescrita da história, a cada época, novos métodos, novos objetos, novos olhares, novos tipos de fontes, a cada presente, a História atualiza a relação entre futuro e passado.

Neste sentido, a importância de compreender alguns conceitos se torna fundamentais na História, em especial para este trabalho o sarcasmo e a ironia, o primeiro se referindo ao caráter zombatório e quanto a ironia a sobreposição de ideias propositalmente contrária ao que se exprime o que realmente se acredita, certo que a diferença entre os dois conceitos possuem características próprias o que no torna-se perceptível nas páginas de “Os Ferrões”. O sarcasmo de forma mais escrachada utilizando de palavras a fim de provocar o riso voltado a fins humorísticos, a ironia aparece em situações mais sutis, com tons de crítica e até uma carga de certa censura

Neste espaço, configura-se um espaço onde a imprensa pode ser pensada como um “tribunal de ideias políticas e dos atos do poder”, como afirma Tássia Toffoli Nunes (2010. p, 16), ou seja, o papel da imprensa como meio de moldar o pensamento político da população, certo que tais funções construíram um espaço de debate público com a Monarquia, podemos considerar essa afirmação a ponto de como esta carta dirigida de D. Pedro II à Princesa Isabel, no ano em que assumiria a primeira vez a regência:

“Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações da imprensa e de qualquer outro meio de exprimir opiniões, quando não se deem perturbações da tranquilidade pública, pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas, ou se combatem por seu excesso ou por meios semelhantes, menos no excesso. Os ataques ao Imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados

peçoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário.” (Carta de Dom Pedro primeiro para princesa Isabel durante a sua primeira regência no ano de 1871. Disponível no Site da Federação Nacional da Imprensa (FENAI): <http://fenai.org.br/2013/08/23/no-imperio-a-imprensa-e-livre/>. Acesso em 18.mar.2018.)

É interessante a tolerância de D. Pedro II as críticas postas a ele, os conflitos entre diferentes interesses da política partidária, como os membros do Partido Republicano. Lilia Moritz Schwarcz afirma que faz parte da própria formação educacional de D. Pedro II, parâmetros políticos do pensamento liberal, destacando-se “de todo diferente de seu pai” (1998. p, 198), pelo menos enquanto exemplo de figura pública.

Um apontamento interessante na segunda edição do jornal se refere a visita do imperador a Marinha, onde houve um grande banquete para o mesmo, nisso o jornal se posiciona:

Vossa Magestade tem sempre informações e respostas satisfactorias; os commandantes e officiaes dos diversos corpos mostram-se alegres e satisfeitos; os soldados apresentam-se bem vestidos e são tratados com affabilidade por seus superiores; nesse dia a comida é abundante e boa; finalmente Vossa Magestade fica convencido ao terminar sua visita, que o soldado brasileiro é pouco menos do que feliz: - vive (Os Ferrões, 30 de junho ,1875, p, 4).

As mazelas dos soldados foram o alvo da crítica dos redatores, a prepotência por parte dos comandantes e etc, aspecto notório em episódios que marcaram as décadas finais do período imperial brasileiro e o início do Regime Republicano, como a Revolta da Chibata em 1910.

Na tentativa de promover o riso, os redatores alvejando um personagem político ilustre da sociedade Dom Pedro II o riso e a sátira são elementos que estabelecem relação entre sujeitos de diferentes classes, dando um sentido coletivo. Através das sátiras D. Pedro II, a figura mais importante no cenário político, seria o “ferroado” perfeito para construção dos ideais dos Ferrões. Ao encerrar o texto, com a discussão sobre o castigo dos pobres homens, os autores destacam pela primeira vez a causa negra:

A solitária do soldado é o tronco do escravo. Vossa Magestade não sabe o que é o tronco; é provável que nem um camarista desasado e imprudente lhe fosse fallar n'estas cousas – assim como não permitirão que cheguem até Vossa Magestade estas palavras humildes que enviamos em nossos folhetos innocentes, desprezenciosos e inofensivos (Os Ferrões, 30 de junho, 1875, p, 8).

Nem inocente, nem desprezencioso, tampouco inofensivo, mas isso mostra definitivamente o posicionamento de “Os Ferrões” em relação ao regime escravocrata, pois se o imperador desconhece a real situação de seu exército, que literalmente fica em baixo de seu nariz, o que dizer das condições dos negros nas fazendas. Então compreendidas como as construções simbólicas implicitamente arraigadas à cultura popular, podemos considerar a sátira como um veículo possível de produção de crítica efetiva a monarquia, fazendo-se uso de recursos literários e humorísticos. Portanto, o abolicionismo e a questão republicana caminham juntos como bandeiras defendidas pelo jornal.

Na sétima edição do jornal, publicada no dia primeiro de setembro, um texto direcionado a José Bento da Cunha Figueiredo<sup>14</sup>, ministro dos negócios do Império, destaca Os Ferrões que: “Sem cerimonia para dizer-lhe algumas cousas que sabemos (Os Ferrões, 1º de Setembro, de 1875, p.11). Neste sentido, desdenha-se sobre a questão escrava, não mais implícito ou velado.

---

<sup>14</sup> Ministro de Negócios do Império no ano de 1875. Era responsável por negociar os preços de produtos importados e exportados no Brasil.

Quando chegam os paquetes do norte desembarca uma classe de passageiros que veste camisa vermelha ou azul e que faz vir a memória da gente a lembrança de S. Benedicto. ; Chama-se a isso *uma vara de escravos*. Vêm para ser vendidos esses desgraçados, como porcos ou perús; E natural que os vendam, uma vez que elles não são mais que cousas, ou menos que isso – *negros captivo*; O que achamos sobrenatural é que seja posto sob a protecção do governo esse mercado ignóbil ; O que achamos sobrenatural é que a Secretaria da policia seja a caza de commissões em que os míseros esperem compradores; Faz vir a lágrima aos olhos ver estes infelizes acabrunhados pela desgraça, estendidos em ala na calçada das portas da Policia, com os braços cruzados e os olhos baixos. Pensa-se que pela noite d'aquelles cérebros passam as doces recordações do torrão que os viu nascer, as sagradas reminiscências dos amores e carinhos dos pais e amigos, que deixaram sem esperança de os tornar a ver; Parecem estátuas de dor que têm por pedestal trevas e cadeis, trevas que se lhes alongam até as faces (Os Ferrões, 1 de setembro de 1875, p. 11).

Neste período o tráfico transatlântico de escravos já havia sido proibido, não que ele não ocorresse na forma de contrabando, mas ao se referir ao Norte, provavelmente as províncias que já estavam vendendo o excedente.

O jornal se apresentasse como um defensor da bandeira abolicionista, e diferentemente de muitos jornais que já apresentavam a causa de maneira contraditória, sendo os mesmo propagadores de uma liberdade e mesmo assim persistindo com os anúncios de escravos no fim dos periódicos. Os redatores denunciam a flagrante contradição presente, um Estado que é obrigado a proibir por lei o Tráfico Transatlântico de africanos, mas que ao mesmo tempo usa de sua estrutura para garantir o comércio e a propriedade privada.

Também neste fragmento ao se referir aos cativos, os redatores buscam humanizar aqueles sujeitos, comparando-os a Santo Negro São Benedito e destacando as doces memórias da liberdade em seus países, um apelo ao sentimento de solidariedade e dos valores cristãos entre seus leitores.

Outro fato interessante é quanto ao posicionamento do jornal referido a Lei Imperial n.º 2.040<sup>15</sup>, como podemos notar na apresentação do "*Jornal do Commercio*" do dia 29 de setembro de 1871, quando publica em uma de suas colunas que:

Está resolvida a magna questão da actualidade; O senado brasileiro votou no dia 27 a lei que declara o ventre livre; E' um acontecimento que nos deve encher de orgulho, e que será registrado como facto glorioso nas páginas da história; Sem os estreitamentos sociaes que soem acompanhar taes reformas em outros paizes, o Brazil, no gozo da mais doce paz e tranquillidade, abraça-se com a cruz sacro-santa do christianismo, de sobre a qual foi proclamada a liberdade do gênero humano, e inscreve nos seus factos immortaes uma nova era cheia de esperança, de luz e felicidade! (Jornal do Commercio, 29 de setembro de 1871, p.01).

O modo festivo como o jornal do Comércio se manifesta de forma favorável a aprovação da Lei do Ventre Livre é um tanto quanto curiosa, como um periódico de apoio ao regime, o mesmo esforça-se para transmitir aos leitores um sentimento de ordem e tranquilidade. Que doravante seria este um motivo para que pudéssemos nos orgulhar desta data, representada na nossa história como uma grande conquista. No entanto, observa-se que na mesma edição há anúncios de escravos nas páginas finais,

---

<sup>15</sup> Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, apresentada na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871, promulgada somente em 28 de setembro do mesmo ano.

o que se repete até o dia da Lei Imperial n.º 3.353<sup>16</sup>, sancionada em 13 de Maio de 1888.

Os Ferrões também se manifestam mediante a proximidade do aniversário de quatro anos da promulgação da lei que seria simplesmente uma resolução para abafar a trama de libertação dos escravos como uma simples negociação entre a oposição abolicionista que fazia pressão em diversos aspectos, e neste sentido sobre o famoso dia 28 de setembro, Os Ferrões se posicionam da seguinte maneira:

“A 28 de Setembro de 1871, a *aurora da regeneração* fundio com os propícios raios do seu *sol*, as cadeias que se fundiam nos ventres das mulheres escravas para logo apertarem os pulsos de seus filhos; O governo formulou a lei de liberdade aos nascidos após este benedito dia, e pensando que nem só isto bastava, fallou em criação de hospícios, em remuneração aos senhores, em mil cousas emfim ; Ora lá vão quase quatro annos e o governo, está ainda com os braços cruzados; O que quer ? Quer que essa massa enorme de homens desabe com toda violência da ignorância por sobre nossos lares: Quer que esses redimidos venham desempenhar na sociedade simplesmente, naturalmente, graciosamente o papel de consumidores de aguardente, mascadores de fumo e irmãos de santo ócio? Quebrar os grilhões do captivo nada é, ficando intactos os não menos pesados grilhões da ignorância; O escravo não se redimirá somente com a liberdade, é complemento dessa redempção – o livro e a officina; Ou isto, ou o governo mandar fornecer queijo e garôpa a toda essa gente, quando chegada aos vinte e um annos.” (Os Ferrões ,1 de setembro de 1875 – e. 0007, p. 17)

A preocupação de “Os Ferrões” não se limita simplesmente a libertação dos escravos, ela vai além, os redatores preocupam-se em denunciar a falta de políticas para a inserção desses sujeitos a sociedade, para estes a inserção se daria pelo caminho da Educação e do Trabalho, como ressalta “*o captivo não se redimirá somente com a liberdade*” trazendo com si “*o livro e a officina*”, para que os mesmos possam ter uma possibilidade de encontrar uma ocupação em meio aos afazeres da sociedade.

O jornal compartilha da defesa de todas as bandeiras erguidas nas revoluções liberais do século XVIII, e Segundo Bezerra (2009), assim como em todas as formas de liberdade de expressão, o fundamento clássico da liberdade de imprensa encontra-se na defesa da própria liberdade do indivíduo, que não pode ter nenhum obstáculo imposto pelo Estado. Sendo assim, “Os Ferrões” torna-se um símbolo de luta e resistência, fazendo com que seu público se interessasse por sua crítica bem humorada, uma forma de refletir sobre questões triviais para dignidade humana.

A crítica política, seja qual for o alvo a ser ferido, não se deixa por desvincular nunca de seu momento histórico, a oportunidade de debochar sobre questões importantes para sociedade, estabelece certa tensão entre os valores morais de uma elite dominante, os problemas sociais e os desejos de grande parte da população.

Os Ferrões não expressão apenas a insatisfação com os valores de uma elite proprietária de terras e escravos, eurocêntrica e conservadora, em suas páginas estão também os desejos de determinados setores urbanos formados por profissionais liberais, políticos e homens livres de cor que faziam oposição ao trabalho escravo e a monarquia. Mesmo com curta duração, o jornal Os Ferrões, pode ser tomado como um espaço de luta, uma voz dissonante a favor da mudança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>16</sup> Lei Áurea, O Brasil foi o último país do continente americano a abolir completamente a escravatura.

Mediante a confecção e leitura deste artigo percebemos que mesmo em um sistema onde suas diretrizes impõem sobre uma determinada parcela da população notamos que há resistência e que há luta por parte dos oprimidos. O escárnio e a gozação são, portanto mecanismos de resistência contra certo poder hegemônico. E que apesar de ainda jovens José do Patrocínio e Demerval da Fonseca se prontificaram a luta política, e que posteriormente fossem expoentes dos movimentos abolicionistas, gerando uma corrente forte na luta contra a escravidão.

Observa-se que esta luta também esteve associada a outros interesses como a mudança do Regime político e o papel da imprensa como veículo importante neste processo, pois esta serviu em muitos momentos de espaço onde partidos políticos puderam fazer uso desta para propagar seus ideários. Neste sentido, a imprensa como fonte história tem papel fundamental para a compreensão das lutas políticas.

Considerou-se também que o humor é capaz de “influenciar” um público maior do que aquele dedicado a leitura convencional atenta a gêneros opinativos, sendo essa mesma responsável por produzir uma opinião rápida que se torna um instrumento muito eficaz como um meio de persuasão. Semelhante ao uso dos meios de comunicação alternativos do presente, não descartando a estruturação da grande mídia oficial, mas também atentando que ferramentas como redes sociais e sites especializados em informação rápida, são responsáveis por serem instrumentos de formação de opinião.

Não simplesmente por esta finalidade, mas faz-se importante destacar o protagonismo negro na luta política de sua própria história, questões as quais a causa não é simplesmente restrita a eles, mas a sociedade como um todo. Surgindo de um destaque a discussão pública e humor, a base para amadurecerem seus posicionamentos, e suas constantes lutas por representatividade e liberdade em trabalhos posteriores, como diz o próprio José do Patrocínio no Jornal “*A Cidade do Rio*” no ano que foi abolida a escravidão: “Os alicerces de nossa construção social foram cavados por mais de meio século na consciência pública; podemos por isso mesmo desafiar todas as tempestades dos interesses ilegítimos em fúria.” (1888). E que isso sirva de lição para nunca desistirmos de nossas lutas. Os Ferrões no sentido mais ambíguo de romper com os “grilhões” da sociedade carioca fizeram a sua parte na história. E que mais uma vez como lembra José do Patrocínio: “A História, como a morte, concede aos que vão desaparecer a visita da saúde.” (1888).

## **BIBLIOGRAFIA:**

BEZERRA, André Augusto Salvador. **Liberdade de imprensa no Brasil:** uma necessária abordagem interdisciplinar. Revista Sociologia Jurídica – 2009 – número 09. Disponível em: [www.sociologiajuridica.net.br](http://www.sociologiajuridica.net.br).

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil:** a retórica como chave de leitura. Topoi (Rio de Janeiro), v. 1, n. 1, p. 123-152, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador:** Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DE SALLES OLIVEIRA, Cecilia Helena. **O Espetáculo do Ipiranga:** reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 3, n. 1, p. 195-208, 1995.

NUNES, Tassia Toffoli. **Liberdade de Imprensa no Império Brasileiro:** os debates parlamentares (1820-1840). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: companhia das Letras, p.43-66, 1993.

PERUZZO, Cicilia Khroling. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Galáxia, v. 9, n. 17, 2009.

# O TRABALHO ESCRAVO E O SEU FINDER NA REGIÃO DE OURO FINO / MG NO SÉCULO XIX

BÁRBARA OLIVEIRA DA SILVA PASCOAL\*

ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA.

História

Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVAS  
Av. Prefeito Tuany Toledo, 470 - Fatima, Pouso Alegre - MG, 37550

[BaaPascoal@hotmail.com](mailto:BaaPascoal@hotmail.com); [elizabeth.espindola@yahoo.com](mailto:elizabeth.espindola@yahoo.com).

## Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo discutir o processo final da utilização do trabalho escravo no Brasil em especial na região de Ouro Fino, sul de Minas Gerais.

Compreende-se que o fim da escravidão<sup>17</sup> não se tratou de um processo tranquilo, linear, nem se deu de um dia para o outro, esta foi uma instituição, que aos poucos foi se desfazendo, definindo, devido às mudanças que estavam ocorrendo no país, o jogo político, às ideias que estavam sendo implantadas, como o ideal de república que vinha ganhando força no país, o ideal capitalista, que não condiziam com a mão de obra escrava; mas também, devido às lutas e resistências dos escravos, entre outros fatores que culminaram no seu fim.

Bloch (2001, p.21) cita em seu livro que “O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. O bom historiador deve estar faminto, ser faminto pela história, pelos homens, por evidenciar aquilo que a história oficial tentou ocultar. O historiador não pode estagnar, ele deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura. (BLOCH, 2001, p.21). Portanto procura-se trazer a tona esses sujeitos silenciados pela história, através dos vestígios deixados pelos mesmos. Neste trabalho, destaca-se aquilo que não está destacado, dito de forma explícita, na história da cidade, na historiografia regional, aquilo que foi deixado à margem. Busca-se assim, trazer esses sujeitos históricos não como sujeitos submissos, mas que resistiram de diversas formas, desde as mais violentas, como o assassinato de senhores e revoltas, até as mais estratégicas como Pascoal cita em sua tese:

(...) ações calculadas, estratégias, oportunistas tem lugar, desde a pouca dedicação ao trabalho (...) até a fidelidade ao senhor como forma de granjear-lhe a simpatia e a benemerência. (PASCOAL, 2005, p86).

Explicitando que os escravos não eram “coisa”, como dizia a teoria da coisificação do escravo, onde era colocado que “a violência exercida pelo sistema escravista

---

<sup>17</sup> Segundo Pinsky (1939, p.11) o escravismo foi um sistema de trabalho existente desde a antiguidade que se caracterizava pela sujeição de um homem a outro. Fausto (1995) nos mostra que houve uma tentativa de utilizar a mão de obra escrava indígena no Brasil, mas diversos motivos levam ao fracasso e é passado para uma segunda opção de mão de obra. E já que Portugal possuía conhecimento da mão de obra escrava Africana e seus benefícios, e sabendo que era algo lucrativo, eles trazem africanos, para o Brasil, para o trabalho escravo.

chegava a fazer com que os negros concebessem a si mesmos como não-homens, como criaturas inferiores, como “coisas” (MARTINS, 1980, p.1). Baseado nessa teoria, os escravos não poderiam assim se libertar da escravidão, não conseguiriam resistir, lutar contra esse sistema, pois estavam em condição de submissão completa ao seu senhor, porém, não foi bem essa realidade que as fontes históricas nos mostram, pelo contrário, o que aparecem na documentação é a luta dos sujeitos pensantes, conscientes de suas condições, buscando de distintas formas resistir, Chalhoub diz:

Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativo justo, ou pelo menos tolerável; suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião (...). (1990, p.27)

Os escravos pensavam por si mesmos e resistiam de distintas formas; se revoltando, brigando, conversando, até mesmo sendo fiel ao seu senhor para conseguir benefícios, utilizavam de várias formas para garantir aquilo que desejavam, que julgavam ser o certo para um cativo ao menos justo ou tolerável, produzindo valores e significâncias próprias de seus cotidianos. Chalhoub ainda diz que não conseguiu imaginar escravos que não fossem capazes de produzir seus próprios valores, de criar formas distintas de resistência ao cativo. Neste sentido, busca-se destacar as formas como estes sujeitos se moveram em uma região específica, a cidade de Ouro Fino, uma cidade localizada no sul de Minas Gerais, próximo à cidade de Pouso Alegre – MG. A mesma teve sua elevação como município apenas em 1880, mas antes disso já estava crescendo, se desenvolvendo e foi aos poucos se tornando muito forte na plantação de café que era a principal economia do país na época, maior cultura de exportação neste período (ROSSI, 1981), mas também da plantação de culturas de subsistência que se torna muito forte em Minas (PASCOAL, 2005). E assim é garantida a permanência e manutenção dos escravos na região.

O estudo utiliza-se de abordagem baseada na história social que “nos ofereceu a possibilidade de substituir perspectivas exclusivamente lineares de uma história contínua e factual” (FENELON, 1993, p76), que aguça a criticidade sobre os fatos, sobre os documentos, vestígios que nos são deixados, que são carregados de perspectivas, interesses, intencionalidades. Foi a partir dessa preocupação que se buscou destacar aspectos já salientados por Eric Hobsbawm quando este chama atenção para a importância do olhar a história de baixo para cima, compreendendo os movimentos populares, a história feita pela “gente comum” (HOBSBAWM, 2000, p.216-131). Indo contra os estereótipos criados, que segundo Albuquerque Jr. (1994, p.16) são “(...) a fuga de qualquer atopia, ‘e que’ nasce da necessidade de tudo nomear, catalogar em determinados lugares, de falar sobre tudo e de tudo” é algo cristalizado no imaginário das pessoas, construído por diversos discursos.

### **Minas Gerais e a Escravidão.**

A escravidão no Brasil, no decorrer dos tempos tomou amplitude e permaneceu por muito tempo em vigor, regime este característico por sujeitar um homem ao outro, tentando transformá-lo em “coisa”, em mercadoria (PINSKY, 1939, P.11), porém por meio dos documentos, vestígios que nos foram deixados foi possível ver que isso de fato não ocorre, que há, mesmo no regime escravocrata formas diversas de resistências.

Portugal começa a partir da década de 1570 a trazer escravos africanos na condição de escravos para o Brasil, já que o mesmo desde o século XV já importavam escravos da África, para trabalharem em Portugal e, portanto, era algo comum para eles, já que possuíam anos de contato com o continente africano e também com a escravidão negra. Nas últimas décadas do século XVI o tráfico negreiro já se encontrava bem estruturado, e demonstrava seu potencial em produzir lucros, para a coroa. (FAUSTO, 1930)

Estes escravos eram trazidos de diversas regiões do continente africano, vindos de tribos ou reinos, e possuíam sua própria cultura e uma se diferenciava da outra, já que pertenciam a regiões diferentes, mas que ao chegar na América Portuguesa<sup>18</sup> não foram esquecidas, mas constituíam parte de suas identidades, e que ao longo dos tempos foram se (re)significando e seus traços permanecem até hoje na sociedade.

Em Minas Gerais com o fim da mineração as atenções se voltaram para a economia baseada na agropecuária, que consistiu papel importante na região no século XIX, que mais tarde culminou na produção cafeeira. Economia esta que não se voltou para a exportação, mas sim para a produção de artigos de subsistência e para o abastecimento do capital. (PASCOAL, 2005)

No capítulo da lavoura, temos o seu incremento pela desocupação de fatores produtivos. Ela não chega, entretanto, à pujança de outras áreas do país, pois a condição de capitania central, emperra o comércio. Desenvolve-se a lavoura de subsistência, não a de produtos de exportação – a chamada grande lavoura. As distâncias a serem percorridas pelas mercadorias mineiras e os pagamentos em que elas importam fazem que não possam disputar com as da faixa litorânea. (PASCOAL, apud HOLANDA, p.26, 2005)

Como podemos ver a situação geográfica acaba contribuindo para que Minas se caracterizasse, por uma economia de subsistência que tem sua importância, já que a mesma se fazia fundamental para abastecimento interno, e que será intensificado com a vinda da família real em 1808<sup>19</sup>, o que acaba gerando maior demanda para abastecimento interno, o que, também, não exclui a utilização de mão de obra escrava para os afazeres, para o trabalho. Porém, um tema pouco tratado, pois como Pascoal cita em sua tese o foco se volta para grandes atividades econômicas, com produções de alto valor que eram destinados ao mercado europeu, ocasionando um apagamento da importância da economia de subsistência, a quase que um salto da historiografia da mineração para a produção do café. (PASCOAL, 2005)

Como Martins diz:

(...) o maior obstáculo para um melhor conhecimento de Minas oitocentista tem sido uma enraizada distorção que permeia quase toda a historiografia econômica brasileira: a maior parte dela está ainda hoje enredada na noção, herdada do colonizador, de que a atividade exportadora é a única coisa que importa. (1980, p.2)

---

<sup>18</sup> Nome dado ao Brasil nesse período, por ser uma colônia de Portugal. Mas não somente nesse período, mas até a criação do Estado Nacional Brasileiro, com o processo de emancipação política.

<sup>19</sup> Vinda da Família real para o Brasil foi uma estratégia de Dom João VI, frente ao bloqueio continental determinado por Napoleão Bonaparte, onde proibia Portugal de comercializar com a Inglaterra, assim como todos os outros países que estavam sob domínio, influencia de Napoleão, e com isso Portugal se vê diante de um dilema, já que a Inglaterra era sua aliada a anos, e principal fornecedora de produtos industrializados, e para não precisar romper os vínculos com a Inglaterra e também, para não ter que ver Portugal sendo dominado por Napoleão, Dom João decidiu fugir para o Brasil, transferindo assim a cede do seu governo.

Esse olhar e a forma como a história se organizou, por muito tempo, de forma linear, visando os grandes fatos, acontecimentos, dividindo a história em “*ciclos de exportação*” (MARTINS, 1980), acabaram contribuindo para que ocorressem apagamentos, silenciamentos, daqueles que não se encaixavam nos padrões de “grandes exportadores”, sendo estas “(...) *regiões à margem do boom exportador*” consideradas “(...) *sumariamente excluídas como “decadentes”, ou “estagnadas”*” (MARTINS, 1980).

Uma questão muito trabalhada, levando em conta que nesse período Minas possuía o nível mais baixo de exportações per capita do país, segundo Martins, e sendo assim um grande questionamento é como então Minas conseguia manter a grande quantidade de escravos. E por meio desse fragmento é possível verificar a quantidade de escravos existente na região nesse período. (MARTINS, 1980)

O sistema escravista de Minas Gerais no século dezanove foi o maior que existiu em toda a história da instituição servil no Brasil. Durante todo o século a população escrava dessa província superou a de qualquer outra província brasileira e apresentou, além disso, um vigoroso crescimento: de aproximadamente 170 mil indivíduos, em 1819, ela passou a mais de 380 mil em 1873. Nessa data Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias situadas ao norte da Bahia, mais as de Goiás, Mato Grosso e Paraná, reunidas. Esse contingente servil era ainda maior que a população escrava de qualquer outra sociedade escravista do Novo Mundo em qualquer época, com exceção dos Estados Unidos, Cuba e Haiti nos seus pontos máximos. (MARTINS, 1980, p.01)

Sul de Minas, se voltou, para a economia de subsistência ou de abastecimento interno, produzindo artigos como queijo, gado, fumo, aguardente, mercadorias manufaturadas, ora destinados ao autoconsumo e ora ao mercado interno, dentro e fora da província (PASCOAL, 2005), daí vinham os recursos para manter o grande plantel de escravos existente em Minas Gerais.

Embora a agricultura fosse o principal setor de emprego da força de trabalho escrava, os cativos eram, também, utilizados numa variedade de outras ocupações, incluindo a pecuária e várias atividades artesanais e manufatureiras. Em algumas destas, como a indústria têxtil e a siderúrgica, o emprego de escravos parece ter sido considerável. A distribuição ocupacional da força de trabalho escrava em Minas era claramente mais diversificada do que nas verdadeiras províncias cafeeiras, São Paulo e Rio de Janeiro. (MARTINS, 1980, P.5)

Por meio deste fragmento é possível notar como ainda existia uma grande dependência da mão de obra escrava. Porém nesse período manter um escravo era caro, por isso fazem-se necessárias estratégias para manter a quantidade de escravos, estratégias essas que variavam desde permissões para constituição de famílias escravas, escravos começam a se casar, constituir família, como é possível verificar, nos diversos documentos de registros de casamento, coletados na Paróquia: Santuário De São Francisco De Paula & Nossa Senhora De Fátima da cidade de Ouro Fino, lugar onde se centra esta pesquisa. Também eram formas de resistir, doações de glebas de terras ao escravo, até o uso de violência, que era algo muito comum em toda a sociedade, e era de certa forma naturalizado, onde tentavam tratar os escravos como mercadorias, como “coisas”.

A escravidão foi, por muito tempo, trabalhada de uma forma positivista, onde se visava somente um lado, o lado dos senhores das grandes lavouras, deixando a margem as diversas formas de resistência dos escravos. Ocorria uma grande

generalização do Brasil, como se o mesmo fosse constituído apenas por fazendeiros de grandes lavouras, com enormes possessões de escravos, o que não ocorre dessa forma. Como podemos ver *“a posse de escravos, pequena ou grande, é realidade para um terço da população. As grandes posses são exceções”* (PASCOAL, 2005, p.35), sendo assim é necessários questionarmos onde se encontravam então o restante dessa população? Desses senhores que possuíam pequenas posses de terras, poucos escravos. Onde se encontram os brancos pobres, que vivem paralelamente com esse mundo escravista. Como, e do que eles viviam? Entretanto nesse momento, nos ateremos a quebrar com essa ideia positivista, que já vêm sendo bastante trabalhada, do mito de que a escravidão no Brasil tivesse sido branda, sem reação por parte dos escravos, que são colocados como submisso e acomodado.

A escravidão foi sim muito bárbara, extremamente cruel, indo de encontro ao que foi construído por Freyre (1933) em *“Casa Grande e Senzala”* e outros autores, que diziam que a escravidão no Brasil foi branda, diferente de outros países em que a escravidão teve um caráter mais cruel. Porém não são poucos os casos de relatos, processos crimes, no Brasil, que dizem ao contrário, que denunciam o caráter cruel da escravidão no Brasil, entretanto não foi uma via de mão única, onde apenas o senhor tinha domínio, poder, os negros, escravos, livres, forros, todos eles possuíam formas diversas de resistir e de lutarem para que fossem ouvidos.

Isso vai contra a ideia, a teoria de coisificação do escravo, que dizia que o cativo, as péssimas condições de vida do escravo haviam destituído sua capacidade de pensar por si só, sem o senhor para lhe dar ordens, e também que a violência exercida no cativo chegava a fazer com que os negros escravizados se concebessem como não-homens, como criaturas inferiores, como *“coisas”*, como mercadoria, e sendo assim ele não possuía maneiras de reagir ao sistema escravista como pessoas (MARTINS, 1980).

Essa teoria cai quando começamos a aprofundar os estudos acerca da escravidão e podemos assim observar que o escravo, não só não se via como *“coisa”*, como também articulava diversas formas de resistência, como Pascoal nos mostra:

Adaptação não quer significar assimilação inerte e passiva das estruturas de dominação e das formas pelas quais se exercitam os relacionamentos. Como em qualquer agrupamento humano, ainda mais onde o nível de opressão é intenso, como no caso da escravidão, ações calculadas, estratégias, oportunistas têm lugar, desde a pouca dedicação ao trabalho (...) até a fidelidade ao senhor como forma de granjear-lhe a simpatia e a benemerência. (2005, p.86)

Fugindo assim da teoria do *“escravo-coisa”* incapaz de pensar sua situação, podemos analisar que a resistência surge de diversas formas, como fugas, matar seus senhores, revoltas, trabalhar pouco, como também, fidelidade ao senhor para obter sua benemerência, e até mesmo escravos que negociavam com seus senhores para conseguir o que queriam, recorriam a justiça para conseguirem aquilo que julgavam um *“cativo justo ou pelo menos tolerável”*, para conseguirem sua liberdade ou ao menos negocia-la, mesmo que dentro de limites bem estabelecidos (CHALHOUB 1990).

Segundo Chalhoub (1990), eles conseguiam até mesmo em negociações com seus senhores, interferir certas vezes com sucesso, nos tramites, na sua compra ou venda, e ainda muitos outros que constituíam famílias, mesmo no cativo. Como ele diz, *“não há como imaginar escravos que não produzam valores próprios, ou que pensem e ajam segundo significados que lhes são inteiramente impostos”*. (1990, p.38) Ao pensar dessa forma a história, os escravos passam a ser agentes da história, produzindo resistência, e (re)significando seus cativos.

## No sul de Minas: Região de Ouro Fino e a Escravidão.

A partir dessa breve contextualização em que Minas Gerais está inserida, buscou-se direcionar a análise para a região de Ouro Fino, no sul de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.



**Imagem 1. Mapa retirado - <https://www.google.com/maps/place/Ouro+Fino+-+MG,+37570-000/@-22.2670395,-46.3298724,11z/data=!4m5!3m4!1s0x94c970afb545a615:0xc1ceddcde71a5faf!8m2!3d-22.2508537!4d-46.400872> – localização de Ouro Fino / Minas Gerais.**

Ouro Fino faz divisa com cidades como Inconfidentes, é próxima a Pousos de Caldas, além de estar localizada próxima ao atual Estado de São Paulo.

No conhecimento sobre o contexto histórico local as obras dos memorialistas locais oferecem pistas acerca da história de Ouro Fino e região:

Não há como negar a relevância da produção dos memorialistas para a história regional, sobretudo, se considerarmos que tal produção legou à historiografia regional um vasto manancial de fontes que, com metodologia apropriada, pode ser convertida em riquíssimas pesquisas sobre a memória regional. (SANTOS, p.1)

Destaca-se a riqueza em detalhes presentes na maioria das obras memorialistas, e a sua contribuição para a história regional, muitas vezes consistindo a fonte mais rica da cidade e da região. Mas, é necessário ter um método para a análise que passa desde a seleção das obras, a escolha dos trechos e a forma de análise em que questionar as fontes e suas intencionalidades fazem-se necessário. São essas análises que nos levaram a uma melhor compreensão, indo além do que está escrito, explícito, daquilo que o autor busca mostrar. Para esta pesquisa então, utilizamos o livro memorialista de Pompeu Rossi<sup>20</sup>,

<sup>20</sup> Livro memorialista escrito por Pompeu Rossi, filho de pais estrangeiros, nasceu em outra cidade, porém muito novo muda-se para Ouro Fino onde mais tarde casa-se e tem filhos.

Segundo Rossi (1981) no seu livro “História de Ouro Fino; seus registros, sua gente e suas lendas”, ele traz que a cidade inicia-se quando ocorriam as entradas e bandeiras<sup>21</sup>.

A margem dos caminhos que com tanto sacrifícios eram abertos, surgiam povoados e aprais e o povoamento das “gerais” passou a se processar rapidamente. (ROSSI, 1981, p.19)

Por meio desse trecho é possível observar quando Rossi coloca que os bandeirantes, com muito sacrifício abriam os caminhos para adentrar o território, e assim iam fundando povoados, que foram mais tarde originando cidades. As dificuldades consistiam em falta de comida, já que eram longos dias, semanas de caminhadas para adentrar ao território, que era desconhecido pelos bandeirantes, e ainda o fato de não conhecerem o território. Dentre as dificuldades enfrentadas estava também a resistência dos indígenas que investiam contra a invasão dos bandeirantes.

E logo de início percebe-se de que lugar o memorialista escreve, ele fala da história oficial, enaltecendo grandes fatos e grandes nomes, que fica claro durante a leitura de sua obra. Rossi coloca que Ouro Fino surge nesse período, e da a entender que não havia povos, povoados nas “gerais”<sup>22</sup>, e diz de uma forma sutil que os bandeirantes foram bons, e que com muito sacrifício estabeleceram povoados em Minas Gerais, deixando de lado os massacres realizados pelos bandeirantes que por onde passavam matavam muitos nativos e ainda levavam muitos outros como escravos.

No ano de 1720 a capitania de São Paulo, por decreto do Rei Dom João V, de Portugal, é dividida em duas capitanias, a de São Paulo e a de Minas do Ouro, porém a divisão e as fronteiras estabelecidas marcaram conflitos e disputas entre paulistas e mineiros. Em 1746 o bandeirante paulista, Francisco Martins Lustosa<sup>23</sup> funda o arraial de Ouro Fino, e o mesmo encontra na região muito ouro, inicialmente apenas Ouro de aluvião<sup>24</sup>, veios que logo serão exauridos devido a grande exploração, porém após a descoberta das minas na região, estima-se, segundo Rossi, que:

Durante dois anos, as minas de Ouro Fino teriam produzido nada menos de 4.412 oitavas de minério, sem contar o ouro extraviado. Sendo a oitava equivalência a 3.586 gramas, a produção de ouro nos dois referidos anos teria sido de 15 quilos e 821 gramas. (p.46)

---

<sup>21</sup> Entradas e bandeiras foram expedições organizadas para que os portugueses adentrassem no território, deixando de estarem limitados ao litoral, elas ocorreram nos séculos XVII e XVIII. Entradas caracterizavam-se por serem organizadas e financiadas pelo governo e as bandeiras eram organizadas e financiadas por particulares, principalmente por paulistas.

<sup>22</sup> Onde mais tarde se tornaria Minas Gerais.

<sup>23</sup> Francisco Martins Lustosa, nasceu em Santiago de Lustosa, ao vir para o Brasil se fixou em Mogi das Cruzes, na capitania de São Paulo, onde foi nomeado tabelião, aonde também se casou e teve filhos. Depois de certo tempo, saiu com paulistas para se aventurar adentrando o vasto território brasileiro, atravessando assim, a Serra da Mantiqueira, fixando residência em Alagoa, na capitania de Minas Gerais, onde permaneceu até 1737. Trabalhou como comerciante e cortador de gado, até que em 1746 descobre minas de ouro a margem esquerda do rio Sapucaí, Lustosa recebe assim o título de Guarda-mor dessas minas, do governo de São Paulo, e funda assim o povoamento e freguesia, de Santana do Sapucaí e posteriormente funda Ouro-Fino. (Trecho retirado do livro memorialista, produzido por alunos e professores da Escola Estadual Coronel Paiva, de Ouro-Fino, 2004).

<sup>24</sup> Era o ouro brasileiro encontrado nos barrancos das margens dos rios ou em seu leito. Obtinha esse nome porque se misturava a outras substâncias como argila, areia; e necessitavam sem garimpos.

A partir desse momento as atenções começaram a se voltar para a região, para as Minas<sup>25</sup>, acirrando ainda mais as disputas entre a capitania de São Paulo e de Minas do Ouro pela região de Ouro Fino. Diante disso, o rei delega a função de demarcar o território, separando as terras de São Paulo e de Minas ao desembargador Tomaz Rubim de Barros Barreto, que define que Ouro Fino e toda a região passariam definitivamente a pertencer à capitania de Minas Gerais.

A posse de Ouro Fino e Sant'ana<sup>26</sup> pelos mineiros não teve a esperada virtude de trazer paz à região. Tumultos e correrias, geralmente provocados pelos Paulistas, que não se conformavam com a perda de tão vasto e rico território, se repetiam em pontos diferente. E assim continuou até o século passado. (ROSSI, 1981, p.111)

Mesmo após a definição dos limites de cada capitania, e principalmente a quem Ouro Fino iria pertencer, as disputas continuaram por um tempo, até que foram sendo amenizadas. Ouro Fino se desenvolvia em meio a esse jogo de interesse, que apenas estavam preocupadas com o ouro que havia no território.

No período em que Lustosa estava a frente do arraial de Ouro Fino a cidade começa a crescer, foi construído uma capela rústica, e ao seu derredor começam a surgir *“as primeiras casa de pau-a-pique, cobertas de folhas de palmito, e nelas foram se abrigando as famílias pioneiras”* (ROSSI, 1981) e com isso começam a surgir os primeiros oleiros, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, e assim Ouro Fino passa a ser freguesia.

Entretanto, após um tempo as minas começam a se esgotar e com o fim das lavras os mineradores foram se retirando, indo para outros lugares, regiões, alguns foram para outros locais de mineração (ROSSI, 1981). E conseqüentemente a freguesia de Ouro Fino para por um tempo.

Durante a análise do livro de Rossi, em momento algum ele fala acerca da escravidão, de como o negro escravo era visto, tratado, como era a escravidão na região, há um completo apagamento por parte dele e de outros memorialistas da cidade, que não trabalharemos neste artigo, com relação à escravidão, se limitam a falar de fazendas de escravos que continham escravos, mas nem ao menos citam como esses sujeitos viviam, como eram tratados, como eram vistos diante da sociedade, não trabalham acerca do tema, Rossi que ao falar dos escravos diz que não há nenhuma referência ao elemento servil, porém cita dois nomes dizendo que eram os maiores proprietários de escravos, reafirmando assim o completo silenciamento, que pode ser consequência da tentativa de se criar uma historia harmoniosa, “patriótica”, de sujeitos de “bem” da cidade. Para Rossi os sujeitos da história são os grandes fazendeiros, os homens com títulos, renomados da cidade e ele se atem a “contar” a história desses sujeitos e para esses sujeitos.

E sendo assim para que compreendamos a história, os conflitos, os diferentes sujeitos da história é preciso, compreender, analisar criticamente esses vestígios deixados, e para que isso seja possível é necessário que se coloque os diferentes documentos em diálogo. Para tanto nos direcionamos aos demais documentos coletados onde é possível ver um pouco acerca de como o negro vivia nessa sociedade, como se dava as relações entre os escravos e seus senhores.

Nos documentos de casamento, como esse transcrito abaixo:

---

<sup>25</sup> Mas tarde se tornaria Estado de Minas Gerais.

<sup>26</sup> Atual cidade de Silvanópolis – MG.

Aos quatorze dias do mes de Março de mil oito centos e cincoenta e dois nesta matriz feitas as cerimoniaes do estilo em minha presença e das testemunhas Francisco Bernardes de Sousa e João (forro) receberão em matrimonio Francisco de Nação com Luzia Nação escravos do Antonio Bernardes de Sousa desta freguesia e na mesma data receberão as bênçãos nupciais(...).<sup>27</sup>

É possível por meio do documento, observar algumas questões, a primeira delas é que possivelmente uma das testemunhas, Francisco Bernardes de Sousa provavelmente é parente do dono dos escravos que ali estavam se casando, o que abre margem para se pensar que os casamentos possuíam diversos sentidos.

Muitas das vezes, os casamentos, eram utilizados pelos senhores, como formas de se “alegrar” o escravo, para evitar conflitos, tentativas de escapar, revoltas por partes dos escravos, assim como poderia significar um “abrandamento” da escravidão, para fortalecer a ideia de que no Brasil a escravidão era branda, tranquila; mas poderia também ser uma forma do senhor demonstrar seu lado cristão, fazendo uma boa ação para o seu escravo; como poderiam significar, ao casar escravos de fazendas diferentes um aumento de bens, já que o escravo era visto como um bem material e quanto mais era melhor. E para o escravo, por um outro lado, era uma forma de resistência, já que poderia constituir uma família, mesmo que no cativeiro, como poderia ser uma tática para não ser vendido para outro estado, para outro lugar, mesmo que ocorressem diversos casos em que homens mesmo após constituírem família eram vendidos para outros lugares, regiões, contra a sua vontade. Todavia eram uma das formas de resistência, por parte dos escravos.

Outra questão que podemos observar são as nomenclaturas atribuídas aos escravos e ex-escravos, que eram chamados de forros aqueles que obtiveram a alforria e se viam livre do cativeiro, e para os escravos era comum chama-los de crioulos, pretos. O que chama a atenção também é o fato dos escravos não possuírem sobrenomes, ou quando possuíam era relacionado à família do seu senhor, ou algo como o que vemos acima, sobrenome Nação, que era comum para muitos escravos na região de Ouro Fino, que podemos observar ao analisar os documentos coletados. O que acontecia era que quando esses escravos eram trazidos da África seus nomes eram diferentes, pois eram de acordo com sua língua, dialeto, o que gerava um grande estranhamento por parte dos portugueses, então eles tinham seus nomes alterados, normalmente eles recebiam nomes de santos, nomes bíblicos, como Maria, João, entre outros nomes, todavia recebiam apenas os primeiros nomes e por isso muitos dos escravos não possuíam sobrenomes, mesmos os que nasceram no Brasil não recebiam sobrenome<sup>28</sup>, mas que com o tempo vão conseguindo, e isso também era uma forma de resistência, conseguir, ganhar um sobrenome era uma resistência por parte dos escravos, já que se trata muito mais que um mero capricho, se tratava de identidade.

Trata-los assim era uma forma de desumanização, para que assim fortalece-se a ideia do escravo mercadoria, como se o mesmo não fosse dotado de pensamento e não possuísse suas formas de resistência, o que como já vimos não ocorria, e servia também para que se criasse um imaginário de hierarquia, onde o senhor do escravo estava no topo, sendo colocado como superior.

Saber que uma pessoa era escravo não diz tudo sobre ele ou ela. Em outros termos, os proprietários de escravos circunscreviam rigidamente as vidas das

<sup>27</sup> Documento coletado no Santuário De São Francisco De Paula & Nossa Senhora De Fátima e processos civis coletados no Fórum de Ouro Fino.

<sup>28</sup> Anotações das aulas.

pessoas escravizadas, mas nunca as definiram plenamente. A história dos escravos – como toda história humana – não foi feita apenas pelo que se fez a eles, mas também pelo que eles próprios fizeram por si. (DELFINO apud BERLIN, 2006, P.16)

Esses imaginários eram criados para tentar sufocar as diversas formas de resistência dos escravos, como podemos observar se tratava também de uma forma de limitar o escravo de circunscrever suas vidas.

E para se pensar a escravidão, e o processo lento que culminou no seu fim, faz-se necessário pensar as medidas que foram sendo tomadas pelo governo para diminuir e acabar lentamente como a escravidão, como a lei dos sexagenários de 28 de setembro de 1885, lei do ventre livre em 28 de setembro de 1871, entre outras medidas tomadas, mas a que de fato gerou um abalo nas estruturas do escravismo, e a que nos ateremos aqui para discutir um pouco, foi o decreto definitivo do fim do tráfico negro.

O mundo começava a olhar o trabalho de outra forma, o ideal capitalista começava a cada vez tomar mais força e o trabalho escravo já não condizia com esse sistema que estava tomando forças, a Grã-Bretanha também começa a pressionar o Brasil para que acabasse com o tráfico negro e posteriormente com a escravidão, sendo assim ocorreu à proibição do tráfico negro em 1831, porém o mesmo não foi efetivo e o tráfico voltará a crescer, e isso desagradou a Inglaterra que retaliou o Brasil e deu permissão para que sua marinha de Guerra atacasse e aprisionasse os navios negreiros e que os mesmos fossem julgados. Devido a essa pressão, em 1850 decidiu acabar definitivamente com o tráfico negro. Portanto, em 4 de setembro de 1850 o congresso aprovou a nova lei, proibindo o tráfico negro no Brasil. E com isso o número de escravos importados foi caindo até ser eficazmente reprimido, todavia, mesmo com a proibição ocorriam resistência de alguns comerciantes que praticavam o tráfico clandestino, pessoas que se arriscavam e burlavam a lei.

Mas ocorreu uma diminuição drástica e com o passar do tempo de fato foi se extinguindo o tráfico negro, e isso acabou abrindo espaço para se repensar a mão de obra escrava, já que era inevitável o seu findar, já que a sua manutenção se dificultava cada vez mais. Portanto começasse a pensar em outras formas de mão de obra. Carvalho diz que com o fim do tráfico negro:

O fim do tráfico negro deixara ociosos recursos que buscaram outras aplicações. Em consequência, o Rio de Janeiro foi palco do primeiro surto de atividades econômicas, incluindo a criação de bancos, de companhias de navegação, de transporte urbano, e industriais. Algumas dessas empresas tinham caráter especulativo, outras foram de fato implantadas. Era o início da modernização capitalista do país. (2012, p.101)

Começa a tomar força pensamentos que começavam, muito lentamente, a repensar o trabalho, a (re)significá-lo. Como Fausto muito bem coloca “*se o Brasil tornava ilegal a importação de escravos, a manutenção do escravismo no país perdia legitimidade*” (1930, p.196), conseqüentemente o fim da escravidão se aproximava e as pessoas começavam a perceber o desfalecer dia a dia do sistema escravocrata.

### **Escravidão e o processo que culminou no seu fim.**

O trabalho escravo, então, com o decorrer do tempo começa a se definir, principalmente a partir de 1850 com a proibição do tráfico negro. O que também torna-se comum tanto no país quanto em Ouro Fino e região é o fato das pessoas começarem a se movimentar, a negociar, já que viam que os dias do sistema escravista estavam contados. Com o fim da escravidão se aproximando os fazendeiros começaram a

negociar com seus escravos, a conceder cartas de liberdade, alforria, com certas condições, como podemos observar no documento coletado no fórum de Ouro Fino.

O documento trata-se de uma autuação de 28 de Fevereiro de 1885, onde dona Felicidade Maria de Jezus quer retirar a liberdade concedida a seu escravo por meio de um acordo, devido ao não cumprimento do acordo por parte do escravo. Segundo Chalhoub:

(...) parece absurdo que alguém seja livre e não possa exercer a liberdade, que fique na dependência de que se cumpra um prazo ou realize um evento. A explicação é simples: a situação dos alforriados sob condição é semelhante à dos menores, “que dependem de certos fatos ou tempo para entrarem, emancipados, no gozo de seus direitos e atos de vida civil”. (1990, p.130)

E de fato é o que podemos observar no caso de D. Felicidade e seu escravo Sebaxthão na transcrição da autuação a abaixo:

D. Felicidade Maria de Jezus, residente nexte termo, que a 16 de Abril de 1883, concedeu liberdade a seu escravo de nome Sebaxthão, sob condição de lhe prestar serviços pelo espaço de dés anos (ilegível) os quaes se antes no caso de falecimento do Supp<sup>a</sup>, entraria no goso pleno da liberdade, acontece, entretanto, que o referido liberto ausentou-se, sem consentimento da Supp<sup>a</sup> para a freguesia de S.Rita, (...) deixando de cumprir a condição estipullada, peloque a Supp<sup>a</sup> para faser effectiva as penas, ao art. 63 do (ilegível) nº 5.135 de 13 de Novembro de 1372, requer, a (ilegível) que se digne mandar passar precatoria, afim de ser apreendido o mencionado liberto e conduzido a este, para então serem tomadas as providencias estabelecidas e determinadas por lei.

É possível ver então que os escravos e senhores, frente ao inevitável fim do sistema escravista começam a negociar, e muitos são os casos iguais ao que apresentamos acima, em que fora feita uma negociação, onde o escravo receberia a liberdade, mas, o mesmo deveria continuar servindo ao seu senhor por um período de tempo estimado, no referido caso o período estipulado foi de dez anos, e somente após esse período é que o escravo poderia gozar de plena liberdade, entretanto, muitos foram os casos, como esse retratado, onde os escravos, cansados do cativo, e já tendo sua liberdade, quebram o contrato e vão se embora, fogem, o que acabava levando seus senhores a retirar a liberdade do escravo, e encaminhar o caso ao fórum que sempre entravam em favor dos senhores, declarando a prisão dos escravos e sujeitava-os ao julgamento de seus atos perante a lei.

Mesmo com a liberdade condicionada, o que é relatado muitas vezes como Chalhoub coloca é que:

(...) os proprietários tratavam os escravos alforriados condicionalmente como escravos. Os negros continuavam a receber castigos e eram obrigados a residir com os senhores, que se utilizavam de seus serviços ou embolsavam os alugueis que conseguiam obter pelo trabalho dos cativos. Além disso, os senhores exigiam obediência bramindo a ameaça da revogação da alforria. (1990, p.114)

O que acabava por gerar incômodos para o escravo e o mesmo acabava fugindo da escravidão como no caso acima retratado. Porém como Chalhoub (1990,p.23) diz ainda, “(...) *numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede a seu cativo (mesmo que sob contrato, condições) deve ser também analisada como o resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a*

*seu senhor*”, e isso nos possibilita ver essas negociações de liberdade não como favores dos senhores mas como resultado dos esforços dos escravos.

E são através desses documentos, de fugir do olhar da história oficial, que busca harmonizar a memória da cidade, é que poderemos analisar como esses sujeitos faziam coisas por si mesmo e por si só, observando suas resistências e conquistas, mesmo inseridos no regime escravocrata.

Diante de todos esses movimentos de resistência, negociações, é que se deu o caminhar, dia a dia da escravidão rumo ao seu fim, até que em 13 de Maio de 1888 após a assinatura da Lei Aurea prevendo a Abolição do trabalho escravo, o país continuou o seu processo de mudança, algo que já vinha acontecendo de forma lenta. A ruptura com o trabalho escravo não se deu por acaso, como vimos, foi resultado de um processo marcado por jogos de interesses políticos e também pela resistência e luta dos escravos.

Este momento também foi marcado pelas tentativas de inserção do Brasil em um novo regime político, por meio da proclamação da República, em defesa de um ideal de sociedade civilizada, do qual fazia parte o trabalho industrial assalariado e o modelo político republicano.

A defesa dos ideais republicanos já vinha sendo defendida antes mesmo da abolição da escravatura, contribuindo em certo ponto para o fim desta, já que o sistema escravocrata não condizia com o ideal republicano de Liberdade e Igualdade, tampouco com vertentes do pensamento Liberal capitalista também presente entre os políticos brasileiros. O modelo de República desejado espelha-se no modelo francês positivista, onde a ordem e o progresso caminhavam juntos, como afirma Boris Fausto.

A república deveria ter ordem e também, progresso. Progresso significava, como vimos, a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações.” (2002, p.246)

## **Considerações finais**

Por meio desta pesquisa foi possível compreender como se deu o processo de escravidão e como ele foi caminhando para o que seria o seu fim, na região de Ouro Fino, sul de Minas Gerais. Nesta pesquisa foi possível compreender como se deu a formação de Ouro Fino e como se davam as relações na cidade, e o apagamento que se tem acerca dos escravos.

Buscou-se aqui discutir os estereótipos criados acerca do escravo como um sujeito coisificado, submisso, alienado, sem forças para se livrar da escravidão, mas procuramos trazer esses sujeitos como agentes históricos que mesmo diante do cativo, de um sistema tão opressor e cruel, foram capazes de lutar, de resistir por aquilo que queriam, por um cativo ao menos mais justo, mas também, muitas vezes foram capazes de por suas formas de resistências se verem livres do sistema escravista, seja por meio de fugas, por negociação com seus senhores, como por meio de compra de alforrias.

E assim foi possível compreender como se deu o fim da escravidão, que foi o resultado de um longo e lento processo permeado de interesses políticos, ideológicos, pressões internacionais, mas também foi resultado da constante luta e resistência dos escravos que não se conformavam diante do cativo.

## Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O Engenho Anti-Moderno: A invenção do nordeste e outras artes.** Tese (Doutorado). UNICAMP, Campinas – SP, 1994.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944 B611a **Apologia da História, ou, Ofício de historiador.** – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830 – 1889.** Objetiva – 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte /** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** -10 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- FAUSTO, Boris. 1930 – **História do Brasil /** Boris Fausto – 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** v.10, 1993.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala,** 50ª edição. Global Editora. 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. A história de baixo para cima. In: **Sobre História.** São Paulo: Companhia das letras, 2000, p.216-131.
- MARTINS, Roberto Borges. **A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX.** Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1980.
- PASCOAL, Isaías. **Reprodução da força de trabalho no sul de minas – Século XIX –** No contexto de uma formação econômica não-exportadora. / Campinas, SP: (S.N.), 2005.
- PINSKY, Jaime. **1939 – Escravidão no Brasil./**Jaime Pinsky, 17 ed. Revisada e ampliada – São Paulo. Contexto 2000.
- ROSSI, Pompeu. **História de Ouro Fino; seus fatos, sua gente e suas lendas.** Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.
- SANTOS, Jackson Novaes. **Vestígios do “lugar social” na escrita dos memorialistas.** In: XX Ciclo de Estudos Históricos, 2009, Ilhéus. Anais do XX Ciclo de Estudos Históricos da UESC, 2009.

# LUZ, CÂMERA E (RE)AÇÃO: A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA EM METEORANGO KID – O HERÓI INTERGALÁTICO

CÉSAR AUGUSTO DE LIMA;  
DÉBORA RAQUEL HETTWER MASSMANN;  
ATILIO CATOSSO SALLES

Universidade do Vale do Sapucaí

Pouso Alegre-MG

cesaraugustodelima@yahoo.com.br; debora.massmann@univas.edu.br;  
atiliocs@gmail.com

## 1. Introdução

O presente trabalho intitulado “Luz, câmera e (re)ação: A Ditadura Civil-Militar Brasileira em Meteorango Kid – O Herói Intergalático” se propõe a pensar questões sociais dos anos 60, no Brasil, principalmente as que envolvem repressão e resistência relacionadas à Ditadura Civil-Militar, por um viés interdisciplinar e possível entre a História, Cinema e Análise de Discurso.

Não se trata de uma sobreposição de campos teóricos, mas de um investimento nesses campos para uma melhor compreensão de como se dá o processo de constituição/formulação da narratividade cinematográfica na obra estudada.

Tomamos como *corpus* de análise o filme de André Luiz Oliveira: “Meteorango Kid – O Herói Intergalático”. Lançado em 1969, é uma obra ligada ao “Cinema Marginal”, movimento cinematográfico brasileiro que abordava questões como a criminalidade e a subversão. Por meio da discussão sobre a relação do filme com o contexto histórico em que está inserido, desejamos, a partir do recorte de cenas e diálogos, identificar elementos e alegorias da sociedade brasileira usados como expressão de posicionamento contrário à Ditadura. Antes de dar andamento a essa discussão, é necessário refletirmos sobre o período sócio-político em que o país estava inserido durante a segunda metade do século XX.

## 2. Primeiro movimento de análise: sobre as condições de produção

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, teve início o período que ficou conhecido como Guerra Fria, momento em que a polarização ideológica entre comunistas e capitalistas era intensa. Nesse momento, havia uma intensa propaganda por parte do grupo capitalista contra os comunistas e os riscos que esse regime poderia oferecer aos países adeptos.

As propagandas formuladas pelo grupo capitalista foram reproduzidas por diversas mídias e, entre elas, o cinema. Os Estados Unidos da América, líderes do bloco capitalista, se posicionavam como defensores da liberdade e do liberalismo, reproduzindo sua ideologia em obras cinematográficas, propagando o “American Way of

Life” e agindo de modo imperialista, o que os levou a financiar e apoiar guerras e também ditaduras ao redor do globo.<sup>29</sup>

No Brasil, o chamado Golpe de 64 foi um movimento que levou os militares ao poder do país, dando início a um período ditatorial. Os militares também tiveram apoio de uma parcela da população civil, apoio esse que foi demonstrado publicamente pela passeata conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, por meio da qual setores mais conservadores da sociedade, ligados à Igreja Católica, demonstraram insatisfação com o governo de João Goulart.

O presidente do Brasil antes do Golpe de 64 era João Goulart, que antes de se tornar presidente, era vice de Jânio Quadros, mas, quando Jânio renuncia, “Jango”, como era conhecido, ocupou o posto de presidente. Grupos que já pretendiam uma intervenção militar anteriormente não concordam com essa medida, o que levou ao agravamento da crise política no país, uma vez que João Goulart era tachado de comunista. (FAUSTO, 2002)

Após o “Comício da Central do Brasil”, em que Jango propunha reformas de base, a situação se agravou até o dia em que João Goulart foi deposto, o que aconteceu no dia 1º de abril, quando o presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente da República, sendo o governo do país assumido por uma junta militar (FAUSTO, 2002). Quanto a esse processo de deposição do presidente, Boris Fausto assinala:

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados Atos Institucionais (AI's). Eles eram justificados como decorrência do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções (FAUSTO, 2002, p.465).

## 2.1. A história, a fonte e o historiador

Este artigo aborda uma problemática ainda muito pouca debatida na história do Brasil, o que torna a pesquisa de extrema relevância. Afinal, o Golpe Militar constitui um período marcado pela negação dos direitos humanos e da democracia. Ressaltamos a importância do estudo desse período da história no presente, pois como afirma Bloch:

O presente bem referenciado e definido dá início ao processo fundamental do ofício de historiador: compreender o presente pelo passado e correlativamente, compreender o passado pelo presente (BLOCH, 1997, p.25).

Para atingir seus objetivos, o historiador pode trabalhar com uma vasta gama de fontes de pesquisa. E isso só é possível em decorrência do surgimento de uma concepção teórica produzida pela “Escola dos Annales” por Marc Bloch e Lucien Febvre, migrando da chamada “História Tradicional”, de aspecto linear, quantitativa e baseada apenas em fontes oficiais, para uma visão mais ampla e social da história, de modo que se torna possível analisar tudo que é produzido pelo homem, pois como Bloch assinala: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou

---

<sup>29</sup> A Guerra Fria foi, segundo Hobsbawm, um período de confronto não armado entre as duas maiores potências do período, EUA e a URSS, tendo início ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o fim da URSS, em 1991. No período, havia uma disputa pela hegemonia sobre o mundo. Considerando o potencial bélico do outro, nenhum se arriscava a atacar. Porém, vários conflitos foram subsidiados por essas potências, tais como: Guerra das Coreias (1950-1953), Guerra do Vietnã (1965-1975), Revolução Cubana (1959). Mais informações: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. 2.ed. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele.” (BLOCH, 1997).

Do surgimento da “Escola dos Annales” até os dias de hoje, a noção de fontes históricas continua aumentando, como complementa Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad, no texto “História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”:

Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador. (CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 569)

Com essa grande possibilidade de fontes assinaladas por Ciro Cardoso e Ana Mauad, concluímos que o modo de interpretação e análise de cada fonte é singular; portanto nosso trabalho contribui, também, para a compreensão do cinema como fonte histórica. Quanto ao uso do cinema como fonte histórica, Marc Ferro diz em sua obra “Cinema e História”:

Nessas condições, não seria suficiente empreender a análise de filmes, de trechos de filmes, de planos, de temas, levando em conta, segundo a necessidade, o saber e a abordagem das diferentes ciências humanas. É preciso aplicar esses métodos a cada um dos substratos do filme, às relações entre os componentes desses substratos; analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar a compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa. (FERRO, 2010, p. 33)

É importante dizer, então, que o cinema se relaciona com a sociedade que o produz, ou seja, é um produto da memória daqueles que o fazem. Devemos olhar para o cinema como um produtor de discurso histórico do contexto em que está inserido (FERRO, 2010). O cinema formula narrativas que podem se encaixar em debates contemporâneos. Diante dessa afirmação, partiremos da perspectiva de estudo do Cinema e História proposto por Marc Ferro, em que o filme

está sendo observado não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza. A análise não incide necessariamente sobre a obra em sua totalidade: ela pode se apoiar sobre extratos, pesquisar séries, compor conjuntos. E a crítica também não se limita ao filme, ela se integra ao mundo que o rodeia e com a qual se comunica. (FERRO, 2010, p.32)

Além do apelo audiovisual de mercado e entretenimento, um filme pode desencadear uma série de pensamentos naqueles que lhe assistem. O filme produz significações, por isso é importante que nós, historiadores, convocados por questões da Análise de Discurso, nos perguntemos: quais os efeitos de sentidos produzidos pelo filme, como o filme produz sentidos e porque há a produção de diferentes sentidos na história para uma mesma cena? Também é importante nos atentar para o que está silenciado no filme, o que nas cenas não está dito, mas está significando na história. Por isso, devemos estar atentos na análise para que percebamos as nuances, pistas discursivas presentes na película.

Podemos buscar o que o filme diz não apenas com os diálogos, pois estes são apenas uma parte de todas as estruturas que compõem o filme, como trilha sonora, figurino, personagens, cenário, ângulos e montagem, que devemos balancear na nossa

análise. Em determinados momentos, podemos interpretar até mesmo a ausência de algo, o não dito.

O filme narra por meios de seus personagens os papéis sociais do período, na qual podemos identificar hierarquias sociais e conflitos de classes. No caso de “Meteorango”, existe o contraste entre o personagem Lula, jovem universitário que busca uma carreira de artista, com Zé Veneno, que em determinado ponto diz que está há 10 anos sem estudar e sem emprego. Uma diferença social existente no período e que os autores acharam conveniente trazer para o debate, promovendo o debate de classes.

Lembrando que não devemos olhar para o filme como um espelho da realidade, mas sim um conjunto de elementos que buscam encenar uma sociedade, uma “versão” do presente em que foi produzida. O cinema é um campo de disputa de sentidos, em que tensões históricas são diluídas ou evidenciadas; traz junto de si correntes de pensamento, embora em sua maioria seja de ideologias dominantes, devido à lógica de mercado imperialista.

Como dito anteriormente, trabalharemos com a interdisciplinaridade entre a História, o Cinema e a Análise de Discurso, portanto tomamos a obra “Meteorango” como um objeto discursivo que, em decorrência disso, é fruto da memória do sujeito, produz um movimento de sentidos, elaborando assim o que denominaremos como uma “narratividade cinematográfica”.

Movimento discursivo que parte do princípio de que a narratividade é o fazer-se da memória, uma vez que ao narrar algo, o sujeito individualiza sua memória, tornando aquilo algo único, uma maneira única de contar sobre algo, pois ao contar, ele se (re)significa enquanto sujeito. E para essa compreensão, tomamos o discurso como categoria de análise, para que possamos ler e interpretar todas as nuances ao redor do que se diz e do que “se quer dizer”. Para essa discussão Orlandi reitera:

A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2010, p. 15)

O cinema enquanto linguagem se apresenta também como um agente produtor de discurso ideológico, sendo impossível considerar um agente neutro, mas sempre carregada de um conteúdo simbólico/ideológico. Um dos aspectos mais relevantes quanto à Análise de Discurso é no que tange a definição de ideologia, que segundo Orlandi “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2010); diante da interpretação de algo, teremos formulado assim uma ideologia, sendo impossível escapar da presença da ideologia em nossas vidas.

Portanto, a linguagem possibilita e significa a existência do homem na sociedade. Considerando, principalmente, que a linguagem não é transparente, e que as palavras do nosso cotidiano chegam até nós já carregadas de sentidos, aprofundaremos na questão do discurso, que norteia esse trabalho, abordando a questão da narratividade, discutida por Orlandi em seu texto “Era uma vez corpos e lendas: Versões, transformações e memória” (2016).

A autora busca compreender o sujeito e sua relação com os processos de significação/individualização por meio da “Lenda do Corpo Seco”. Orlandi define narratividade como: “A maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários apoiados em modos de individualização do sujeito, afirmando seu pertencimento a espaços de interpretação determinado.” (ORLANDI, 2016)

Como exemplo, podemos pensar que um recorte histórico é contado/falado por diversos objetos que abordam temas do cotidiano, como jornais, diários e filmes, tendo assim o que podemos chamar de várias “versões” desse mesmo cotidiano, desse mesmo recorte histórico. O indivíduo registra aquilo que está em sua memória do presente, onde essas versões se constituem, para formular em narrativas (discursos) sua relação distinta com esses objetos do/no mundo. Salles (2016) complementa ao afirmar que: “Narrar é se inscrever/escrever na linguagem, em sua materialidade: é o ponto de efeito da memória” (SALLES, 2016, p. 25).

Orlandi considera a narratividade como um objeto próprio da memória, sendo a maneira pela qual uma memória se diz/significa. Se pegarmos dez pessoas para contar uma mesma história, nenhuma contará igual a outra, pois a formação discursiva de cada sujeito é diferente, e isso é o que individualiza cada uma dessas dez pessoas enquanto sujeito social. Ao considerar os três momentos da produção do discurso – a constituição, a formulação e a circulação – Orlandi afirma que é na formulação que a linguagem ganha vida, de modo que, seguindo o exemplo anterior, seria no contar que a memória se atualiza e o sujeito se mostra ou se esconde.

Pode assim o pesquisador, a partir da tomada dos efeitos de sentido de um recorte, compreender o funcionamento da linguagem, não buscando a origem dos sentidos, mas as múltiplas possibilidades de produção e seus efeitos (historicidade). Tais questões tornam-se importante nesse trajeto de leitura que estamos constituindo sobre a questão político-social em que o Brasil se inscreve durante a Ditadura Militar Brasileira, que teve início em 1964.

Passamos a compreender o cinema como um objeto memorial do autor, ideológico e, conseqüentemente, de poder, tornando o ato de “fazer cinema” uma ação de resistência. Isso é o que transforma o cinema em um objeto político, que é produzido pelas câmeras do cineasta através de sua relação memorial com o espaço social em que estava inserido, nesse caso, a Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1985), constituindo uma narratividade cinematográfica seja para denunciar, evidenciar ou esconder alguma questão, provocando nos espectadores um olhar crítico aos acontecimentos da película.

## **2.2. O cinema chega ao Brasil: uma leitura histórica do filme e uma leitura cinematográfica da história**

No século XX, o Brasil começa a dar os primeiros passos no processo de modernização e industrialização. O cinema cresce e se firma enquanto atividade cultural, salas começam a ser fundadas, mas ainda sem uma produção nacional muito atuante (SOUZA, 2007, p. 20). A produção dos filmes era limitada, pois eram poucos os que conseguiam materiais como rolos de negativos ou as próprias câmeras para gravar. As salas de cinema eram dominadas pelo “imperialismo hollywoodiano”.

O período da Guerra Fria resultou nessa expansão do cinema americano, que era usado também como uma forma de reproduzir o “American Way of Life”. O cinema era algo caro, por isso sempre esteve atrelado aos grandes burgueses, o que tornou o cinema uma mercadoria desses burgueses e produzia assim um discurso ideológico liberal e de consumo nas obras, como podemos ver com Bernadet:

No bojo de sua euforia dominadora, a burguesia desenvolve mil e uma máquinas e técnicas que não só facilitarão seu processo de dominação, a acumulação de capital, como criarão um universo cultural à sua imagem. Um universo cultural que expressará o seu triunfo e que ela imporá às sociedades, num processo de dominação cultural, ideológico, estético. (BERNADET, 1991, p. 15)

“Meteorango Kid” é um dos filmes tidos como representantes do chamado “Cinema Marginal Brasileiro”, que foi como ficou conhecida uma parcela da produção cinematográfica realizada no Brasil durante as décadas de 60 e 70, que divergia do conhecido “Cinema Novo”, com temas que eram considerados “transgressores” para a sociedade, temas mais sérios como a agressão, a estilização e a fragmentação narrativa<sup>30</sup> (RAMOS, 1987). Sobre essa questão, partiremos do que diz Fernão Ramos:

O início da formação do grupo se dá, historicamente no momento em que uma parte do cinema novo abandona propostas mais radicais de questionamento da narrativa cinematográfica e caminha em direção a conquista do mercado, através de um cinema de espetáculo, o Cinema Marginal pegaria, então, essa bandeira deixada para trás e a levaria adiante (RAMOS, 1987, p. 64)

O “Cinema Marginal” foi um movimento que dividiu as atenções e plateias com o Cinema Novo, porém pouco conhecido pelo público geral, uma vez que muitos filmes acabaram presos pela censura ou simplesmente nem chegaram a ser exibidos para grandes públicos.

O filme que analisaremos foi produzido na Bahia e para baianos. A Bahia antes do Golpe 1964 era constituída de um cenário artístico bastante variado. Acompanhando a popularização do cinema no Brasil, uma série de iniciativas foi tomada pelo Governo do Estado da Bahia de também instaurar o cinema como uma atividade cultural, surgindo assim o Clube de Cinema da Bahia, que promovia oficinas e apresentações, tendo o cinema como objeto de estudo, contribuindo, assim, para a estruturação de uma plateia especializada no cinema, que incluía Glauber Rocha e posteriormente André Luiz Oliveira. (PEREIRA, 2014)

Glauber Rocha deu início ao hoje conhecido Ciclo Baiano de Cinema, período em que foram produzidas obras como *Barravento* e *Bahia de todos os santos*, que estabeleceram um marco para a cultura baiana. Essas obras são hoje relacionadas diretamente ao chamado Cinema Novo. Esse ciclo de temas voltados ao cangaço e ao sertanejo só teve seu fim com o início do período de Ditadura Civil Militar no Brasil, quando os filmes passam a retratar algo mais urbano, mais próximo da atuação do regime<sup>31</sup> (PEREIRA, 2014).

---

<sup>30</sup> Todo o universo “baixo” compõe o universo marginal; era comum uma “baba de sangue”, vômitos e drogas nos filmes, o grotesco em imagens, assim como o lúdico presente na narrativa, o “avacalho”. Mais informações sobre a estética do “grotesco” podem ser lidas em Cinema Marginal (1968/1973): A Representação em seu Limite, de Fernão Ramos.

<sup>31</sup> O filme Terra em Transe de Glauber Rocha lançado em 1967 é um filme que contém, ao longo de seus mais de 100 minutos: um político conservador e um Golpe de Estado contra um candidato populista. Foi um retrato feito por Glauber do período em que se inseria, expondo sua revolta e sua

O Cinema Novo se posicionava tentando “formular uma mensagem” de “conscientização” através de seus ideais. Já o Cinema Marginal vai se basear em uma espécie de “curtição”, em que Ramos diz que:

Nos objetos passíveis de “curtição” – e que se chocam não só com a sempre criticada moral burguesa, mas também com todo um quadro ideológico que boa parte do cinema novo não se identificava – estão, certamente, as drogas, o sexo livre, o não trabalho, a falta de um “objetivo válido” na ação. (RAMOS, 1987, p. 35)

O Cinema Novo se caracterizou por ser mais orientado politicamente, buscando uma intervenção na sociedade, como podemos notar em *Eztetyca da Fome*, manifesto escrito por Glauber, em que expõe uma série de críticas ao Estado e sua relação com a sétima arte. O Cinema Novo tinha uma participação social, já o Marginal era articulado de uma forma diferente, mas não deixava de atuar: queria a liberdade, principalmente de expressão, mas sem se apegar a nenhuma causa, como o Cinema Novo.<sup>32</sup>

Audaciosos, os filmes “Marginais” combinavam as chanchadas e uma narrativa autorreflexiva, a partir do ideário contracultural do período, assumindo caráter de resistência e protesto ao estado de opressão estabelecido pela Ditadura. Esse espírito dialogava com outros movimentos do período, como o rock, o hippie e nacionalmente com a Tropicália, movimento que teve grande importância na quebra da distinção entre alta cultura e a chamada cultura de massa (RAMOS, 1987).

Em 1968, um ano antes do lançamento do filme “Meteorango Kid”, foi instaurado o “Ato Institucional de nº 5”, onde, que previa, ente outros artigos, a proibição de manifestações populares de caráter político e impunha a censura prévia a jornais, revistas, livros, peças de teatro e filmes de cinema. A censura pode ser entendida como processo histórico de tentativa de controle ideológico em virtude de outra ideologia e é justamente nesse período da ditadura em que a censura buscava um controle total dos meios de comunicação. Uma espécie de caça às bruxas teve seu início.<sup>33</sup>

Antes do Golpe de 64, a censura apenas classificava os filmes por faixa etária, mas não existiam cortes. Vem o golpe e com ele a censura intensificada. Não foi algo local, foi uma prática usada como forma de estruturar e sustentar ideologicamente o

---

angústia para com o momento. Para mais informações, conferir Alegorias do Subdesenvolvimento, de Ismael Xavier.

<sup>32</sup> Trecho de *Eztetyca da Fome*: “Onde houver um cineasta, de qualquer idade ou de qualquer procedência, pronto a pôr seu cinema e sua profissão a serviço das causas importantes de seu tempo, aí haverá um germe do Cinema Novo. A definição é esta e por esta definição o Cinema Novo se marginaliza da indústria porque o compromisso do Cinema Industrial é com a mentira e com a exploração.”. A partir desse fragmento, podemos observar como o Cinema Novo se posicionava, querendo ser articulado e em favor da causa de seu tempo (do cineasta).

<sup>33</sup> “Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
  - a) liberdade vigiada;
  - b) proibição de frequentar determinados lugares;
  - c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>.

Regime Militar, sendo a censura um dos órgãos mais eficazes nesse quesito. Quanto a essa censura, Leonor Souza introduz que:

A tão propagada limitação intelectual dos censores, seus atos pitorescos, motivo de chacota até hoje, os erros gramaticais que cometiam ou seus argumentos que podem parecer ridículos, lamentavelmente, nunca impediram a Censura de ser um dos mais competentes órgãos de repressão da ditadura e, seguramente, um dos pilares de sustentação do regime. Durante todo o regime militar, a censura, hierarquicamente bem organizada, foi sagaz, implacável, poderosa e suas decisões frustraram sonhos, impediram caminhos, abortaram promessas e calaram gerações. (PINTO, 2006, p. 4)

Mas até que ponto essa censura calou uma geração? Quanto a isso, Orlandi nos diz, que “o censurado não desaparece de todo. Ficam vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos.” (ORLANDI, 2016)

A censura pode afetar o roteiro do filme, mas jamais tirar sua resistência. Conscientemente ou não, cineastas estão todos a serviço de uma causa, uma ideologia, podendo manifestar uma independência diante das correntes ideológicas dominantes, criando e propondo uma visão de mundo, própria de cada indivíduo.

“Meteorango Kid – O Herói Intergalático” pode ser considerado uma obra cinematográfica também do tropicalismo, por estar inserida naquele contexto artístico baiano do final dos anos 60. A música tropicalista já era conhecida no Brasil através dos expoentes Caetano Veloso e Gilberto Gil, que popularizaram o movimento. Isso torna o filme um mosaico “cultural”, em que vários fragmentos daquilo que constitui os envolvidos formaram uma obra final, no caso, o filme. (PEREIRA, 2014)

Essa variedade cultural que vivia a Bahia durante período e a soma de experiências de uma juventude inserida nesses ditos paradigmas contraculturais<sup>34</sup> são assimilados e experimentados no personagem Lula – ou, poderíamos dizer, um alter ego do diretor Andre Luiz Oliveira no filme? Em explicação a esse movimento contracultural, Ramos assinala:

Um dos aspectos principais para entendermos o discurso da “contracultura” reside no centramento do universo ideológico em torno do próprio ego, do mundo pessoal, do “eu” mais íntimo do autor. Esse centramento permite a “curtição” referida, o usufruir de uma série de coisas relacionadas ao prazer do sujeito. (RAMOS, 1987, p.35)

A contracultura, segundo Roszak (1972), foi o momento em que os jovens colocaram em prática aquilo que os adultos criaram em teoria, pois “(...) arrancaram-nas (as teorias) de livros e revistas escritos por uma geração mais velha de rebeldes e as transformaram em um estilo de vida. (ROSZAK, 1972, p. 37) Portanto, não há como desvincular a categoria contracultura das categorias de juventude e de rebeldia.

---

<sup>34</sup> Contracultura é um conceito utilizado para designar uma série de práticas e movimentos culturais realizadas por jovens a favor de uma “nova sociedade” nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e que foi paralelamente adotada em outros lugares do mundo. A contracultura é fruto de uma sociedade opressora, reivindicada por jovens que estavam descontentes com a padronização cultural imposta. Esse termo difundiu durante muito tempo no senso comum a ideia de juventude transgressiva, rebelde. Popularmente esse movimento está atrelado ao movimento Hippie. Mais informações em Culturas da Rebeldia: a juventude em questão, de Paulo Sérgio do Carmo.

Seguindo o pensamento de contracultura enquanto revolução de costumes, Carmo expõe a ideia de que a juventude estava contra uma imposição de valores ideológicos por parte do Estado, a juventude adota práticas subversivas ditas “marginais” para mostrar insatisfação e resistir ideologicamente a essa imposição. Assim, Lula é o reflexo da rebeldia jovem em choque com os padrões retrógrados daquela sociedade. Interessante notar que o marginal é aquele que vai contra o que é imposto, que está diferente daquilo que é tido como “normal”.

Diferentemente da prática política dos partidos tradicionais, deu-se início a uma nova forma de contestação e mobilização social (...) A recusa radical da juventude aos valores convencionais entrava em cena com grande alarde. Cabelos longos, roupas coloridas, misticismo oriental, muita música e drogas. Uma série de manifestações culturais novas refletiam e provocavam novas maneiras de pensar, modos diferentes de compreender e de se relacionar com o mundo e com as pessoas (CARMO, 2001, p. 51).

No início da película, (Figura 01), temos Lula se identificando como Jesus Cristo, uma narrativa que re-significa um mártir de sacrifício pessoal em prol de um povo oprimido. Lula, ao descer de um coqueiro, simboliza o tropical/brasileiro e ao se posicionar de braços abertos em um crucifixo simboliza o religioso. Podemos analisar essa cena ora como Lula se posicionando como uma espécie de salvador tropical, um herói, encarando sua atitude como um sacrifício, ora como um jovem crucificado, sem mais perspectivas. Um conflito moral presente em uma geração angustiada e oprimida, sem voz e sem direitos. Essa segunda leitura é possível pela presença da cruz na cena.

**Figura 1 – Juventude crucificada**



Na sequência, temos um trecho que evidencia a forte relação do filme com a Ditadura Militar. A guitarra distorcida cede espaço para as sirenes policiais e apitos. Uma câmera andando por um espaço sem focalizar, produzindo um efeito de instabilidade e tensão com imagens pontuais de policiais em perseguição, cassetes e algumas prisões com a utilização de algemas. Tais sequências fílmicas sugerem que o filme acontece durante o período de uma forte atuação da polícia, nem precisando o espectador saber exatamente o período em que o filme fora produzido. Esses indícios já demonstram características do período, já que tal período tem como principal característica a repressão policial para aqueles que são contrários ao Regime Militar.

**Figura 2 – Repressão**



Em outra cena, uma nova referência a Cristo é apresentada, com Lula chegando a um evento carregado por um jegue com uma fila de pessoas o seguindo (Figura 03), lembrando a passagem bíblica da chegada de Jesus a Jerusalém. Tem-se em vista que a apresentação de Lula como “Cristo” é algo provocativo para cristãos, pois está fazendo zombarias com algo “sagrado” para eles, provocativo ainda mais em um período em que a maioria conservadora cristã era aliada dos Militares. Essa cena aponta mais uma vez para a força da memória na constituição do sujeito, sujeito sócio-histórico inscrito em uma sociedade de valores cristãos.

**Figura 3 – Lula e o sucesso**



Após isso, Lula tem seus cabelos lavados por duas mulheres. Essa cena, em termos de memória, nos faz referenciar ao batismo de Cristo. A cena prossegue e uma das mulheres se vira para a câmera e diz: “Ele usa sabão baiano, o sabão dos grandes astros”. Nessa direção, é possível observar que a propaganda em um filme independente se torna uma ferramenta lúdica para uma crítica social. Com efeito, a arte nesse momento histórico é usada como mercadoria, reforçando os sentidos postos que significam a “Indústria Cultural”<sup>35</sup>.

A maneira de tratar determinados assuntos com deboche é uma característica do Cinema Marginal. A ironia e o sarcasmo são maneiras encontradas por diretores marginais de dizer sobre algo por meio desses extremos.

A novidade nesse momento é: o que era muito ignorado e desprestigiado da cultura, tanto pela elite como pela esquerda, passa a ter importância para os marginais. Percebe-se uma ruptura na obra de Andre Luiz. No filme há uma mescla de elementos da cultura de massa e da alta cultura, como sons de guitarra, filmes americanos, HQs, Rock e Hippie.

---

<sup>35</sup> Indústria Cultural, na perspectiva de Adorno, é uma nova forma encontrada de relações entre público e arte. De modo que em decorrência da tecnologia, se tornou possível atingir mais pessoas com esse “produto” e conseqüentemente passar uma ideologia em cima disso. A arte passou a ser produzida com intenção de lucro. Leia mais sobre em: A Indústria Cultural e Sociedade, de Theodor Adorno.

Outro ponto que observamos é que o mundo das histórias em quadrinhos é muito presente ao longo do filme, tendo referência no próprio título “Meteorango Kid”, que é uma alusão a “Durango Kid”, famoso herói de quadrinhos ao estilo “faroeste”, seguimento temático de história em quadrinhos muito popular entre os jovens do período e até mesmo no cinema, onde muitos filmes importados Hollywoodianos eram no mesmo estilo.

Um Outro baiano usou desse mesmo quadrinho em uma de suas músicas anos mais tarde, na música “Cowboy fora da Lei”<sup>36</sup> de autoria de Raul Seixas. “Durangokid” é citada na música como se só existisse nos gibis, contra aqueles que querem ser heróis.

Vemos nesse momento um movimento da memória em dois sentidos. Partindo de um mesmo personagem, podemos ver duas significações, em períodos diferentes, oriundos do mesmo local, mas discursos diferentes, cada uma com uma interpretação daquele personagem de modo que individualiza a obra de cada um.

O disco de Raul com essa música só foi lançado em 1987, quase vinte anos após o lançamento de “Meteorango Kid”. O ideal de ser um herói e fora da lei ainda é presente no imaginário social. Temos a renúncia de Raul Seixas diante da ideia de ser um herói, mas o personagem assume seu papel como “fora da lei”, um herói às avessas. Vale assinalar também que Raul Seixas foi preso pelo DOPS e exilado em decorrência de uma de suas músicas, a Sociedade Alternativa.

O termo “Intergalático” presente no título também é uma releitura discursiva de um outro acontecimento do período. No mesmo ano de produção do filme, o homem pisou na lua pela primeira vez, portanto a “corrida espacial” chegava ao seu ponto final, evidenciando ainda aspectos decorrentes dessa “corrida” como objetos voadores e questões de ciência espacial.

Em determinado momento do filme, ao chegar na universidade, Lula, presencia uma espécie de Assembleia Estudantil (situação comum no momento histórico da Ditadura Militar, em que a classe estudantil foi a principal “veia” revolucionária atuante contra o regime ditatorial).

Vejam como Lula é abordado por jovens no momento de sua chegada à universidade:

Estudante1 – Lula, Lula. Ô, rapaz, como é que é, você está conosco, não? Vai lá, a votação está sendo agora. Pô, como é cara, você não vai nos decepcionar novamente, não é? Tamo lá, firme hein.

Estudante2 – Lula, não recue, você sabe o que eles estão querendo? Expulsar os alunos reacionários da escola, você já pensou o que é isso? O que nós vamos discutir caso eles consigam essa desgraça. Não se deixe convencer, Lula, lute, vá, lute até o fim rapaz.

Lula – Tá legal!

Compreende-se a partir desse diálogo um cenário de luta na universidade, mesmo que Lula declare total desinteresse a esse tipo de organização. Tendo conhecimento de que a principal força da luta contra o regime ditatorial surgiu dentro das universidades, podemos identificar uma tentativa de represália do Estado com o anseio de expulsar os jovens ditos reacionários da escola. Como o termo reacionário define

---

<sup>36</sup> “Durango Kid só existe no Gibi e quem quiser que fique aqui; entrar para a história é com vocês”. Trecho da música “Cowboy fora da lei”, de Raul Seixas.

aquele que é contra o regime político em vigor, conclui-se que esses jovens se opunham a um governo Ditatorial em prol de uma democracia.

A ironia se formula por conta dos mesmos jovens de esquerda, mais organizados e frequentadores do âmbito acadêmico, terem acusado os jovens ligados à contracultura por simplesmente não compartilharem das mesmas visões de luta, por assim dizer. Isso fica ainda mais evidente com o discurso de Caetano<sup>37</sup>, que está presente mais no começo do filme.

Nesse momento, a cena é cortada para um grupo de pessoas que, em cima de uma mesa, discutem de maneira caricata ao som de um samba muito conhecido e relacionado ao futebol. Trata-se de uma formulação do diretor que sugere a zombaria com a esquerda militante em vários momentos do filme, relacionando os militantes a uma torcida de futebol.

Nesse momento, podemos observar mais uma versão sobre a perseguição e a quebra da liberdade de expressão pontuada pelo filme. O personagem jovem alega que colocaram garçons para vigiar os alunos e propõe uma passeata em protesto contra os mesmos. Observamos uma crítica do cineasta ao policiamento e à repressão presentes no país sob o regime militar, crítica essa, de certo modo, irônica, pois o personagem é vaiado pela multidão que acompanhava os oradores, demonstrando contrariedade aos movimentos pacíficos.

Essa cena é acompanhada também por Lula. Em total gesto de desprezo e desinteresse (Figura 04), Lula segue lendo uma revista em quadrinhos enquanto a “confusão” acontece, deixando evidenciar que as únicas vontades de Lula era viajar em seu universo de super-heróis e quadrinhos, satirizando essa característica aparentemente alienado de Lula. Após um jovem propor uma votação para decidir qual medida tomar contra os garçons e ser vaiado, ele caminha em direção a Lula para pedir sua ajuda, e tem como resposta um gesto de desprezo: “ah, isso não serve para nada”.

**Figura 4 – O desprezo pela militância**



As histórias em quadrinhos e a “cultura pop” americana reforçam o modelo de produto da indústria cultural que se torna propagadora de discurso e que foi muito importada no período em detrimento de produções nacionais. Esses produtos importados marcam presença ainda em outros momentos do filme, como o Tarzan, o drácula, os piratas e o Batman, que analisaremos a seguir.

Ao longo da cena da roda de fumo, Lula tem uma alucinação. Ele se vê sentado em uma mesa com seus pais para um café da manhã, e oferece um cigarro de maconha

---

<sup>37</sup> Para maiores informações acesse: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/934526-leia-trecho-de-folha-explica-caetano-veloso.shtml>>. Acesso em 17 nov. 2017.

para o pai. Então Lula é espancado por seu pai e chamado de delinquente (reforço do aspecto marginal). Ele então sobe para o quarto e se transforma no “Batmãe”. Batmãe é uma deriva de um famoso personagem da cultura americana de quadrinhos, o Batman, que é um homem vestido de morcego que combate o crime na cidade de Gotham City. Após se transformar em “Batmãe”, retorna à sala de jantar para bater na mãe (Figura 05) e em seguida no pai, se livrando da carga moralista de que se sentia oprimido.

Podemos entender esse recorte como um movimento da narratividade na memória. Ao considerarmos a narratividade como a individualização da memória, podemos observar o “Batmãe” como um exercício discursivo da memória em transformar o personagem Batman, das tradicionais séries televisivas e quadrinhos, em algo único para significar aquilo que gostariam de evidenciar.

Ao longo do filme, várias passagens terão esse movimento da narratividade, principalmente as referentes aos pensamentos de Lula, pois já se situam no plano da memória e a transformam de modo a tornar aquilo único.

### Figura 5 – Batmãe contra o moralismo



Essa cena da imaginação de Lula como “Batmãe” se dá a partir de um devaneio de Lula em meio a uma cena que ele revela uma forte característica da contracultura marginal do momento: o uso de drogas, conforme citado anteriormente nesse artigo.

É junto de Caveira e Zé Veneno que Lula tem seu contato com a maconha no apartamento de Caveira (Figura 06). A maconha teve o cultivo proibido no Brasil com o governo de Castelo Branco por meio do Decreto-Lei nº 54.216/64, criando assim a dificuldade de acesso à planta e fortalecendo, posteriormente, o tráfico de drogas. Portanto, podemos notar como uma lei criada durante o período militar resultou em uma das principais causas de prisões e mortes no país.

A exibição de uma cena como essa, de fumar explicitamente maconha, era ir contra aquilo que foi imposto pelo Estado, mostrando de certa forma uma resistência desse grupo. O uso da *cannabis* pode ser entendido também como o ponto de partida para a montagem do filme; suas cenas fragmentadas, jogando entre o real e o irreal, podem ser entendidas como alterações causadas pelo uso da *cannabis*, embora essa alteração só seja mais perceptível na cena do apartamento. Essa cena nos proporciona ainda outros questionamentos acerca da Ditadura Militar por meio de diálogos entre Lula, Caveira e Zé Veneno, como podemos observar abaixo:

Zé Veneno – Eu é que tô perdido mesmo.

Lula – Melhor, pô, quem tá perdido tá perdido mesmo, não tem nada a perder. E quem não tá tá sempre com medo de se perder, e quem tá com medo de se perder tá por fora paca.

Caveira – Claro, pô, que onda careta desse cara, corta esse papo.

Zé Veneno: Essa merda vai explodir um dia desses, e todo mundo vai ficar que nem papel picado caindo da janela em dia de passeata pacífica.  
Caveira – Que nada, corta esse barato, tá entendendo, essa merda só vai explodir quando a gente acabar com todo o fumo que tem em cima do planeta, aí pode explodir à vontade, tá entendendo? Pode explodir à vontade!  
Zé Veneno – Eles tanto fizeram que conseguiram me caçar, 10 anos sem estudar, 10 anos vagabundando por aí, 10 anos de maconha, 10 anos Marginal.  
Lula – Cague, pô. Eu te dou minha mãe para tomar conta de você.  
Caveira – Aposto que ela é virgem.  
Zé Veneno – Cagar, é só o que dá vontade de fazer, mas é duro, só eu sei o trabalho que deu para chegar até aqui.  
Caveira – Que onda estranha desse cara, vir falar uma hora dessa de trabalho, tá duro, como é que pode, sai dessa, rapaz, corta esse papo diante do divino mato, como é que é.  
Zé Veneno – Caveira, você não presta mesmo.  
Caveira – Claro, pô, e por isso que ainda estou vivo.

**Figura 6 – A roda de fumo**



Quando se trata de resistir a algo, toda atitude pode ser entendida como resistência, desde a atuação direta em grupos de militância estudantil de esquerda, até o simples ato de não fazer nada ou “cagar”. Não ter um posicionamento direto é a forma encontrada por Lula e Caveira de resistir culturalmente e se manter vivo, mostrando que o período não era constituído apenas por militantes e militares, existiam outras pessoas e outros modos de resistência como não se importar, pois a luta era para se manter vivo. Diante dessa postura de resistir ao se conformar, Chauí é feliz ao dizer que:

Ora, seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. (CHAUÍ, 1994, p. 122)

Para reafirmar essa postura de negação presente no filme, há o comparecimento da frase usada por Sganzerla em *Bandido da Luz Vermelha*, que diz: “Quando a gente não pode fazer nada, a gente avacalha, pô, avacalha e se esculhamba”. Reafirmando, Chauí assinala: “tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar.” (CHAUÍ, 1994). O desprezo pelos rótulos e o desapego de qualquer grupo militante ficam evidentes quando o Caveira define Lula como “ex-direita alegre, esquerda radical, marxista, leninista, liberal. Atualmente, Lula: rótulo não identificado”, caracterizando o escracho para com o jovem de classe média.

Fernão Ramos, em seu livro “Cinema Marginal”, trabalha ao longo de todo o livro as razões para a denominação de marginal. Tal obra é considerada grande fonte de inspiração para este artigo. Em determinado momento, Ramos assinala que “o desprendimento do Cinema Marginal com relação a formas de compromisso e expectativas sociais permite um afrontamento radical com a sociedade institucionalizada que, às vezes, beira o histerismo” (RAMOS, 1987, p. 43). Notamos, a partir disso, que o

caráter satírico e de zombaria presentes na narrativa do filme mostram a “fúria” do personagem Lula por meio de sua “domesticação”, se posicionando à margem da sociedade pré-moldada.

Nesse trecho do apartamento também podemos observar a questão do ensino, trabalho e marginalidade, temas estes colocados em pauta em meio a uma “crise existencial” de Zé Veneno. Vejamos:

Caveira – Lula, esse cara tá dando o maior bode do ano.  
Zé Veneno – Bode o que, rapaz.  
Lula – Bandido da luz vermelha já diz. Quando a gente não pode fazer nada, a gente avacalha, pô, avacalha e se esculhamba.  
Zé Veneno – Minha vida, meu futuro,  
Caveira – Qual vida, qual futuro, que cê ainda tá esperando, a ascensão das classes desprestigiadas, beijar a princesa encantada ou achar a lâmpada maravilhosa.  
–Lula – Continue esperando, rapaz, continue esperando que o trem chega, pô.  
Zé Veneno – Não é nada disso, não é o que cês tão pensando, vocês tão querendo me gozar só porque falei de futuro.  
Caveira – Quem tá querendo te gozar aqui, rapaz.  
Lula – Eu não, só falei que quem espera sempre alcança, três vez salve a esperança.  
Caveira – Pera aí, Lula, e o futuro do rapaz?  
Lula – Futurinho, futurinho.  
Caveira – Venha cá, futurinho.  
Lula – Seu futuro está em nossas mãos, Zé.  
Zé Veneno – Me dá isso, Lula, lula me dá isso, Lula.  
Lula – Joga pra mim, Caveira.  
Caveira – O fósforo!  
Lula – Fogo no futuro do Zé.  
Zé Veneno – Não faz isso.  
Caveira – Para onde você quer ir, hã? Cê não tem saída, não.  
Lula – Ele quer gritar pela rua, abaixo isso abaixo aquilo, quem é organizado não come rapadura, hein.

Com isso, Lula pega um pedaço de papel que ele define como o Futuro de Zé Veneno e coloca fogo, brincando com o medo de Zé Veneno em relação a seu futuro e evidenciando um desacordo com grupos organizados.

A declaração de Zé, dizendo que está sem estudar há mais de dez anos e que está preocupado com o que será de sua vida no futuro evidencia o fato de não ter perspectivas de melhora. Tal discurso nos direciona para nuances do momento em que o país passava, a saber, questões da falha educacional e da falta de empregos (seria isso a causa da marginalidade?) – contrapondo com a realidade de Lula, jovem universitário e de classe média – não apresentando oportunidades para todos, caracterizando uma sociedade desigual.

Nesse momento acontece uma transição de cena, em que temos Caveira usando um chapéu feito de papel e Lula oferecendo uma arma a Zé, para que Zé atire em Caveira. O uso de um chapéu de papel faz alusão a conhecida cantiga popular “Marcha Soldado Cabeça de Papel, quem não marchar direito vai preso no quartel”. Uma cantiga popular, que a partir da memória dos autores, resultou na representação discursiva dos militares por meio deste ícone.

A partir disso, o uso do chapéu pode ser lido como uma referência aos militares que estavam no governo durante o período. Com isso, pode-se entender que para Zé

garantir seu futuro, ele teria que matar o militar, no caso, seu amigo Caveira (Figuras 07 e 08).

Uma visão considerada radical, mas que se relaciona com os ideais propostos pela ALN (Aliança Libertadora Nacional), liderada por Carlos Marighella, que, por sinal, também era baiano e que veio a falecer no mesmo ano do lançamento do filme. Marighella propunha a luta armada como única saída para a Ditadura Militar. Em um trecho de seu livro intitulado “Mini Manual do Guerrilheiro Urbano”, ele diz:

*O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. (MARIGHELLA, 2003)*

### Figuras 7 e 8– A resistência



Durante o filme é recorrente o uso de uma câmera subjetiva para colocar o espectador no lugar do ator, seja com a arma apontada para decidir se atira ou não, seja com a arma apontada para a câmera colocando o espectador como alvo. Nesse momento Lula ainda profere as palavras “você quer entender. Não há nada para entender!”, o que sintetiza o roteiro do filme, pois afirma se sentir perdido e propõe uma solução para sua angústia por meio do sarcasmo, um sentimento de não se importar, um conformismo, mas que pode ser entendido como uma alternativa de resistência.

O filme, como já dito anteriormente, é uma rica fonte histórica que contém o reflexo das inquietações do diretor e as angústias pessoais de uma geração. O filme nos faz pensar a realidade do período por meio do exagero, característica dos filmes marginais, fazendo o espectador se sentir naquele espaço. O filme apresenta a noção de destino ou falta dele. Ao apontar a arma para a própria cabeça, Lula está pronto para dar um ponto final as suas angústias; é um processo autodestrutivo associado ao sentimento de impotência.

Podemos relacionar isso com o fechamento político do regime militar que provocou um “desmoronamento” das ilusões reformistas nutridas durante a década de 60, que vieram junto à sensação de incapacidade ou impossibilidade de uma ação política, estabelecendo um clima de terror e paranoia. (RAMOS, 1987)

A última cena do filme é muito peculiar, Lula caminhando por um lugar claro, vazio e com a câmera posicionada de modo que parecesse um labirinto, e logo após aparecem os dizeres: “procura-se vivo ou morto” (Figura 09). Dizeres muito parecidos com os que contêm cartazes policiais e de procurados pela polícia. Lula se assume como um procurado, assim como o diretor, reconhecendo o risco que assumiu ao fazer um filme agressivo e contra o Ditadura Civil-Militar.

### Figura 09 – Vivo ou Morto



### 3. Considerações Finais

Num efeito de fecho, o documento fílmico produz uma riqueza de significação muito grande, ficando sob responsabilidade do historiador investigar a obra, a fim de compreender seus discursos/efeitos de sentidos produzidos. Nessa direção, do nosso ponto de vista, o filme significa.

Concluimos que “Meteorango Kid” foi uma obra que textualizou, trouxe para a cena cinematográfica questões sociais do período em que foi produzido, a saber, as lutas e os protestos contra o estado de exceção que suprimiu direitos e liberdades individuais e coletivas etc. Destacamos que a noção de narrativa cinematográfica foi fundamental para a elaboração de nosso percurso de análise.

Sabe-se que arte foi uma das diversas formas de resistência contra a “Ditadura Civil-Militar”; resgatar um pouco dessas memórias é, ao nosso ver, um gesto que vai na direção de contribuir para a compreensão do presente em que vivemos.

### 4. Referências Bibliográficas

ADORNO. Theodor W. **Industria Cultural e Sociedade**. Paz e Terra. 5a Edição. 2009.

BARROS, José D'Assunção. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo**. Disponível em [http://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia\\_memo ria.pdf](http://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memo ria.pdf) > Acesso em: 06 out 2017. As 14:24:00

BERNARDET; Jean-Claude. **O que é cinema**. Brasiliense Editora. 1991.

BLOCH. Marc. **Apologia da Historia: o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1997.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CASTRO, Hebe. Historia Social in. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia** - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAUÍ, Marilena S. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena S. **O que é Ideologia**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10ª Edição. Edusp. 2002.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. Disponível em <<https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>> Acesso em: 12 out 2017. As 13:42:00

ORLANDI, Edi P. **Análise de discurso: Princípios e Procedimento**. São Paulo: Pontes 2010

ORLANDI, Eni P. (org). **Instituição, relatos e lendas: narratividade e individuação dos sujeitos**. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016.

PINTO, Leonor Souza. **O Cinema Brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil - 1964/1988**. Disponível em [http://www.memoriacinebr.com.br/textos/o\\_cinema\\_brasileiro\\_face\\_a\\_censura.pdf](http://www.memoriacinebr.com.br/textos/o_cinema_brasileiro_face_a_censura.pdf) Acesso em: 06 out 2017. As 17:30:00

RAMOS, Fernão, **Cinema Marginal (1968-1972): A representação em seu limite**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987

ROSZACK, Theodore. **A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

SALLES, A. C. COSTA, G. **Recortes e(m) análise: no movimento da narratividade cinematográfica**. In: RUA [online]. no. 22. Volume 2, p. 553 - 572 – ISSN 1413-2109/2179-9911 - Junho/2016. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8647949/14717>> Acesso em: 15 mar 2018. As 16:04:00

SOUZA, Carlos Roberto. **Os pioneiros do cinema brasileiro Raízes do cinema brasileiro**. Disponível em <[http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu\\_n15\\_Souza.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Souza.pdf)> Acesso em: 06 out 2017. As 14:54:00

XAVIER, Ismail. **Alegorias do Subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo e cinema marginal**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Pereira, Ednei de Santana. **Imagens a Margem: Cinema Marginal e contracultura na Bahia(1968-1972)**/ Ednei de Santana Pereira, Salvador. 2014.114f. Disponível em: <[http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2014/04/pereira\\_ednei.pdf](http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2014/04/pereira_ednei.pdf)> Acesso dia: 12 out 2017. As 13:31:00

# O NEGRO NA GUERRA DO PARAGUAI: PRESENÇA E AUSÊNCIA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

CLÁUDIO GLEYCIANO COSTA COLOMBARI

CLEYTON ANTÔNIO DA COSTA

Universidade do Vale do Sapucaí

Pouso Alegre – MG

[cgcolombari@gmail.com](mailto:cgcolombari@gmail.com) ; [cleytoncac@yahoo.com.br](mailto:cleytoncac@yahoo.com.br)

## Introdução

O presente estudo visa a investigar acerca da presença do negro na Guerra do Paraguai representando nos livros didáticos de História.

O ensino de História contém conhecimento específico, as habilidades e competências próprias para que o aluno possa adquirir. Proporcionando a este aluno a capacidade de compreender a sua história e as histórias do mundo onde vive, como um conjunto de múltiplas memórias e de experiências humanas. Antes, a disciplina era vista como componente curricular do passado, marcada pela memorização de fatos e datas dos principais acontecimentos, porém, entendemos o ensino de História como uma possibilidade de (re)significação deste passado, que se movimenta constantemente diante de significação dada a ele.

Com este movimento, o Ensino de História produz novos sentidos e deslocamentos, possibilitando levantar questões que abordem desde a prática da cidadania a identidade nacional.

Com esse foco, buscaremos analisar o negro na guerra do Paraguai, notando que sujeitos que foram silenciados ao longo da história, pessoas que passaram despercebidas ao longo do tempo.

Pretendemos, também, investigar como a Guerra do Paraguai (1864 -1870) é representada nos livros didáticos de História.

Atento ao ensino de História como uma possibilidade de (re)significação do passado, que se movimenta constantemente diante de significação atribuído a este passado, produzindo novos olhares e sentidos.

## Livro didático de História: ensino e questões

Ao iniciar essa discussão, apontamos, primeiramente, a necessidade de compreender o ensino de História alicerçado nos pilares da pesquisa e do ensino. São duas ações distintas, mas que se nutrem e revigoram-se para a solidificação da atuação docente.

O Projeto Pedagógico do Curso de História nos indica que:

ao reconhecer o caráter indissociável da pesquisa e do ensino, propõe formar historiadores que estejam capacitados a atuar na produção, transmissão e comunicação do conhecimento histórico. Isto significa habilitar o aluno para atuar em pesquisa, educação e transmissão do conhecimento, em uma variedade de contextos (2016, p. 09).

Com essa perspectiva para a docência, evidenciamos a necessidade de relacionar o pesquisar com o ensinar. Pois, nessa dinâmica, o ato de ensinar fortalece e constrói novas possibilidades de olhares, oportunizando ao aluno outras maneiras de compreender o passado em seu presente.

Guimarães nos alerta que “discutir o ensino de história, hoje, é pensar os processos formativos que se desenvolvem nos diversos espaços, é pensar fontes e formas de educar cidadãos, numa sociedade complexa marcada por diferenças e desigualdades” (2012, p. 15).

Aqui, deparamos com o compromisso social que permeia o espaço escolar, focamos em especial, o componente curricular de História, que durante muito tempo é marcado pela prática de decorar datas, nomes e conceitos históricos.

Restringia-se numa atuação fechada, sem possibilidade de questionamento e indagação. Porém, na busca de trazer outras possibilidades, dialogamos com Fenelon que sugere

Para o ensino, a História Social ofereceu a possibilidade de substituir perspectivas exclusivamente lineares de uma história contínua e factual, proporcionando ocasião para o surgimento de propostas de estudos temáticos, nem sempre entendidos e aceitos, mas de reconhecida validade, para quantos pretendam desenvolver, em seus alunos, habilidades incontestáveis, quanto à formação do raciocínio e do pensar históricos. [...]. Poderíamos trabalhar de outra maneira, experimentar outras propostas e a partir da História Social isso seria possível (1993, p. 76).

A autora defende que a atuação docente do historiador deve ser pautada em um ângulo, que possibilite trazer para a sala de aula temáticas que até então eram ignoradas e/ou marginalizadas. Temas que oportunizem o pensar histórico indo além de somente datas e nomes, mas sustentando nas relações sociais, que apresentam questões ligada a diferentes memórias.

Portelli nos aponta que

se consideramos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizado ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumento socialmente criados e compartilhados (PORTELLI, 1997, p. 16).

A memória é uma construção que, ao longo das experiências, significa e/ou ressignifica os acontecimentos passados diante do contexto em que é produzida. Ela se refere a uma pessoa, a que relata ou escreve suas percepções, porém esta elaboração se efetiva com a convergência de experiências compartilhadas socialmente. Os sentidos, significados, impressões se somam mediante a interação estabelecida no grupo, sociedade, família, no trabalho, em diferentes épocas.

Portanto, o passado vivido se mescla com as experiências recentes proporcionando a elaboração de olhares múltiplos. “Tal como apreender a ampliação do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, uma vez que a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam” (DELGADO, 2010, p. 38).

Frente a esse panorama, compreendemos a necessidade de discutir o livro didático de História, que é considerado, por muitos, como a única ferramenta pedagógica dentro do espaço escolar. Mas devemos ressaltá-lo como um suporte de memórias. Mas temos que questionar: Quais memórias são evidenciadas? Como são apresentadas e discutidas nas páginas dos livros de História?

Analisar o livro didático é fundamental para esse estudo, pois por meio deste instrumento pedagógico buscaremos compreender os sujeitos sociais que atuaram na Guerra do Paraguai, principalmente os negros.

Bittencourt afirma que o livro didático

constitui também um suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais. Essa característica faz que o Estado esteja presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelece critérios para avaliá-los, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais (2004, p.301).

Com essa consideração, é notório a formulação de uma perspectiva mediada pelo Estado, agenciando seus interesses e valores. A problemática aqui apresentada traz o livro didático como dispositivo forjado pelos panoramas estatais, legitimando uma postura histórica que valoriza apenas um grupo específico, ressaltando seus pontos positivos e deixando de lado outros grupos ou até elaborando traços pejorativos para aqueles que não são valorizados. Ou seja, compreendemos que a busca de construir estereótipos para alguns grupos é sustentada no objetivo de legitimar um grupo específico ou valorizar os dominantes.

Le Goff traz essa problemática, focando sua reflexão analisando a busca por dominar a memória, assim evidencia que

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (1996, p.426).

Na busca de evidenciar os esquecimentos e silêncios, trazemos à tona a trama social e histórica que gerencia essas produções. Desta maneira, notamos o livro didático reproduzindo esses posicionamentos ideológicos, que tange em ocultar grupos determinados.

Pois, entendemos que

o livro didático e a educação formal não estão descolados do contexto político e cultural e das estruturas de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. Sua elaboração não parte, exclusivamente, de interesses pré-estabelecidos, mas incorpora, também, as concepções de história e os sistemas de valores dos autores e de seu tempo (FONSECA, 2012, p.7).

Analisar o livro didático constitui uma atividade metodológica que necessita ter apurado que os dizeres presente na obra são constituídos por valores já impostos pelo Estado, que rege a educação.

As possibilidades de análise dos livros didáticos de História proporcionam várias problemáticas no que tange as constituições, valores e estereótipos presentes nesse instrumento do saber dentro de uma sala de aula.

Com isto, iremos ater-se às imagens que exigem a configuração de um olhar educado, que sai da perspectiva da leitura, que é restrita ao âmbito verbal, para o contexto visual.

Como nos aponta Santaella,

para lermos uma imagem, deveríamos ser capazes de desmembrá-la parte por parte, como se fosse um escrito, de lê-la em voz alta, de decodificá-la, como se decifra um código, e de traduzi-la, do mesmo modo que traduzimos textos de uma língua para outra (2012, p. 12).

O trabalho com as fontes históricas necessita de procedimentos específicos para cada tipo de registro, buscando contextualizar e explorar as diretrizes, os códigos que a conceberam. Desta forma, o despertar da criticidade diante das fontes, como aqui proposto às imagens presentes nos livros didáticos.

Guimarães afirma que

as imagens constituem fontes extraordinárias para o processo de ensino e aprendizagem em todas as áreas, sobretudo em História. Ampliam o nosso olhar, possibilitam o desenvolvimento da observação, da crítica, da criticidade. Atraem. Seduzem. Instigam. As imagens visuais – desenhos, pinturas, gravuras, esculturas, fotografias, produzidas em diferentes épocas e lugares, têm valor educativo, estético, histórico (2012, p. 352).

As possibilidades de usos das imagens no ensino de História constituem formas de interpretações, no qual devem ser discutir os valores e estereótipos que circulam e que são reforçados dentro do material didático.

Corroborando Paiva,

a iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutidas as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada [...] .Não são raros os casos em que elas passam a ser tomadas como verdade, porque estariam retratando fielmente uma época, um vento, um determinado costume ou uma certa paisagem (2006, p. 17).

Com essa perspectiva, a análise das imagens dos sujeitos sociais que atuaram na Guerra do Paraguai nos livros didáticos configura estabelecer o diálogo com as diferentes usos e interesses, notando a construção de diferentes memórias. Portanto, a partir deste olhar é possível compreender os aspectos que constroem ideologias e valores.

Também, notificando que o imagético não converge em si toda a realidade como mera duplicação da mesma, mas sim a reprodução de questões que podem ser distorcidas ou alteradas. Aí estabelece o cuidado na análise das imagens, ainda quando se encontra junto ao um texto didático.

## **A Guerra do Paraguai (1864-1870)**

A Guerra do Paraguai aconteceu em um período de grande tensão entre Brasil e Paraguai. Em 1864 o Brasil é uma monarquia comandada por Dom Pedro II, neste período para por dificuldades em sua economia. Brasil e Argentina se unem para colocar no poder no Uruguai Venâncio Flores.

Já que este país passava por guerra civil, a estratégia para colocar Venâncio no poder era beneficiar os fazendeiros gaúchos e os comerciantes argentinos, porém esta estratégia bloqueou a saída do Paraguai para o mar, neste cenário o Paraguai para usar a Bacia do Prata teria que negociar com as duas potências da região.

O Paraguai neste momento é governado por Francisco Solano Lopez homem no qual é conotado que o mesmo tinha o espírito de conquista, antes de iniciar os confrontos Lopez manda uma carta a Dom Pedro. Porém o imperador do Brasil não responde a carta dando assim o motivo para o início dos eventos que levaram a Guerra do Paraguai.

A guerra do Paraguai, ou a Guerra da Tríplice Aliança, ou mais propriamente a Guerra contra o Paraguai marca indelevelmente a História contemporânea da América Latina. Foi a maior guerra da História da América do Sul. Pode ser comparada - em violência, em extensão, mas não em seus resultados - à Guerra

Civil que à mesma época viveram os Estados Unidos da América do Norte, com seus números assustadores: a Guerra Civil mobilizou cerca de 2,5 milhões de homens numa população de 33 milhões de habitantes. Todavia, "os mortos que importam têm que reunir certos requisitos", como escreveu o editor italiano Franco Maria Ricci, na apresentação de uma belíssima obra sobre as pinturas de Cândido López, o principal documentarista da guerra contra o Paraguai. Com efeito, nem todos os mortos são iguais (MOTA, 1995, p. 244).

Conforme Mota, a Guerra do Paraguai mobilizou um grande número de soldados e aí entram os negros escravizados. Com a promessa de serem libertos de um regime de escravidão onde os mesmos eram tratados não como seres humanos. O negro neste período era tratado como uma propriedade, um objeto, não era visto com igualdade não era visto como um ser dotado de sentimentos.

O regime escravocrata marcou os negros não somente no corpo, mais também em seus mais profundos sentimentos além de terem sido arrancados de sua terra de seu convívio social. Habitando em um país cuja a língua foi obrigado a aprender, se tornou sujeito de ações onde a todo momento se torna objeto de julgamento sobre o olhar do homem branco, sujeito sem direitos, humano não tratado como igual aos seus. Com a Guerra do Paraguai sua presença é efetiva.

Soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em pelo menos três dos quatro exércitos dos países envolvidos. Os exércitos paraguaio, brasileiro e uruguaio tinham batalhões formados exclusivamente por negros. Como exemplos temos o Corpo dos Zuavos da Bahia e o batalhão uruguaio Florida. Escravos propriamente ditos, engajados como soldados, lutaram comprovadamente nos exércitos paraguaio e brasileiro (TORAL, 1995, p.287).

Ao ver o recorte de André Amaral de Toral perceber outro olhar pois o mesmo vem trazer o silêncio dos negros neste período, pois a história enfatiza a grandes nomes neste período. Os negros por sua vez saíam da escravidão, da vida dos açoites, das chibatadas, das noites mal dormidas, para agora morrer na guerra, estes negros não treinaram anos afins, como os soldados treinam.

Estes sujeitos sociais não sabiam táticas de guerra, isso porque estamos indagando sobre a guerra. Tendo em vista que o negro não podia sequer olhar diretamente no olho do homem branco, pois este se considerava um ser superior. O negro que agora tinha perdido seu direito de constituir família, de ter posses, tinha perdido sua liberdade, agora perde seu direito a vida, e estes sujeitos não ganharam honra ao mérito, foram discriminados, tratados como objeto.

Do lado brasileiro negros sem motivação pois quando olhamos para o contexto vemos que não há verdadeiros motivos para que o negro estivesse lá. A promessa de liberdade viria de que forma para este tendo em vista se vemos no âmbito do contexto da guerra.

Sabemos que os soldados rasos são enviados na linha de frente onde na sua maioria quase todos morrem, e os que não são mortos em batalha são atingidos em partes dos membros do corpo ficam com sequelas que seriam carregadas por toda a vida. Sem contar com fator psicológico pois uma guerra produz traumas levados por toda uma vida, que nunca mais poderiam ser esquecidos.

A realidade era diferente. A escravidão não havia sido abolida do Paraguai. O que havia era uma lei do ventre livre promulgada em 1842 por Carlos Lopes, pai de Francisco Solano López. Os libertos da República, os que nasciam de Janeiro de 1843 em diante, deveriam, no entanto, trabalhar para seus senhores, patronos, os homens até a idade de 25 anos e as mulheres até os 24. Era uma liberdade bastante relativa, portanto. (TORAL, 1995, p. 289).

Do lado Paraguai existia uma realidade hipoteticamente diferente sobre o pretexto da lei do ventre livre, o Paraguai se considerava um país que concedida certa liberdade aos negros mais no contexto da guerra temos negros lutando tanto pelo lado brasileiro e tanto pelo lado paraguaio. O Paraguai se mostra um país extremamente racista, termo talvez que não se encaixava na época, porém o mais apropriado para descrever esse sentimento paraguaio.

**Imagem 01 – Representação das lideranças na imprensa paraguaia**



*Três macacos: o Imperador, Tamandará e Polidoro no jornal El Centinela de 1867*

Imagem retirada do livro didático *História: sociedade e cidadania – edição reformulada*, 8º ano / Alfredo Boulos Junior. – São Paulo : FTB, 2012

Através desta imagem podemos notar o sentimento na nação paraguaia de rejeição ao negro comparando as lideranças brasileiras a macacos, fazendo assim uma analogia entre o negro e o animal, sentimento de rejeição ao negro era predominante nos países sul-americanos. Era neste contexto que o negro estava, o que nos faz indagar essas informações chegavam aos negros? Na imagem retirada do livro didático, do jornal *El Centinela* do ano 1867.

Com a ampliação das temáticas e objetos da historiografia, encontramos a discussão acerca da imagem, evidenciando sua potencialidade como fonte histórica.

Imagens nos permitem imaginar o passado de forma mais vivida [...] Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas (BURKE, 2004, p.17).

As imagens possibilitam compreender questões que não são explícitas. Permitem trazer olhares, gestos e valores que muitas vezes estão ocultadas nas relações sociais. Daí a importância para o historiador trabalhar com imagens.

A partir desse olhar, compreendemos a necessidade de discutir nesse evento bélico latino-americano a presença do negro e focando no livro didático que realça ou apaga diversos sujeitos sociais.

Na época da guerra (1864-1870), no Paraguai, o negro era, antes de tudo, o inimigo. O exército brasileiro era o exército macacuno, e seus líderes, segundo a propaganda lopizta, macacos que pretendiam escravizar o povo paraguaio, conduzindo-os da liberdade à escravidão. (TORAL, 1995, p.288).

No fragmento acima podemos ver como Lopez fez sua propaganda contra o exército brasileiro além do mesmo ridicularizar o mesmo, ele também deixa nas entrelinhas o sentimento racista, pois o exército brasileiro em sua maioria era composto por negros, homens que tinham que ouvir diariamente essa afrontas a permanecer em inércia sobre o assunto pois se indagassem seria castigados, seus direitos foram subjugados.

É neste cenário que está inserido o negro, seria como se todos conspirassem contra os negros, eram vistos não com bons olhos, mais sim eram vistos com olhares julgadores. Foram levados para uma guerra que não foi causada por eles e sim por dois líderes insanos, egocentristas com pretextos políticos.

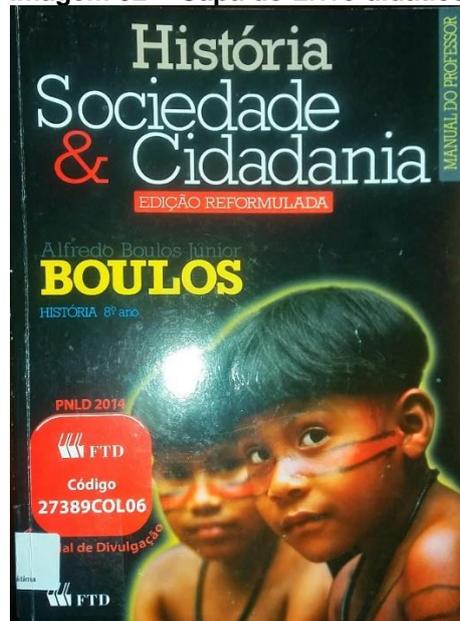
Busca-se compreender os sujeitos sociais envolvidos neste processo, as diferentes formações dos exércitos envolvidos na guerra. Como estes sujeitos participaram da Guerra tendo um foco na presença do negro na Guerra e como este foi decisivo no processo de construção e desenrolar da guerra, sua participação como este é mostrado pela história.

## ALGUMAS ANÁLISES: O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

E nesse contexto, atentarmos ao livro didático que possibilita o relembrar e reviver as memórias desses sujeitos sociais que se agenciaram em um momento bélico, porém que não foram valorizados e respeitados.

No livro didático: *História Sociedade e Cidadania*, da editora: FTD S.A-ano da Edição: 2012, tem como autor Alfredo Boulos Júnior, que é Mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP). Lecionou no Ensino Fundamental da rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor das coleções Construindo Nossa Memória e o Sabor da História. Assessorou a Diretoria Técnica da fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo.

Imagem 02 - Capa do Livro didático



**BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História: Sociedade e Cidadania, 8º ano, São Paulo: FTD, 2012.**

Pela capa do livro pode-se notar que a mesma traz povos indígenas, onde é possível compreender uma discussão sobre sujeitos sociais, que tidas como formadores da história do Brasil, mas que por muito tempo foram silenciados pelo material didático, e este trabalho buscar evidenciar a esses sujeitos que foram ocultados.

Ainda pode –se notar que os índios que aparecem na capa olham para como quem olha para uma fotografia, mas seu olhar está distante, nos remetendo a entender a distância e os abismos, preconceitos que pairam sobre os povos indígenas.

Os povos indígenas além de nativos do Brasil foram sujeitos sociais dentro da construção da história brasileira, assim como o negro que de nativo num África com costumes, tradições, agora está inserido num contexto de escravidão. Sendo a

população negra que por meio da resistência, através da fuga e formação de quilombos, entender-se a atuação de embate, ou seja, de não aceitação de sua condição compulsória de escravo, porém nos materiais didáticos essa dinâmica é ignorada e/ou marginalizada.

No período em que o negro se envolve na guerra do Paraguai, este negro vai ser um sujeito participante, onde ele se encontra em uma sociedade escravocrata de economia agrícola. Brasil e Argentina tinham sérias complicações econômicas e dependia de capital estrangeiro para desenvolver sua economia e seu crescimento industrial. De acordo com o autor

[...] O Brasil era uma sociedade de senhores e escravos governados pela monarquia portuguesa [...] O governo da Argentina era dominado pelos latifundiários e ambos vendiam seus produtos para o mercado externo e compravam os manufaturados da Inglaterra. O Paraguai constituía-se em uma exceção perigosa aos interesses das potências capitalistas (PRADO, 2000, p. 130).

Sendo o negro obrigado a lutar numa guerra que não foi o causador dentro de um país que o tinha como objeto, não um ser humano. Brasil e Argentina são apoiados pela Inglaterra que via a crescente economia Paraguaia como algo a ser combatido para o desenvolvimento do capitalismo inglês.

Na história da guerra, a participação do negro possibilita a construção de um imaginário, constituído no ideal de liberdade, pois com sua ida a guerra receberam a promessa de liberdade, estes que trabalhavam na agricultura sem conhecimentos ou táticas de guerra, se via junto a uma formação de um exército despreparado sem ainda ter lutado uma guerra, tentando criar um espírito de nacionalismo e patriotismo.

O negro viveu os tormentos da escravidão onde o mesmo foi muitas das vezes torturado, espancado, morto. Não era somente o fator físico, mas também o psicológico onde este estava inserido, fatores e situações desumanas. O negro sofria repressão de tudo e de todos. De acordo com Freire *apud* Charles Darwin em sua passagem pelo Brasil no ano de 1832 relatou os seguintes fatos a respeito da escravidão:

No dia 19 de agosto deixamos finalmente as costas do Brasil. Dou graças a Deus, e espero nunca mais visitar um país de escravos. Até o dia de hoje, sempre que ouço um grito distante, lembro-me vivamente do momento doloroso que senti quando passei por uma casa em Pernambuco. Ouvi os mais angustiosos gemidos, e não tinha dúvida nenhuma de que algum miserável escravo estava sendo torturado. (FREIRE, 1966, p. 46).

Pode-se observar no fragmento acima a passagem de Charles Darwin pelo Onde se consegue perceber a descrição dos horrores da escravidão, o mesmo diz dar “graças a Deus” por estar saindo por o ambiente por si só se apresentava hostil, ainda se os tormentos da escravidão podiam ser sentidos por alguém que apenas estava de passagem no Brasil imagina quem vivia neste contexto.

Sua descrição mais parece com uma descrição de quem está num campo de tortura, para quem olhava de fora tinha um olhar de que o negro estava sendo oprimido, o negro dentro do processo só tinha a resistência ao seu favor o opressor branco se sentia no direito de causar tantos danos.

Agora presos em um sistema de escravidão, uma dolorosa tortura onde seus corpos e suas mentes eram reféns de homens e mulheres que se sentiam no direito de atacarem de forma muitas das vezes violenta, sem respeito. Agora envolto num contexto que foi a guerra do Paraguai, uma guerra de mais inocentes do que culpados pois os verdadeiros culpados não estavam nas linhas de frente.

Nisso observar como este negro é mostrado no material didático, como é retratado a sua imagem está vinculada a que? Este foi creditado o seu valor num exército despreparado?

Com essas indagações, buscaremos discutir a presença do negro na Guerra do Paraguai, trazendo à tona outros olhares.

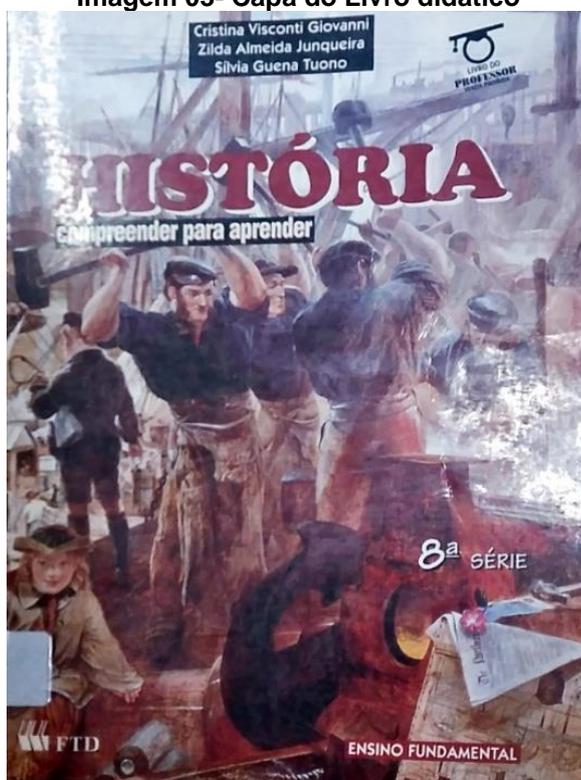
O batalhão de voluntários era composto por muitos negros, que chegaram aos campos de batalha de diversas formas. Uma delas foi o decreto n.º 2.725, de 6 de novembro de 1865, que libertava os escravos que quisessem participar da guerra.\*\*Muitos negros encararam o conflito com o Paraguai Como a única oportunidade de conseguir a liberdade. Outros foram levados à força para o conflito. Muitos eram obrigados a ir à guerra por serem considerados turbulentos, como alguns mestres de capoeira de Salvador (PEDRO, 2001, p. 48).

O Negro foi essencial no processo de consolidação na formação de um exército algo que ainda não havia no Brasil. Muitos negros vão com a promessa de liberdade, outros para substituir seus senhores na guerra e ainda outros obrigados por força de lei. Sendo que quem consolidava essas leis não eram homens negros e sim homens brancos que cada vez mais exploravam os negros

Num período onde a informação era disseminada por jornais e o telégrafo internacional segundo Francisco Doratioto (2002) há uma intensa movimentação de soldados na cidade do Rio de Janeiro, onde se criou uma nova realidade na “vida intensa” o fator psicológico da população vai se construindo pouco a pouco e com decorrer da Guerra, a apropriação de símbolos e imagens para influir e desestabilizar o adversário vão se construindo.

No livro “Compreender para aprender” escrito por, Cristina Visconde Giovanni, Zilda Almeida Junqueira, Silva Guena Tuono, da editora FTD S.A, 1998.

**Imagem 03- Capa do Livro didático**



GIOVANI, Cristina Visconti; JUNQUEIRA, Zilda Almeida; TUONO, Silvia Guena. História: Compreender para aprender, 8ª série, São Paulo: FTD, 1998.

A capa do livro traz a imagem de trabalhadores braçais dando-se a entender que o foco será os movimentos sociais. A busca do trabalhador por conquistas e direitos numa sociedade. Na capa não traz uma referência aos grandes nomes, aos grandes sujeitos conduzindo uma perspectiva em sintonia a História Social. Fenelon nos orienta que

Se pensarmos no vasto campo de investigação aberto por novas perspectivas de História Social. Este foi, certamente, um dos maiores efeitos da História Social trabalhada a partir das décadas de 60 e 80: o de ampliar o mapa do conhecimento histórico e legitimar novas áreas para investigação. [...] não há como negar, foi a partir de suas concepções e perspectivas (as da História Social) que os chamados ‘temas malditos’, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc (1993, pp. 75-76).

Com essa possibilidade historiográfica de oportunizar novos objetos e problemas para a escrita da História, compreendemos a ampliação ao ater-se em temas que até então eram ignorados. E com esses temas, antes tidos como “malditos”, propicia outros olhares para a sociedade e seu passado. Dando assim, uma nova forma de entender o presente.

Dentro do espaço escolar, essa atuação é fundamental, pois favorece a formulação de uma criticidade apurada e problematizadora de contexto em que se encontra os alunos. Porém, ainda deparamos com livro didático que apresentam os acontecimentos históricos de forma linear e factual, fortalecendo a invisibilidade de diversos sujeitos sociais.

Mais ao ser analisado o conteúdo passa-se a entender o livro de outra forma, como apenas uma construção idealizada onde se abstém de assuntos onde teve participação de sujeitos históricos sociais, não problematizando a história e não trazendo muita das vezes os conflitos.

O livro apresenta a Guerra do Paraguai de forma linear, onde a uma construção factual mais ligada ao positivismo, trazendo um apagamento do negro na guerra e dando espaço para os grandes nomes desta Guerra. A construção da capa do livro não transpassa a ideia de conflitos, um livro voltado para aprendizado do 8º Ano do ensino fundamental II. Assim, entendemos pela construção da Nova História pela visão de March Bloch ( 1997 ) que é necessário desconstruir a história factual, linear, para que se de voz ao sujeitos que foram silenciados.

#### **Imagem 04- Conteúdo sobre a Guerra do Paraguai no livro didático**

descontentes com a centralização do poder. López fez essas alianças para tentar romper o isolamento paraguaio na região do Prata.

O Brasil e o Paraguai tinham divergências quanto às suas fronteiras e também porque o governo brasileiro queria livre navegação no rio Paraguai, na época o principal caminho para Mato Grosso. A situação se agravou no dia 11 de novembro de 1864, quando o governo paraguaio aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda, no rio Paraguai. Isso provocou o rompimento das relações diplomáticas entre o nosso país e o Paraguai.

O Paraguai atacou Mato Grosso no dia 23 de dezembro de 1864, dando início à Guerra do Paraguai, que na América espanhola foi chamada de Guerra da Tríplice Aliança.



A Batalha do Riachuelo, travada em 11/6/1865, foi um dos episódios marcantes da fase inicial da Guerra do Paraguai. Duas divisões da Marinha Imperial desbarataram a esquadra paraguaia, que pretendia romper o bloqueio naval imposto ao Paraguai pela Tríplice Aliança.

Em 1º de maio de 1865, o **Brasil**, o **Uruguai** e a **Argentina** assinaram o Tratado da **Tríplice Aliança, contra o Paraguai**. A Inglaterra fez empréstimos aos aliados, que assim tiveram recursos para a guerra. Desse modo, poderiam derrotar os paraguaios e acabar com os temores ingleses em relação à nação americana que era "mau exemplo" para as outras.

O general e presidente argentino Mitre assumiu o comando do exército da Tríplice Aliança. Nessa ocasião, afirmou que em três meses venceria o Paraguai. No entanto, isso demorou cinco anos para acontecer. Mais da metade do exército da Tríplice Aliança era composto de brasileiros, com um menor número de argentinos e de uruguaios. O exército paraguaio era superior aos três em número de homens e em qualidade.

No Brasil houve recrutamento forçado, mas os recrutados eram alistados como voluntários, isto é, como se tivessem se alistado para ir à guerra de livre e espontânea vontade. Muitos fazendeiros mandaram parte de seus escravos para lutar na guerra. O Brasil não os considerava gente nem os aceitava como cidadãos, mas os usou como soldados. Esses escravos lutaram com a esperança de sobreviver e conseguir a liberdade.

GIOVANI, Cristina Visconti; JUNQUEIRA, Zilda Almeida; TUONO, Silvia Guena. História: Compreender para aprender, 8ª série, São Paulo: FTD, 1998, p. 19.

Na página do livro didático retirada acima vai trazer como o livro trata o período da guerra, organizando as informações de formas superficiais. A presente página apresenta a batalha do Riachuelo, trazendo um quadro que foi pintado, não retratando fielmente o ocorrido, mas sim o quadro traz uma representação da dramatização do período e uma apropriação de uma imagem para, assim, valorizar o acontecido.

A batalha do Riachuelo foi pintado por Vitor Meireles e atualmente está no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, este vai enfatizar a batalha dando uma sensação para quem vê de patriotismo, onde o quadro traz de forma mais dramática essa vitória do exército brasileiro> os navios são retratados como grandes navegações lembrando as batalhas navais da Invencível Armada Inglesa dando a entender que os paraguaios eram desprovidos de tecnologia naval e ficaram reféns nesta luta.

O livro assim tenta valorizar a vitória brasileira onde que pelos combates realizados se enfrentaram em batalhas Francisco Solano Lopez e D. Pedro II, sacrificaram a vida e soldados, sendo que se entende que com envolvimento do negro que buscava a promessa de liberdade luta nesta guerra.

O livro vai deixar diversas lacunas sobre a presença do negro na guerra do Paraguai, vai de modo bem superficial trazer que os mesmos não eram considerados cidadãos nem "gente" termo usado no livro, mas que lutavam em busca de liberdade.

#### Imagem 05 – Fragmento do livro didático

No Brasil houve recrutamento forçado, mas os recrutados eram alistados como voluntários, isto é, como se tivessem se alistado para ir à guerra de livre e espontânea vontade. Muitos fazendeiros mandaram parte de seus escravos para lutar na guerra. O Brasil não os considerava gente nem os aceitava como cidadãos, mas os usou como soldados. Esses escravos lutaram com a esperança de sobreviver e conseguir a liberdade.

GIOVANI, Cristina Visconti; JUNQUEIRA, Zilda Almeida; TUONO, Silvia Guena. História: Compreender para aprender, 8ª série, São Paulo: FTD, 1998, p.19.

O fragmento retirado do livro didático vai trazer como se deu este processo de ida do negro para a guerra do Paraguai é uma análise mais superficial não um aprofundamento. Além disso o negro é tratado na guerra em menos de meia página e de certa forma reproduz a história oficial.

O negro por sua vez corre por fora da história oficial se assim pode-se dizer, já no livro de modo geral à um apagamento. E o material quando vai trazer o negro vai falar dele quanto um sujeito social participante e importante na guerra, mas sim o vai tratar apenas como escravo. Ainda vai trazer que no período não eram considerados “cidadãos”, mas mesmo assim foram levados a guerra para substituir seus senhores que eram convocados.

O mesmo não se atenda e nem se esforça tentando explicar o envolvimento desde negro na guerra, também não destaca sua importância no processo de conquista da guerra.

O livro se preocupa mais em narrar somente os acontecimentos e quando traz uma imagem ou traz uma charge apenas a coloca como ilustração não dando durante o decorrer da leitura modos para se analisar esta imagem.

Sendo que existem fatos importante da presença desde negro na guerra muitos vão pois recebem a esperança de liberdade e ainda o governo brasileiro compra uns para participar.

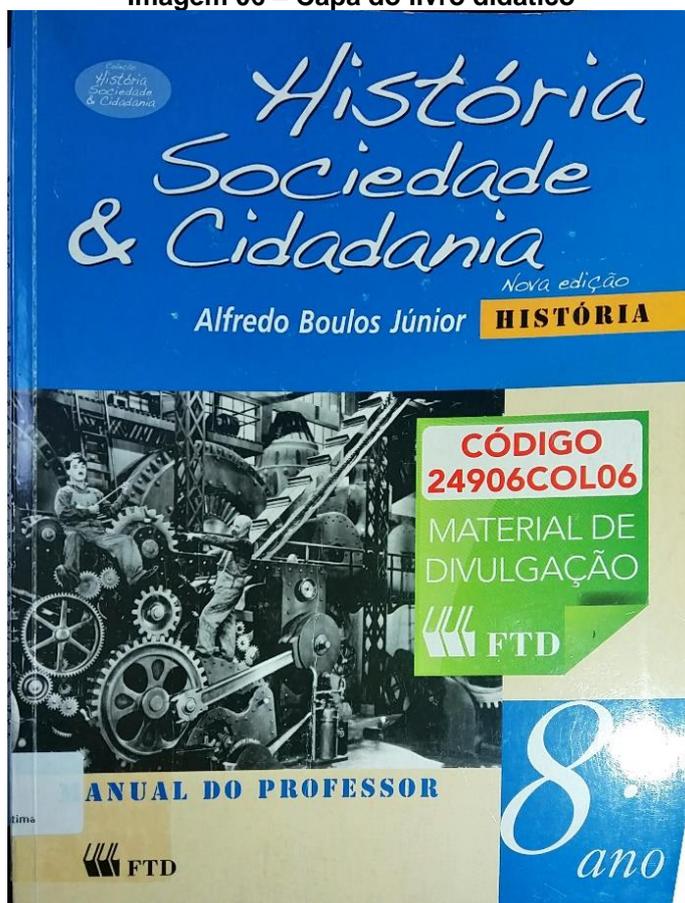
Quarenta anos depois, as forças armadas transformaram-se numa das alternativas de libertação para muitos escravos durante a guerra do Paraguai. (1864-1870). [...] O governo comprou por 1 conto e 200 mil réis cada, a alforria de muitos escravos enviados para servir na guerra. [...] muitos cativos se engajaram nas tropas sem autorização de seus senhores na esperança de conseguirem a liberdade se retornassem vivos do conflito. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 153).

Sendo que ainda se tem negro que entravam no exército sem autorização com a esperança de liberdade e outros foram comprados pelo governo para ir à guerra do Paraguai, além dos que iam para substituir seus senhores na tentativa de formar um exército pois até o período da guerra o Brasil ainda não tinha uma consolidação ou uma formação de um exército.

A intenção de levar o negro além de tudo isso era a força pois este por trabalhar com agricultura era muito forte fisicamente dando-se a entender que como soldado o Brasil mesmo não tendo um exército treinado teria uma certa vantagem para formar este exército.

No livro “História Sociedade e Cidadania”, do autor Alfredo de Boulos Junior, da editora FTA S.A, Ano 2009 já foi analisada neste trabalho uma outra edição deste livro:

Imagem 06 – Capa do livro didático



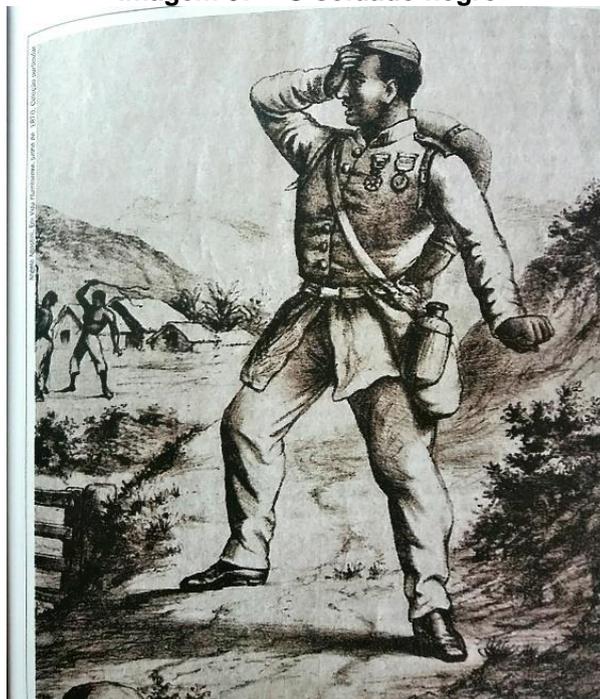
BOULOS JUNIOR, Alfredo. História: Sociedade e Cidadania, 8ª ano, São Paulo: FTD, 2009.

Observando a capa do livro a mesma apresenta uma máquina nos retendo a um espaço de uma fábrica dando a entender o processo de industrialização onde o trabalhador operário vai ser oprimido com a falta de direitos e busca por estes.

Ainda pode-se dizer sobre os processos de resistência a um dono de fábrica e cada vez mais querendo mais produção, onde as cargas horárias eram exaustivas, onde o índice de acidentes eram grandes, baixos salários, e pode-se destacar dois autores que vão trazer como este trabalhador se organizava como resistência, formas de estrutura social entre outras, um será Karl Marx em “O Capital” e o “Manifesto do Partido Comunista”, e o outro de autoria de Eric Hobsbawm “Mundos do trabalho”.

Assim como naquela análise o autor já trazia uma discussão sobre a questão da presença do negro na Guerra do Paraguai, o fato do autor trazer para dentro do contexto da guerra o negro já nos permite analisar como este negro é mostrada.

**Imagem 07 – O soldado negro**



**BOULOS JUNIOR, Alfredo. História: Sociedade e Cidadania, 8ª ano, São Paulo: FTD, 2009, p. 261.**

A charge retirada do livro mostra um soldado negro voltando da guerra, traz a seguinte indagação o porquê da aflição do soldado. Logo a após a descreve o soldado negro visto da guerra vê sua mãe no tronco. Este negro foi chamado à para participar da guerra e se deparou com as aflições desta, pois assim como em toda guerra há combates, mortes, doenças e soldados feridos.

Quando está em campo de batalha o soldado pode lembrar de seus familiares, mas no contexto da guerra se concentra na guerra e ao se terminar a guerra após a vitória e sobre a promessa de liberdade. O negro ao ver sua mãe sendo espancada fica sem direção, pois lutou em uma guerra que não era sua, com pessoas que não eram seus compatriotas, venceu, e agora no seu regresso vê a dura realidade da escravidão. Pode-se ter um contraste de um lado o soldado com suas indumentárias dos exércitos no peito suas medalhas de conquista, mas na sociedade o escravo e este quando volta da guerra volta para sua casa, mas qual casa sendo que não tinha lar seus conhecidos.

Aqueles que não participaram da guerra faziam parte da escravidão como sua mãe, que na charge está no tronco sofria. Diante deste cenário social, restava este soldado lutar, mas se lutasse como ficaria sua liberdade, pois na imagem ele está com sapatos. Neste período dá a entender que ele era livre pois somente os negros livres andavam calçados.

Assim como a guerra, a escravidão influenciava no convívio e nos traumas, pois o negro se viu dentro das duas situações lutou na guerra e viveu os castigos e opressões da escravidão. E este sujeito que venceu a guerra agora está diante de um país ainda escravocrata onde o negro ainda tem valor de um objeto.

Estar na guerra lutar por um país que não sua pátria se criar uma ideia de nacionalismo pois o espírito de nacionalismo de consolidação de um exército de união de patriotismo vem após a guerra e não antes, agora este negro está diante de um paradoxo este vai voltar para condição de escravo ou vai viver sua liberdade.

Pois não foi feito um planejamento de libertação de escravos agora este não tem empregos, dinheiro guardado ou um lar, se vivesse no perímetro urbano sofreria com o processo de escravidão, empregos remunerados os salários eram baixos e os empregos difíceis de conseguir.

Restavam a este as áreas periféricas dos perímetros urbanos e a marginalização diante de uma sociedade preconceituosa que excludente de negros, sem um planejamento do pós guerra e das liberdades que foram dadas para alguns sobreviventes da guerra.

## ALGUMAS CONCLUSÕES

A importância do ensino de história onde entendemos a existência de uma história linear, factual, onde o professor passa a ter uma proposta diferente onde se propõe a construir um diálogo entre as fontes desconstruindo esta história linear e factual e tanto voz a sujeitos que ao longo da história foram marginalizados e silenciados por grandes nomes e grandes fatos.

Sendo o livro didático um instrumento da aula onde professor o usa como suporte, mas cabe ao professor não usar somente este, mas também dialogar com outras fontes. O livro didático muitas das vezes vem trazer esta memória, mas com diálogo com outras fontes é possível trazer esta memória não de forma imutável, mas que está em constante movimento.

Compreender como este livro traz o período da guerra foi de grande significância pois através da construção dos textos e imagens deu para se notar como este negro é mostrado no período da guerra do Paraguai.

Pode ver que a guerra foi mais do que uma guerra territorial, mas também uma guerra ideológica onde o uso de meios de comunicação foram uma das armas utilizadas, ainda que muitas das vezes a imagem do negro estava associada a chacota, insulto, entre outros meios de ofensa.

Onde está guerra foi um dos eventos mais importantes da América Latina e influenciou economias de Brasil e Paraguai drasticamente, o Paraguai que tinha uma economia crescente depois da guerra não se recuperou.

Ainda foi possível ver a importante participação do negro na guerra o contraste entre a guerra o pós-guerra e a imagem deste negro que foi sujeito social participante neste conflito, onde causou milhares de mortes, perdas, e matou pessoas inocentes nem guerra de líderes de potências na América Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. Uma História do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: Fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: Sociedade e Cidadania, 8º ano, Edição reformulada,** São Paulo: FTD, 2012.

\_\_\_\_\_. **História: Sociedade e Cidadania, 8ª ano, São Paulo: FTD, 2009.**

**BURKE, Peter.** Testemunha ocular: **história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.**

CANABARRO, Ivo. Fotografia, História e cultura fotográfica: Aproximações. **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral** – memórias, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa. **Revista Projeto História**, nº 10, São Paulo: EDUC, 1993.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **O herói nacional para crianças: Produção e circulação de imagens de Tiradentes na Escola Primária Brasileira**. ANPED, 2012.

**FREIRE, Japi**. Que sabe você sobre o Brasil. **Rio de Janeiro: Direitos de Conquista, v. 06, 1966**.

**GIOVANI, Cristina Visconti; JUNQUEIRA, Zilda Almeida; TUONO, Silvia Guena**. História: **Compreender para aprender, 8ª série, São Paulo: FTD, 1998**.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª Ed., Campinas, SP: Papyrus, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª. Ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Revista de Estudos Avançados**, nº 24, 1995.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagem**. 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

**PEDRO, Vanessa Lehmkuhl**. Morte e liberdade na guerra do outro: **Os negros em narrativas sobre a Guerra do Paraguai. Dissertação do Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001**.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Revista Projeto História**, nº 14, São Paulo: EDUC, 1997.

**PRADRO, Daniel Porciuncula**. Guerra do Paraguai: **Duas Vertentes Historiográfica. Porto Alegre: Ed. Bibilos, 2000**.

*Projeto Pedagógico do Curso de História*. Universidade do Vale do Sapucaí, 2016. Disponível em <http://www.univas.edu.br/menu/GRADUACAO/cursos/projPedagogico/12.pdf> . Acesso em 13 de novembro de 2017.

**SANTAELLA, Lucia**. Leitura de imagens. **São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012**.

**TORAL, André Amaral**. A participação do negro escravos na guerra do Paraguai. *Revista Estudos Avançados*. vol.9 no.24 São Paulo, 1995.

# PRÁTICAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA: O RIO SAPUCAÍ NA CIDADE DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG

EDRAN BLAYNER JANUÁRIO DE SOUZA  
CLEYTON ANTONIO DA COSTA

Universidade do Vale do Sapucaí  
Pouso Alegre – MG

[edranjanuario@hotmail.com](mailto:edranjanuario@hotmail.com) ; [cleytoncac@yahoo.com.br](mailto:cleytoncac@yahoo.com.br)

## 1- Introdução

A cidade de Santa Rita do Sapucaí está localizada no sul de Minas Gerais e recebe o título de “O Vale da Eletrônica”, pois existem na cidade três escolas que investem na área da eletrônica e informática. Além de possuir diversas empresas que atuam no ramo da eletrônica que ativamente atua na economia da cidade. E localiza-se numa região cercada por montanhas e vales que forma a bacia do Sapucaí. Esse município foi elevado à condição de cidade no ano de 1892<sup>38</sup>

Pela lei provincial nº 2673, de 30-11-1880, o distrito de Santa Rita da Boa Vista tomou a denominação de Santa Rita do Sapucaí. Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Rita do Sapucaí, pela lei provincial nº 3658, de 01-09- ou 30-11-1888, desmembrado de São Gonçalo do Sapucaí. [...], Elevado à condição de cidade com denominação de Santa Rita do Sapucaí, pela lei estadual nº 23, de 24-05-1892.

Importante destacarmos a contribuição que tivemos acerca do objeto de estudo contidas na obra “Sapucaí, O caminho das águas” (BERALDO, SANTOS, EUNICE, PRADO, 1996), onde através da obra, tornou-se possível constituirmos um olhar mais crítico em relação a esse espaço, como ampliarmos o nosso conhecimento acerca do espaço em estudo, principalmente nos aspectos geográficos, onde foi possível contornar o espaço em estudo através da escrita dessas autoras.

Nesse sentido, vale destacar que baseado na nova história, os documentos memorialistas se fazem de fundamental importância para nós, pois, através do mesmo conseguimos explorar significativamente todo o seu conteúdo sempre com um olhar questionador e reflexivo. E com isso a obra nos mostra bem como se dá à constituição do Rio Sapucaí, como ele é dividido, onde constitui a sua nascente, analisaremos um recorte abaixo que nos evidenciará melhor o que estamos propondo.

O Rio encontra-se dividido em três segmentos diferentes: tendo o seu curso superior (Alto Sapucaí), curso médio (Médio Sapucaí) e curso inferior (Baixo Sapucaí). O alto Sapucaí compreende uma área de 50 km. Iniciando-se na nascente em Campos do Jordão e vai até a confluência com o rio Bicas, próximo a Wenceslau Brás. O médio Sapucaí estende-se da confluência do rio Bicas até o encontro com o Sapucaí Mirim, no município de Pouso Alegre, atingindo

---

<sup>38</sup> Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/santaritadospelosapucais.pdf>.....  
Acesso no dia 04/04/2018.

noventa quilômetros. O baixo Sapucaí, com 143 quilômetros, vai do encontro do Sapucaí-Mirim até a represa de Furnas. (BERALDO, SANTOS, EUNICE, PRADO, 1996, p. 19).

O rio também passa, por vários municípios como São Bento do Sapucaí, Paraisópolis, Cachoeira de Minas, Campos do Jordão, Conceição dos Ouros, Itajubá, Pouso Alegre, São Gonçalo do Sapucaí, Três Pontas, Cordislândia, Paraguaçu, Careaçú, entre outras. Onde se encontra com o Rio Verde, em Pontalete. Esse Rio é importantíssimo historicamente, pois o mesmo contribuiu para a formação de diversas cidades tanto do sul quanto do sudoeste mineiro. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SAPUCAÍ<sup>39</sup>, 2010).

De acordo com um projeto realizado por Maria Lúcia Prado Costa - Fundação 18 de Março (Fundamar<sup>40</sup>), que apresenta as relações estabelecidas no contexto colonial no rio Sapucaí,

No período colonial, o rio Sapucaí teve grande importância para a sobrevivência de tribos indígenas da nação cataguás; foi local de descobertas de ouro e fixação dos núcleos de povoamento a eles associados; referência para a definição de sesmarias; linha de delimitação de territórios administrativos e eclesiásticos disputados entre São Paulo e Minas; marco para instalação de registros fiscais; espaço de sedições contra as autoridades metropolitanas, conflitos estes que se confundem com o dos quilombos do Sapucahy – tema sempre recorrente na historiografia sobre a escravidão<sup>41</sup>.

Notamos o rio como um espaço de múltiplas funções neste recorte temporal apontado por Costa, como a presença de índios, que usaram do rio como meio de sobrevivência. E, ao longo do tempo, seu uso na atividade aurífera, que possibilitou o desenvolvimento de povoados ao longo das margens do rio. Isso ressalta a importância que esse espaço proporcionou a história de São Paulo e Minas Gerais. Foi uma região com algumas disputas políticas e econômicas, e é assim que compreendemos o rio, como um grande personagem deste cenário histórico, pois se deve a esse espaço a organização e manutenção dos povoados.

Por esse ângulo faz-se necessário destacarmos o importante papel da imprensa para entendermos os deslocamentos realizados pelos demais sujeitos deste espaço, pois sabemos que a imprensa não é somente um mero veículo de comunicação, e sim traz em seu conteúdo intenções, não sendo um objeto neutro.

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O Jornal [...] é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (CAPELATO, 1988, p.21).

Devido à ampliação no que dizem respeito a fontes históricas, os diversos estudos históricos acabam por incorporar de forma crescente os jornais para os demais estudos e pesquisas históricas, derivando-os sempre por região, religião, estado, país, humorísticos, críticos, militantes, etc..., todo esse processo que permeia os jornais

---

<sup>39</sup> Ver mais em: PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO RIO SAPUCAÍ: Instituto Mineiro de Gestão das águas. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio SAPUCAÍ. Belo Horizonte. 2010.

<sup>40</sup> Fundamar: Fundação 18 de Março

<sup>41</sup> Disponível em <http://theinformationcompany.net/fundamar/?p=588>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

devem ser interpretados de acordo com o seu perfil ou seja devemos levar em consideração como o mesmo é escrito, por quem é escrito, qual a intenção do autor em relatar determinado fato, se o jornal (autor), se posiciona favor ou contra de determinado fato, enfim torna-se estritamente importante analisarmos todo um “corpus” do jornal para podermos filtrar o máximo de informação relevante possível, sempre questionando-o e analisando.

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que essa relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.258).

Compreender o jornal como fonte histórica é ir além da compreensão deste registro, apenas como um espelho que reflete a sociedade em suas páginas. É um suporte que materializa os anseios e projetos de diversos grupos, divergentes ou não, desta maneira, entendemos, a imprensa como uma linguagem que irá também oportunizar a construção da sociedade, trazendo reivindicações e denúncias, também enaltecendo posições políticas e sociais.

Assim, dialogamos com Burke, que aponta “que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes” (1992, p. 25).

Com isso é de fundamental importância para esse estudo, à Nova História, pois ela nos proporciona fazer esse estudo mais delicado, minucioso, e evidencia-nos um novo olhar sobre o rio, e nos proporciona questionarmos e analisarmos esses discursos contidos na imprensa local. Uma vez que, sabemos que a imprensa tem o poder de construir memórias e discursos “prontos” acerca do nosso objeto de estudo. E, além disso, conseguimos mostrar quem anteriormente eram “apagados” e deixados de ser evidenciados no processo historiográfico. É claro quebrar com um conceito estabelecido e enraizado na nossa sociedade, para que nós não continuemos a reproduzir discursos prontos, que conseqüentemente nos leva a construir estereótipos, preconceitos, e o que infelizmente segrega uma sociedade a divisão de classe.

Analisando os discursos presentes na imprensa, buscamos também compreender as experiências, memórias e práticas dos moradores da cidade de Santa Rita do Sapucaí que se constituem enquanto sujeitos sociais adjacentes ao Rio Sapucaí, mediante as diferentes relações estabelecidas com o mesmo. Uma vez para que possamos compreender melhor esses diferentes sentidos se fazem de fundamental importância discutir a História Social, pois com isso será possível abarcar nesse estudo novas possibilidades para o historiador/pesquisador no que diz respeito ao se “fazer história”.

Todavia, compreender a dinâmica entre passado e presente, oportunizando olhares e interpretações, pois, nós pesquisadores somos sujeitos ativos em nosso tempo histórico, e notamos como o passado é construído no tempo, e assim questionamos os vestígios estabelecendo novos olhares e perspectivas ao conhecimento histórico.

Em outras palavras,

Estamos lutando por algo, seja em nossa prática social, seja na acadêmica, é pelo reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de batalhar pela construção de projetos alternativos e, sobre tudo, de considerar que a nosso ver estaremos produzindo uma história que será sempre política,... (FENELON, 1993, p. 73).

Partindo desse pressuposto, é possível notar através da consideração acima que preocupamo-nos em tratar a história no seu conceito plural, não cabendo ser analisada no singular, com um único olhar apenas.

E com isso, sabendo que a historiografia social sugere novas abordagens e análise de diferentes questões, somados a análise da história e imprensa, busca-se entender muitas memórias e inúmeras histórias de diferentes gerações e, assim, evidenciar os múltiplos, utilizando-se também de fotografias, que nos proporcionará a constituição de um diálogo profícuo na busca da contribuição na historiografia regional, mais principalmente local.

**Imagem 1- Soldados a bordo de um barco no rio Sapucaí**



**Fonte: Arquivo pessoal de Luiz Carlos Romero.**

Observa-se na Imagem 01, que não nos informa data, diferentes sujeitos que possivelmente residiam no município de Santa Rita do Sapucaí se utilizavam do rio para transportar animais e soldados de um lado a outro, porém, não sabemos exatamente para onde esses soldados e animais estavam indo, se estavam sendo transportados a fim de contribuir para alguma luta armada, como meio de comércio ou apenas uma espécie de treinamento militar, enfim, o que devemos evidenciar aqui é o uso que esse espaço teve nesse período, a locomoção que esse espaço propiciou para diferentes sujeitos naquele período e nos dias atuais. Evidenciando assim variados sujeitos que participaram e participam ainda desse processo, ora observadores, ora possivelmente constituindo práticas do trabalho, observamos também a extensa flora em torno do rio, ou seja, constituindo diferentes posições sujeitos em torno desse espaço.

Com este intuito estamos discutindo os diferentes olhares e discursos que estão voltados para o rio Sapucaí na cidade de Santa Rita do Sapucaí, pautado no exercício de compreender o cotidiano do espaço, permeado por diferentes experiências, que constituem a identidade, representação e memórias dos sujeitos sociais. Tal como lembra-nos Benjamin,

“A memória e a narração integram esse processo como possibilidade de romper com a linearidade do cotidiano, como interrupção de um tempo “cronológico” e “vazio” e resgate da multiplicidade do tempo e de experiências plenas” (1993, p. 13)

Nesta lógica, o autor nos traz a uma breve reflexão de como a narração e a memória são importantes para se compreender a história, não só de um sujeito como também de um lugar, porém se atentando sempre aos discursos incumbidos nesse cenário, mostrando-nos que as mesmas nos possibilitam quebrar o sentido de homogeneidade no fazer história. Mostrando também que a narrativa é usada na história para que tenhamos uma quebra de conceito pré-estabelecido que leva-nos a crer que a

história segue uma linha reta, e através desta narrativa conseguimos evidenciar o tempo em que acontece o fato e também evidenciar as múltiplas experiências vividas no período.

Com esse intuito de discutir acerca das memórias, também buscamos olhar a relação no que diz respeito à cidade, perceber que a mesma vai além do algo material, do físico, do concreto, assim como nos orienta:

A cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como um lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço da manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto nos resultados e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos... Ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e projetos oficiais sempre justificados como o necessário caminho do progresso e da modernidade (FENELON, 1999, p.07).

Vemos a cidade então como o lugar em que os sujeitos sociais dinamizam o seu viver, buscamos entender a cidade não apenas como algo estrito ao físico, ao bruto, ao concreto, ao asfalto, prédios, ruas, casas. Mas sim, a interação dos sujeitos com estes espaços o que, conseqüentemente, resulta nas marcas ao longo da história. A partir dessa concepção de cidade é que conseguimos compreender que a abordagem do cotidiano se faz presente nessa pesquisa. Pois considerando mais uma vez:

A nova história, ao ampliar áreas de investigação com a utilização da metodologia e marcos conceituais renovados (modificando os paradigmas históricos), também influenciou a abertura de perspectivas para os estudos do cotidiano. (MATOS, 2002, p. 22).

Essa abordagem do cotidiano possibilitará construir diálogos acerca de estratégias e sobrevivência das pessoas que vivem e sobrevivem em torno desse espaço. E tudo isso irá de alguma forma implicar em conflitos entre a população do bairro à margem do rio e o governo do município, pois, na medida em que essas relações vão se aplicando, os conflitos irão se sistematizado e assumindo papel importante dentro desta cidade, o que acaba por constituir uma resistência por parte dessa população.

Mesmo não sendo nosso objeto de análise, entendemos que foi nesse âmbito assim que se criou a Associação dos Amigos do Rio Sapucaí (AARSA), em 1995 a fim de defender e preservar o rio com sua fauna e flora. Entendemos que essa associação se constituiu como uma forma de resistência devido a algumas mazelas do poder público para com esse espaço, surgindo assim uma forma de resistência e preservação desse espaço, e também para a manutenção da população que vive em torno do rio.

Dialogando ainda sobre a categoria cidade se faz indispensável percebermos que a cidade além de ser um espaço de conflitos e resistência como apontado, é um espaço de construção social.

Em seu processo de transformação, a cidade tanto pode ser registro como agente histórico. Nesse sentido, destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão em plenos de lembranças, experiências e memórias. Lugares que, além de sua existência material, são codificados num sistema de representação que deve ser focalizado pelo pesquisador, num trabalho de investigação sobre os múltiplos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (MATOS, 2002, p. 36.).

E é assim que conseguimos trazer os variados conflitos existentes em torno do rio Sapucaí, e também do município de Santa Rita do Sapucaí, pois, conseguimos abordar e identificar esses diferentes sujeitos que estão presentes no novo conceito historiográfico assim como tentar identificar as suas múltiplas experiências/memórias e discursos, ora individuais, ora coletivas.

## **2- O rio Sapucaí: um lugar de diferentes práticas**

O rio Sapucaí se constitui como um espaço de sociabilidade e encontro. Com isso pretendemos estabelecer um diálogo através da memória presente na imprensa local, que permite conhecer alguns olhares para o rio. E essas memórias materializadas nos jornais trazem diferentes perspectivas e embates. Pois,

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido quem definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que fosse possível estabelecer uma certa Memória capaz de cunhar uma História "certa". E nosso campo de atuação é justamente este: como historiadores comprometidos no social, interessados em voltar aos acontecimentos passados não apenas para conhecer sua história, mas para detectar as razões que o engendraram, buscamos transformar o presente sempre atentando para o que nele resta desse passado, tendo como horizonte a construção de um futuro diferente do que temos hoje (FENELON, 1993, p.06).

Ao analisarmos a história através das práticas sociais como também os seus muitos sujeitos históricos, passaremos a ter uma visão diferente, entre o “passado e o presente”. Onde a memória se constitui como uma forma de poder, em que ela pode ser ocultar, aviltar alguns pontos ou questões conforme interesses de certos grupos. Nossa intenção então se pauta também em aguçar as memórias que são articuladas pelo esquecimento. Formula-se um ato político de trazer a tona outras memórias até então ignoradas. E assim entendermos os vários compromissos com o social. Tendo como:

... ponto de partida para se pensar a memória o terreno das lutas e tensões sociais, em tudo aquilo que se apresenta como memória produzida socialmente, isto é, na maneira como as diferenças entre sujeitos são delimitadas, explicitadas e significadas enquanto relações de dominação, de contenção e resistência, de apropriação e expropriação do seu modo de viver, ver, sentir e lembrar/pensar essas relações vividas (FENELON, 1993, p.6).

No que se referem a esses sujeitos sociais que registram seus anseios e denúncias através da imprensa, é que também se cria ao mesmo tempo suas histórias de vida através do tempo. E foi no relato entre essa perspectiva de passado/presente, intercalando um ao outro, que nossos sujeitos ajudaram para estabelecer uma reflexão melhor sobre as práticas no rio Sapucaí.

Em uma matéria divulgada no site do jornal local “Vale Independente<sup>42</sup>”, publicada no ano de 2014, é possível analisar que Caren Danieli Silva Rosa relata em sua entrevista, para que houvesse uma transformação urbana naquele período se fez necessária a utilização do rio, ao relatar que:

---

<sup>42</sup> Vale Independente, É um jornal situado na cidade de Santa Rita do Sapucaí, cuja função é auxiliar e manter a população informada.

Tudo começou com o meu bisavô santa ritense Guilherme Sabino Rosa, homem de grande sabedoria.... Começou a sua vida empreendedora com tropa de carroças, retirava mercadorias da estação do trem e distribuía para os armazéns e lojas, retiravam areia da beira do rio Sapucaí para construção de nosso município. Com a sua tropa de carroças ele aterrou várias ruas de nosso município, principalmente a Avenida Delfim Moreira , Avenida Frederico de Paula Cunha e principalmente o aterro da Escola de Eletrônica Francisco Moreira da Costa<sup>43</sup>.

Nesse sentido, é importante destacar a contribuição exercida pelo rio Sapucaí, fazendo-se através de seus aspectos naturais, com que a população consiga abastecer-se e ao mesmo tempo conseguir subsídios para o desenvolvimento do município, uma vez que isso veio a refletir em gerações futuras tanto no aspecto social/ cultural, quanto no aspecto econômico.

Uma vez que esse rio teve grande influência na cidade como espaço de lazer, como o nado a pesca e outras atividades, foram possíveis observarmos algumas dessas práticas nas leituras das diferentes imagens.

**Imagem 2- Pescador no Rio Sapucaí em Santa Rita do Sapucaí**



Fonte: [https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2347089-d4458743-i69405205-Beira\\_Rio-Santa\\_Rita\\_Do\\_Sapucaí\\_State\\_of\\_Minas\\_Gerais.html](https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2347089-d4458743-i69405205-Beira_Rio-Santa_Rita_Do_Sapucaí_State_of_Minas_Gerais.html)

Na imagem 02 é possível identificarmos a prática da pesca sendo realizada no rio Sapucaí, seja usufruindo-o dela por esporte, lazer ou até mesmo para o próprio sustento. Além de conseguirmos observar o uso de uma canoa para percorrer todo o leito do rio para a realização dessa prática. Tal fato como historiador nos estimula a interpretar o olhar do fotógrafo que registrou esse momento, nos levando a refletir a fotografia em questão e ao que se tratava o registro da mesma, se foi apenas um simples registro de uma prática (pesca), ou o mesmo buscava compreender e analisar toda uma conjuntura cultural, social, ou até mesmo um modo de subsistência dessa determinada sociedade, enfim, vale destacarmos que,

O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal (KOSSOY, 2001, pp 42-43).

---

<sup>43</sup> Ver mais em: <https://valeindependente.wordpress.com/2014/07/14/memoria-de-um-santa-ritense/>. Acesso em: 10/01/2018.

Através da fotografia, é possível “voltar” ao passado e recordar “o momento vivido e congelado pelo registro fotográfico, que é irreversível” (KOSSOY, 2002, p.137). Diante disso, sabemos que até mesmo a posição ou ângulo que o fotografo escolhe tem uma intencionalidade para se retratar algo, uma mudança de posição do fotógrafo pode vir a modificar o sentido de uma foto.

Todavia, não podemos esperar que a fotografia imite a realidade e sim registre aquilo que um dia aconteceu, tomá-la como uma memória social mesmo que ela seja às vezes individual, pois a mesma caracteriza como discutido acima uma “volta” ao passado, e uma “viagem” ao tempo que se foi.

Percebemos na imagem 03 logo abaixo que ao ser registrada, claramente podemos perceber que houve uma intenção para que a mesma fosse registrada, evidenciar as atividades junto ao rio Sapucaí.

**Imagem 3- Soltura de Peixes no Rio Sapucaí- 2014**



**Fonte: 148 G.E. PAPA LÉGUAS | 06/05/2014**

Disponível em: <https://escoteiropapaleguas.wordpress.com-06/05/2014>.

A Imagem 03 nos remete a intenção do registro, pois nela podemos observar que há um grupo de escoteiros, especificamente o “Papa Léguas<sup>44</sup>”, atuando juntamente com a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí e contando também com a participação dos moradores da cidade. Os mesmos organizaram uma iniciativa que visava à preservação da fauna deste local como também possivelmente agindo para uma contribuição para o repovoamento da bacia Hidrográfica do Sapucaí, partindo de uma perspectiva aonde todos eles, vieram a soltar cerca de 11.000 alevinos<sup>45</sup> de peixes de espécies (Curimatás e Piracanjuba<sup>46</sup>) no ano de dois mil e quatorze, no Rio Sapucaí.

Ainda em relação à imagem 04, percebemos que há a forte presença das mulheres dentro da imagem, como também na participação do grupo de escoteiros do município, fazendo com que a mulher ganhe igualdade e também representatividade nas atividades voltadas ao cunho social.

Temos que ter em mente que todo esse processo realizado contribui não só para a população daquela cidade, como também auxiliou as outras demais populações que vivem e sobrevivem desse espaço, uma vez que o repovoamento do rio poderá

<sup>44</sup> O Grupo de Escoteiros Papa Léguas, Registrado na União dos Escoteiros do Brasil com o numeral 148º, nasceu de uma iniciativa da Associação de Moradores da Nova Cidade no ano de 2004

<sup>45</sup> Alevino (ou alevim) é a designação dada aos peixes recém saídos do ovo.

<sup>46</sup> Peixes de Água doce, Popularmente conhecidos.

futuramente fornecer o sustento para essas populações que vivem em seu afluente, possibilitando a manutenção de uma prática que é adotada desde os primórdios do mundo que seria a pesca.

Vale destacar que a intenção desta imagem, foi registrar uma ação política e social, para que de certa forma futuras gerações pudessem conhecer melhor estas práticas, não obstante destacamos a presença da mulher que tradicionalmente dentro da nossa sociedade está sempre vinculada ao ofício de afazeres domésticos, devido aos diferentes discursos produzidos socialmente, por uma visão eurocêntrica e machista, evidenciamos essas mulheres da imagem 03 como agentes produtoras de uma ideologia, como também produtoras dos seus próprios discursos. Como nos lembra Orlandi,

A palavra discurso etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (2015, p.15).

Então percebemos que através da mulher para produzir a sua própria história e o seu próprio discurso, ocorreram dentro da nossa história uma série de lutas e conflitos sociais (principalmente na industrialização do país), ganhando uma atenção especial como nos mostra “A importância desses estudos para focalizar a ação feminina no universo da fábrica foi indiscutível” (MATOS, 2002)

Com isso percebemos que através dessas ações do trabalho fabril é que essas mulheres passaram a ter uma maior conotação na história, e com isso o que no meu ponto de vista acaba por influenciar de alguma forma à trazer a importância da mulher na história de um modo geral.

E no que compete a captura de imagens, podemos a compreendê-la, como um objeto de intencionalidade, e neste caso específico a mesma foi retratada com uma clara intenção por parte da prefeitura e do grupo de escoteiros para evidenciar suas ações de atuação perante o município.

### **3- Memórias e traumas, A Enchente de 2000 no rio Sapucaí, na cidade de Santa Rita do Sapucaí.**

Aqui pautaremos em relatar a profundidade e o impacto que a enchente de 2000 trouxe para o município de Santa Rita do Sapucaí. Metodologicamente trabalhamos entre História e Imprensa, em conjunto com jornais locais e de grande expressão principalmente no Sul de Minas como também o uso de sites locais que contribuíram para um melhor estudo e entendimento do assunto em pauta.

Nessa lógica, construiremos um forte diálogo com a imprensa para que possamos analisar e conseqüentemente guiar nosso estudo para uma melhor compreensão social e da memória dos indivíduos dentro dessa sociedade, e até mesmo analisar a imprensa de uma forma diferente do olhar tradicional. Uma vez que

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 258).

Todavia, entendemos que a imprensa possui a suas particularidades e é nesse sentido que desenvolvemos uma melhor apropriação das mesmas, e conseqüentemente conseguiremos perceber a imprensa além do algo técnico e sim a olhá-la como produto

contribuinte para uma construção social. Pois, a imprensa também esta nos diversos âmbitos da sociedade.

Em 2000, ano da enchente, a cidade de Santa Rita contava com a população em torno de 31.264 habitantes. Boa parte da população instalou-se nas imediações do Rio Sapucaí, e isso contribuiu muito para que as casas fossem afetadas e ao longo dos dias inundadas pelas águas e seus demais riscos associados<sup>47</sup>.

É importante que levemos em consideração também que a maior parte da população que vivem nessas condições, quase sempre não tem escolha seja devido às condições financeiras ou a outros fatores, e com isso se sujeitam a viver de tal forma.

A cidade foi palco dessa grande tragédia que segundo o plano de contingência 2009/10 da prefeitura de Santa Rita do Sapucaí:

A cheia de 2000 atingiu 300.000 pessoas, em 54 municípios, deixando cerca de 82.500 desabrigados e provocando 10 mortes, no estado de Minas Gerais. Em Santa Rita do Sapucaí, a cheia de 2000 atingiu 70% da área urbana e 15% da área rural, 10.000 pessoas ficaram desabrigadas e desalojadas; envolveu mais ou menos 30 mil pessoas nessa respectiva enchente, que equivale a cerca de 70% da cidade naquele período, e cerca de 15% da área rural e 10.000 pessoas desabrigadas na cidade.<sup>48</sup>

De acordo com o plano de contingência da Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí vigente para os anos de 2000/2010 o problema sempre foi crônico, uma vez que em épocas passadas Santa Rita do Sapucaí sofreu com inúmeras enchentes, e uma delas ocorreu em 1965 e como a cidade ficou completamente inundada, a solução que as autoridades encontraram foi a transposição do rio no seu real curso. Até 1965 o rio Sapucaí não era conhecido em outros lugares, Antes da retificação feita pelo DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), o que nos mostra a obra “Sapucaí, o caminho das águas”.

**Imagem 04-O rio Sapucaí e a Mudança de Curso.**



**Fonte: Jornal Empório de Notícias**

Para a Historiadora Ana Maria Beraldo em sua obra “Sapucaí, O caminho das águas” essa retificação feita entre a cidade de Piranguinho e Santa Rita não foi muito

<sup>47</sup> <http://www.cbhsapucaí.org.br/cbh/Pagina.do;jsessionid=1xn2lqb866m75?idSecao=91>). Acesso em: 12/02/2018.

<sup>48</sup> Ver mais em: (<http://emporiodenoticias.blogspot.com.br/2011/01/11-anos-apos-grande-enchente-de-2000.html>)

eficaz para os moradores do bairro do Queima<sup>49</sup>, uma vez que esse bairro é o primeiro a ser atingido pelas cheias, pois sua posição é vizinha ao Rio Sapucaí e sua população vive a margem desse espaço.

Na imagem 05 evidenciamos a localização da Rua Capitão Vicente Ribeiro do Valle, conhecida como Rua do Queima que inevitavelmente foi a mais afetada de todo o município, uma vez que a localização geográfica do bairro está numa posição desprivilegiada comparada com os demais bairros.

**Imagem 05: Visão de Satélite da Rua do Queima**



**Fonte: Imagem retirada do Google**

Compreende-se então que a partir da proximidade do rio para com o bairro o espaço é relativamente pequeno e há apenas árvores, o que o deixa muito vulnerável a infiltração dessas águas, e levando em conta que existem outros bairros a margem esquerda do rio que não escapam também de serem atingidos pelas águas.

A Sr.<sup>a</sup> Benedita Lopes, 62 anos “Cansada de ver a água entrar em sua casa e com medo de abandonar seus móveis, resolveu, junto ao marido, construir outra casa, com base mais alta, ao lado de onde mora” (BERALDO, SANTOS, EUNICE, PRADO, 1996, p 48.).

Nota-se então a partir desse fragmento acima as estratégias elaboradas pelos moradores, que ao se depararem com esse problema crônico são obrigados a buscarem alternativas para lidarem com os impactos desse fenômeno natural (enchente), e o que é significativo perceber é o constante conflito que esse espaço tem para com os moradores que estão às margens do rio.

Ainda analisando esses discursos Maria José das Cruzes, 59 anos, diz que sai com a família de casa a procura de abrigo nas escolas da cidade e que:

“depois da enchente a rua fica cheia de barro e de bichos que saem dos esgotos. e para limpar a casa leva dois dias, mas o mau cheiro demora mais tempo para desaparecer” (BERALDO, SANTOS, EUNICE, PRADO, 1996, p 48).

Observa-se na fala de Maria José o conflito entre o poder público e os moradores, pois percebemos uma falta de políticas públicas por parte do governo local, ao deixarem os atingidos procurarem “refúgio” em algum lugar da cidade, ou seja, nas escolas. Uma

<sup>49</sup> Rua do Queima como é tradicionalmente conhecida, a Rua se chama “Capitão Vicente Ribeiro Do Valle”.

vez também que confrontados o relato da depoente com o documento da prefeitura (plano de contingência da prefeitura) percebemos uma discordância em uma das partes:

“Devido à característica solidária da população de Santa Rita, muitas famílias, cujas residências foram atingidas pelas enchentes de anos anteriores, não precisaram de abrigo, pois as pessoas são recebidas em casas de amigos e familiares”. (plano de contingência da prefeitura de Santa Rita do Sapucaí, p.19).

Através do recorte acima, voltamos a destacar o enfrentamento de ideias que há entre moradores de Santa Rita do Sapucaí e a prefeitura do município. Se torna importantíssima à análise contida no plano de contingência da prefeitura, ao afirmarem que “algumas famílias afetadas pelas enchentes anteriores não precisaram de abrigo, pois, foram recebidas casas de amigos e familiares”, nesse sentido buscamos entender então, quais foram os outros tipos de assistencialismo a essas pessoas afetadas?

Todavia, compreendemos como algo de fundamental importância então abarcar a enchente como um fenômeno que propiciou muito sofrimento, tristeza, e que jamais serão esquecidas pela população que sofreu com essa enchente. Não somente os que foram atingidos diretamente, mas sim aqueles que foram afetados de forma indireta, pois a enchente não abrangeu só casas, pessoas e comércios, modificou também toda a mobilidade dentro do município, e muitos tiveram seu trajeto até a casa impedido.

Na imagem 06, é possível observar que o bairro Pedreira não foi afetado diretamente pelas águas da enchente, porém foi prejudicado indiretamente devido ao acesso de seus moradores que para se deslocarem até a cidade foram impedidos por essas águas.

**Imagem 06- vista panorâmica do Bairro Pedreira**



**Fonte:** <http://www.fredcunhanews.com/2012/09/acontecimentos-enchente-de-2000-parte-2.html>.

Constata-se então a posição do bairro Pedreira (Lado Direito) e o difícil acesso que os moradores tiveram para adentrarem a cidade, podendo ver a impossibilidade de acesso desses moradores que necessitavam também se abastecer de alimentos, seja pra eles próprios, seja para pessoas que possivelmente eles abrigaram.

Analisando o discurso do Sr. Luiz Augusto Horta Nogueira, ao falar da “invasão” das águas dentro do município em épocas de enchente, percebemos que para ele “a falta de mata ciliar e o assoreamento dos rios somado ao crescimento desordenado da cidade” é o principal motivo da enchente no município, e ainda conclui que “se não tivermos os bueiros limpos, os leitos dos rios menos poluídos por objetos diariamente

jogados neles e os cuidados com a vegetação as margens dos rios, teremos que conviver com as enchentes” (BERALDO, SANTOS, EUNICE, PRADO, 1996, p. 47). Percebemos então que para o Sr. Luiz é preciso que haja conscientização ambiental com a limpeza nas proximidades do rio e a manutenção da mata ciliar por parte da população.

Observaremos numa entrevista realizada pelo Jornal “Empório de Notícias” da cidade de Santa Rita do Sapucaí, no ano de 2011, com um sujeito componente desse espaço, cujo nome é Antônio conhecido carinhosamente por Toninho Anão.

**Jornal Empório de Notícias: Como anda a situação do rio Sapucaí, hoje em dia?**

Antônio: Está quase morto. Antes tinha muito peixe, agora não tem mais nada. Uma vez, pesquei um dourado de 17 quilos. O peixe era maior do que eu! Hoje tem muita rede de esgoto. Você abre o peixe e percebe que tem bicho dentro. Se você pescar um pouco acima da rede de esgoto dá para perceber que até o gosto é outro. Eu acho que deveriam tratar a água que a cidade despeja nos rios. Da forma como está indo, vai acabar. Bagre por exemplo, era um peixe que tinha demais, até irritava a gente. Hoje não existe mais. Tinha um peixe chamado Quitéria que eu nunca mais vi. Tinha Tabarana também. Nessa época, era difícil voltar pra casa e não trazer um ou dois Dourados. Eu vivia de pesca! A retificação do rio foi uma das causas. O que segura o peixe são as curvas. Depois da retificação, o rio ficou mais raso e as árvores à beira do rio começaram a cair. O Paulino sempre falava: “Depois que mexeram nas veias da Terra, o sangue foi esgotado”. É a mais pura verdade. Hoje em dia, tem lugares em que não é possível navegar. É preciso descer do barco e arrastar. Isso nunca aconteceu antes.<sup>50</sup>

É possível destacar através da fala do Sr. Toninho, que o Rio Sapucaí está um pouco a “mercê” das autoridades responsáveis pela sua manutenção. Citando exemplos, a Copasa que acaba por não realizar um trabalho satisfatório em relação ao tratamento dessa água. Onde ele também se refere aos animais que habitavam esse local, onde muitas outras espécies de peixes atualmente perfizeram-se nesse espaço, isso devido também ao mau uso desse espaço pela população que acabam por não cumprirem com o seu “papel” dentro do município, que vai desde a coleta e seleção do lixo dentro das casas, até a falta de indução para que se tenha uma boa manutenção desse espaço.

Conforme o senhor Antônio, o rio “está quase morto”, ou seja, ele traz a denúncia, que algo tem que ser feito, para que o rio possa voltar a trazer abundância de antes.

Pautando-se em outro aspecto importante na fala do depoente é quando o mesmo diz que umas das possíveis causas para que essa fauna se esgotasse e o rio perdesse a sua referência, foi o processo de retificação<sup>51</sup> do rio, (já evidenciado na imagem 04), que ao ter o seu curso mudado, o próprio ficou “mais raso” gerando desbarrancamentos e conseqüentemente a queda de árvores que vivem em seu entorno. Destacando por último que dizia um de seus velhos amigos que após “deslocaram” as veias do rio, ele nunca mais foi o mesmo.

### **Algumas considerações**

O presente estudo buscou trazer novos olhares para o rio Sapucaí dentro da cidade de Santa Rita do Sapucaí. Acerca de todo esse contexto faz-se valer então o estudo para entendermos a posição em que o Rio Sapucaí possui interligado com o espaço urbano e suas relações e memórias, e dos seus respectivos sujeitos. Levando em consideração que esse trabalho também irá contribuir que seja evidenciado uma

<sup>50</sup> Ver mais em: (<http://emporiodenoticias.blogspot.com.br/2011/02/toninho-tem-56-anos-nasceu-em-casca.html>).

<sup>51</sup> Curso de um rio modificado, diminuindo-se as voltas e contornos a fim de que fique mais reto.

valorização do rio e na busca de possíveis resoluções de problemas que forem identificados através da nossa pesquisa.

Também buscamos mostrar a relação dos sujeitos sociais com o espaço do rio, notando as experiências e diferentes significados produzidos a partir dessa relação. Compreendemos a memória traumática, que se constrói a partir daquele espaço, que deveria trazer peixes como alimento, lazer com a pesca e nado, pode trazer a destruição de casa e de memória. Ater-se sobre a enchente de 2000 na cidade de Santa Rita do Sapucaí, foi uma forma de ver que ainda não há estratégias que possam garantir segurança e amparo aos moradores das proximidades do rio.

Desta forma, podemos compreender que não há uma forma de ver o rio Sapucaí, divergentes olhares se entrelaçam formulando a riqueza de percepções acerca do rio que cruza nossa cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica**, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERALDO, Ana Maria (et al). **Sapucaí: O Caminho das Águas**. Brasil, 1996.

BURKE, Peter (org.): **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina de Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Revista Projeto História**, nº 35, São Paulo: EDUC, 2007.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa**. **Revista Projeto História**, nº 10, São Paulo: EDUC, 1993.

KOSSOY, Boris, **Fotografia & História**. 2º Edição revista. Ed. Ateliê Editorial. 2001.

\_\_\_\_\_. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

[ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli](#). **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed., Campinas, SP: Pontes editores, 2015.

# PERSONAGENS FEMININAS NOS GAMES: GÊNERO, CORPO E SENTIDO

HELLEN NARCISO AGUIAR CORDEIRO

DÉBORA MASSMANN

ATILIO CATOSSO SALLES

Universidade do Vale do Sapucaí

Pouso Alegre – MG

[juh.hellen5@gmail.com](mailto:juh.hellen5@gmail.com)

## Introdução

Nosso objetivo de trabalho é analisar e discutir a presença da mulher em diferentes tipos de mídia. Interessa-nos também olhar para os efeitos de sentido produzidos para e sobre a mulher em nossa sociedade. Sobre os efeitos de sentido produzidos para e sobre a mulher, atestamos que há uma especificidade na mídia (em termos de circulação) que faz com que o mercado signifique a mulher como um produto a ser consumido, ou, talvez, a mulher, nesse lugar, é usada enquanto mecanismo que auxilia na venda de produtos.

De fato, o modo como a imagem da mulher é formulada nas diferentes mídias traz consigo estereótipos, estabilizações de sentidos, rupturas e polêmicas sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea. Como sabemos, as mídias têm grande poder de influência e persuasão e podem contribuir substancialmente para colocar em funcionamento (e em circulação) outros sentidos, outras atitudes, outros comportamentos, outras funções e outros papéis para a figura mulher.

Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou de posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais de cultura. A cor da pele ou dos cabelos, o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são sempre significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) marcas de raça, de gênero de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade. Podem valer mais ou valer menos.(LOURO, 2008, p. 75)

Com efeito, ao recortar como objeto de análise as personagens femininas nos games, somos levados a problematizar as diferentes posições-sujeito possíveis a uma mulher ocupar nesse espaço. A partir dessa noção, a da posição-sujeito, discutiremos como diferentes imagens sobre a mulher são construídas, seja no videogame, seja em outras mídias; sendo possível verificar que essas construções carregam consigo fortes traços de um olhar masculino, a saber, aquele do idealizador dos games, que (re)produz uma personagem feminina que deve atender à demanda de um público majoritariamente masculino.

Investiremos no trabalho de pensar as personagens na perspectiva de sujeitos sociais que servem de agentes para desconstruir o imaginário sobre a mulher na sociedade e nos games, a partir da relação entre história e análise de discurso; investigar os processos de significação de e sobre a mulher na materialidade digital. Com isso, trazer o digital para a história como uma importante fonte de pesquisa na contemporaneidade.

Nos games, a concepção de gênero e o perfil estético heteronormativo constituem o alicerce do processo criativo. Com efeito, a presença de personagens que têm como característica principal “seios avantajados” e “bumbum grande” aponta tanto para a ideologia de gênero (a mulher cis), como também para o perfil estético heteronormativo. Tal funcionamento, nos leva a questionar não só o padrão de beleza imposto pela sociedade, mas também esse imaginário sobre a mulher e sobre o corpo da mulher que perpassa diferentes mídias, como, por exemplo, histórias em quadrinhos (HQs), cinema e games. Nesse lugar, essas representações junto aos estereótipos moldam a “norma-padrão”, o que caracteriza o sujeito como pertencente a ela ou não.

O estereótipo faz o uso de algumas características fáceis de compreender e lembrar, amplamente compartilhadas, reduzindo as pessoas ou grupos de pessoas como imutáveis. Assim, reduzindo as pessoas a um conjunto simples de características essenciais, naturais, e fixas, a estereotipação facilita reunir todas aquelas que correspondem à “norma” em uma “comunidade imaginada”, ao mesmo tempo em que estigmatiza simbolicamente as “outras” que são, de alguma forma consideradas diferentes. (SANTOS; PEDRO, 2011, p. 172)

O processo metodológico desse trabalho foi desenvolvido a partir do dispositivo teórico e metodológico da Análise de Discurso. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico. Temos como *corpora* materiais escritos e eletrônicos, a saber: livros, artigos científicos e web sites. A heterogeneidade material de nosso *corpora* se dá na ânsia de criar uma familiaridade com o tema discutido e também com o propósito de estabelecer maior conhecimento sobre o assunto para o desenvolvimento de discussões e hipóteses.

A partir do levantamento de informações foi possível pensar a importância de questionar e analisar as imagens produzidas para e sobre a mulher. Kuhn (1994) aponta que as demandas feministas e a produção de conhecimento sobre tais demandas colocam questões como: qual é a relação entre o espectador e a representação da mulher? O que a imagem (re)produzida tem a ver com sexualidade? Como essa imagem se constitui na relação entre masculino e feminino? Qual é o poder dessa representação da mulher? Como a imagem da mulher em particular produz sentidos para o espectador? Esse espectador é homem/mulher, ou masculino/feminino? Como se dá a construção do feminino em termos específicos de representação? Porque a imagem do corpo da mulher é tão relevante na nossa sociedade?

## **1- Mundo dos games e sua relação com o feminino**

O jogo eletrônico vem conquistando seu espaço dentro da indústria do entretenimento desde sua criação, tornando-se um negócio que movimenta bilhões de dólares em todo mundo e sendo bastante presente no cotidiano de muitas pessoas. Desde sua primeira aparição, em 1958, os games passaram por mudanças e evoluíram junto à tecnologia, tornando-se cada vez mais complexos em hardware e software. Essa evolução tecnológica possibilitou a criação de mundos de fantasia e realidade, principalmente com a tecnologia de construção de cenários e personagens em três

dimensões. Com isso, tornaram-se possíveis os jogos online em que vários jogadores, de diversas partes do mundo, com culturas diferentes, interagem entre si em tempo real.

Um exemplo são os jogos pertencentes ao gênero MMOs<sup>1</sup>, em que vários jogadores competem e interagem juntos; outro exemplo são os RPGs<sup>2</sup>, que criam a possibilidade do jogador inventar seu próprio personagem, sendo possível “escolher” a etnia, raça, classe social, dentre outros aspectos. Esses avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento de corpos humanos mais reais no mundo virtual e questionamentos sobre o excesso de violência, além da presença de minorias representadas nos games.

A criação estética, no que se refere a produção do sentido, serve como exemplo bem-sucedido de um tipo de relação humana. Nesse caso, na relação entre jogador e personagem. O público-alvo, antes composto por crianças – principalmente meninos –, sofreu mudanças, sendo hoje constituído por jogadores de diferentes faixas etárias e gêneros.

Sem dúvida alguma, o universo tecnológico permeia a vida de todos os sujeitos e, nesse aspecto, os games conquistaram seu sucesso, sobretudo, porque estão presentes em diversas plataformas (computadores, consoles, smartphones e tablets). Há que se destacar também o fato de que os games exploram amplamente esse universo tecnológico à medida que investem em bons roteiros que são, graças à evolução tecnológica, traduzidos e concebidos em visuais gráficos que cativam os jogadores. Estes, por sua vez, se sentem parte desse mundo digital, seja pela sua história, seja pelos personagens, seja pela jogabilidade. O game tem se constituído como uma mídia que se preocupa em estabelecer uma conexão entre o jogador e o universo virtual, principalmente com os personagens principais, já que a narrativa de um game é o ponto mais forte para prender a atenção do jogador

Nesse sentido, torna-se importante examinar como a mídia, a partir do funcionamento discursivo do videogame, produz efeitos sociais nos seus consumidores, principalmente pela identificação entre o jogador e o personagem, sendo um campo construído, majoritariamente, por pessoas do sexo masculino. Observamos nesse funcionamento discursivo do game que as personagens femininas são formuladas a partir dos estereótipos, que circulam em nossa sociedade, de e sobre a mulher. Daí nos é possível levantar uma questão: como meninas que jogam games, que não se veem representadas na mídia, vão se identificar com essas personagens?

Os games cada vez mais retratam a realidade, acontecimentos históricos ou fantasias; seus personagens se tornam mais críveis, próximos das experiências humana vividas. Assim, temas polêmicos fazem parte das temáticas escolhidas pelos desenvolvedores, como problemas sociais, suicídio, depressão, problemas mentais, questões sobre sexualidade, violência, entre outros. A educação também pode ser integrada aos games como forma de aprendizado mais dinâmico e divertido entre os estudantes, principalmente para construir questionamentos sobre diferentes temáticas.

Grande parte dos jogos eletrônicos apresenta uma figura masculina em seu eixo central, independentemente da temática trabalhada. Os jogos demonstram características ligadas ao universo masculino, sempre buscando exaltar qualidades e estereótipos típicos do herói galanteador. Essas características atribuídas aos personagens se apresentam no imaginário social, incidindo sobre a forma do personagem, sua voz, atitude, entre outros elementos que o compõem.

Além de personagem fictícia, no universo dos games a mulher também ocupa espaço de jogadora, desenvolvido nesse mundo onde há preconceito e divulgação dos estereótipos machistas. Esse cenário faz com que as mulheres ainda lutem muito pelo seu reconhecimento como jogadoras. A representatividade reivindicada parte de uma pluralidade de sujeitos, é reivindicado um espaço para existência de personagens femininas de diferentes etnias, corpos, personalidades e orientações sexuais; que o

universo dos videogames possa refletir sobre a diversidade em todos os campos que o formam. Luta-se por uma representatividade que não se restrinja à presença de personagens femininas brancas, privilegiadas, heteronormativas.

A caracterização das personagens femininas nos videogames as faz apresentar similaridades com as personagens vistas no cinema. Acreditamos que isso se dê por serem mídias próximas. É comum nessas mídias a presença de personagens com pouca ou nenhuma personalidade, sem arco narrativo ou importância relevante dentro da estória. Podemos citar como exemplo a personagem Lara Croft nos cinemas. Essa personagem foi interpretada pela atriz Angelina Jolie nos anos 2000. Observamos que essa personagem possui um forte apelo sexual. As personagens se apresentam principalmente como objetos do cenário, onde sua função se restringe ao jogador ou protagonista controlado no jogo. É uma básica noção da mulher como um meio para um fim, cuja existência se dá apenas para enaltecer o protagonista masculino ou como um objeto de contemplação. Em ambos os casos, essa personagem não possui uma existência autêntica, um lugar de protagonismo por si só. Essas características em comum criam um arquétipo de uma boneca viva. Segundo Kuhn,

(...) isso também promove a mulher ideal como se fosse montada, composta por camadas e definida pela aparência. Aqui que a tradição do glamour em toda sua manifestação parece ocupar outra tradição de reputação das mulheres, do mito ao conto de fadas à alta arte à pornografia, na qual elas são destituídas de vontade e autonomia. A mulher é desumanizada ao ser representada como um tipo de autômato, uma “boneca viva”: A Bela Adormecida, Copélia, L' Histoire d'O, She's a doll!'. (KHUN, 1994, p. 14)

Além das bonecas vivas propostas por Kuhn, podemos citar outros exemplos. As personagens que ocupam o papel de protagonistas ou figuras de destaque dentro do game é um deles. Elas não possuem um bom desenvolvimento psicológico, a saber, mudanças de caráter e atitudes que justifiquem suas motivações estão sempre inexistentes nas mesmas. São personagens vazias, que se restringem no imaginário dos gamers apenas por suas características físicas ou algo memorável. Elas não se constroem como sujeitos, compostos por particularidades, personalidade, história de vida que estabeleça relações de identificação.

A figura da Lara Croft é um ícone no mundo gamer, ocupando a posição de “musa dos games”. Sua construção durante sua primeira aparição se deu no game Tom Raider, 1996, onde protagonistas femininas não eram comuns nesse mercado. Sua história se formula do seguinte modo: ela é órfã de um grande arqueólogo pertencente à aristocracia inglesa. Mais tarde ela se torna arqueóloga. A personagem Lara, nesse game, não passa por nenhuma aprovação física ou psicológica, ou seja, não são nos apresentados traços de uma personagem humanizada. Isso demonstra, do nosso ponto de vista, a falta de um arco narrativo. Não há na história da protagonista a contração de uma imagem de caráter singular, conforme observamos na figura abaixo, a capa do jogo:

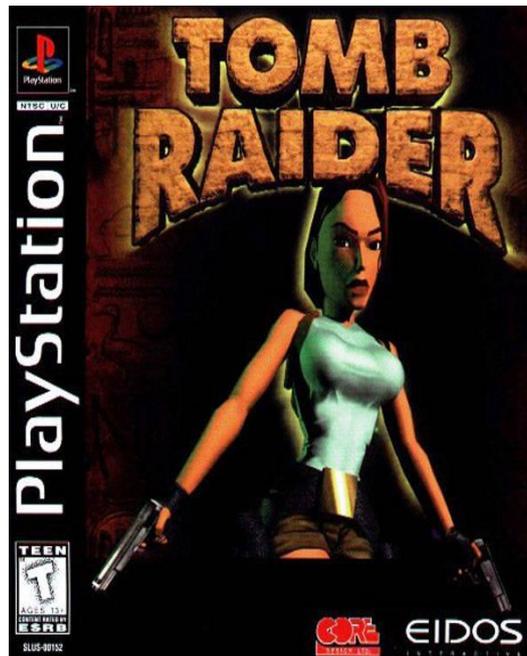


Figura 1 - Lara Croft - Tomb Raider, 1996

É indiscutível a importância de personagens femininas mais complexas, que desenvolvam suas motivações, encarem os desafios propostos nas narrativas não de forma passiva, mas de forma ativa e humanizada. Investimos em compreender as personagens femininas. Enquanto hipótese nossa, tais personagens hoje são construídas a partir dos valores impostos pela sociedade. A mídia ocupa um lugar forte nesse processo de circulação das imagens formuladas sobre as personagens femininas.

Nessa direção, perguntamos: as representações femininas discutidas aqui contemplam quais mulheres? Dentro dessa indústria dos games, em quais lugares as personagens brancas permanecem e em quais outros lugares aparecem representadas as outras etnias? Acreditamos que podemos questionar a posição em que essas mulheres são significadas.

(...) Tudo isso permite dizer, como faz Judith Butler, que os discursos “habitam corpos”, que “eles se acomodam em corpos” ou, ainda mais contundentemente, que “os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (Butler em entrevista a Prins e Meijer, 2002, p. 163). Portanto, antes de pretender, simplesmente “ler” os gêneros e as sexualidades com base nos “dados” dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gênero e de sexualidade fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente. Não se pretende, com isso, negar a materialidade dos corpos, mas o que se enfatiza são os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores de sujeitos. (LOURO,2008)

Nesse sentido, Salde e Rubner, 2002, discutem a importância da crítica sobre a influência da mídia em construir imagens cristalizadas que produzem consequências para a sociedade. Em outras palavras, as jogadoras independentemente da faixa etária, precisam da presença de personagens femininas fortes para estabelecer uma relação de identificação e reconhecimento de um sujeito social existente na sociedade.

## 2- Games e o corpo feminino

As relações estabelecidas entre cinema, quadrinhos e games, no que diz respeito ao compartilhamento de elementos narrativos, ângulos de câmera e personagens, permitem relacionar a presença de estereótipos comuns em todas essas mídias. Uma crítica frequente à representação feminina, independente da mídia vinculada, se faz pela mulher ser moldada através do olhar masculino. Os quadrinhos evidenciam bastante esse problema quando trazem as heroínas nas capas. Nessas capas o corpo da mulher comparece como destaque, talvez principal atrativo para compra do produto.

As histórias em quadrinhos, assim como os videogames, estabelecem-se no imaginário social como artefatos masculinos. São histórias feitas por homens e para homens que sempre apresentam o mesmo ideal de mulher. Nesse lugar de pensar a sociedade e a organização política e social das relações de dominação entre homens e mulheres, a mulher é relegada a papéis secundários, sendo significada como uma figura auxiliar ao homem. Esse movimento faz com que se negue o caráter de indivíduo da mulher, esta que possui vontades próprias, que está presente ativamente na sociedade e que, portanto, merece ter seus direitos atendidos.

A mulher pensada a partir do conceito de gênero não é tomada na concepção do determinismo biológico, moldada pela natureza. Tal lugar de investimento teórico aposta na

(...) a ideia de que o gênero é construído, sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida em termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26)

Simone Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo*, de 1949, formulou: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Isso posto, é possível compreender, em nosso material, que o jogador reconhece a personagem de um jogo como um sujeito mulher por reconhecer as características atribuídas ao sexo, nesse caso o corpo feminino. De nossa posição, o “feminino” é um lugar de construção histórico-social.

Se gênero é uma categoria da diferenciação universal, estudos realizados em culturas diversas apontam que não há um modo inato de ser mulheres e homens, e não necessariamente noções vinculadas às masculinidades e feminilidades estão coladas, respectivamente, a corpos de homens e de mulheres. (BELELI, 2007, p. 194)

No tempo histórico contemporâneo, principalmente pelo que ocorreu no período pós-guerra, momento em que as mulheres passaram a reivindicar seus direitos, está se produzindo um movimento de mudanças sociais. A mulher a cada dia se tornar sujeito de sua própria história. A aplicação do conceito de gênero surge para contestar a diferença sexual, em que homens e mulheres são socialmente inseridos em relações de hierarquia e antagonismo.

O gênero é constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder. Mudanças na organização das relações sócias correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1996, p. 11)

Tudo isso resulta na instituição de sistemas de desigualdade, ordenados por hierarquias criando redes de poder que circundam uma determinada sociedade. Conseguir identificar-se com certas representações, estabelece uma relação de

pertencimento. A maioria das representações e práticas ligadas a um conjunto de padrões que caracterizam sujeitos como sendo masculino e/ou feminino produz, enquanto efeito, uma divisão.

Os sujeitos são treinados desde seu nascimento a reconhecer esses padrões para aprender a como se portar. Há em funcionamento em nossa sociedade um sistema de classificação que se dá por divisões, tais como: pelo jeito de se expressar, vestir. Uma divisão que textualiza a existência de grupos, logo, a existência das diferenças.

É importante para esta pesquisa discutir gênero na função de categoria de análise, para então trabalharmos com as personagens dos jogos eletrônicos. Observamos que as personagens dos jogos eletrônicos apresentam códigos sociais de identificação de um universo feminino. Sem esses códigos, as personagens conseguiriam quebrar esse sistema de classificação e de divisão do que circula sobre o que é ser mulher.

Há a necessidade de compreendermos que o mundo dos videogames não está isolado por se apresentar em um local imagético, distante da realidade social em que vivemos. Os vários indivíduos envolvidos na construção dos jogos eletrônicos discursivizam (nesses jogos) sentidos de uma divisão social que é real.

Todas as relações sociais normativas de gênero expressas por uma determinada sociedade constituem seus indivíduos. As representações femininas presentes nos jogos exercem um papel educativo de ensinar o feminino e masculino, sempre partindo do pressuposto de um espectador masculino.

Essa visão unilateral permite que a forma da mulher ser apresentada visualmente – na concepção do seu corpo feminino, no estilo de roupa e seus traços, principalmente faciais – reproduz clichês narrativos que refletem em como a mulher é vista dentro da sociedade.

Assim, torna-se vital a luta das mulheres por igualdade. A quebra do paradigma do sexo frágil vem acontecendo há muitos anos em diferentes campos sociais. Mais recentemente na materialidade digital. É nisso que estamos investindo aqui.

Nesse sentido, dentro do ambiente dos jogos eletrônicos, o corpo feminino ocupa um espaço sem voz, visto mais como um objeto de apreciação ao olhar masculino. A mulher e a imagem que é produzida sobre a mulher nos games acabam sendo marcadas pelos estereótipos de donzela indefesa, a famosa princesa a ser salva pelo príncipe encantado. No caso dos games, o protagonista é contido na posição de herói.

O eterno feminino, um chavão que tenta imobilizar, no tempo, as virtudes “clássicas” da mulher. Um chavão que corresponde bem ao senso comum de procurar qualidades quase abstratas: maternidade, beleza, suavidade, doçura e outras, num ser que é histórico. Justamente aí está a falha que desvincula a mulher de sua época e seu contexto, que a transforma em um ser à parte, independente de circunstâncias concretas. (BUITONI, 1981, p. 4)

O campo visual das personagens é composto por suas vestimentas, que provocam sensações ao espectador ao serem observadas. Daí a presença de muitas figuras femininas nos games com roupas minúsculas que evidenciam áreas do corpo como os glúteos, os seios com decotes, fendas e roupas justas e curtas. Um bom exemplo dessa construção é a personagem Quiet de Metal Gear Solid V: The Phantom Pain quando ela entra em um ambiente de batalha usando um biquíni e meia calça, enquanto está lutando e atirando com outros personagens homens cobertos dos pés à cabeça. A desculpa para ela se apresentar desse jeito se faz pelo fato da mesma possuir poderes adquiridos de um parasita no corpo dela que a faz respirar apenas pela pele. A figura 1 mostra a forma como a personagem é um exemplo de hiperssexualização.



Figura 2- Quiet De Metal Gear Solid V: The Phantom Pain

Analisando essa imagem, observa-se principalmente em suas vestimentas, aparentemente, um biquíni preto com alguns acessórios militares. Se um soldado militar é reconhecido por apresentar-se visualmente com vestimentas completas e acessórios dentro do seu contexto, porque a personagem Quiet aparece seminua? Isso se dá mesmo ela sendo uma atiradora de elite. Conforme já exposto, a explicação posta no jogo para isso seria o fato dela possuir um parasita que lhe dá alguns poderes e a faz ter de respirar pela pele. Porém, apenas essa explicação se torna infundada dada a grande quantidade de animação e *cutscenes* onde ela está presente.

Utilizar as personagens femininas como objetos de apreciação reflete as relações de poder estabelecidas nos próprios games. Os personagens masculinos são representados mais livremente, sem muitas amarras sociais, permitindo aos *designers* atuarem com mais liberdade no processo de criação, conseguindo transmitir diferentes personalidades. Enquanto isso as mulheres apenas passam a informação de que são mulheres e nada além disso. Segundo John Berger (1999, p. 66):

A mulher é representada de uma maneira bastante diferente do homem – não porque o feminino é diferente do masculino – mas porque se presume sempre que o espectador ideal é masculino, e a imagem da mulher tem como objetivo agradá-lo.

De acordo com Bezerra e Ribas (2014), a repetição de estereótipos acaba reforçando o paradigma de gêneros dominante em que o homem é agressivo e autoritário e a mulher é subordinada e dependente. Esse tipo de representação projeta consequências negativas ao formar um modelo normativo identificado no feminino. Por se tratar de uma narrativa imersiva, que conecta o jogador com o universo do game jogado, os processos de identificação entre jogadoras com personagens femininas não acontecem. O universo dos games ainda é um campo muito machista, apesar de nos dias atuais a quantidade de mulheres presentes, ocupando o lugar de jogadoras e, portanto, consumidoras, reivindicar por personagens mais humanizadas e realistas que possuam qualidades positivas, inteligência ou possam ser “boas de briga”.

### 3- Representatividade feminina

A sociedade contemporânea diz-se construída sobre o ideal de igualdade para todos os indivíduos. Na realidade vemos que alguns indivíduos não nascem livres e iguais e com isso percebem o acesso “diferenciado” a direitos. A construção da igualdade é bastante evidente na organização política e social das relações de dominação entre homens e mulheres.

As mulheres são subordinadas de diferentes formas. Isso observamos pelas expressões faciais das personagens dos games, posições espaciais do corpo, entre outros fatores. Analisar as representações expressas, seja no campo das artes, na publicidade ou mesmo nos videogames, é observar algumas características que permanecem imóveis historicamente. Essas características são impostas em um discurso baseado no fator biológico para manter as relações de poder estabelecidas. Por isso, investimos numa forma que possa romper com esses estereótipos cristalizados, tidos como uma única forma de verdade. Questionar o quão comumente esses discursos passam despercebidos no campo midiático, talvez seja esse um caminho possível para combater tais discursos de opressão.

As reflexões culturais são bastante abordadas dentro dos jogos eletrônicos, que acabam servindo de veículos de propagação de muitos estereótipos. Devido a essas formas de estereótipos apresentados sobre a mulher, há uma necessidade maior de diversificação de personagens nos games para abrir novas formas de representação e identificação.

Um sistema de tipos sociais e estereótipos aponta tudo o que está, por assim dizer, dentro e fora dos limites de normalidade [ou seja, comportamentos aceitos como “normais” em qualquer cultura]. Tipos são instâncias que indicam aqueles que vivem segundo as regras da sociedade (tipos sociais) e aqueles que as regras são delineadas para excluir (estereótipos). Por essa razão, os estereótipos também são mais rígidos que os tipos sociais. (...) os limites (...) devem estar claramente delineados e, dessa forma, os estereótipos, um dos mecanismos a manutenção dos limites, são caracteristicamente fixos, claros, inalteráveis. (DYER,1977, p. 29)

A sociedade constrói definições do que é masculino e feminino, restringindo os sentidos. Porém, dentro dos estudos de identidade de gênero, se produziu o conceito de que os comportamentos pertencentes ao universo feminino ou masculino são construídos socialmente. Podemos observar muito bem esse exemplo nos brinquedos que são atribuídos para meninas e meninos. Tais brinquedos demonstram a construção social de um sujeito enquadrado em uma das caixas de gênero. As meninas são sempre vinculadas a brinquedos ligados aos afazeres domésticos, bonecas, minicozinhas, artigos de beleza. Enquanto os meninos brincam de carros velozes, aventuras e brinquedos ligados à lógica.

Com isso podemos entender que os games não são isentos do funcionamento da ideologia.

O surgimento dos computadores e a internet são fontes massivas de informação disponíveis a tempo real. Isso proporcionou diversas inovações dentro do espaço dos games. Passaram a surgir novos sujeitos que agora são homens e mulheres digitais. A existência de estereótipos dentro desse novo ambiente, sobrepostos nas representações dessas mulheres digitais, chama nossa atenção para o padrão de beleza afirmado nesses corpos. Esses padrões de beleza sempre são difundidos através de veículos midiáticos, o cinema e os videogames, por exemplo. Tais veículos midiáticos têm a função de entreter seus consumidores, transmitem também a magreza, o corpo torneado, seios e bumbuns grandes como um ideal de beleza.

No campo da história dos games, a construção do feminino se faz em oposição ao masculino; são associados ao feminino características consideradas inferiores e opostas ao masculino. Podemos observar isso de forma bastante clara na publicidade, onde vemos as características femininas principalmente ligadas ao ideal de beleza da mulher perfeita. Nos games também observamos esse funcionamento, já que as personagens femininas são um belo exemplo de modelos de capas de revista. Os games, de certa forma, permeiam as culturas e as formações de identidades, estas

ligadas a grupos sociais ou a figura de heróis, heroínas de games e vilões que podemos comparar com os ídolos na cultura pop.

O que isto sugere é que a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um eu verdadeiro e único, mas do diálogo entre conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados de sermos interpretados por eles, por assumirmos posições de sujeitos, construídos por nós por alguns dos discursos sobre a “inglesidade” – em resumo, de investirmos nossas emoções em uma ou outra daquelas imagens para nos identificarmos. (HALL,1997, p. 26)

Retomando, a figura da personagem Lara Croft de Tom Raider, 1996, observamos que ela rompeu muitos paradigmas narrativos explorados na época. Surgindo na posição de protagonista, sendo uma arqueóloga corajosa que enfrenta diversas situações perigosas durante sua aventura, está muito comparada com a figura de Indiana Jones do universo dos cinemas. Lara parte de uma figura ativa na sua história sempre em busca de novas aventuras e artefatos arqueológicos valiosos, viajando para locais inóspitos do planeta. Essas características somadas à sua aparência de forte apelo sexual foram o que lhe conferiu o título de musa dos games. Esse último fator, em especial, permite seu papel como representatividade feminina seja muito questionado.

Em 2013, a franquia de jogos sofreu grandes mudanças. A mais perceptível se faz na figura de Lara, que não mais apresenta visualmente desproporções corporais, principalmente na região do busto. Em relação ao vestuário, ela não usa mais seu famoso short curto, mas passa a vestir calça e ter um porte físico condizente com a realidade. Confira a figura da capa do jogo:

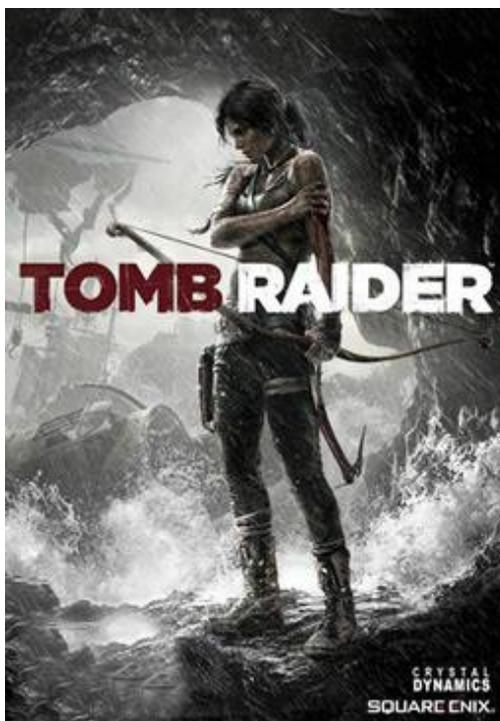


Figura 3 - Lara Croft de Tomb Raider

A história desse jogo é incrível. Inicia-se logo após Lara terminar a faculdade de arqueologia. Lara parte para sua primeira exploração a bordo do navio Endurance com a intenção de encontrar o reino perdido de Yamatai, com o qual ela viaja até o Triângulo do Dragão. O navio acaba naufragando quando é atingido por uma forte tempestade,

fazendo com que seus tripulantes fiquem perdidos em uma ilha. Lara acaba sendo capturada por um estranho e aprisionada em uma caverna. Ao fugir e ir atrás de sobreviventes, acaba descobrindo que além de seus amigos há outras pessoas na ilha. Ela passa por muitos problemas e descobre que há um santuário construído em nome de Himiko, fazendo com que ela confirme que realmente está na ilha de Yamatai.

Podemos perceber que diferente do seu primeiro jogo, em 1996, Lara não se apresenta como uma protagonista pronta, já tendo vários anos de experiências em suas aventuras. A nova Lara Croft se apresenta ainda inexperiente, passando por várias situações perigosas. No começo do game ela é apenas uma menina frágil e assustada, que se machuca muito e toma muitos sustos. Muitas dessas cenas são exageradas, provocando um sentimento cômico no jogador. Mas com o decorrer da narrativa a personagem cresce emocionalmente, não reagindo tão fortemente a situações extremas de vida ou morte. Claramente mais calma nos vários tiroteios presentes no game, também evolui psicologicamente, se adaptando rapidamente a situações diversas e focando em seus objetivos mais claramente. É evidente que a evolução da personagem ao longo do jogo, aproximando-se cada vez mais de uma heroína. No entanto, o jogo não apresenta apenas aspectos bons em relação a sua personagem. Ainda é evidente a permanência de ângulos de câmera e situações com grave apelo sexual e erotização. Alguns pontos da narrativa acabam pecando no enredo. Lara ainda é um personagem em construção e sua figura pode ter mudado para se adequar a um novo contexto histórico, porém ainda precisa evoluir em muitos aspectos como um sujeito social.

O segundo game analisado é *Life is Strange*, produzido pelo estúdio francês Dontnod Entertainment e publicado pela Square Enix. Esse game é dividido em 5 episódios lançados entre os meses de janeiro a outubro de 2015. O jogo segue a fórmula de narrativa e decisões por parte do jogador em momentos cruciais da história, criando seu próprio enredo. A personagem principal é Maxine Caulfield, uma jovem de 18 anos, amante de fotografia, nerd e hipster. Através da fotografia, Maxine Caulfield descobre a capacidade de voltar no tempo. Dentro dessa premissa básica, Max encontra outra personagem logo no primeiro episódio. É Chrysalis, com a qual divide a narrativa Chloe Price, uma velha amiga de infância em relação à qual, no decorrer do enredo, o jogador desenvolve um apego, fazendo de tudo para salvá-la.

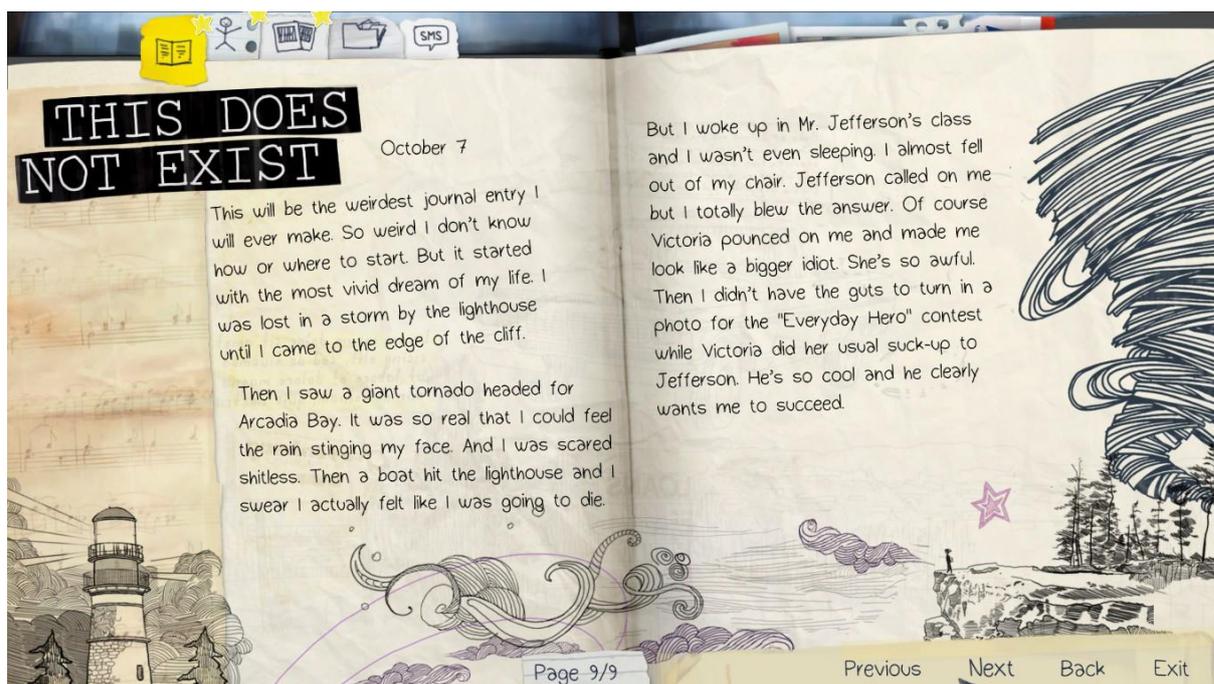


Figura 4 - *Diário da Max, Segunda feira 07 de outubro.*

Apenas por essa premissa, observamos algo não tão comum, tanto nos videogames quanto em , os personagens e os ambientes onde passam os eventos – Arcadia Bay e a BlackWell Academy, onde a protagonista estuda fotografia

Life is Strange utiliza para estabelecer uma maior conexão entre o jogador e a personagem principal o recurso de um diário pessoal, onde ela expõe seu ponto de vista sobre os acontecimentos, seus sentimentos sobre as escolhas feitas pelo jogador. A partir desse recurso, utilizamos um fragmento recortado do diário que foca na apresentação de quem é Max. Eis um fragmento selecionado da página do diário: “Em seguida, vi um enorme tornado em direção a Arcadia Bay. Era tão real que dava até para sentir a chuva caindo no meu rosto e eu estava com muito medo. Em seguida, um barco atingiu o farol e eu juro que realmente ia morrer” (Life is Strange). Nele, Max apresenta suas emoções de forma clara, humanizada, assim como seus medos e inseguranças, que a estabelecem de forma mais crível aos jogadores por se relacionarem com temas comuns durante o período da adolescência. Em outro fragmento dessa mesma carta, temos:

Daí acordei na aula do Sr. Jefferson e não estava nem dormindo. Eu quase caí da cadeira. O Jefferson me fez uma pergunta, e eu fui um desastre na resposta. É claro que a Victória teve que se exilar para que eu parecesse ainda mais idiota. Ela é horrível. Em seguida, não tive coragem de enviar uma foto para competição “Heróis do Cotidiano” (...) (Life is Strange WIKIA-2018)

Por fim, podemos perceber que já na introdução da personagem, pelo recurso do diário pessoal de Max, em games como Life is Strange o roteiro precisa atender às necessidades básicas para uma boa história, de modo que se desenvolvam os detalhes de ambiente, as expressões faciais, a voz e a relação com os outros personagens.

O último jogo, *The Last of Us*, foi desenvolvido pela Naughty Dog, pertencendo aos gêneros de ação-aventura e sobrevivência. Foi publicado pela Sony Computer Entertainment. Ele foi lançado exclusivamente para PlayStation 3, em 14 de junho de 2013, recebendo um conteúdo adicional chamado Left Behind. Na sua história central os jogadores controlam Joel, um homem de quase 40 anos de idade, que fica encarregado de escoltar uma adolescente chamada Ellie para entrega lá a um grupo conhecido como Vaga-Lumes. Essa jornada se estende por uma América pós-apocalíptica.

Ellie é uma garota destemida de 14 anos que cresceu nesse mundo pós-apocalíptico cruel e é tudo que ela conheceu. Trata-se de uma organização criada em um colégio interno comandado por militares dentro do limite de uma zona segura. Curiosa sobre o mundo exterior além dos muros que cercam e isolam a área segura, a personagem é sabia mesmo sendo tão jovem. Ellie é completamente capaz de cuidar de si mesma e daqueles ao seu redor. A conexão mais profunda com a personagem é feita de forma sutil. Obcecada por histórias em quadrinhos, CDs e cultura pop, sua base de conhecimento é preenchida pelos restos de um mundo que não existe mais. Essas histórias em quadrinhos são encontrados durante a narrativa do game e Ellie sempre comenta ao jogador.

Um aspecto chamativo que traz destaque ao jogo é o jeito humano com que os personagens se portam, apresentando um alto nível de expressão facial em seus rostos devido ao trabalho de captação de movimentos. Isso transforma a experiência vivenciada no jogo, tornando os personagens menos artificiais. Junto a isso, os protagonistas Joel e Ellie conversam entre si durante o jogo, sendo uma coisa que acontece naturalmente. Por vezes, o espectador acaba perdendo a atenção do que está em volta para ouvir o que eles falam. Essa característica em especial fortalece as ligações de proximidade entre jogador e a trama. Torna-se importante ressaltar também os personagens secundários, como Tess, que aparece no início do jogo e acaba sendo morta muito cedo na trama

Outra personagem feminina que comanda a facção dos Vaga-Lumes é uma mulher chamada Marlene. Durante o decorrer do game, descobrimos sua relação com a protagonista e também o seu papel na história. A visão de bem e mal neste em *The Last of us* depende da interpretação que cada jogador vai fazer. É interessante mencionar a relação que Ellie mantém com o outro protagonista do jogo, Joel.

A forma como a história é apresentada ao jogador vai além das cenas cinematográficas. Dessa forma, todos os elementos em funcionamento no jog acabam por influenciar externamente o jogador. Assim, a personagem Ellie se encaixa no universo feminino, quebrando algumas dinâmicas estabelecidas ao pertencer a uma realidade completamente diferente de onde as certezas de um feminino foram formadas. Em uma sociedade pós-apocalíptica, sobra pouco tempo pra definir papéis sociais quando a sobrevivência é um fator determinante contra a extinção.

Não apenas as relações entre feminino e masculino são afetadas, mas a infância e a inocência não possuem espaço para existir nessa realidade. A personagem é uma adolescente que tem de crescer rápido e se adaptar a esse mundo hostil. Em um capítulo à parte da história de Ellie, durante o conteúdo adicional Left Behind, descobrimos mais sobre o passado dela, acompanhamos ela junto de Riley, sua antiga colega de quarto. A princípio podemos deduzir como uma relação sem importância, mas que constrói camadas em Ellie, seja na forma da amizade das duas, seja na descoberta do primeiro afeto amoroso entre elas, que não é comum nos videogames.

Essa representatividade é importante às pessoas que amam de diferentes formas. Quando a ausência se faz presente, ela apaga a possibilidade dessas pessoas se sentirem reconhecidos, tanto na história, quanto na vida dessas pessoas, sejam elas jogadores e jogadoras ou cidadãos comuns.



**Figura 5 - Protagonista Ellie**

**Fonte: THE LAST OF US-2018**



**Figura 6 -Ellie e Riley, Left Behind**  
**Fonte: THE LAST OF US WIKIA-2018.**

Por fim, consideramos que todos os jogos possuem seus defeitos. As mulheres vêm conquistando seu espaço no universo dos games e em tantos outros considerados pertencentes à esfera masculina. Ainda que Riley apareça brevemente na história de *The Last of us* e acabe morrendo muito cedo, sua existência prova que, em algum dia, num futuro próximo, duas mulheres possam ocupar o mesmo espaço em uma tela, seja ela qual for. Esperamos que as relações de afeto não sejam mais pautadas em uma norma tão excludente.

#### **4. Conclusão**

A representatividade da mulher nos games, na forma de empoderamento e protagonismo, é uma saída para quebrar com os paradigmas atribuídos à mulher. A existência de uma mulher como protagonista em um game não basta para atribuir um sinônimo de representatividade. Pois, em pleno século XXI, as mulheres ainda sofrem muito com o preconceito, tendo de provar constantemente que os rótulos atribuídos a elas não são reais e não denotam suas características de comportamentos e suas escolhas.

Devido a isso, há uma grande parcela crescente de jogadoras que não se identificam com essas personagens. Por isso a importância da luta para a maior diversidade das representações femininas nos games, sendo isso conquistado por meio do reconhecimento do valor das mulheres como consumidoras desse produto ou em favor de uma aproximação com a realidade social, onde as mulheres lutaram para obter muitas conquistas. Isso não significa apagar todas essas personagens superficiais dos games, mas que essas não sejam as únicas que representem as mulheres nesse espaço.

#### **5. Referências Bibliográficas**

BELELI, Iara. **Corpo e identidade na propaganda**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas 15(1), janeiro-abril/2007. p.193-215.  
BERGER, John et al. Modos de ver. Barcelona: G. Gili,1974.177p.

Bezerra, Amilcar, Ribas, José Augusto. **A influência do feminino nos games: um estudo de caso com a personagem Lara Croft**. In: Colóquio de moda, 10, Edição Internacional, 7 Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Design e Moda,1,2014, Pernambuco.

BUITONI, Dulcília H. S. **Mulher de Papel: A representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.

CORREA, y. et al. **Visual: ideologias e estereótipos na constituição de personagens do gênero feminino**, In: Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital- SB Games, 12.,2013, São Paulo- SP

DYER, Richard(Org.). **Gays and. Film**.Londres: British Film Institute, 1977.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.22, nº 2, p. 15-46, jul/dez. 1997.

KUHN, Anette. **The power of the image: Essays on representation and sexuality**. Routlege & Kegan Paul Ltd:London,1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 9.ed. São Paulo: Vozes,2001.184p.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho- ensaios sobre sexualidade e teoria queer**.1. ed.,1reimp. - Belo Horizonte: Autêntica,2008.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos; PEDRO, Joana Maria. **Estratégias discursivas e identidades de gênero**: a construção da “dona de casa moderna” na revista Casa & Jardim dos anos 1960. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia/MG, v.24, n.1, p.163-184, Jan/jun.2011.

Slater, M.D.& Rouner, D. (2002). **Etertainment-education and elaboration likelihood**: Understanding the processing of narrative persuasion. Communication Theory, 12,173-191.

Sites Consultados:

YOUTUBE - <https://www.youtube.com/watch?v=3qvJx0p2eu4>. Acesso em: 14 outubro de 2017.

<http://www.portalroms.com/ps1/tomb-raider-iso-download-torrent>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/0/03/Tr2012cover.jpg>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

BLOG TAINSUPORTAVEL- <https://tainsuportavel.wordpress.com/2015/03/07/life-is-strange-episode-1-chrysalis-essa-analise-e-uma-declaracao-de-amor-3/>. Acesso em 11 de maio de 2018.

THE LAST OF US - <http://www.thelastofus.playstation.com/latam/>. Acesso em 11 de maio de 2018.

THE LAST OF US WIKIA -

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/e/ed/The\\_Last\\_of\\_Us\\_Left\\_Behind\\_cover.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/e/ed/The_Last_of_Us_Left_Behind_cover.jpg).

Acesso em 11 de maio de 2018.

# A REPRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS NAS REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL NO LIVRO DIDÁTICO

ISADORA VILLELA CAMPOS  
ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA

Universidade do Vale do Sapucaí  
Pouso Alegre – MG

## 1. Considerações Iniciais

A análise tem como objetivo discutir as representações e as memórias construídas em torno da participação de sujeitos negros, indígenas e mestiços nos movimentos sociais que marcaram o período Regencial no Brasil e presentes no livro didático “Projeto Mosaico” destinado ao 8º ano do Ensino Fundamental de História.

O livro didático é uma importante ferramenta de construção dos saberes, pois exerce um papel fundamental junto aos alunos, sendo muitas vezes a única fonte de saber dos mesmos. A obra didática é também um artefato cultural que age como veiculador de representações, colaborando muitas vezes para a construção de sentidos-comuns, e tem um papel importante na construção da identidade étnico-racial de sujeitos e grupos na sociedade. Contudo, como artefato cultural sua produção está submetida ao contexto histórico e as políticas de produção. Sobre as condições de produção da obra didática, Fonseca (1999) explica que:

O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos (FONSECA, 1999, p.204).

O reconhecimento da importância do livro didático no processo de ensino aprendizagem motivou a reflexão sobre a História ensinada, bem como sobre a construção de representações e memórias acerca da participação de determinados sujeitos e grupos sociais.

A análise busca discutir um período significativo da nossa História, as revoltas ocorridas no período regencial, movimentos contestatórios inspirados pelos ideários Iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade e pela Revolução Francesa (HOLANDA, 2002). O período regencial foi marcado por tensões entre grupos que advogavam por uma monarquia liberal, e outros mais conservadores que defendiam a permanência do regime nos mesmos moldes. A instabilidade política gerava um sentimento de incerteza na população em geral contribuindo para o clima de tensão e revoltas.

A participação de negros na condição de escravos, forros e libertos, bem como da população indígena e mestiça, ainda é pouco discutida na obra didática, fato este que

contribui para a invisibilidade quanto a importância da participação desses sujeitos nos movimentos de luta que buscaram promover a mobilidade social e alargar o sentido de cidadania.

A permanência de representações apoiadas em imagens idealizadas e tipos generalizantes dificulta a compreensão da importância da diversidade cultural em nossa sociedade, favorecendo a construção de preconceitos e estereótipos. A História do homem do campo e a cultura regional é outro aspecto ainda pouco valorizado na obra didática.

A representação é categoria fundamental para a compreensão do simbólico presente nas manifestações culturais. Roger Chartier alerta para o fato de que “deve-se considerar as representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1991, p.183). Considera-se que a obra didática é importante propagadora de representações e memórias sobre a participação de sujeitos e grupos sociais em momentos singulares de nossa História, porém vale lembrar que as imagens escolhidas para ilustrar os conteúdos textuais carregam consigo sua própria historicidade, produzidas em uma dada época e em diferentes condições. A forma como cada sujeito percebe e interpreta a imagem é também atravessada pela imaginação e pela experiência, permitindo assim uma pluralidade de apropriações.

Entretanto, a escolha entre iluminar ou invisibilizar a participação destes é uma escolha política e metodológica, em muitos casos optando-se por esquemas explicativos preocupados em destacar aspectos da história política, de forma descritiva e resumida.

Ao se lançar questionamentos sobre como os sujeitos negros, indígenas e mestiços foram representados pelo livro didático em questão, faz-se necessário discutir a importância da construção de uma memória coletiva, compreendida nesse estudo como aquela memória em que os sujeitos estão inseridos.

Na memória coletiva um determinado grupo se diferencia dos demais por meio de suas experiências vividas e compartilhadas no coletivo. O sentimento de pertencimento de um indivíduo ao grupo (comunidade, clã, tribo, etc.) deriva de sua identificação com os valores, costumes e tradições que compõem sua História e a de seu grupo.

A forma como estes indivíduos estão representados aponta para uma questão importante, ou seja, o constante repensar do problema da memória e sua relação com a sociedade, principalmente no que tange as questões relacionadas a identidade. Neste sentido, Pollak (1992) destaca que:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de coerência de uma pessoa ou grupo em sua construção. (Pollak, 1992, p.5)

A identidade tem papel fundamental na construção do sentido de pertencimento e reconhecimento dos sujeitos a um determinado grupo, mesmo que momentaneamente. Hall (2006) afirma que as antigas identidades, aquelas que ofereciam certa estabilidade aos sujeitos, estão se fragmentando. Esta “crise de identidade” deve ser compreendida em um sentido mais amplo, inserida em um deslocamento das estruturas e processos centrais das sociedades modernas, ou seja, o modelo ideal representado na figura do homem branco, heterossexual e católico, deixou de ser a referência, as identidades não são estáveis e estão em constante movimento de construção e reconstrução. Ao invisibilizarmos nossa própria diversidade étnica e cultural, negamos o processo de construção de identidade, marcado tensões, conflitos e por representações impostas sobre o passado e que os livros didáticos ainda circulam.

## 2. Analisando as representações no livro didático

A utilização de gravuras, imagens e mapas no livro didático de História vem crescendo consideravelmente, embora desde o século XIX já fossem utilizadas. Esse crescimento na utilização de imagem demonstra a importância do recurso para a cultura escolar. Mas, para Circe Bittencourt (2004) a reflexão sobre o uso crescente da imagem é muito escassa. O questionamento que se faz sobre o constante crescimento na utilização das imagens coloca em dúvida o próprio método de ensino, quando este se apropria de tais recursos apenas como um modo de ilustrar e deixar a História mais atrativa, sem contribuir para uma reflexão histórica.

Toda iconografia (fotografia, pintura, gravura, desenho, etc.) carrega consigo uma historicidade, ou seja, possui uma história que nos informa sobre as condições de produção e sobre a conjuntura histórica na qual a mesma foi produzida. Carregada de discursos, devemos compreender a imagem não como ilustração, mas sim como uma fonte histórica, passível de ambiguidades e cheia de significados não explícitos.

A obra analisada “Projeto Mosaico – História” destinada ao 8º ano do Ensino Fundamental inicia a abordagem do tema “As rebeliões regenciais: o império em risco” com a introdução de um mapa. Observa-se a tentativa de situar o aluno no contexto histórico e geográfico.



Imagem 1. Detalhe do livro didático. Mapa do Brasil Período Regencial.

O título já nos sugere o olhar de quem escreve, pois apresenta os movimentos

contestatórios adjetivando-os como “Rebeliões”, ou seja, atribuiu *a priori* um lugar para esses sujeitos, o de rebeldes, aqueles que não estão de acordo com determinada ordem social. O subtítulo completa o sentido, pois as ações desses sujeitos, apresentados de forma genérica, colocou a estabilidade do Império em risco.

O texto aponta ainda uma série de motivos que levaram os rebeldes a promoverem os levantes, mas sem aprofundar o debate sobre temas como, cobrança de impostos, política oligárquica, trabalho escravo e a posse das terras. O conteúdo textual busca apoiar-se no imagético por meio da utilização de um mapa datado de 1979 sobre o período.

O mapa apresenta ao aluno as regiões onde ocorreram as principais Revoltas, mas sem uma definição territorial precisa entre as Províncias. Mesmo já existindo uma produção cartográfica neste período, o autor optou por usar uma imagem do século XX. Ao compará-lo com o contexto histórico da época observa-se que as revoltas ocorreram em regiões estratégicas para o Brasil, sendo que a maioria delas concentrou-se na região Nordeste, que se destacou pela exploração da cana-de-açúcar.

Ao dar ênfase a esta região o mapa cria a representação de um vazio populacional. Vale lembrar que nesse momento temos cidades importantes no interior do país, e que também contribuía para a economia. A economia no período Regencial estava atrelada aos produtos agrícolas, que dependiam da mão de obra escrava e de grandes extensões de terras. A participação de escravos, forros, livres e da população indígena, mestiça e branca pobre fez com que essas revoltas tomassem grandes proporções e que fossem duramente reprimidas.

## 2.1 A Sabinada

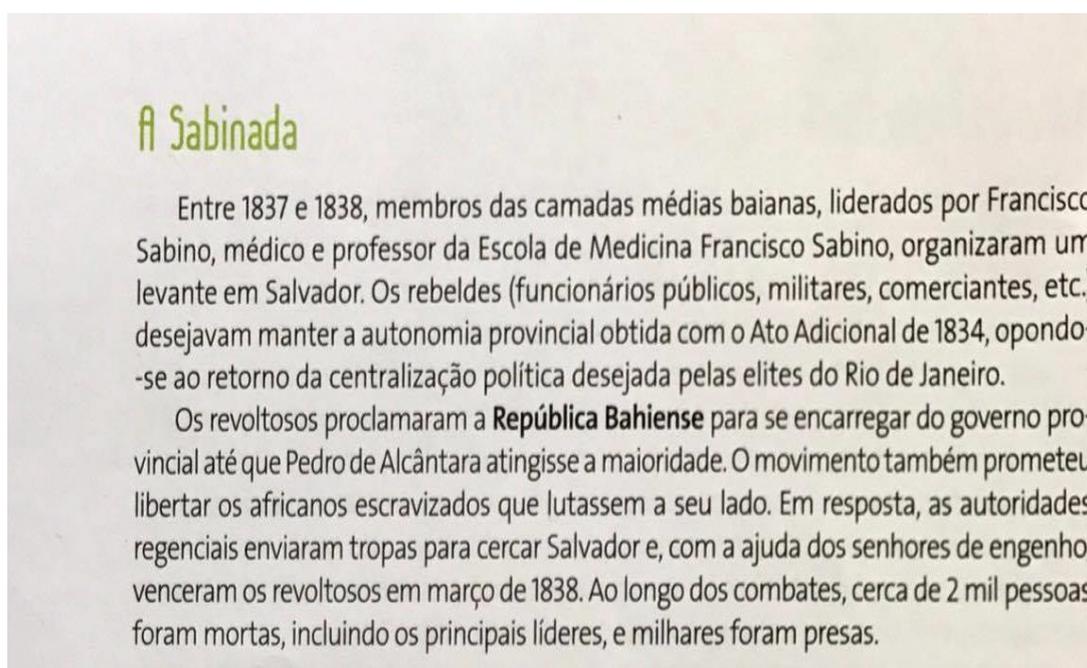


Imagem 2. Detalhe do livro didático. A Sabinada.

A Sabinada foi um dos movimentos mais importantes ocorridos no Período Regencial, contou com a participação de funcionários públicos, militares, comerciantes e com a participação fundamental dos escravos, para os quais foi prometida a liberdade caso se engajassem na luta, liberdade essa que não foi concebida.

O movimento obteve grande dimensão o que não é destacado no fragmento que é sucinto em relação aos desdobramentos da revolta. Sérgio Buarque de Holanda

destaca “a espetacular vitória inicial dos rebeldes, quando com a expulsão das autoridades, tiveram plenos domínios da capital.” (Holanda, 2002, p.279). A elite política da época tinha muito medo de que a revolta na Bahia influenciasse outros lugares, pois havia muitos simpatizantes. O texto também não menciona que a Corte precisou da ajuda dos exércitos de Pernambuco e Sergipe para conter a revolta, omitindo a maneira cruel com que foram tratados aqueles que não aceitaram as medidas impostas pela política centralizadora do Rio de Janeiro, como explica Holanda (2002):

(...) ao ser assim totalmente conquistada, a cidade se escurecia do fumo dos incêndios, pouco antes ateados; ou pelo desespero, ou pela vingança, ou pela perversidade. Ardiam nada menos de 160 prédios, rapidamente consumidos. (Holanda, 2002, p.281).

Outro aspecto pouco explorado no texto diz respeito às tensões existentes entre a elite de Salvador e os senhores de engenho do interior da Província, que apoiaram a centralização política em troca da manutenção do trabalho escravo.

Ao invisibilizar a participação de sujeitos na condição de escravos no movimento, não há a inserção dos mesmos na memória coletiva dos movimentos sociais, há o apagamento da memória desse grupo, e no lugar é construída a memória coletiva dos grandes heróis nacionais. Pois era o que o Estado desejava construir como uma memória nacional de nossa história. O não reconhecimento da participação desses no processo de luta pela conquista da liberdade traz toda a problemática envolvendo o sentido de cidadania que possuímos hoje.

Pois “a memória é seletiva e socialmente construída. A memória sofre influência das preocupações do momento em que ela é construída” (Pollak, 1992, p.204)

## 2.2 A Cabanagem



Imagem 3. Livro didático. A Cabanagem.

O assunto é introduzido de forma superficial e confusa, a revolta tem início por meio de um conflito entre dois grupos, comerciante e proprietários de terras, entretanto os motivos não são explicitados. A população ribeirinha, denominada de cabanos formada por indígenas, mestiços e negros, é inserida de forma súbita no conflito, esta se revolta contra membros da elite “Visando melhores condições de vida”. O texto não esclarece as relações existentes entre a população ribeirinha e a elite local, tampouco explica quem compõe a elite local.

A província do Pará vivia isolada do restante do país, acontecimento não

mencionado pelo texto, pois possuía maior contato com a metrópole portuguesa, e era governada por lusófilos que detinham grande simpatia pela corte de Lisboa. O que fez com que os paraenses tivessem que travar uma árdua luta contra o domínio lusitano. (PRADO JUNIOR, 1933)

O cenário então, já era de animosidade e a reação popular contra a política reacionária das regências foi ganhando força. Os cabanos irão buscar um novo governo na figura de Malcher, porém o mesmo não compactuava com o que denominava de extremismo da massa. Malcher não podia compreender as aspirações da própria população que conduzia, pois as diferenças sociais nesse conflito eram gritantes como nos traz Holanda, “Fala-se em reivindicações políticas, as autoridades estranha as suas necessidades e problemas...” (Holanda, 2002, p.116).

O que é reforçado por Caio Prado Junior, “Parece, todavia, que os cabanos estavam fadados á traições de seus chefes.” (Prado Junior, 1933, p.75)

Enfrentaram os cabanos forte resistência das forças imperiais para sufocar a revolta e retomada do poder. Após o fim da sublevação dos cabanos faz-se de grande importância destacar que o movimento foi o único em que a população pobre tomou efetivamente o poder de toda uma província de forma estável.

O conteúdo textual busca estabelecer diálogo com o imagético por meio da representação da imagem de um cabano paraense, obra do artista italiano Alfredo Norfini, datada de 1940.

A imagem constrói a representação da figura de um homem mestiço, forte, altivo, com um chapéu de palha sobre a cabeça, na posição em que é possível observar os traços de sua face. Sem camisa, e com o peito nu, a imagem busca expressar força e virilidade. Na cintura uma pequena bolsa presa a tiracolo, cobrindo o restante do corpo uma calça esfarrapada e nas mãos uma arma de fogo. A imagem do cabano rebelde é construída por meio de um conjunto de elementos que se opõe ao modelo de homem civilizado.

Devemos ressaltar que o ato de reproduzir uma imagem não é um processo passivo, pois o reprodutor age sobre o real através de seus códigos sociais, políticos e ideológicos. Ou seja, sofre influencia de diversos fatores, não podendo ser compreendida a imagem como o real e sim como uma representação do mesmo. (BORGES, 2003)

### **2.3 A balaiada**

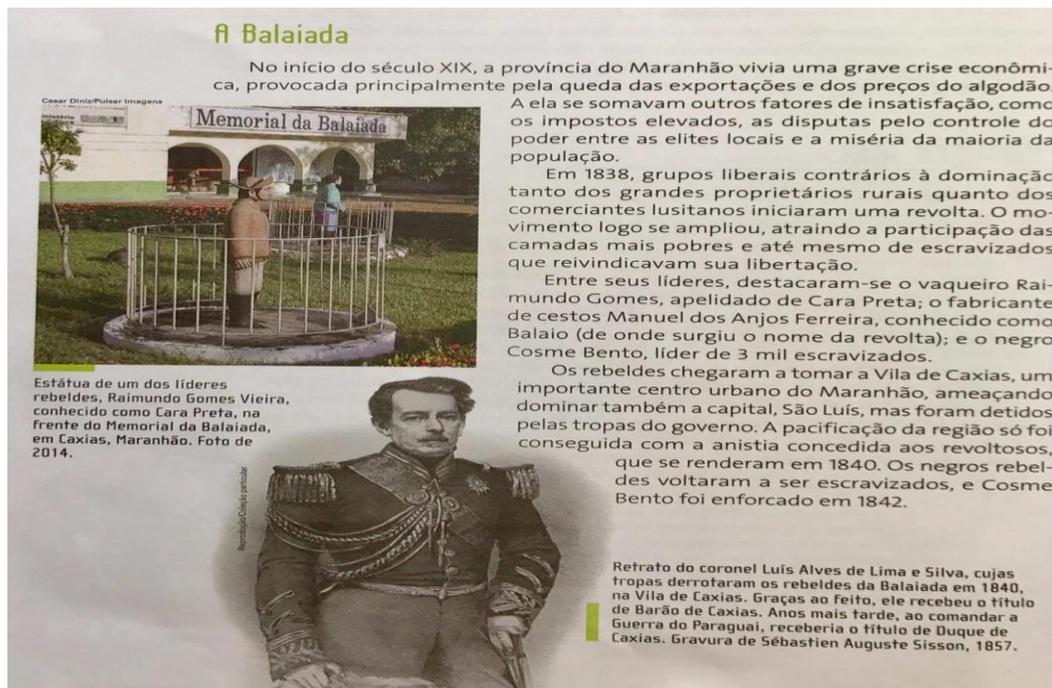


Imagem 4. Livro didático. A Balaiada.

A Balaiada foi um movimento de grande alcance que não atingiu somente o Maranhão como consta na obra didática, mas também se estendeu pelas Províncias do Piauí e do Ceará. A maioria de seus líderes eram homens pertencentes às camadas populares, com ofícios como de vaqueiros e artesãos fabricantes de balaios ou cestos, conhecidos por seus pseudônimos de “cara-preta” e “balaio” respectivamente, possuindo entre seu círculo de relações homens das camadas mais pobres, dentre esses os escravos.

O texto não apresenta maiores referências sobre a origem desses sujeitos, mas é sabido que tanto os ofícios de vaqueiro quanto de fabricantes de balaios e cestos eram ocupações exercidas por homens em diferentes condições, como homens livre de cor, ex-escravos e escravos. Quanto ao terceiro integrante do movimento, identificado como negro Cosme Bento, líder dos escravos, é possível perceber sua relação direta com a escravidão a partir do uso da categoria negro, que em determinados períodos designava a condição de escravo.

Os participantes tinham suas próprias reivindicações e interesses, ao contrário da ideia trazida pelo livro didático de que apenas se juntaram a um movimento e não tiveram muita participação. Embora o movimento tenha começado com os chamados bem-te-vis pessoas da classe média urbana, preocupados com questões políticas, o movimento é tomado por um levante de massas sertanejas, que desejavam melhores condições de vida e se opunham a forte opressão da aristocracia oligárquica. A situação da província era insustentável para as classes populares. (PRADO JUNIOR, 1933)

É possível observar que na narrativa descritiva da obra didática não há lugar para o homem livre pobre e sua cultura, oferecendo ao aluno uma leitura dicotômica da sociedade sobre esse período, dividida entre senhores proprietários de terras (comerciantes e fazendeiros) e escravos.

Uma miríade de tipos vivendo em condições sociais diversas estabelecidas conforme as mudanças sociais do início do Império, não são explicitadas, tampouco a riqueza cultural e seus modos de vida e formas de se fazer não são evidenciados.

A figura de Luís Alves de Lima e Silva é apresentada com destaque pelo autor do livro didático, a intervenção violenta no processo é omitida, o que se evidencia é a derrota dos revoltosos como importante conquista histórica. A recompensa pelo êxito foi

o título de Barão atribuído a Luís Alves. O conteúdo textual da legenda que acompanha a imagem complementa reafirma que “graças a seu feito ele recebeu o título de Barão de Caxias” demonstrando a escolha pelo viés de uma História dos grandes heróis, exaltando nomes e oculto a memória oficial.

Na mesma página é apresentado ao aluno uma imagem que retrata parte do Memorial da Balaiada. Em frente à construção encontram-se duas figuras representando os líderes da revolta, porém, o conteúdo textual da obra didática não oferece estímulo para uma discussão sobre os usos dessa memória.

## 2.4 A Revolução Farroupilha

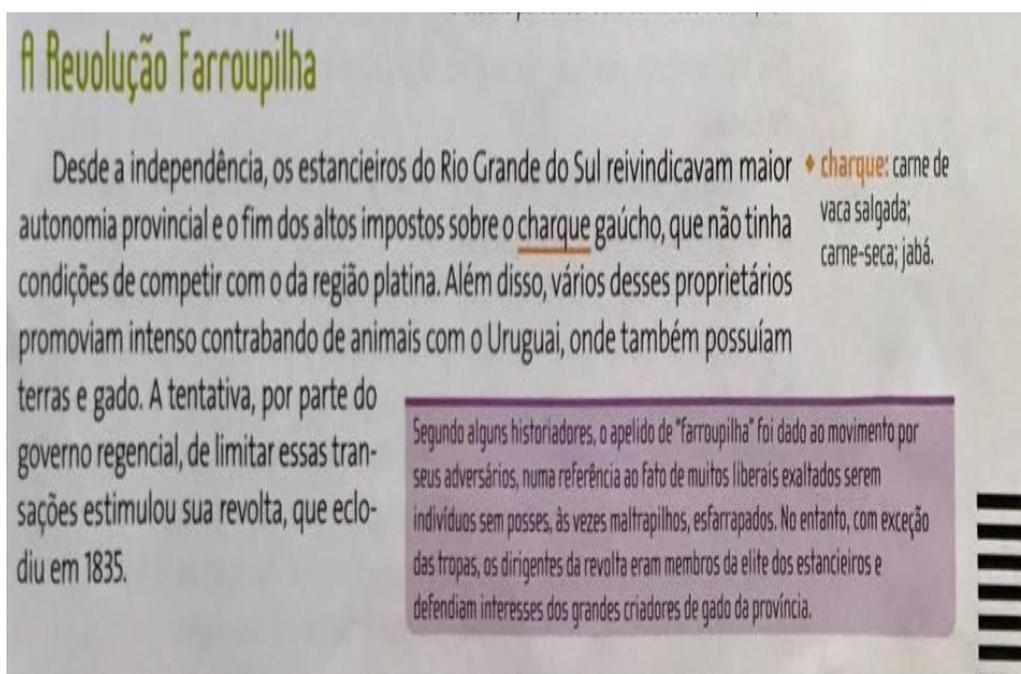


Imagem 5. Detalhe do livro didático. A Revolução Farroupilha.

O autor inicia o texto buscando explicar ao aluno a origem o termo farroupilha, e revela ser esta uma forma pejorativa para se referir aos farrapos, uma referência a sujeitos sem posses. No entanto, o texto não aprofunda a discussão em relação às desigualdades sociais presente naquela sociedade. Percebe-se mais uma vez o desprezo e o preconceito da elite latifundiária em relação às classes populares. No centro das reivindicações estava o descontentamento com o governo central e a defesa dos interesses de grandes proprietários de terras e produtores de charque.

Há uma apropriação ideológica por parte das lideranças da Revolução Farroupilha dos ideários “libertário” em nome de um novo regime político, a República, acreditando que por meio desta garantiriam maior liberdade e proteção aos seus interesses.

A Revolução Farroupilha é a mais imbrincada de significados e discursos por de trás dela mesma, pois a sua idealização acabou servindo aos propósitos políticos das gerações republicanas que se utilizaram da construção de uma memória coletiva que a Revolução Farroupilha foi pioneira na causa abolicionista e republicana. Colocando os farrapos como exemplos a serem seguidos e até mesmo monumentalizados.



Imagem 6. Livro didático. A Revolução Farroupilha.

Ao observarmos atentamente como o conteúdo textual sobre a Revolução Farroupilha é apresentado ao aluno, e se compararmos com os movimentos contestatórios apresentados anteriormente, perceber-se os usos políticos e as idealizações existentes em torno do movimento liderado pelos descontentes no Rio Grande do Sul. A utilização da categoria “Revolução” estabelece uma diferença, enquanto os demais movimentos são abordados como rebeliões e revoltas, os farrapos lideraram uma revolução, termo que no âmbito das mudanças políticas que marcaram o século XIX remete a algo positivo, de profunda ruptura.

A presença do pensamento Liberal dentre os ideários libertários defendidos pela elite que se opunha ao centralismo monárquico demonstra as contradições e ambiguidades presentes no pensamento político das elites locais

Tais ambiguidades e contradições encontram-se presentes na Constituição de 1824, a mesma que “Revogando finalmente o dispositivo colonial da ‘mancha de sangue’, reconheceu os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, diferenciando-os, apenas, do ponto de vista dos direitos políticos, em função de suas posses.” (MATTOS, 2000, p.20) Entretanto, garantia a posse da propriedade privada, sendo o escravo uma propriedade, sua posse era garantida ao seu senhor por lei.

O pensamento Liberal também foi uma das bandeiras defendidas pelo movimento farroupilha. No entanto, o texto didático não aprofunda a discussão em torno das ambiguidades e contradições presentes como a presença do pensamento Liberal e a realidade do trabalho escravo nas charqueadas.

O conteúdo textual é complementado com uma imagem produzida pelo pintor Antônio Parreiras em 1915, período em que se buscava a afirmação do regime Republicano por diferentes caminhos dentre eles a produção de símbolos e representações, contribuindo para a construção de um imaginário de legitimação do novo regime.

A construção de um imaginário ligado a imagem passa pelo modo como essa imagem é lida, quando sem o uso da razão, torna-se um simulacro do real, ou seja, cria uma ilusão da realidade, que não necessariamente a representa. (BORGES, 2003)

As memórias sobre a Revolução Farroupilha serviram a diferentes propósitos, desde a criação do mito fundador da identidade regional para o Rio Grande do Sul, simbolizada na figura do gaúcho, a apropriação e ressignificação enquanto projeto político republicano pelos Positivistas, liderados por Júlio de Castilhos.

### 3. Considerações Finais

Nos limites desta análise buscou-se problematizar as representações trazidas pelo material didático sobre a participação de negros na condição de escravos, forros e libertos, bem como da população indígena e mestiça, nas revoltas do período regencial, ainda invisibilizadas na obra didática. Durante a análise evidenciou-se a construção de estereótipos bem como a opção pela construção de uma narrativa descritiva preocupada com aspectos da história política, orientada pela ênfase nos grandes fatos, e pela construção de heróis nacionais.

Nota-se ainda que não há espaço para os modos de vida dos sujeitos e grupos que compõem as classes populares, sua cultura, seus modos de se fazer. As questões históricas relacionadas ao trabalho e a posse da terra não são problematizadas nem mesmo a diversidade étnica e cultural é abordada de forma clara, negando-se muitas vezes a existência de uma sociedade hierarquizada e miscigenada.

Os conteúdos que abordam tais movimentos precisam ser repensados a luz da historiografia contemporânea, por terem mobilizado a população em geral em várias partes do país, por esse motivo foram tão violentamente reprimidos pelo governo.

De fato essas lutas foram abafadas e no lugar delas foi construída a consciência do brasileiro como povo pacífico e deu espaço também para a formação da história dos mitos e heróis. Fica claro a necessidade de se repensar a forma como é construída a História do Brasil, e como é transmitida e legitimada pelo próprio material didático.

Repensarmos a participação de sujeitos e grupos sociais que por meio de movimentos contestatórios protestaram e lutaram contra a desigualdade social faz-se essencial no movimento de construção de nossa cidadania.

### Referências Bibliográficas

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.  
BITTERN COURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** *Revista Estudos Avançados*, nº11, v.5, 1991.

FONSECA, M. da C. F. **Os limites no ensino.** *Educação e pesquisa: revista da faculdade de educação da USP*, p.147-162, jan/jun, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (coord.). **O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

JUNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1933.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, p.200-215, 1992.

# O APAGAMENTO DA MEMÓRIA SOBRE O GENOCÍDIO ARMÊNIO DO LIVRO DIDÁTICO

JACQUELINE JENIFER DE LIMA  
ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA

Universidade do Vale do Sapucaí  
Pouso Alegre – MG

jacqjeny@hotmail.com  
elizabeth.espindola@yahoo.com

## 1. Introdução

O interesse sobre o Genocídio Armênio surgiu durante as aulas da disciplina de Teoria da História I, onde a categoria Memória e sua relação com a História produziram questionamentos sobre os motivos que levaram ao apagamento da memória sobre o Genocídio Armênio, da mesma forma que problematizações sobre o valor da vida como um fato político e histórico. Nas aulas de Estágio Supervisionado, pude tomar contato com a obra “Para viver juntos: história”, livro didático destinado ao 9º ano do ensino fundamental, e que circulava na Escola Estadual Antônio Felipe de Salles, situada na cidade de Cambuí – MG.

Os armênios são considerados um povo de cultura milenar, por sua localização geográfica durante séculos a região que compreende a Armênia foi cobiçada e invadida por diversos povos (MARTINS, 2007). Um aspecto muito falado sobre o povo armênio é o fato de pertencerem ao “primeiro país do mundo a proclamar o cristianismo como religião de Estado” (ibidem, p. 8), antes mesmo da religião ser oficializada no Império Romano.

Os ataques aos armênios levaram estes a procurarem refúgio em outros países. “A partir das matanças sistemáticas de armênios nos anos de 1895 e 1896, o movimento diaspórico se intensifica especificamente para os Estados Unidos da América. Nessa mesma época, famílias armênias chegam ao Brasil” (MARCARIAN, 2008, p.110).

Embora o Brasil figurasse entre as rotas escolhidas pelos imigrantes armênios, e a cidade de São Paulo como um dos principais destinos, a história e a memória desses e de seus descendentes é pouco conhecida na sociedade brasileira. Uma das hipóteses levantadas pode ser a presença minoritária de armênios frente a outros grupos de imigrantes que aqui chegaram em maior quantidade no final do século XIX e início do XX.

A historiografia brasileira, e as obras didáticas abordam de forma frequente a presença e as contribuições culturais de outros grupos étnicos que migraram para o território nacional do final do século XIX, a exemplo dos italianos e alemães, mas, quanto aos armênios, pouco ou quase nada sabemos sobre sua História, Cultura e Memória.

Contudo, a maior ou menor presença de armênios no território nacional não justifica a invisibilidade produzida no material didático brasileiro quanto ao genocídio produzido pelo Império Turco Otomano contra os armênios na região da Anatólia. A

análise baseia-se no apagamento da memória sobre o Genocídio Armênio e busca discutir qual o sentido que esse possui em detrimento de outros conteúdos.

O livro didático (assim como a escola) tem papel fundamental no que diz respeito à formação dos sujeitos e à legitimação da racionalidade capitalista, mas também precisa ser compreendido como um artefato cultural que possui múltiplas facetas, construído em meio a uma “complexa teia de relações e de representações” (BITTENCOURT, 2008, p. 14).

Para este estudo foram analisados trechos da obra didática, bem como os elementos pré-textuais com o objetivo de compreender como a obra foi organizada, e quais os objetivos e as preocupações dos autores.

## 2.0 livro didático e a produção de certa racionalidade do saber

O livro didático se configura como uma das ferramentas mais utilizadas pelos professores em sala de aula. No entanto, esse material demanda uma leitura crítica, pois o mesmo carrega intencionalidades e ideologias, além de ser, acima de tudo, uma mercadoria, um produto do mercado editorial.

Nesta seção, será feita a análise dos elementos introdutórios constituídos por capa, contracapa, apresentação dos autores, da obra e sumário. O objetivo é compreender como esses elementos podem oferecer indicativos sobre a proposta de ensino que norteia o livro, bem como o viés ideológico presente nesse.

A imagem a seguir compõe a capa do livro didático:

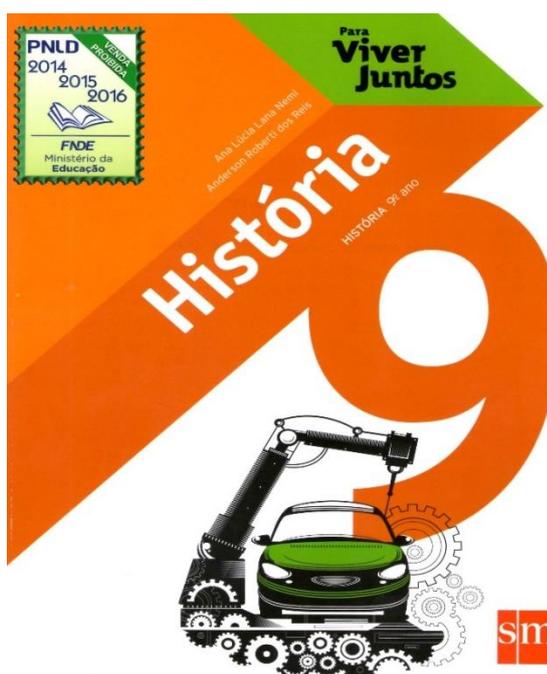


Imagem 1 – Capa do livro didático “Para viver juntos: história”.  
Fonte: acervo particular da pesquisadora.

A capa apresenta alguns elementos como: nome do livro (Para viver juntos: História), nomes dos autores (Ana Lúcia Lana Nemi e Anderson Roberti dos Reis), disciplina e série (História, 9º ano), selo do PNLD, no qual são indicados os anos de utilização da obra (2014, 2015 e 2016), logo da editora (SM), a indicação ao 9º ano do ensino fundamental, e um desenho de uma máquina fabricando um carro e várias engrenagens ao redor.

A capa possui um fundo branco o que possibilita dar um contraste maior aos tons de laranja e verde, cores que se destacam e que, provavelmente, desejam atrair a

atenção de potenciais compradores, uma vez que o livro didático é uma mercadoria e, como tal, objetiva a venda. Assim, Bittencourt (2008) afirma que:

Como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma *mercadoria* ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista. (p. 301)

O desenho de um carro sendo produzido por uma máquina alude para questões relacionadas à industrialização, automação e a substituição do trabalho humano pelo trabalho da máquina, havendo uma maior produção e geração de capital. Esse desenho apresenta indícios de que o livro é composto por conteúdos relacionados à Idade Contemporânea e às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, como: industrialização intensa, mecanização/automação, etc.

<b>Cuide bem do livro!</b>	
<i>As escolas da rede pública de ensino recebem, periodicamente, as obras referentes ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, adquiridas e distribuídas pelo Ministério da Educação para todo o país por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, após criteriosa avaliação da Secretaria de Educação Básica, para que professores e alunos contem com materiais de qualidade física e pedagógica.</i>	
<i>Este livro precisa ser preservado e deve ser protegido da água, da poeira e de outras situações que possam causar danos. Procure mantê-lo limpo, sem rabiscos, rasgos ou recortes.</i>	
<i>Lembre-se de que, depois de você, outros alunos o utilizarão durante os três anos de vida útil do material. Por isso, ao final do ano letivo, você deverá devolvê-lo bem conservado.</i>	
<b>Sua colaboração é importante!</b>	

Registre aqui o histórico de utilização deste livro	
Escola:	
Estudante 1:	Ano:
Estudante 2:	Ano:
Estudante 3:	Ano:
Estudante 4:	Ano:

**Imagem 2 – Contracapa do livro didático.**  
**Fonte: acervo particular da pesquisadora.**

A contracapa apresenta um aviso aos alunos, numa tentativa de conscientizá-los para a preservação do livro didático, pois, este será usado por três anos consecutivos. Este aviso também faz referência ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que

[...] tem por objetivo prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repõe e complementa os livros reutilizáveis para outras etapas (Fonte: Site do FNDE).<sup>52</sup>

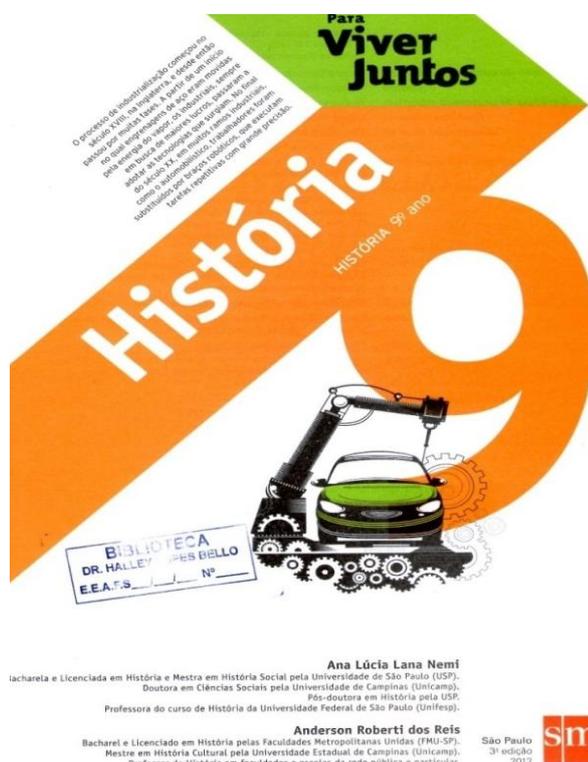
O aviso também informa que as obras são obtidas e distribuídas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

(FNDE), e são avaliadas pela Secretaria de Educação Básica. Esses dados tornam evidentes que:

A produção dessa literatura didática tem sido objeto de preocupações especiais de autoridades governamentais, e os livros escolares sempre foram avaliados segundo critérios específicos ao longo da história da educação. Os livros de História, particularmente, têm sido vigiados tanto por órgãos nacionais como internacionais, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial (BITTENCOURT, 2008, p. 299-300).

Logo, o livro didático é influenciado direta e indiretamente pelo Estado, sendo, desse modo, um objeto cheio de ideologias e valores. Para Chauí (2008), “a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (p.7).



**Imagem 3 – Apresentação dos autores.**  
**Fonte: acervo particular da pesquisadora.**

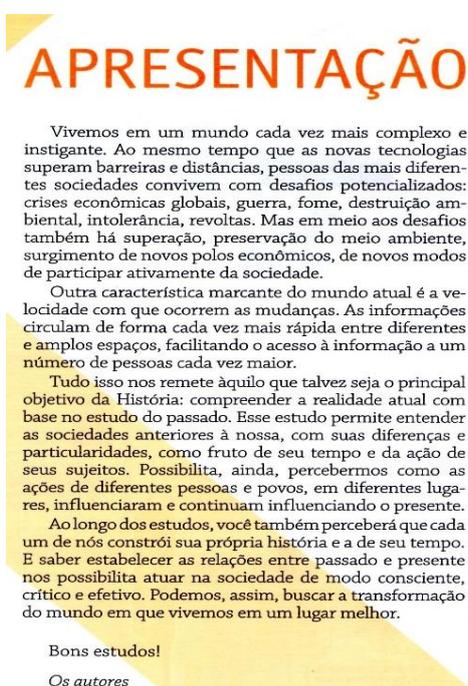
A folha de apresentação dos autores é constituída pelos elementos da capa, acrescidos de um breve texto e do currículo dos autores. O texto faz referência à Industrialização, resumindo de maneira sucinta onde o processo ocorreu (Inglaterra), quando se iniciou (século XVII), e duas das fases pela qual a produção industrial passou (energia a vapor e as atuais máquinas). Usando como exemplo a indústria automobilística, o texto ainda fala sobre a substituição dos trabalhadores pelas máquinas, no intuito da obtenção de maiores lucro, adotando, assim, novas tecnologias.

Sobre os autores, referencia-se qual o grau de formação destes e onde atuam. Ana Lúcia Lana Nemi possui doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp e três pós-doutorados: pela USP (2004-2006), pela Universidade de Lisboa (2006-2006) e pela Unicamp (2012). (Fonte: Lattes da pesquisadora).<sup>53</sup>

<sup>53</sup> Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3238114239917472>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Anderson Roberti dos Reis é graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela UNIFMU, possui mestrado em História pela Unicamp e doutorado em História Social pela USP. (Fonte: Lattes do pesquisador).<sup>54</sup>

Ambos os autores possuem um amplo currículo de formação em renomadas Universidades brasileiras e até estrangeiras – no caso do pós-doutorado da autora Ana Lúcia Lana Nemi, na Universidade de Lisboa – o que gera um sentimento de maior credibilidade na hora dos professores escolherem o livro didático. Além disso, os autores possuem formação na área de História Social, o que leva a crer que trabalham no livro didático com uma abordagem apoiada na “Nova História”, opondo-se a uma produção que se fundamenta em postulados teórico-metodológicos da História Tradicional e positivistas. Entretanto, é necessário ressaltar que o livro didático “se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo” (BITTENCOURT, 2008, p. 301), o que pode influenciar e até mesmo alterar o que é escrito pelos autores.



**Imagem 4 – Apresentação da obra.**  
**Fonte: acervo particular da pesquisadora.**

Os autores iniciam a apresentação falando sobre a globalização que, por meio das novas tecnologias, diminuiu as distâncias e aumentou a velocidade com que as informações circulam e as mudanças ocorrem. Eles ainda apontam para alguns problemas enfrentados na sociedade atual, algumas superações e realizações humanas.

Em seguida, os autores discorrem sobre o “principal objetivo da História: compreender a realidade atual com base no estudo do passado”, ou seja, eles fazem uma referência clara à História-problema, caracterizada pela relação entre presente e passado, na qual busca-se respostas no passado para questões do presente, de modo que “[a] incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 2001, p. 65).

Os autores também falam sobre compreender as “diferenças e particularidades” de sociedades anteriores, “como fruto de seu tempo e da ação de seus sujeitos”, evitando-se, assim, os anacronismos. E concluem falando sobre as influências do passado sobre o presente e que, todos construímos a nossa história e a de nosso

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3578387564218537>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

tempo, rompendo com a ideia de que a História é fruto apenas dos grandes heróis. Neste sentido, destacam a importância da atuação do sujeito “na sociedade de modo consciente, crítico e efetivo”.

Desse modo, na apresentação, os autores sintetizam as principais ideias apresentadas pela Escola dos Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, que influenciou e continua influenciando o modo de se pensar e escrever a História, se “tornando o marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens ditas rankianas” (CASTRO, 1997, p.45).

A Escola dos Annales buscava romper com a história factual, basicamente política, baseada nos grandes feitos dos grandes heróis. Para isso, Bloch e Febvre “propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às novas temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetivos e aperfeiçoamento metodológico” (ibidem, p. 45). Essas inovações teórico-metodológicas introduzidas pelos Annales possibilitaram a emergência de novos temas e de sujeitos sociais que antes não eram abordados pela História Tradicional.

Sumário	
<p><b>1</b> Conflito, revolução, crise e totalitarismo <b>8</b></p> <p>1. A Primeira Guerra Mundial 10</p> <p>2. A Europa do pós-guerra 14</p> <p>• Arte e Cultura: Sonho e realidade 18</p> <p>3. A Revolução Russa 20</p> <p>4. Estados Unidos: esplendor e crise 24</p> <p>5. Os regimes totalitários 28</p> <p>• Aprender a... Ler uma fotografia 32</p> <p>• Dossiê: A era do jazz 34</p> <p>• Fazendo História: Os anseios dos trabalhadores russos 36</p> <p>• Lendo História: O Tratado de Versalhes e suas consequências 37</p> <p>Questões globais 38</p>	<p><b>4</b> O mundo dividido <b>100</b></p> <p>1. As independências na África e na Ásia 102</p> <p>2. A Revolução Chinesa 106</p> <p>3. O enfrentamento das superpotências a serviço da Guerra Fria 114</p> <p>4. O Oriente Médio 116</p> <p>• Aprender a... Utilizar um texto literário como fonte histórica 122</p> <p>5. Movimento contra os costumes nos anos 1960 124</p> <p>• Dossiê: O macarthismo 128</p> <p>• Fazendo História: Eu tenho um sonho 130</p> <p>• Lendo História: A Juventude rebelde da Guerra Fria 131</p> <p>Questões globais 132</p>
<p><b>2</b> A Segunda Guerra Mundial <b>40</b></p> <p>1. O expansionismo nazista 42</p> <p>2. A guerra 46</p> <p>• Arte e Cultura: A guerra nos cartazes dos Estados Unidos e da União Soviética 54</p> <p>3. O pós-guerra 56</p> <p>• Aprender a... Interpretar um texto de cultura popular 62</p> <p>• Dossiê: Japão bombardeado 64</p> <p>• Fazendo História: Polônia, 1940 66</p> <p>• Lendo História: Contra o inimigo comum 67</p> <p>Questões globais 68</p>	<p><b>5</b> Populismo na América Latina <b>134</b></p> <p>1. O populismo latino-americano 136</p> <p>2. A breve democracia 140</p> <p>3. Os Anos Dourados 144</p> <p>• Arte e Cultura: A arte de Oscar Niemeyer 148</p> <p>4. O crescimento da classe média urbana 150</p> <p>5. Cultura na década de 1950 154</p> <p>• Aprender a... Analisar uma obra cinematográfica 158</p> <p>• Dossiê: Futebol: a memória de 1950 e a esperança de 2014 160</p> <p>• Fazendo História: Poesia e literatura 162</p> <p>• Lendo História: A memória de JK e dos Anos Dourados 163</p> <p>Questões globais 164</p>
<p><b>3</b> A Era Vargas <b>70</b></p> <p>1. O primeiro governo Vargas 72</p> <p>2. A radicalização política 76</p> <p>3. O Estado Novo 80</p> <p>• Arte e Cultura: Pintores operários: o Grupo Santa Helena 86</p> <p>4. O retorno à democracia 88</p> <p>• Aprender a... Realizar uma enquête 92</p> <p>• Dossiê: A propaganda do Estado Novo 94</p> <p>• Fazendo História: A cartilha da propaganda varguista 96</p> <p>• Lendo História: A era do rádio 97</p> <p>Questões globais 98</p>	<p><b>6</b> A América Latina na Guerra Fria <b>166</b></p> <p>1. A Revolução Cubana 168</p> <p>2. O colapso do populismo no Brasil 172</p> <p>3. O governo Jango 176</p> <p>4. As ditaduras militares na América do Sul 180</p> <p>• Arte e Cultura: Memórias da ditadura argentina 184</p> <p>• Dossiê: Tensões e armas nucleares 186</p> <p>• Fazendo História: A crise do governo João Goulart 188</p> <p>• Lendo História: O último poema de Victor Jara 189</p> <p>Questões globais 190</p> <p>Projeto Montagem de exposição de cartazes 192</p>
<p><b>7</b> A ditadura militar no Brasil <b>194</b></p> <p>1. O golpe de 1964 196</p> <p>• Aprender a... Analisar e comparar discursos históricos 200</p> <p>2. O endurecimento do regime 202</p> <p>3. A distensão lenta e gradual 208</p> <p>4. A efervescência cultural 212</p> <p>• Arte e Cultura: A história do Brasil no traço de Henfil 216</p> <p>• Dossiê: A Copa de 1970: o uso político do futebol 218</p> <p>• Fazendo História: A prática da tortura 220</p> <p>• Lendo História: A juventude e a contracultura 221</p> <p>Questões globais 222</p>	<p><b>8</b> A consolidação da democracia <b>224</b></p> <p>1. A redemocratização 226</p> <p>2. O governo Sarney 230</p> <p>• Aprender a... Interpretar letras de música 236</p> <p>3. A consolidação democrática 236</p> <p>• Arte e Cultura: O novo cinema brasileiro 242</p> <p>4. Os governos Lula e Dilma 246</p> <p>• Dossiê: O reencontro do povo com a pátria 250</p> <p>• Fazendo História: Planos econômicos: em busca da estabilidade 252</p> <p>• Lendo História: O desafio é consolidar imagem positiva do país 253</p> <p>Questões globais 254</p>
<p><b>9</b> Globalização e neoliberalismo <b>256</b></p> <p>1. A crise do socialismo e o fim da Guerra Fria 258</p> <p>2. A ruptura no sistema socialista 262</p> <p>3. Nacionalismos e separatismos 266</p> <p>4. O poderio dos Estados Unidos 270</p> <p>• Arte e Cultura: Arte para todos 276</p> <p>• Dossiê: Bric 278</p> <p>• Fazendo História: Ocupem as ruas do mundo 280</p> <p>• Lendo História: A Primavera Árabe 281</p> <p>Questões globais 282</p> <p>Projeto Debate sobre filme 284</p> <p>Referências bibliográficas 286</p>	

Imagem 5 – Sumário da obra.  
Fonte: acervo particular da pesquisadora.

O sumário apresenta a divisão da obra em nove capítulos, cada qual subdividido em módulos, ao final de cada capítulo são apresentados conteúdos e atividades complementares. As temáticas dos capítulos se dividem em:

- três capítulos sobre História Geral (“Conflito, revolução crise e totalitarismo”, “A Segunda Guerra Mundial”, “Globalização e neoliberalismo”);
- três capítulos sobre História do Brasil (“A Era Vargas”, “A ditadura militar no Brasil”, “A consolidação da democracia”);
- dois capítulos sobre História da América Latina (“Populismo na América Latina”, “A América Latina na Guerra Fria”), e

- um capítulo sobre História da África, da Ásia e do Oriente Médio (“O mundo dividido”).

Desse modo, o livro didático “Para viver juntos: história” está organizado de acordo a história integrada,

por História Integrada identificamos as coleções cujos agrupamentos pautam-se pela evocação da cronologia de base europeia, integrando-a, quando possível, à abordagem de temas relativos à História brasileira, africana e americana [...] (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD 2008: HISTÓRIA apud FONSECA, 2012, p. 105).

É por meio do conteúdo curricular que se percebe a orientação que se deseja dar, pois o currículo “é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo” (APPLE, 1999, p. 59). A chamada história integrada busca integrar os acontecimentos históricos de diferentes sociedades, unidos em um mesmo tempo cronológico. Em suas abordagens e periodizações predominam preocupações de ordem econômica em detrimento das de ordem política e cultural.

### **3. O apagamento da memória do genocídio.**

Os conteúdos abordados na obra didática, referente ao período histórico em que ocorre o genocídio armênio, são apresentados ao aluno na perspectiva factual, narrativa e descritiva, elegendo a Primeira Guerra Mundial, as reverberações do conflito armado, o surgimento das Vanguardas Artísticas e a Revolução Russa como as principais mudanças sociais significativas que marcaram as primeiras décadas do século XX. A opção por esses conteúdos revela uma abordagem em que a História Econômica prevalece sobre as mudanças culturais.

A divisão dos assuntos em tópicos, e a relação causa e consequência produzem um efeito de História pronta, ou seja, que dispensa a reflexão e o questionamento, pois tudo é apresentado de forma clara, sucinta e objetiva.

## A Primeira Guerra Mundial

A expansão imperialista europeia do século XIX acirrou a disputa pelos mercados coloniais da África e da Ásia. Essa e outras disputas foram responsáveis pelo início de um conflito armado que tomou dimensões mundiais.

### ❖ As causas do conflito

No fim do século XIX, acirravam-se na Europa as disputas pelo controle das colônias na Ásia e na África, das minas de carvão, entre a França e a Alemanha recém-unificada; e pela supremacia industrial, entre Inglaterra e Alemanha.

Simultaneamente emergiam **movimentos nacionalistas**, sobretudo nos Impérios Austro-Húngaro e Russo, defendidos por grupos étnicos como os eslavos, tchecos e sérvios, que lutavam por sua autonomia política.

A península Balcânica, povoada por diferentes etnias, era a região mais conturbada.

### ❖ As alianças e a deflagração do conflito

Algumas potências europeias firmaram alianças por meio de acordos políticos e econômicos que resultaram na **Tríplice Aliança** (Alemanha, Itália e Austro-Hungria) e na **Tríplice Entente** (França, Inglaterra e Rússia). O aumento das tensões levou a uma corrida armamentista sem que ocorresse um conflito armado. Esse período ficou conhecido como **Paz Armada**.

Em 1908, o Império Austro-Húngaro incorporou a vizinha Bósnia-Herzegovina. A Sérvia se opôs à anexação, pois pretendia formar a Grande Sérvia.

Essa questão acabou culminando em um conflito nacionalista nos Balcãs. Em 28 de junho de 1914, Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, foi assassinado por um jovem nacionalista sérvio. Esse fato desencadeou a guerra: o Império Austro-Húngaro atacou a Sérvia, que recebeu apoio da Rússia e, portanto, da Tríplice Entente. O Império Austro-Húngaro, por sua vez, recebeu auxílio da Tríplice Aliança.

Esse conflito mudaria a escala das guerras, envolvendo grandes contingentes de populações civis.

Fonte de pesquisa: *Atlas histórico*. Madrid: SM, 2005. p. 120.

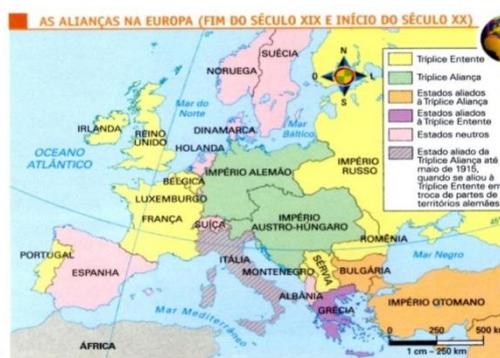


Imagem 6 – Módulo 1: “A Primeira Guerra Mundial”.

Fonte: acervo particular da pesquisadora.

O Módulo 1, intitulado “A Primeira Guerra Mundial”, apresenta este conflito em três páginas, de maneira resumida, não havendo um aprofundamento na matéria. O conteúdo é dividido em subtítulos, com uma linguagem acessível, de fácil compreensão. São apresentadas algumas imagens, como um mapa situando o conflito, entretanto, as imagens não são analisadas como fontes, apenas são apresentadas com o objetivo de ilustrar o texto.

Na imagem do mapa pode-se observar a presença do Império Otomano como aliado da Tríplice Aliança. É a única referência que poderia pôr em foco a presença dos armênios. Entretanto, ao longo do conteúdo não se nota referência alguma ao Genocídio Armênio ou a presença dos armênios naquela região.

O conteúdo busca dar destaque aos países envolvidos diretamente, e que representam naquele momento as principais potências econômicas. Neste sentido, mesmo entre os europeus há aqueles países que ocupam o centro das decisões políticas: o poder econômico estabelece uma hierarquia entre os europeus. Quando se coloca em foco a Primeira Guerra evidencia-se um conflito armado que vitimou principalmente os países centrais da Europa, desta forma, já se escolhe quem deve ser lembrado.

Na página seguinte, com o subtítulo, “O desenrolar da guerra” o conteúdo textual salienta que os principais países tentaram arregimentar aliados, embora o mesmo texto não cite quais, tampouco se preocupou em discutir possíveis implicações do conflito para o Brasil.

## ❖ O desenrolar da guerra

Apenas um mês depois do atentado, exércitos marchavam para tomar posições nos territórios adversários. Essa guerra foi a primeira a envolver países de todos os continentes, apesar de grande parte de suas batalhas ter ocorrido na Europa. Ambos os lados procuraram arregimentar outros países. A princípio, imaginava-se que seria um conflito rápido, mas o grande equilíbrio entre as forças militares não permitiu que houvesse um vencedor imediato.

Entre agosto e novembro de 1914, as tropas se deslocavam pelos territórios europeus. Durante esse período, conhecido como **guerra de movimento**, a Alemanha pretendia invadir a França e a Bélgica, porém não conseguiu avançar muito graças à resistência francesa.

### A guerra de trincheiras (1914-1917)

A partir de então, a guerra tomou outro rumo. Franceses, alemães e ingleses improvisaram **trincheiras** para proteger a si e a seu território. As trincheiras consistiam em canais cavados no solo protegidos por arame farpado e sacos de terra ou areia, e chegavam a ter quilômetros de extensão, formando, por vezes, ligações entre os exércitos aliados.

Esses canais foram a solução para as linhas de defesa, já que as novas armas de guerra, como metralhadoras e granadas, destruíam facilmente os ataques de infantaria. Dentro das trincheiras, centenas de milhares de soldados enfrentavam, durante meses seguidos, chuvas e inundações, lama, piolhos, ratos e doenças. Os exércitos imaginavam que essa guerra "sem ação" iria durar pouco, porém a tática persistiu por três anos.

A partir de 1915, o conflito também começou a se desenrolar no mar. Já que a guerra de trincheiras não permitia grandes avanços, optou-se por atacar os navios que forneciam alimentos aos civis. Começou então a se utilizar um dos maiores inventos da época como arma de guerra: o submarino.

### O caminho para o fim do conflito

O ano de 1917 marcou o conflito. Na Rússia, teve início a **Revolução Socialista**. As perdas russas na guerra eram grandes, e o novo governo assinou um tratado de paz em separado com a Alemanha. Assim, em 1918, a Rússia se retirou da guerra.

Os Estados Unidos, até então neutros no conflito, entraram na guerra após ataques de submarinos alemães a seus navios. Apoiando a Tríplice Entente, os **estadunidenses** foram um dos elementos fundamentais para neutralizar o poderio militar alemão e pôr fim à guerra.

## Imagem 7 – “O desenrolar da guerra”. Fonte: acervo particular da pesquisadora.



Veja também  
o conteúdo  
multimídia  
“A Primeira  
Guerra”.



Combatentes canadenses na França, 1918. Os soldados aproveitavam as crateras provocadas pelas granadas para se proteger dos ataques.

### GLOSSÁRIO

**Estadunidense:** relativo ou natural dos Estados Unidos da América. O mesmo que norte-americano.

No decorrer do texto são explicadas as fases da Primeira Guerra Mundial: a “guerra de movimento”, a “guerra de trincheiras” e a saída da Rússia do conflito. Nesse momento, são colocados em foco os países europeus considerados principais que participaram da guerra: Alemanha, França, Inglaterra e Rússia.

Ao abordar a “guerra de trincheiras”, há uma breve menção a algumas das precárias condições enfrentadas pelos soldados, como “chuvas e inundações, lama, piolhos, ratos e doenças”. Menciona-se também os conflitos ocorridos no mar, nos quais ocorriam ataques aos “navios que forneciam alimentos aos civis”.

Ao lado do texto é apresentada uma fotografia, com uma legenda descrevendo-a (“Combatentes canadenses na França, 1918. Os soldados aproveitavam as crateras provocadas pelas granadas para se proteger dos ataques”). Novamente a imagem é utilizada apenas como ilustração e não analisada como fonte histórica. Desse modo, não se discute a participação de soldados de outros países enviados para participar dos conflitos ocorridos na Europa.

Outro aspecto abordado no texto é a utilização de novas tecnologias nos conflitos. Assim, a Primeira Guerra é colocada como um laboratório de demonstração dessas tecnologias, que se tornam armas de guerra, sendo citado como exemplo o submarino.

## ❖ A derrota da Aliança

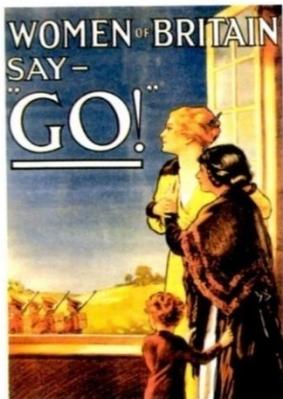
O Império Alemão também passava por problemas internos. Manifestações em várias cidades contestavam o governo e a guerra. Greves nas fábricas de munições também se multiplicavam na França e na Inglaterra.

A crise fez com que o imperador alemão renunciasse, instaurando-se uma república. A Alemanha já não tinha mais condições materiais nem humanas de permanecer no conflito. Somava-se a essa crise a ofensiva da Triplíce Entente, sobretudo após a entrada dos Estados Unidos. Em novembro de 1918, a Alemanha e seus aliados reconheceram a derrota.

### Muitos derrotados

Enquanto a guerra durou, foi muito difícil manter o apoio dos soldados e da população civil ao conflito. A destruição das cidades e dos campos causava racionamento de alimentos e exigia trabalho dobrado nas fábricas de armas e utensílios para os exércitos. Além disso, em torno de 10 milhões de pessoas morreram, e o número de feridos e mutilados nunca fora tão alto.

Os governos investiram maciçamente em propaganda para estimular a participação na guerra. Porém, com o passar do tempo, os soldados a abandonavam em decorrência do cansaço, da alimentação precária e das más condições de vida. Exércitos inimigos chegaram a se confraternizar, muitos soldados desobedeciam às ordens, recusando-se a lutar. A campanha pacifista era cada vez maior. A guerra não fazia sentido para os combatentes.



Cartaz de propaganda britânica da Primeira Guerra, 1915. A mensagem – “Mulheres da Grã-Bretanha dizem ‘Vão!’” – pretendia estimular a população feminina a apoiar a participação de seus maridos e filhos no conflito.

### A tecnologia e as armas letais

Os avanços da ciência e da tecnologia, tão elogiados no fim do século XIX, também foram responsáveis pelas mortes e destruição da Primeira Guerra.

Invenções tecnológicas como o submarino, o avião e armas mais rápidas e de maior alcance mudaram as estratégias militares de ataque e defesa. Muitos países pararam sua produção industrial convencional para produzir armas e acessórios. Os artefatos bélicos resultantes desse esforço de guerra tinham um poder de destruição jamais visto.



Após o final do conflito, muitos monumentos foram construídos na Europa em homenagem às vítimas. Memorial à Primeira Guerra Mundial em Abbeville, França. Fotografia de 2011.

### Verifique o que aprendeu

1. Quais as principais causas da Primeira Guerra Mundial?
2. Quais alianças foram estabelecidas entre as potências europeias e quais países participaram?
3. Qual o significado do termo “guerra de trincheiras”?
4. Por que a Rússia saiu da guerra?
5. Qual foi o papel dos Estados Unidos na guerra?

### Imagem 8 – “A derrota da Aliança”.

Fonte: acervo particular da pesquisadora.

Na imagem 8 observa-se que o final dos conflitos, o que restou sobre estes foi transformado em memória comemorativa, ou lugares de memória. Para Pierre Nora (1993), Memória e História não são sinônimos, para este a memória é a vida, protagonizada pelas pessoas, em grupo, e está em constante evolução. A memória está sempre aberta ao movimento dialético da lembrança e do esquecimento. Já a História, para esse autor, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já passou. A memória é um fenômeno sempre atual, ao passo que a história é construção e representação do passado.

As discussões em torno da construção de lugares da memória situam-se justamente no encontro entre a memória e a história. Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento de esfacelamento e perda da memória espontânea. Nora destaca ainda que a necessidade de se criar arquivos e museus, de se manter celebrações e toda uma sorte de ritualização remete à encarnação, e ao sentimento de continuidade por meio do residual, dos vestígios.

Neste sentido, a obra didática, carregada de representações, é também responsável pela difusão de memórias sobre o passado. Há, porém, nesse exercício certa seletividade. Por vezes é possível observar na obra didática a legitimação da memória oficial e dominante, mas também a presença de vestígios de vozes dissonantes. Na continuidade do tema, a obra apresenta ao aluno uma Europa do pós-guerra.

## A Europa do pós-guerra

As décadas de 1920 e 1930 marcaram os esforços de reconstrução da Europa. As artes criticavam os horrores e as consequências da guerra. Os tratados de paz beneficiaram os vencedores e humilharam a Alemanha.

### Os tratados de paz

Com o final da Primeira Guerra, os países vencedores estabeleceram acordos de paz nos quais pretendiam criar novas fronteiras políticas e regras para os países vencidos.

Em 1919, foi assinado o **Tratado de Versalhes**, que estabeleceu os termos do fim da Primeira Guerra Mundial. Os vencedores, liderados pela França e pela Inglaterra, consideraram a Alemanha culpada pelo conflito. Por isso, ela deveria pagar pesadas indenizações aos países que havia atacado. Caso não pagasse suas dívidas, poderia ter o seu território invadido.

Além disso, a Alemanha perdeu suas áreas coloniais, e a região da Alsácia-Lorena – tomada da França no século XIX – foi reintegrada ao território francês. O exército alemão foi reduzido a 100 mil soldados. A humilhação causada pelo tratado incentivou um forte nacionalismo entre os alemães.

O império alemão e os Impérios Austro-Húngaro e Turco-Otomano foram desmembrados e tiveram seus territórios diminuídos. Com essa reorganização das fronteiras, os vencedores pretendiam enfraquecer a Alemanha, evitar a formação de um novo grande poder na Europa e no Oriente Médio e isolar o regime socialista implantado na União Soviética em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial.

Nesse mesmo ano foi criada a **Liga das Nações**, organização internacional responsável pela manutenção da liberdade e da paz entre os países. A liga deveria mediar possíveis conflitos e crises entre as nações, evitando, assim, a ocorrência de uma nova guerra.

### Os 14 pontos de Wilson

O presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, propôs uma lista composta de **14 pontos**, nos quais se estabeleciam normas de convivência internacionais que pudessem evitar novas guerras. Muitas propostas, porém, iam contra os interesses dos vencedores europeus. Um dos pontos questionados era a “paz sem vencedores”, ou seja, os acordos não deveriam se basear na vingança, pois eles poderiam gerar novos conflitos.



Fonte de pesquisa:  
Atlas histórico. Madrid:  
SM, 2005. p. 124.

Imagem 9 – Módulo 2: “A Europa do pós-guerra”.

Fonte: acervo particular da pesquisadora.

O módulo 2, intitulado “A Europa do pós-guerra”, apresenta em três páginas esse período, mencionando os tratados de paz. São apresentadas imagens que se relacionam aos tópicos/subtítulos do conteúdo, mas não são analisadas como fonte, possuindo apenas legendas descritivas.

Neste módulo, há apenas uma menção ao Império Turco Otomano ao falar sobre os tratados de paz: “O império alemão e os Impérios Austro-Húngaro e Turco-Otomano foram desmembrados e tiveram seus territórios diminuídos”. No mapa observa-se a constituição territorial da Turquia após o Tratado de Versalhes.

O conteúdo referente ao pós-guerra apresenta questões relacionadas aos problemas econômicos, ao mesmo tempo em que busca abordar o cotidiano dos sujeitos atingidos pela guerra.

### ❖ A crise do pós-guerra

Durante a Primeira Guerra, o cotidiano dos europeus sofreu fortes alterações. Havia escassez de trabalhadores, já que os homens eram convocados a servir o exército. Mulheres e crianças foram chamadas para substituí-los nas fábricas e no campo. Esses fatores, somados à grande destruição provocada pelas batalhas, faziam com que a insatisfação popular com a guerra crescesse cada vez mais.

O esforço de guerra diminuiu as liberdades dos indivíduos e aumentara o poder do Estado. Tal situação causou rebeliões por toda a Europa, especialmente entre 1917 e 1918. A guerra deixara severas marcas na população, além da insegurança em relação ao futuro.

Ao final do conflito, os governos europeus perceberam que era necessário reorganizar a vida econômica e social de seus países para evitar mais descontentamentos.

Durante a década de 1920, os países europeus contraíram enormes dívidas com os estadunidenses para poder reconstruir suas economias e infraestrutura. Os Estados Unidos não tiveram o território destruído pela guerra e se tornaram os credores da Europa, incluindo a Alemanha derrotada. Esses fatores foram fundamentais para que eles se tornassem a principal potência mundial e contribuíssem para o final da hegemonia europeia.

Os empréstimos estadunidenses garantiram a retomada da produção e do comércio europeus, assim como a reconstrução das cidades, estradas e edificações públicas. Parecia que o mundo estava entrando numa nova época de paz e de prosperidade.



Crianças aguardam distribuição de alimentos na Alemanha, 1918. A Primeira Guerra causou crise econômica e escassez de alimentos e carestia na maioria dos países envolvidos no conflito.

**Imagem 10 – “A crise do pós-guerra”.**  
**Fonte: acervo particular da pesquisadora.**

As mazelas sociais deixadas pela guerra foram retratadas por artistas que se opuseram ao conflito. Artistas como Otto Dix, produziram leituras artísticas a partir de suas próprias experiências no front.



Otto Dix. O vendedor de palitos de fósforo, 1920. Óleo sobre tela.

**Imagem 11 – “Otto Dix”.**  
**Fonte: acervo particular da pesquisadora.**

Neste sentido, aspectos relacionados à vida cultural do pós-guerra passam a ser inseridos no texto, a partir da pintura e da fotografia.

## ✕ Cultura de paz

Os anos de 1920 foram um período de muitos contrastes. Por um lado, as pessoas estavam otimistas com o fim da guerra e havia a expectativa de uma nova vida em paz. Por outro, pairava o pessimismo causado pelas dificuldades de um recomeço diante dos efeitos da guerra.

O progresso também provocava sentimentos dúbios: a possibilidade de conforto material e o incômodo com as desigualdades sociais. Duas invenções da época, o rádio e o cinema, traziam diversão e informação.

Os meios de comunicação e entretenimento começavam a fazer parte da vida das pessoas. O número de jornais de circulação nacional aumentou. A popularização do rádio acelerou o processo de divulgação de notícias e de novos ritmos musicais da época, como o **jazz**. Os aparelhos a válvula, fáceis de sintonizar e que podiam ser equipados com alto-falantes, tornaram-se uma febre entre as décadas de 1920 e 1930.

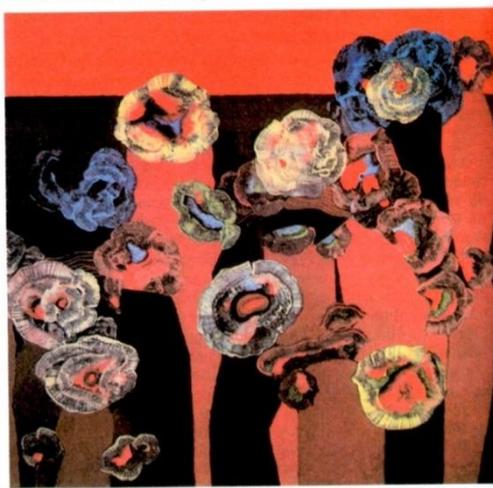
### Liberdade de criação e pensamento

Muitos pintores, músicos e escritores procuraram construir uma nova visão de mundo que afastasse os fantasmas do conflito. Havia uma crítica ao nacionalismo, que fora uma das causas da guerra. Buscava-se uma linguagem universal que traduzisse os interesses humanos.

Dois movimentos artísticos destacaram-se nesse período: o **Dadaísmo** e o **Surrealismo**. O Dadaísmo foi criado em 1916, por um grupo de artistas refugiados da guerra. A intenção dos dadaístas era contrariar todas as regras artísticas e sociais existentes, criando obras sem sentido, que causassem espanto. Com isso, eles pretendiam chocar a sociedade e protestar contra os malefícios da guerra.

Alguns anos depois, foi criado outro movimento semelhante chamado Surrealismo. Seus fundadores também pretendiam quebrar regras e valores artísticos e sociais com base em uma arte sem normas, que realçava a liberdade. Em suas obras, os surrealistas trabalhavam a irracionalidade, os sonhos e o inconsciente humano.

*Flores de conchas, do pintor alemão surrealista Max Ernst, 1929. Óleo sobre tela.*



**Imagem 12 – “Cultura da paz”.**  
**Fonte: acervo particular da pesquisadora.**



Meninos europeus escutando rádio, 1921. Em pouco tempo, o rádio tornou-se um dos veículos de comunicação mais populares.

### Verifique o que aprendeu

1. O que foi o Tratado de Versalhes?
2. Qual meio de comunicação se popularizou durante os anos de 1920?
3. Quais movimentos artísticos criticavam a guerra?

Nem mesmo a Vanguarda Artística europeia, preocupada em denunciar os horrores da guerra, deu visibilidade para o Genocídio Armênio. No trecho que se segue, observa-se a apresentação de dois movimentos artísticos: o Dadaísmo e o Surrealismo, em ambos a liberdade está no centro das produções.

**Arte & Cultura**

## Sonho e realidade

No fim do século XIX, muitos artistas perceberam a *necessidade de romper os padrões artísticos vigentes*, pois os consideravam conservadores e ligados aos ideais burgueses. A crise de valores do pós-guerra reforçou esse pensamento.

Nesse período, muitas tendências artísticas surgiram propondo não só a ruptura de padrões, mas também a criação de novos conceitos de arte: Surrealismo, Dadaísmo, Abstracionismo, Cubismo, entre outros.

Esses movimentos, chamados de **Vanguarda Europeia**, tinham em comum a fuga da realidade, com total liberdade do artista para criar seu próprio universo. Isso possibilitou uma rica variedade de temas e estilos, que variaram entre representações dos horrores da guerra, imagens do inconsciente humano e figuras abstratas.

As propostas da Vanguarda influenciaram a arte ocidental e são referência até hoje para outras manifestações artísticas.

Entre as décadas de 1920 e 1940, muitos artistas foram proibidos de expor suas obras, pois elas eram consideradas subversivas por governantes autoritários. Caso quisessem continuar a trabalhar, esses artistas eram obrigados a seguir regras impostas pelo Estado. O russo Wassily Kandinsky (1866-1944), um dos mais significativos pintores abstracionistas, teve suas obras confiscadas pelos governos russo e alemão, que argumentavam que elas eram degenerativas. Ao lado, *Curva dominante*, 1936. Óleo sobre tela.



O espanhol Salvador Dalí, considerado um dos maiores e mais expressivos artistas plásticos do século XX, foi um dos pintores que melhor representaram os preceitos do Surrealismo. *Persistência da memória*, 1931. Óleo sobre tela.



**Imagem 13 – “Arte & Cultura”.**  
**Fonte: acervo particular da pesquisadora.**

Ainda no módulo 2, são apresentadas duas páginas com conteúdo e atividades complementares. Essa seção, denominada “Arte & Cultura” apresenta um breve resumo sobre a Vanguarda Europeia. Algumas obras deste movimento são apresentadas ao aluno por meio de legendas descritivas, acompanhando ainda três questões de descrição e associação ao conteúdo.

No mesmo período a obra didática destaca os conflitos ocorridos na Rússia nas primeiras décadas do século XX. O Módulo 3 é intitulado “A Revolução Russa” e apresenta o conteúdo em três páginas, seguindo a mesma formatação dos outros módulos. O viés econômico é tomado como explicação para as mudanças. Assim como os outros módulos, são apresentadas imagens apenas ilustrativas e um quadro/glossário com a definição para Bolcheviques e Mencheviques.

## A Revolução Russa

No ano de 1917, em meio às derrotas sofridas durante a Primeira Guerra Mundial, a Rússia passou por uma grande revolução política, social e econômica. Os líderes desse movimento iniciaram uma nova experiência: a construção do primeiro regime socialista.

### ❖ Rússia: pobreza e repressão

No início do século XX, a Rússia era um enorme país com muitas desigualdades sociais. A maior parte da população morava no campo. Os trabalhadores rurais pagavam pesados impostos, porém recebiam baixos salários e cumpriam longas jornadas de trabalho.

Nas áreas urbanas, a situação não era muito diferente. Os trabalhadores das fábricas das cidades de Moscou e São Petersburgo sofriam com as péssimas condições de trabalho e a baixa remuneração. Esses operários estavam proibidos de organizar greves e se sindicalizar.

Apesar de ter dado início ao seu processo de industrialização, a economia ainda possuía características feudais e a monarquia era absolutista.

Diferentes grupos sociais questionavam o poder centralizado do czar e o atraso econômico russo. Burgueses e representantes do povo tinham a intenção de criar um novo governo, segundo os seus interesses e necessidades.

### A crise militar e a insatisfação popular

Somava-se a esses fatores uma crise militar. Entre 1904 e 1905, a Rússia se envolveu em um conflito com o Japão e foi derrotada. O exército russo estava desacreditado e enfraquecido às vésperas da Primeira Guerra.

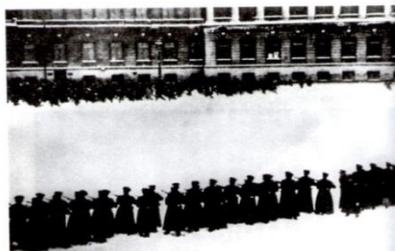
O esforço de guerra causava desorganização da produção e desabastecimento. A necessidade de pagar dívidas contraídas durante a guerra aumentou as tensões.

Essa insatisfação fez com que alguns grupos sociais organizassem partidos políticos. O Partido Social Democrata Russo, por exemplo, acabou se dividindo em grupos que foram fundamentais para o processo revolucionário: os **bolcheviques** e os **mencheviques**.

Foram também organizados os **sovietes**, que eram os conselhos de representantes dos trabalhadores, dos camponeses e dos soldados.

Em 1905, os trabalhadores de São Petersburgo e suas famílias realizaram uma marcha pacífica em direção ao palácio real, onde pretendiam entregar um conjunto de reivindicações ao czar Nicolau II.

Os manifestantes foram recebidos a tiros pelo exército real. Esse massacre ficou conhecido como **Domingo Sangrento** e desencadeou uma sequência de greves e rebeliões em várias regiões do país.



Domingo Sangrento: manifestantes (ao fundo) dirigem-se ao palácio real, mas são reprimidos pelo exército (em primeiro plano). São Petersburgo, capital russa, 1905.

### GLOSSÁRIO

**Bolcheviques:** grupo majoritário, cujos membros tinham propostas políticas radicais. Defendiam a união dos operários e camponeses para fazer a revolução comunista.

**Mencheviques:** grupo minoritário com ideais políticos moderados. Propunham uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia para mudar a sociedade de maneira gradual.

### Imagem 14 – Módulo 3: “A Revolução Russa”.

Fonte: acervo particular da pesquisadora.

A palavra massacre está presente no conteúdo textual e faz referência ao conflito ocorrido entre manifestantes e as tropas do exército real, conhecido como Domingo Sangrento. Uma imagem do conflito ilustra o conteúdo, mas não há referência no texto sobre ela.

### ❖ O processo revolucionário em 1917

Diante das pressões, o czar promulgou uma Constituição e convocou eleições para a **Duma**, o parlamento russo. Essas medidas acalmaram a população e deram fôlego ao regime czarista.

A entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial piorou a crise. Os grupos políticos intensificavam a divulgação de suas ideias. Os mencheviques pretendiam organizar uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia e propunham melhorias sociais de maneira lenta e pacífica. Já os bolcheviques defendiam a união dos operários e camponeses em prol de uma revolução comunista.

### A Revolução de Fevereiro

As sucessivas derrotas na guerra, as crises de abastecimento e o aumento descontrolado dos preços provocaram uma onda de greves e rebeliões de civis e de soldados. Em fevereiro de 1917, o czar já não tinha o controle da nação e perdera o apoio do exército.

Diante dessa situação, Nicolau II renunciou e formou-se então um governo provisório liderado pelo príncipe Lvov. Porém, a Duma – de orientação liberal – disputava o poder com os sovietes, que visavam a reformas sociais mais profundas. Em poucos meses, Lvov foi derrubado por **Kerensky**, um político moderado que contava com o apoio dos mencheviques.

As medidas tomadas pela Duma e por Kerensky, no entanto, não foram suficientes para resolver o caos social e econômico. Era necessária uma reforma agrária e, também, a retirada definitiva da Rússia da Primeira Guerra. A Duma, porém, defendia os interesses dos capitalistas que mantinham o país na guerra.



Os líderes russos do Comitê Duma, reunidos após a renúncia de Nicolau II. Kerensky é o segundo homem em pé e Lvov, o terceiro sentado, a partir da direita. Petrogrado, Rússia, 1917.

### Imagem 15 – “O processo revolucionário em 1917”.

Fonte: acervo particular da pesquisadora.

A Revolução Russa marca uma importante mudança na história política do Ocidente. Ela é apresentada ao aluno como um processo iniciado pelo agravamento da situação econômica e principalmente pelo aumento da desigualdade social. Novamente

a perspectiva econômica orienta a narrativa descritiva, destacando o papel político de figuras como Alexander Kerensky, Lênin, Trotsky e Stalin, nomes que foram mitificados na memória e na história oficial da Revolução.

### A Revolução de Outubro

Devido à insatisfação com o governo de Kerensky, os bolcheviques ganharam força nos soviets.

Lênin, líder dos bolcheviques, resumiu os interesses populares no lema "Paz, terra e pão". Os trabalhadores e camponeses russos desejavam que a Rússia se retirasse da Primeira Guerra, que uma reforma agrária acabasse com a exploração dos camponeses e, finalmente, que a produção econômica do país fosse organizada para acabar com a fome do povo.

O bolchevique **Leon Trotsky** formou um exército de soviets chamado **Exército Vermelho**. Em outubro de 1917, os bolcheviques ocuparam pontos estratégicos de Petrogrado, antiga São Petersburgo, e derrubaram o governo. Iniciava-se na Rússia o regime socialista liderado por Lênin.



Vladimir Serov. Vladimir Lênin falando a uma multidão, 1955. Litografia.

**Imagem 16 – “A Revolução de Outubro”.**  
**Fonte: acervo particular da pesquisadora.**

Uma imagem produzida em 1955 complementa o conteúdo textual. Nela estão representadas as principais lideranças do movimento, em destaque Lênin conduzindo/falando à multidão. Os russos estão representados no sentido da coletividade simbolizada pela multidão. É necessário que o professor destaque a presença de toda uma gama de sujeitos históricos, homens e mulheres.

Ao final de todos os conteúdos pode-se observar a presença de atividades com o objetivo de promover não a discussão dos conteúdos, mas a ancoragem destes, geralmente intitulados por “Verifique o que aprendeu”. Tais exercícios pedem a definição dos conceitos apresentados nos módulos. Algumas poucas atividades propuseram a análise de outras formas de linguagem, como cartazes e caricaturas.

Na análise dos conteúdos referentes ao recorte temporal das primeiras décadas do século XX, percebe-se a ausência de conteúdos que tratem do tema Genocídio Armênio. A intenção da análise foi problematizar a ausência e as implicações da escolha de outros temas históricos, o que nos leva a questionar sobre o conhecimento de historiadores brasileiros sobre este tema e sua relevância. O Genocídio Armênio ainda é pouco estudado no Brasil, em pesquisas nos bancos de teses e dissertações das principais Universidades (USP, UFRJ, UFMG, UFJF e PUCSP) pouca coisa sobre o tema foi encontrada, o mesmo se pode dizer sobre a historiografia que trata da História Contemporânea.

O Império Otomano foi um dos maiores impérios e perdurou do século XIII ao século XX, dominando uma extensa área que compreendia desde a Ásia Ocidental (Anatólia e Oriente Médio), o norte africano e o sudeste europeu (QUATAERT, 2008). Decorrente deste vasto território, o Império Otomano abrigava vários povos de diversas culturas, o que resultava em relações ora harmoniosas, ora conflituosas.

Dentro do Império Otomano, as minorias não-muçulmanas possuíam certa autonomia, firmada pelo Dhimma, pacto que

permitia que não-crentes vivessem em território muçulmano e organizassem suas comunidades, em torno de suas igrejas. Estas comunidades eram os *Millets*. A autoridade máxima dentro do *millet* era o sacerdote e os assuntos internos podiam ser resolvidos sem a intervenção do governo muçulmano (ALMEIDA, 2013, p. 31).

Entretanto, os não-muçulmanos não possuíam os mesmos direitos políticos e civis que os muçulmanos, além de pagarem mais impostos. Eles eram “considerados como cidadãos de segunda classe do império” (ibidem, p. 31).

Embora houvesse períodos de paz e estabilidade entre os habitantes do império, houve também períodos em que as minorias não-muçulmanas eram perseguidas. No caso dos armênios, destacam-se os chamados “massacres hamidianos”, assim chamados por serem perpetrados pelo sultão Abdul-Hamid II, no final do século XIX (SUMMA, 2007).

No ano de 1908, Abdul-Hamid II é deposto pelo movimento dos Jovens Turcos. Assim, os armênios acreditavam que seria o fim dos massacres e, por um breve momento, estes foram cessados. Contudo, o Império Otomano sofre enormes perdas territoriais nesse período, dessa forma,

O desespero dos Jovens Turcos face a um império que começa a desmoronar e o ódio contra as minorias cristãs adquiridas pelos militares designados a lutarem nas fronteiras contra os separatistas dos Bálcãs são um dos principais motivos que farão a Ittihad a adotar medidas drásticas contra a população armênia (ibidem, p. 19).

Nesse período, não somente os armênios vão sofrer perseguições e massacres, mas também os gregos que habitavam o império. Essas perseguições e massacres ocasionaram críticas e protestos internacionais, fazendo com que o governo turco cessasse, temporariamente, os ataques (ALMEIDA, 2013).

No entanto, em 1914, eclode a Primeira Guerra Mundial e as atenções são desviadas para a guerra. Desse modo, as perseguições e massacres das minorias cristãs do Império Otomano era uma realidade que não gerava preocupações e voltam a ser praticados pelos turcos. Em maio de 1915, o governo turco cria a lei de deportação,

Com isso, moradores de aldeias inteiras foram retirados de suas casas: primeiro os homens em idade de combate (de 15 a 70 anos), foram levados em fila por alguma estrada, com o pretexto de transferi-los para uma área mais tranquila do país. Porém, ao cabo de alguns quilômetros ou até mesmo na primeira curva da estrada, os soldados pilhavam e massacravam a todos, com a ajuda dos curdos ou de bandidos convenientemente liberados das cadeias na noite anterior. Uma vez aniquilados os homens, sem a mínima possibilidade de resistência, passavam a retirar as mulheres, crianças e velhos, fazendo-os caminhar rumo ao nada até que a fome, o frio, a exaustão ou os maus tratos os levassem à morte. Esta ação tão bem orquestrada ocorreu ao mesmo tempo em quase todo o país, exceto nas cidades maiores, como Constantinopla e Esmirna, onde haviam observadores estrangeiros (ALMEIDA, 2013, p. 12).

Os turcos deportavam os armênios e outros cristãos para o deserto sírio de Der-EI-Zor e durante o caminho praticavam maus tratos contra essas populações. Há relatos de estupros, venda de meninas armênias como escravas, mulheres grávidas tendo o feto retirado à espada de seus ventres, pessoas queimadas vivas, entre vários outros atos de tortura. As estimativas são controversas, embora grande parte dos historiadores fale em um número de aproximadamente 1,5 milhão de mortos (VASCONCELOS, 2005).

O Genocídio Armênio (1914-1916), embora reconhecido por alguns estudiosos como o protótipo do genocídio moderno, é negado até hoje pelo governo turco, apesar dos protestos da comunidade armênia dispersa em todo o mundo. Oficialmente, a Turquia reconhece que ocorreram muitas mortes, mas nega a intenção estatal do ato genocida [...] (ALMEIDA, 2013, p. 6).

Existem, porém, fontes que afirmam essa intenção genocida, como relatos de diplomatas estrangeiros que se encontravam no Império Otomano durante a Primeira

Guerra, os testemunhos dos sobreviventes e seus descendentes, os telegramas enviados pelo então Ministro do Interior turco, Talaat Pasha, ordenando as deportações e massacres da população armênia, numa tentativa de realizar uma limpeza étnica no Império Otomano (ibidem).

As discussões em torno da definição de genocídio são consideradas recentes e repletas de controvérsias, uma vez que diversos teóricos formulam conceitos diferenciados do que venha a ser genocídio. De acordo com Vezneyan (2009), o termo genocídio

[...] foi cunhado pelo jurista polonês Raphael Lemkin, ao combinar a palavra grega *genos* (raça, tribo), com a latina *occidere* (matar). Lemkin entendeu a necessidade da criação de uma nova palavra, pois os termos tradicionalmente usados à época, como “assassinato em massa”, não cobriam todas as diferentes atividades, letais ou não, que se verificavam em um Genocídio (p. 34).

Sémelin (2009) aponta que Lemkin criou a palavra genocídio ainda durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto lecionava na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Assim, Lemkin escreveu um capítulo sobre genocídio, publicado em 1944, em seu livro *Axe's Rule in Occupied Europe*. De acordo com Sémelin, a concepção de genocídio empregada por Lemkin era o “processo de aniquilamento de um povo” (p. 431), baseado, inicialmente, em ideais biológicos ou genéticos, sendo esta uma concepção extensiva e ambígua. Passados quatro anos da publicação do livro de Raphael Lemkin, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou o termo genocídio, contudo, restringindo os grupos que eram considerados vítimas de genocídio, o que também ocasionou ambiguidades. Sémelin destaca que:

A partir disso, a palavra “genocídio” pouco a pouco se espalhou na linguagem comum, designando o mal absoluto, o crime dos crimes, abatendo-se sobre populações inocentes. O termo foi aplicado a todo tipo de situação de violência, nem sempre de forma pertinente. Jornalistas, militantes, universitários, todos, sucessivamente, falaram de “genocídio” em quase todos os conflitos da segunda metade do século XX, que por ventura apresentassem um número importante de vítimas civis: do Camboja à Tchetchênia, passando por Burundi, Ruanda, Guatemala, Colômbia, Iraque, Bósnia, Sudão etc. A noção foi igualmente empregada de maneira retroativa para qualificar o massacre dos habitantes de Melos pelos gregos (século V a.C.), dos vendeanos franceses em 1793, dos índios da América do Norte, dos armênios em 1915, sem esquecer os casos de fome na Ucrânia, as diversas deportações de populações na ex-URSS stalinista, assim como, é evidente, o extermínio dos judeus europeus e dos ciganos, mas também os bombardeios atômicos americanos de Hiroshima e Nagasaki. E, certamente, essa lista não é exaustiva... (p. 424).

#### 4. Considerações finais

Para Pollak (1992), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (p.204), sendo ambos (memória e identidade) “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (p. 205). O autor ainda afirma que:

[...] os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior. Este exemplo mostra também a sobrevivência, durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado,

longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 5).

Assim, mesmo havendo a negação de que o Genocídio Armênio tenha ocorrido, por parte do governo turco e de vários outros países, os armênios ainda mantêm viva a memória sobre o genocídio, sendo esta passada de geração em geração e havendo lutas para o reconhecimento do mesmo.

Portanto, esta pesquisa buscou contribuir para as discussões acerca do Genocídio Armênio, bem como problematizar o silenciamento sobre este e seu apagamento do livro didático. Desse modo, procuramos trazer o Genocídio Armênio para dentro do ambiente acadêmico e relacioná-lo à prática pedagógica.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Lígia Cristina Sanches de. **Armênios e Gregos Otomanos: A polêmica de um Genocídio.** (Dissertação de Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 2013.
- APPLE, M. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A.F.; SILVA, T.T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados.** 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- MARCARIAN, Mônica Nalbandian. Diáspora armênia no Brasil. **Revista de Estudos Orientais,** USP, n. 6, p. 109-115, jan. 2008.
- MARTINS, A. H. Campolina. Armênia, um povo em luta pela liberdade: o mais longo genocídio da história. **Revista Ética e Filosofia Política,** Universidade Federal Juiz de Fora, v. 10, n. 1, jun. 2007.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Revista Projeto História,** São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUATAERT, Donald. **O Império Otomano: das origens ao século XX.** [S.l.]: Edições 70, 2008. Disponível em: <<http://lelivros.bid/book/download-o-imperio-otomano-donald-quataert-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 9 out. 2017.
- SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e genocídios.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- SUMMA, Renata de Figueiredo. Vozes armênias: Memórias de um genocídio. **Revista Ética e Filosofia Política,** Universidade Federal Juiz de Fora, v. 10, n. 1, jun. 2007.
- VASCONCELOS, Yuri. Genocídio Armênio. **Revista aventuras na História.** São Paulo: Abril, n. 23, p. 36-41, jul. 2005.

VEZNEYAN, Sérgio. Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e consequências. 2009. 2v. Tese: (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

# DISCURSO E MEMÓRIA: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA

JULIANE DE CÁSSIA FRANCO  
ANDREA SILVA DOMINGUES  
Universidade do Vale do Sapucaí

Universidade do Vale do Sapucaí – Curso de História

Julianefranco93@hotmail.com

## Introdução

O presente artigo busca analisar a biografia de Nísia Floresta, sobretudo seu trajeto de luta por direitos básicos para as mulheres, tais como, os de poderem frequentar todos os espaços públicos, terem acesso a educação formal e terem direitos políticos em um período histórico em que estas viviam sob a margem da sociedade e privadas da educação formal, de participação política e na sociedade, sendo assim, importante dizer que, Nísia foi uma das primeiras mulheres a defender a igualdade de gênero, bem como os direitos dos índios e negros no Brasil através de seus discursos e textos escritos.

As mulheres, em sua grande maioria eram consideradas, imaginadas pela sociedade, incapazes de fazerem qualquer reflexão mais profunda, que avançasse sua função do e no lar bem como de receberem educação formal ou frequentar espaços alguns públicos, como por exemplo, comitês, escolas formais. A figura feminina foi, e algumas vezes ainda é associada às atividades mais comuns, ligadas ao lar, reforçando desta maneira que os homens deveriam ser os provedores da família e do saber.

Neste contexto buscamos também neste estudo compreender o movimento feminista no Brasil e conceituar as categorias de análise fundamentais para melhor análise, a saber: História, Discurso e Memória. Sendo importante analisarmos a ideologia que Nísia Floresta trazia em seu discurso, buscamos compreender as relações e tensões entre homens e mulheres no período, pois;

Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. (CHAUI,2004, p.13)

Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres a defender a igualdade de gênero, bem como os direitos dos índios e negros no Brasil. No século XIX a identidade masculina dominava a sociedade politicamente e socialmente através do discurso e da realidade do tempo histórico, significando ideologicamente acontecimentos de resistência nas lutas educacionais e sociais defendidas por Nísia Floresta que se

incomodava com a produção de discursos e práticas sociais machistas e excludentes, neste contexto torna-se liderança feminina produzindo ideias, discursos que objetivam de legitimar seu posicionamento acerca do lugar social ocupado pelas mulheres, indígenas e negros.

Entendendo o contexto e o sujeito Nísia Floresta que tinha seu principal foco e afirmando assim sua atuação na defesa dos direitos femininos, e no acesso à educação deste sujeito mulher, a importância de trazer a memória de resistência e de luta, pois

Falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos. (ACHARD.2007, p. 59).

A partir deste estudo é possível compreender que há uma ideologia que permeia o discurso, e ainda assim seleciona o que deve ser memorável, silenciado; assim sendo analisar as obras de Nísia Floresta, é oportunizar uma análise crítica e releitura da atuação desta mulher na sociedade carioca no século XIX.

Para este artigo utilizamos de um corpus de análise composto de documentos e textos escritos por Nísia Floresta na linguagem poética e /ou jornalística para interpretação do discurso materializado na produção historiográfica, nos quais ela defende e propaga um discurso em defesa das minorias étnicas. Sobre a luta pela igualdade de gênero, e a defesa de uma educação formal, utilizamos "O Opúsculo Humanitário", no qual Nísia Floresta constrói sua escrita com uma linguagem diferente, ela escreve quebrando padrões e pensamentos sobre os modelos de comportamento feminino para a época.

Também usamos como corpus a poesia "A Lágrima de um Caeté", em que Nísia Floresta critica o tratamento dado aos nativos, e o jornal " O Brasil Ilustrado", que, usando de pseudônimos, Nísia Floresta descreve as atrocidades e sofrimentos do povo negro, historicizando seu lugar na sociedade brasileira, bem como, suas formas de resistência e sobrevivência.

## **A Nordestina Feminista**

Para dar início ao nosso percurso de análise deste texto apresentamos Dionísia Gonçalves Pinto ou mais popularmente conhecida, Nísia Floresta Brasileira Augusta, que é indicada como uma das primeiras feministas do Brasil. Seu pseudônimo usado era uma abreviação de seu primeiro nome, Floresta em homenagem ao sítio que nasceu, Brasileira para legitimar sua nacionalidade fora do Brasil e Augusta em homenagem ao seu segundo esposo. Nísia Floresta <sup>55</sup> nasceu no dia 12 de outubro de 1810, no Sítio Floresta, em Papari, no Rio grande do Norte. Filha de Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa e Antônia Clara Freire, seu pai um português liberal e de instintos progressistas advogava contra fazendeiros poderosos e que cometiam injustiças. O que justifica em parte a educação recebida por Nísia, que se casou aos treze anos e divorciando-se retorna para a casa de seus pais.

Pode-se dizer que a formação que Nísia Floresta teve contribuiu para que sua posição enquanto feminista e indianista refletisse em sua caminhada e em seus escritos, influenciando o pensamento da sociedade na época. Em 1823, Nísia Floresta, com apenas 13 anos, teve seu arranjo matrimonial com <sup>56</sup> Manuel Alexandre Seabra de Melo,

---

<sup>55</sup> Informações a partir de leituras obtidas em sua biografia e em bancos de teses e artigos científicos.

<sup>56</sup> Informação obtida com base em estudos em artigos científicos.

que acaba em poucos meses, já que ela abandona o marido e volta a viver com a família. Esse acontecimento faz jus a sua criação e já nos leva a compreender a sua formação ideológica, pois em geral as famílias não aceitavam esse tipo de comportamento por parte de uma moça de família, com um nome e posição social a zelar, no contexto patriarcal e machista do Brasil no século XIX.

A mulher que era mantida no ambiente doméstico, sem direito à educação, com aspecto e atitudes frágeis era o ideal da sociedade patriarcal do Império, já que assim essa mulher não ofereceria risco ao domínio masculino no ambiente público nem no privado, garantindo a manutenção do homem no comando da sociedade.

Em <sup>57</sup>1838, Nísia Floresta chega à corte, e funda o Colégio Augusto, na Rua do Paço Imperial, centro da capital brasileira. A Instituição de Ensino fundada por Nísia Floresta sugeria uma pedagogia diferente das que vinham sendo aplicadas até aquele momento. Seu colégio era voltado para a educação feminina e adotava como prática pedagógica o ensino de disciplinas que, até então, estavam reservadas aos homens.

A pedagogia aplicada e apoiada pelo colégio não foi bem aceita pela sociedade imperial, carregada de costumes rígidos, que excluía as mulheres e que achava inútil que as mesmas aprendessem qualquer atividade que fosse alheia ao universo doméstico/privado. Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres a romper com o espaço privado e escrever em jornais da chamada grande imprensa, se lembrarmos que apenas em 1816 a imprensa chegou ao país, mais ainda se destaca o papel pioneiro que esta brasileira exerceu no cenário nacional, neste período ela já se preocupava com as barreiras a serem rompidas pelas mulheres para se conseguirem direitos básicos como o de votar e serem educadas.

Não devemos dissociar o pensamento crítico de Nísia Floresta, levando em conta a sociedade na qual ela estava inserida em que o papel feminino ainda estava vinculado a invisibilidade, ao silenciamento, ao sentido de ser esposa e do lar, pois;

Em parte, é possível vislumbrá-lo através das trilhas deixadas por algumas escritoras em seus textos, conscientes de que faziam parte de uma reduzida elite de mulheres letradas, e que a educação era importante para a valorização social do gênero feminino. Dentre as que participaram desse debate, ao longo do século XIX, está a norte-rio grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta, autora de importantes títulos sobre a mulher, professora e fundadora de colégios para meninas, que muito contribuiu para o avanço da educação feminina em nosso país. (DUARTE,2010, p.11).

Nísia Floresta, como outras mulheres passaram por um caminho de lutas acerca da condição feminina nesse período e já buscavam igualdade de gênero e direitos elementares. Participando ativamente com seus escritos em jornais e livros publicados, Nísia Floresta vem desmistificar padrões de escrita e comportamentos para a época. Em seus 15 títulos publicados em português, francês, inglês e italiano, Nísia Floresta conserva uma escrita com intuito de modificar a ideologia social que perpassa a condição feminina neste momento e contexto, pois já se debatia a respeito da igualdade entre homens e mulheres, buscava-se visibilidade e direitos.

## **Falando de Gênero**

---

<sup>57</sup> Informação obtida à partir de estudos feitos em jornais da época e estudos biográficos.

Falando do século XIX e até do tempo presente, é notório o machismo dominante no Brasil, que colocava e coloca as mulheres em posições submissas, havendo também uma reprodução de comportamentos para à época, e cartilhas em que a figura feminina deveria seguir para ser considerada uma mulher de família. Questionar algo especialmente no século XIX era visto como negativo, discursava-se que as mulheres deveriam se concentrar apenas nos espaços privados, cuidar de seus lares e famílias. Ser mulher e questionar o seu lugar no mundo, em uma época em que as mulheres viviam sob a intensa repressão de uma sociedade patriarcal, que as conservava distantes de qualquer assunto alheio ao ambiente doméstico ou que exigisse uma reflexão mais profunda das mesmas, era o padrão para a sociedade brasileira conservadora e machista, que acreditava que;

Desde quando é decente ver as mulheres abandonarem os pios cuidados de suas casas, os berços de seus filhos, para virem a espaços públicos, discursarem nas galerias, nos foros do senado? Foi aos homens que a natureza confiou os cuidados domésticos? Foi a nós que ela deu seios para amamentar nossas crianças? (SCOTT.1996, p.15)

Como nos alerta Scott (1996) a posição feminina imposta socialmente é questionável, assim como suas participações em lugares públicos e posições políticas, é como se a natureza as colocasse em posição minoritária apenas pelo fato de terem nascido mulher. Nísia Floresta traz em seus escritos, abordagens que penetram o aspecto social através de seu discurso, visto que muitas mulheres não escreviam e nem recebiam instrução formal. Ela claramente profere em seus textos a insatisfação com o tratamento dado as mulheres e o anseio de uma educação que não seja para ter filhos e postura em jantares. Já nas primeiras linhas de sua obra “O Opúlusco Humanitário” nos mostra a posição de Nísia Floresta como educadora feminista e reformadora social.

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado - emancipação da mulher -, nossa débil voz se levanta, ná capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? (FLORESTA.1989, p.2)

“Educai as mulheres”, observa-se nesse recorte um grito emergido no texto de Nísia Floresta demonstrando que a educação era um dos principais motivos de sua luta e discursivamente escutado e falado como uma tentativa de quebrar com a posição subjetiva da mulher em um país culturalmente machista, mantendo sempre em foco o princípio fundador da igualdade de que todos nascem livres e iguais em seus direitos, sendo umas das promessas inacabadas na modernidade. Nísia Floresta tem como bandeira de luta a educação feminina pois mesmo em um país que se dizia liberal, havia a negação do direito das mulheres de serem alfabetizadas. Refere-se assim as práticas ideológicas ultrapassadas que afetam o desejo de emancipação destas mulheres, pois;

A igualdade tende a se desvincular da construção política que garantiria sua aplicação, para se tornar um álibi ideológico de uma nova ordem desigual. Situando-se no campo pré-político da natureza, a ideia de igualdade aparece desarmada face a uma concepção dos direitos que depende das “qualidades naturais” de cada indivíduo ou grupo social e se torna um campo privilegiado de legitimação da dominação. ( VARIKAS.2009, p.117)

Nos discursos de Nísia Floresta sempre é enfatizado que a posição masculina é de reforçar o papel da mulher, como se as mesmas fossem inferiores, sendo esse discurso reproduzido através de séculos e se perpetuando ainda nos tempos atuais de que a mulher nasceu para lavar, cozinhar e procriar. Discurso este repetido até o tempo presente, representando ideologias sexistas e machistas da elite brasileira. Muitas vezes essa ordem política, busca uma hegemonia e silencia a representação e luta das mulheres, e para nós como pesquisadoras;

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das "mulheres", o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 2003, p.19)

A partir do momento que a mulher toma consciência e posse do discurso sobre seus direitos, bem como, a historicidade de sua luta, esta mesma mulher se empodera, o que passa a diferenci-la das demais, sendo assim a um embate entre a igualdade na diferença.

Com sua escrita em defesa de ideais emancipatórios e seu colégio para meninas, indo contra todos os ideais pregados pela corte, um programa que ensinava latim, história e caligrafia entre outras coisas que não, lavar e passar, logo Nísia Floresta<sup>58</sup> passa a ser perseguida por jornais que atacavam não só seus métodos de ensino como também sua vida pessoal e muda-se para a Europa. Estudos acerca das diferenças nos discursos de Nísia Floresta após sua mudança para a Europa nos mostram como ela passa a ser mais contundente com seus escritos sobre a luta das mulheres:

Não poderá haver no Brasil uma boa educação da mocidade, enquanto o sistema de nossa educação, quer doméstica, quer pública, não for radicalmente reformado [...] quanto mais ignorante é um povo, mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu ilimitado poder. (FLORESTA, 1989, p. 60 e 111).

Antes com uma escrita que não pregava mudanças radicais no sistema estrutural vigente, que visava uma educação moral, uma alfabetização. Nísia Floresta, agora com sua ida para a Europa, retoma seus textos produzindo sua ideologia de forma mais direta, expressa em seus discursos, seja no campo político ou no campo social. Nísia Floresta chega à conclusão que sua luta não era apenas para as mulheres, mas para as minorias em geral, deveria haver uma mudança considerável, devendo partir não só no campo moral, mas também no intelectual. Com uma escrita e discurso mais radical, visando mudanças estruturais e políticas, Nísia Floresta encontra um novo caminho, uma forma de discursar e propagar sua ideologia, seja no campo da educação ou na luta pelos direitos de negros e índios como iremos tratar adiante;

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso

---

<sup>58</sup> CASTRO, Amanda. "Nísia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época: Feminismo e Educação", p. 3, 2014.

as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. (ORLANDI, 1999, p.43).

Os sentidos empregados nos discursos de Nísia Floresta destacam a importância de se romper com as barreiras de um país fundado em dogmas patriarcais e racistas, ainda que de maneira por vezes considerada silenciosa, sua voz se faz ouvir em jornais e revistas, saindo em defesa das minorias.

## O Caeté da Brasileira

Nísia Floresta também dedicou sua luta aos índios, em sua poesia “A Lágrima de um Caeté” escrito logo após a derrocada dos insurgentes da Revolta Praieira, ocorrida em Pernambuco. Nísia Floresta traça uma espécie de paralelo entre a opressão do Império aos nacionalistas e o sofrimento vivido pelo índio após a colonização portuguesa.

E sobre nós  
Tudo lançou!  
De nossa terra  
Nos despojou!

Tudo roubou-nos,  
Esse tirano,  
Que povo diz-se  
Livre e humano!

Por nossos costumes singelos e simples  
Em troco nos deram a fraude, a mentira.  
De bárbaros nos dando o nome, que deles  
Na antiga e moderna História se tira.

Ao analisar a poesia de Nísia Floresta observamos que sua principal característica é o rompimento com a estética romântica, que retratava o índio sempre como guerreiro, porém aliado de Portugal, ainda idealizado nos dias de hoje.

O caeté da escritora é inconformado com sua situação de subjulgado e não demonstra traços de passividade, como o que era idealizado pelos demais escritores do Romantismo. Nísia Floresta descreve um povo que luta, e que resistiu, que usou de artimanhas para manter a sua terra, e seu povo reunido quando apresenta adjetivos como tirano e bárbaros em seu poema, no entanto;

As contendas e demandas dos indígenas tiveram um caráter localizado, na maioria das vezes relacionadas aos usos dos territórios das aldeias. Mas através do seu envolvimento das revoltas, em alguns casos realizando alianças com importantes lideranças rebeldes, os indígenas conseguiram atrelar os seus interesses aos movimentos com projeção regional e nacional. As alianças e rivalidades construídas em suas relações com não indígenas nas localidades foram atualizadas com outros significados políticos advindos dos diferentes contextos da revolta. (DANTAS, 2014, p,4)

O posicionamento enquanto mulher e indianista de Nísia Floresta é demonstrado em sua escrita, mas não traçando o índio como figura mítica e poética, com o intuito de

no fim o descarta-lo e oculta-lo como já era previsto. Ela descreve em seus versos o incomodo, as perturbações de um povo.

O Caeté de Nísia Floresta revela também a sua indignação com o tratamento dado aos índios, donos da terra. No primeiro verso ela descreve a dor e o sentimento dos indígenas usados e depois expulsos de suas terras, despojados não só materialmente falando, mas também desnudando suas vestes, estuprando suas índias, lhes privando da dignidade. Um povo que se dizia civilizado e humano, no segundo verso ela descreve o português tirano;

Embora não se devam desprezar as indisposições psíquicas, o fato que avulta é o do nomadismo de vida econômica atuando poderosamente sobre os ameríndios; incapacitando-os para o trabalho agrícola regular. (FREYRE, 2000, p.347)

O colonizador tinha a convicção de que aquele povo não passava de meros ociosos de pele vermelha e de mulheres nuas. Nísia Floresta quebra paradigmas ao escrever uma das primeiras poesias sobre os índios baseando-se na participação dos mesmos na Revolta Praieira, retratando-os fielmente em seus costumes, sentimentos com relação a terra e na realidade histórica na qual estão inseridos.

Nísia Floresta relata neste poema de 1849, a sua posição e respeito ao indígena, o elogio da natureza e a exaltação de valores indígenas. A novidade do poema é que ele contém não a visão do índio herói que luta, presente na maioria dos textos indianistas conhecidos e, sim, o ponto de vista do índio vencido e inconformado com a opressão do branco invasor, opressor.

## **O Santo Domingos**

Uma outra narrativa importante de Nísia Floresta é “Páginas de uma vida obscura”, que circulou como folhetim no jornal “O Brasil Ilustrado”, no ano de 1855, e contém a história de um escravo que foi trazido da África ainda criança, seus atos de heroísmo e a dedicação ao trabalho até a morte são narrados. Nas páginas do periódico Nísia Floresta usava de pseudônimos, pois ainda não era comum no Brasil uma mulher escrever em jornais e assumir uma posição pró-abolicionista, pois ela faz o esboço das primeiras conquistas de algumas mulheres que ousaram;

Desde meados do século XIX, apesar dos altos índices de analfabetismo, começaram a ser difundidos hábitos de leitura, dinamizando a maior circulação de periódicos, incluindo os direcionados as mulheres, visavam à circulação de novos produtos, valores e ideias, destacando-se a plataforma de luta pela educação feminina. (MATOS, 2015, p. 92)

Nísia Floresta enfrentou uma sociedade discriminatória, e mesmo neste contexto saiu em defesa de tudo aquilo que o regime machista, escravista pregava, utilizando de textos como por exemplo o de narrar a história de um sujeito negro nas páginas públicas de um jornal, nas quais ela descreve a vida e rotina de sobrevivência de um escravo, bem como as práticas de uma sociedade que agia naturalmente em meio a esse crime contra a humanidade. Nísia Floresta narra todas as artimanhas nas quais os negros se submetiam para sobreviver ao regime cruel ao qual era submetido.

“A escravidão, esse monstruoso parto do despotismo, esse infame libelo dos povos cristãos, foi sancionada pelos mesmos homens, que tudo haviam sabido

sacrificar para libertar-se do jugo de seus opressores, e assumirem a categoria de nação livre! Eles, que acabavam de conquistar a liberdade, não coravam de rodear-se de escravos! Anomalia de um grande povo apresentada em caracteres de lágrimas e de sangue à face da civilização moderna para rebaixá-lo aos olhos da filosofia e da humanidade. (Descrição de Nísia Floresta referente ao escravo batizado de Domingos)

A escravidão para Nísia Floresta era como algo no mínimo contraditório, pois um país que lutou que se mobilizou contra seus opressores para se tornar enfim uma nação, logo que a categoria de nação é definida como agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos e cujos membros respeitam instituições compartilhadas (leis, constituição, governo). Sendo assim na visão de Nísia Floresta, uma mulher que pregava em seus discursos ideais emancipatórios e igualdade de direitos para mulheres e minorias, a escravidão era uma falha de caráter na sociedade brasileira que se julgava moderna e civilizada. Aquela sociedade de cunho escravocrata e racista tinha plena certeza de estar praticando o que julgavam certo, pois;

“Os negros d’África são mais infelizes vivendo ali livres, do que escravos em qualquer outra parte; nós lhes fazemos, pois um bem arrancando-os à miséria em que vivem na sua pátria.’ Assim dizem geralmente impudentes e sofisticos mercadores que não se envergonham de mentir à humanidade e à sua própria consciência!”

Em sua maioria, o discurso produzido era de salvadores, a sociedade brasileira daquele momento, propagava um discurso do bem realizado aos africanos, tirando-as de suas terras miseráveis e lhes dando uma pátria, porém em um de seus textos Nísia Floresta, ainda nos diz;

“Mentir, porque bem lhes fariam se os fossem lá buscar como colonos sujeitos somente por um razoável número de anos de trabalho em proveito dos que lhes proporcionassem meios de transporte e de manutenção, mas não a um cativoiro perpétuo para si e seus descendentes!...” (FLORESTA, 1855, p. 7)

Nísia Floresta trás em seus recortes a sociedade escravocrata que acreditava fazer o bem, que protegida pela igreja, arrastava por gerações esse mal que se perpetuou em nossa história, as críticas da escritora demonstrava sua indignação e tentava transmitir aos leitores outro sentido da colonização do Brasil.

“Meus amigos, supportai resignados os máos tratamentos que vos dão, lhes dizia muita vez o bom Domingos: se a nossa má sorte nos fez eahir de livres, que éramos, neste cruel cativoiro, é por que Deos assim o quis para punir nossos pais das guerras que fazem aos seus semelhantes, expondo seus filhos e irmãos a serem assim desprezados longe de seu paiz.” (BRASIL ILLUSTRADO, 1855, p.7)

Estes escravos acreditavam no discurso reproduzido pela sociedade e pela igreja, que aceitavam suas dores como se fossem castigos de Deus, viver como escravos no Brasil, privados de sua cultural, religião, para estes era o mesmo que viver em um cativoiro. Nísia Floresta narra claramente as dores e virtudes deste negro que acima de tudo mantinha sua fé, mesmo que não fosse no mesmo Deus da sociedade colonial brasileira.

## **Considerações Finais**

Para finalizarmos esta pesquisa e frisarmos que ainda tem muito a ser acrescentada, concluímos que a importância do estudo feito sobre os escritos e o discurso expresso na fala de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nos diz muito e nos leva a refletir acerca do comportamento e dogmas que ainda se fazem presente na sociedade atual. Os preconceitos ainda enfrentados pelas mulheres contemporâneas são diferentes, mas ainda são sofridos, a luta continua.

Compreender o papel e a importância desta mulher, Nísia Floresta, no que tange os estudos e a luta acerca dos direitos femininos e de minorias no século XIX, foi crucial para a produção deste artigo. A relevância deste estudo contribuí ainda para o entendimento acerca da sociedade monárquica, bem como o tratamento dado a escravos e índios.

Ainda vale ressaltarmos a relevância deste trabalho e o seu compromisso social, no que se diz respeito as formas e tratamentos que ainda prevalecem na sociedade atual e que, desde os tempos de militância de Nísia Floresta já se buscava a ruptura e igualdade para mulheres, socialmente e politicamente.

Cabendo ainda dizer que independente do tempo histórico ao qual a mulher esta inserida, este estudo nos mostra que a resistência existia, e gerou grandes frutos que são trazidos e trabalhados neste artigo.

## REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia/Marilena Chauí**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 2007.
- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: Vida e Obra**. Natal: Ufrn, Editora universitária, 1995.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 16, n. 2, 1989.
- FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. São Paulo: Cortez editora, 1989. Biblioteca da educação. Série 3; mulher tempo, v. 1.
- HELENA, Hirata. **Dicionário do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DANTAS, Mariana. A. **Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848)**. São Paulo: Mundos dos Trabalhos, 2014.
- CASTRO, Amanda. “**Nísia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época: Feminismo e Educação**”, p. 3
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 40. ed. Rio de Janeiro: Record 2000.
- MATOS, Maria Izilda Santos de, Org.; Castelo Branco, Pedro Vilarinho, Org. **Cultura, Corpo e Educação: diálogos de gênero**. São Paulo, EDUFPI, 2015.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes. 1999. 100p.

# A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO DO ENSINO PARTICULAR DE POUSO ALEGRE-MG

JOSÉ AUGUSTO DE SOUSA  
ANDREA SILVA DOMINGUES

Universidade do Vale do Sapucaí bloco marrom, cep 37550-000

zeaugusto0333@gmail.com, [andrea.domingues@gmail.com](mailto:andrea.domingues@gmail.com)

## 1 Apresentação

Partindo do pressuposto de que os livros didáticos/ são materiais mais utilizado pelos/as professores/as, servindo, também, como um recurso para os/as aluno/as no acompanhamento das aulas, este artigo tem por finalidade discutir a representação feminina no material didático e a construção do discurso da participação das mulheres na história do Brasil, bem com esta é projetada na memória escolar, institucionalizada, no ensino fundamental II da rede particular da cidade de Pouso Alegre – Minas Gerais.

Para tanto, buscamos observar em nossa análise o entrelaçamento entre a memória, o discurso e a produção historiográfica sobre o papel feminino representado no livro didático.

Fizemos análises de materiais didáticos adotados pelas escolas particulares de Pouso Alegre que são os colégios Ápice e colégio Celetista Senador Eduardo Amaral (CNEC). Trabalhamos neste artigo a análise do discurso produzido nos materiais didáticos utilizando em sala de aula, vale ressaltar que os materiais didáticos são portadores e construtores de discursos e memória, considerando que os materiais didáticos pedagógicos possuem sentidos ideológico, oportunizando diferentes leituras para diferentes posições sujeito.

## 2. Memória histórica e memória discursiva

Esta pesquisa é de grande importância para que possamos repensar a história apresentada nas escolas e na formação dos alunos do ensino fundamental II na cidade de Pouso Alegre-MG, sendo de profundo valor ao visar estabelecer e demonstrar, como é possível e necessário, realizar um diálogo com outras áreas do saber, uma revisão dos métodos de análise das fontes documentais, movimento este importante para repensarmos nossa ação enquanto educadores e formadores de opiniões, dialogo inovador que nos oportuniza uma possibilidade de análise inovadora dentro da história, momento de troca de técnicas e saberes da análise de discurso e da história enquanto disciplinas.

Por esse motivo, fazer uma história do presente (POLLACK, 1992, p.212) é suscitar indagações e buscar novas perspectivas para a compreensão de diferentes sujeitos e em nosso caso, o papel da mulher na história do Brasil e como esta está sendo representada no material didático nas escolas particulares ao procurarmos o conceito de memória no dicionário Aurélio nos deparamos com a seguinte definição “Faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente” esta definição por si só é muito simplória, pois:

“Memória é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção. Memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir”. (PÊCHEUX, 2006. P. 45)

É com este dispositivo de análise, referente a memória que vamos trabalhar neste artigo, onde não só dissocia memória do histórico e do político, oportunizando a percepção como o sujeito mulher é projetada na memória escolar e como a mesma é representada nos livros escolares.

Ao longo da história as mulheres sempre foram colocadas como submissas atrelando às a uma figura masculina, por conta de uma sociedade patriarcal, machista, sexista e conservadora que está presente nos dias atuais.

Sabemos que tudo está permeado por discursos e os materiais didáticos não são imunes a isso, nesta pesquisa notamos que o sujeito mulher é colocada em segundo plano no ensino de história dos colégios particulares que analisemos evocando um discurso fundador, ideológico e excludente, nos materiais didáticos dos educandos, reforçando formas negativas de se dizer, como um funcionamento de referência básica da sociedade. Orlandi (1993 p. 46), alerta a maneira como por vezes somos estereotipados, podendo desmerecer nos abandonar como cidadãos, sendo muitas vezes identificados com aquilo que não somos, pois o discurso fundador formando, cristalizando na memória referenciais imaginário

## 2.1 Memória histórica

Ao longo da história as mulheres sempre foram colocadas como inferiores aos homens reforçando o discurso fundador machista, e o material didático é uma representação de visões pejorativas e preconceituosas relacionada ao sujeito mulher, e portanto reforçando na memória da sociedade um visão estereotipada e conservadora do ser mulher Halbwachs (2013, p. 31) nos explica que “por mais que tenhamos a percepção de ter vivenciado eventos e contemplado abjetos que somente nós vimos, ainda assim nossas lembranças permanecem coletivas e podem ser evocadas por outros”. Isso porque, como afirma o autor, jamais estamos sós, mesmo quando os outros não estejam fisicamente presentes, pois os carregamos conosco em pensamento.

[...]Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível [...]A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (HALBWACHS, 2013, p. 100).

O matérias didáticos são referenciais teóricos/metodológicos utilizando pelo professor em suas aulas e fornecida ao alunos, muitas vezes este material didático é o primeiro contato com a leitura, sendo isso um problema, já que os livros e apostilas excluem sujeitos sociais como mulheres, negros, nativos, homossexuais ou quando aparecem nas disciplinas são apresentados como dominados principalmente a figura do sujeito indígena e do sujeito negro, as mulheres são apresentadas seja em textos ou em imagens usadas como ilustração neste livros como sujeitas submissa a figura masculina.

Fica evidente que os livros e apostilas estabelecem relações de poder entre os grupos sociais sendo usada a memória por muito tempo como um recurso para legitimar o poder de algumas classes sociais em detrimento de outras, colocando o livro didático como “caixa” ressonante de um discurso conservador e machista das escolas analisadas neste artigo, podemos dizer como o discurso fundador que evoca memória e sentidos de tempos discursos para (re) afirmar discursos fundantes.

## 2.2. Memória discursiva

Em estudos dirigidos e debates em sala de aula surgiu o interesse sobre memória discursiva, que auxilia a em uma melhor compreensão para a análise dos materiais didáticos, estão permeados de discursos, ideológicos.

Os livros e apostilas das escolas particulares aqui analisados reproduzem uma ideologia burguesa, visando em sua maioria o lucro das editoras e se silenciando os conteúdos significativos que deveria trazer questões sociais tendo um maior compromisso com a sociedade. Na contemporaneidade, oportunizando ao aluno um olhar crítico sobre o passado e seu sendo no presente.

Através do corpus de análise pudemos perceber ideologias presentes ligadas ao patriarcalismo, machismo, racismo ausentando um olhar mais abrangente em torno das minorias, bem como uma visão sexista pois reforçando a ideia de uma história escrita por homens e para homens, onde o sujeito mulher é silenciada nas páginas dos livros/apostilas dos educandos

Considerando que o discurso produz sentidos, para criar as significações, as interpretações e que o discurso produz sentidos que implicam em criação de significações e é uma pratica ideológica, entendemos que:

[...] os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquina ideológica que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes: “[...] este estabelecimento [ dos aparelhos ideológicos do Estado ] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura ininterrupta luta de classe [...] (aqui Pêcheux cita Althusser) o significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente o lugar e as condições ideológica da transformação das relações de produção (isto é de revolução no sentido marxista-leninista). De onde, a expressão “reprodução/transformação que empregamos (PÊCHEUX, 1995; p.145)

Os matérias didáticos como dito acima estão permeado de discurso, este discurso minimiza os conflitos sociais dentro de uma sociedade, no caso do sujeito mulher isso fica evidente colocando-as como donas de casas ou princesas mas nunca como sujeitos que lutam, resistam, e que foram fundamentais para história do Brasil, exemplos, como Chica da Silva, Luiza Mahin, Dandara<sup>59</sup>, este são um pequeno exemplo de mulheres importante para a nossa história mas que nos livros\apostilas que analisamos não que se quer são mencionadas.

Este discurso presente nos materiais dos educandos faz com que os mesmos reproduzam de forma consciente ou inconsciente um discurso machista, racista,

---

<sup>59</sup> Chica da Silva (1732-1796) foi uma escrava que viveu no Brasil na segunda metade do século XVIII. Manteve uma relação durante quinze anos com o rico contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira. Atingiu uma posição de destaque na sociedade, época em que a questão da escravatura era muito evidente. \*Luiza Mahin importante escrava que participou da revolta dos Males, lutou contra a escravidão. Viva na memória popular como símbolo de combate à sociedade escravista

\*Dandara é descrita como uma heroína, dominava técnicas da [capoeira](#) e teria lutado ao lado de homens e mulheres nas muitas batalhas consequentes a ataques a Palmares

homofóbico, isso nos leva a pensar, a função da escola e a reprodução do discurso que auxilia a fomentar um discurso excludente dentro da sociedade brasileira.

### **3 A representação da mulher no livro didático**

Os livros didáticos apresentam-se como um dos principais instrumentos na iniciação do aluno na leitura nas escolas particulares da cidade de Pouso Alegre, prática hoje exercida precariamente e por poucos, numa época em que ler representa conviver em sociedade (SMITH,1989) sendo este material nosso principal objeto de análise.

Vivemos numa sociedade pós-moderna, na qual os sujeitos sem identidade fixa e/ou permanente, “podem ser transformados continuamente em relação às formas pelas quais são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que rodeiam, indicando que a identidade é definida historicamente” (HALL,2009, p. 12-13).

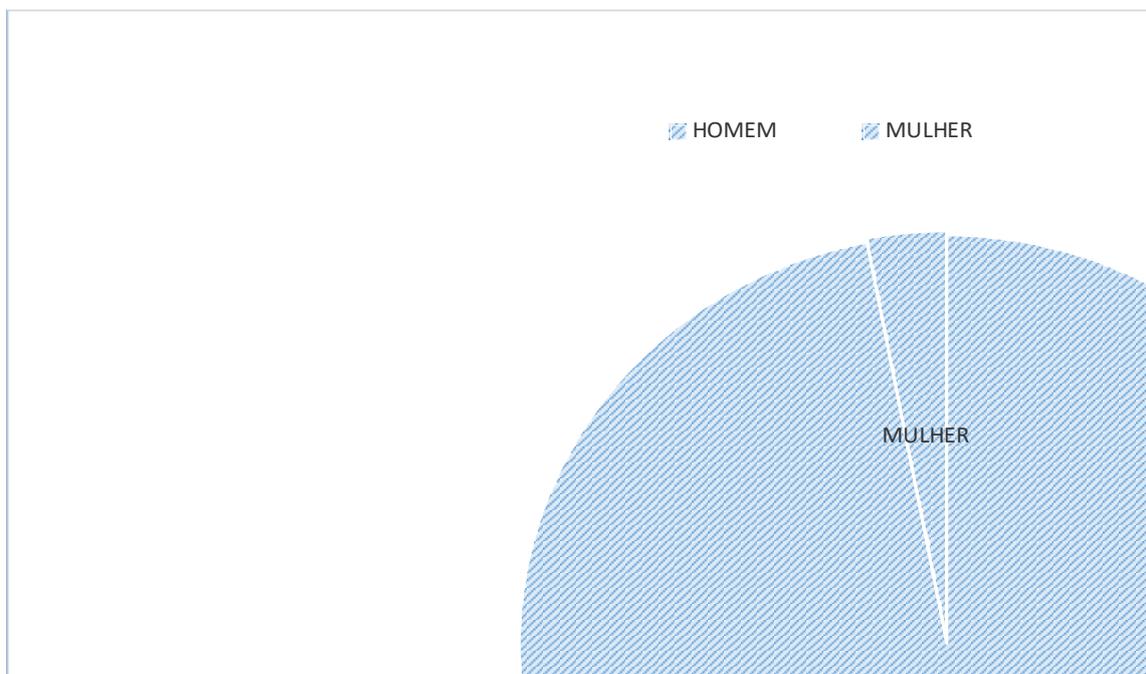
Para compreender a construção do discurso sobre a representação da mulher e sua participação na história do Brasil no material didático do ensino particular da cidade de Pouso Alegre – MG foi necessário perceber as maneiras como se constroem o discurso em torno da participação da mulher na história do nosso país, como abordam a ação de mulheres, para isso, precisamos compreender o significado dos textos e imagens que são apresentados no material didático, com novas perspectivas para a compreensão de diferentes sujeitos, especialmente, o papel da mulher na história do Brasil e como está sendo representada no material didático nas escolas particulares da cidade Sul Mineira.

Procuramos analisar os materiais didáticos das escolas particulares de Pouso Alegre do ensino fundamental II, estes materiais didáticos visto em primeiro momento, faz com que o leitor tenha a sensação de que está lendo a história história problema; porém este discurso só está presente na capa dos livros e apostilas que trazem o enunciado, a nova história crítica e história crítica do mundo. Porém em seu desenvolvimento os conteúdos reproduzem uma história Rankeana, enaltecendo “heróis” e excluindo os sujeitos sociais, como os negros, indígenas, homossexuais e a mulher que é nosso objeto de estudo neste artigo.

Os materiais didáticos que analisamos foram os próprios livros e apostilas adotados pelas instituições de ensino no caso o colégio CNEC e Ápice nas series iniciais do ensino fundamental II.

Nestes livros e apostilas analisados a representação feminina quase não aparece não fazendo qualquer menção a importância da mulher ao longo da história; no livro Projeto Araribá Historia 6ºano, a editora dá destaque em sua capa dizendo que o livro didático é o “manual do professor”. Ao analisar o livro didático usado pelo colégio particular pudemos notar que o sujeito mulher neste livro quase não aparece e quando aparece é para legitimar o discurso de uma história oficial. Um acontecimento recorrente nos livros que é a escrita de uma história linear cheias de gráficos que mostra a “evolução da humanidade” por mais que o livro diga em sua capa como mensagem que irei além da história oficial ele ainda representa o mesmo discurso fundador excluindo qualquer tipo de minoria e sujeitos sociais.

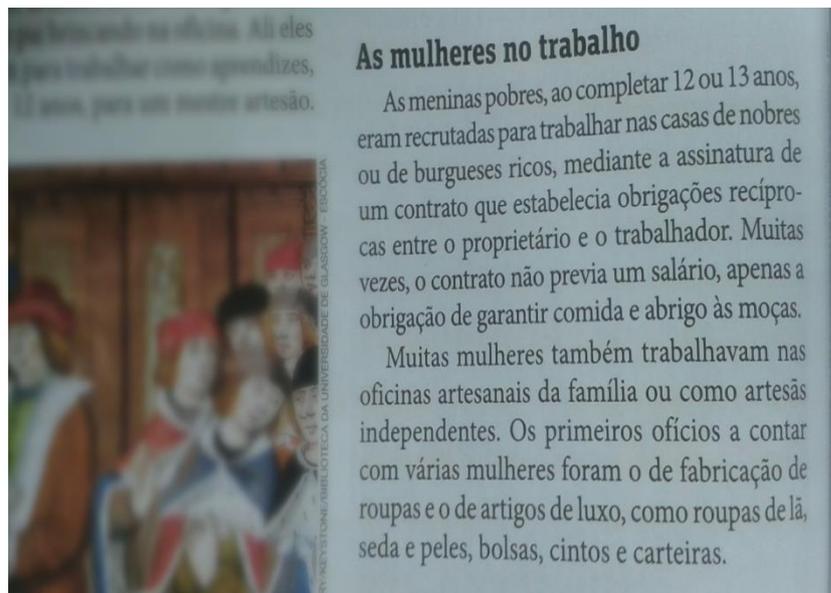
Na tentativa de melhor elucidar o leitor para compreensão do recorte do corpus de análise deste trabalho, vejamos o gráfico abaixo:



**Gráfico1. Representação feminina nos livro-didático referente ao colegio Ápice e CNEC**

No livro de história, projeto Arariba do 6º ano adotado na escola (CNEC), 97% do total dos conteúdos do livro trata de sujeitos sociais diversos e apenas 3% menciona o papel da mulher na sociedade, ali direcionado como estudos/aprendizado aos alunos, observa-se desta maneira como a mulher, suas lutas e representações são silenciadas nos acontecimentos históricos, nos conduzindo como pesquisadores a problematizar a questão ideológica como um sistema de representações, que recruta sujeitos, pois como nos diz Althusser (1974, p. 146), o sujeito não é a mesma coisa que a pessoa humana, mas uma categoria simbolicamente construída: “A ideologia [...] 'recruta' sujeitos entre os indivíduos [...] ou 'transforma' os indivíduos em sujeitos [...] por esta operação muito precisa a chamei de interpelação” .

Ao interpretar os dados quantitativos das páginas do livro Araribá, e o número de páginas que trata das mulheres na historiografia, nos conduz a problematizar como o que o sujeito aluno se constitui, e como este material interfere no processo indeniário, pois como nos alerta Orlandi (1999, p.47) não há sentido “sem interpretação, sem ideologias”. Continuando nossa análise e busca da representação da mulher no livro didático encontramos no livro projeto arribabà história do 7º ano um pequeno texto de 13 linhas que descreve como era o trabalho da mulher na idade média, onde muitas trabalhavam nas oficinas artesanais da família ou como artesãs, independentes fabricavam roupas, cintos, bolsas, carteiras, no entanto/o texto apenas relata, traz um texto de história tradicional não fazendo qualquer análise crítica ao regime da época.



**Imagem 2. Mulheres no trabalho livro projeto Araribá história 7º manual do professor, 2013**

Na Imagem 2, o texto recortado do livro do 7º ano traz palavras como “recrutadas” que reforça o discurso de dominação sobre a mulher, do qual ainda iam “trabalhar nas casas”, ou seja como serviçais, responsáveis pelo lar dos nobres burguês tem do seus ofícios de destaque funções artesanais. Observa-se que o discurso de mulher submissa e do lar é reforçado no imaginário do educando

Na imagem 02 observamos ainda a mulher inserida em um ambiente fabril no contexto da revolução industrial inglesa, porém o texto silencia sobre o tratamento que estas mulheres tinham nestas fabricas, como a exploração e assediadas em um ambiente de opressão para os trabalhadores e principalmente para as mulheres, questões como esta não aparecem no material didático fazendo com que a fabrica tenha um lugar benéfico a todas as trabalhadoras, e assim retomamos Certeau (1999 p. 65-109) que nos explica que o não dito não é por foi esquecido mas que foi colocado como não existente.

Todos os livros analisados nesta pesquisa indica que a participação das mulheres ao longo da história se fez sob a reprodução de um discurso machista e excludente, esta educação machista pode estar ligada ao fato em que o Brasil faz parte de uma difícil realidade para as mulheres segundo pesquisa “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?”, do Instituto Avon com Data Popular (2014) 48% dos jovens concordam que é errado uma garota sair sozinha com os amigos sem o marido ou namorado, outro dado preocupante e que 43% dos jovens já viram a mãe ser agredida.

Estes dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher, mas infelizmente a escola está contribuindo com o discurso fundador do machismo e da violência.

O discurso fundador é aquele que a comunidade se reconhece como tal, a partir da sua significação, sendo capaz de produzir sentidos. E, para produzir sentido, ele deve ser entendido inicialmente, enquanto um fio de instauração do novo.(ORLANDI,1993,p. 46)

Os materiais didáticos pedagógicos adotados pelos colégios particulares pousoalegrense falham nas questões de representatividade e questões sociais por mais que ora a mulher apareça como princesa, ora aparece como guerreira, em sua grande maioria é representada como submissa ligada a uma cultura patriarcal.

## 4.2 O material didático como mercadoria

O livro didático tem um papel importante dentro das instituições de ensino escolares brasileiras, sendo muitas vezes a única base para como consulta a seu conhecimento, quanto para os educandos os livros didáticos são uns dos principais instrumentos na iniciação do aluno a leitura, prática hoje exercida precariamente e por poucos, numa época em que ler representa conviver em sociedade (SMITH, 1989)

No mundo contemporâneo o conhecimento se tornou mercadoria e os materiais didáticos são mais uma das muitas mercadorias da sociedade burguesa contemporânea Marx (1996) já nos alertava.

Que a mercadoria é a principal categoria para o entendimento do capitalismo ela é mediadora das relações sociais, ela é, antes, uma coisa que serve para realizar as necessidades do ser humano. Em uma sociedade que se baseia na troca e no valor do uso da mercadoria, para satisfazer essas necessidades, aparecendo também como suporte material do valor de troca, pelo qual as são trocadas no mercado e com o livro didático não é diferente. Como valor de uso, satisfaz as necessidades de certa expectativa dita educacional, mas, para realizar a satisfação dessas necessidades, subordina-se ao valor de troca e às suas determinações.

Marx (1996) esclarece o caráter fetichista da mercadoria:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. (p.198).

Podemos examinar a produção capitalista do ponto de vista do valor de uso, aquilo que é resultado do trabalho, e sabendo que pessoas reais são meros detentores da força de trabalho. No caso do livro didático os trabalhadores envolvidos neste projeto mercadológico são: autor, editor, chefe de arte, copidesque, preparador de texto, revisor, diagramador, as várias categorias profissionais de gráficos, divulgador, avaliador, diretor de escola, professor, aluno e pais, só para mencionar as mais óbvias.

A produção do livro didático serve para a acumulação do capital das grandes editoras, vale ressaltar que onde há o capital, também a trabalho. Sendo assim:

A mercadoria é a síntese, a cristalização de relações sociais entre os seres humanos, mediados por coisas, e, “pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”, sejam “do estômago ou da fantasia” (Marx, 1996, p. 165).

## 4 A representação e o olhar imagético

As mulheres sempre foram sujeitos ativos na história, tendo uma importância significativa na história Brasileira, diversas mulheres lutaram por uma sociedade mais justa e igualitária, e outras perderam suas vidas defendendo seus ideais.

A construção e a representação das mulheres nos livros didáticos das escolas particulares colocaram as mesmas como sujeitas subordinadas a uma figura masculina tanto no corpo do texto quanto nas imagens colocadas somente para ilustrar o livro não tendo nenhuma análise ou reflexão, onde estas mulheres aparecem sempre

acompanhadas por um homem sendo muitas vezes o pai, o marido ou até mesmo o filho mas nunca sozinha, alguns exemplo destes no materiais didáticos pedagógicos é a presença da Maria Bonita que está ao lado de Lampião, onde a mesma é colocada como curiosidade sobre a vida do cangaceiro; outra mulher que aparece é Olga Benário que é caracterizada como a mulher de Prestes, retirando-a como sujeito participativo da história e deslegitimando sua importância dentro do movimento comunista e organização do plano para derrubar a ditadura de Vargas; estes são uns dos muitos exemplos que estão presente nestes materiais didáticos que estão calcados em uma história positivista, que enaltece os “heróis” da nação, destacando homens pertencentes a uma elite que defendem um discurso nacionalista, machista, misógino, mas do que isso o livro exclui a mulher como sujeito participativo .da história; sendo assim podemos dizer que a história nos materiais didáticos é história escrita por homens e para homens

## 5 Algumas considerações

O artigo apresentou a representação da mulher no material didático escolar e a construção do discurso da participação das mulheres na história do Brasil, bem como está é projetada na memória escolar, institucionalizadas, no ensino fundamental II da rede particular da cidade de Pouso Alegre -Minas Gerais.

Onde tem com proposito de contribuir significativamente para o ensino trazendo um novo olhar para os materiais didáticos pedagógicos

O material didático, as apostilas apresentam-se como um dos principais instrumentos na iniciação do aluno na leitura nas escolas particulares da cidade de Pouso Alegre – Minas Gerais, prática hoje exercida precariamente e por poucos, numa época em que ler representa conviver em sociedade (SMITH, 1989), Nas análises realizadas percebe-se que as mulheres foram protagonistas na história brasileiras, mas ainda são representadas nos materiais didáticos como sujeitos subordinada ao homem, o material didático pouco traz sobre o papel da mulher na sociedade brasileira e suas lutas e sentido para compreensão da história das mulheres no tempo presente.

Devemos buscar uma reflexão sobre nosso sistema escolar que está calcado em um ambiente de exclusão, sendo uma educação para poucos, mas do que isso, o educador também tem seu percentual de culpa por não trazer uma aula crítico reflexiva ao seus alunos fazendo que muitos jovens se transformam em adultos pouco participativos na sociedade colaborando com uma sociedade machista elitista e preconceituosa.

Uma pergunta que me veio escrevendo esta consideração é sera que a educação é um reflexo da sociedade? ou a sociedade é um reflexo da educação? claro que amabas as perguntas podem estar certa mas o reflexo da educação está predominante na ideologia vigente de um governo, por exemplo um governo de direita pouco se importará com políticas sociais ou de representatividade, este modelo de politica reflete no cotidiano de uma sociedade tornando-a mais desigual e no ambito da educação torna a mesma mais excludente e opressora, não podemos perder a esperança, devemos lutar por uma educação transformadora.

## Referências Bibliográficas:

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. p.146 Lisboa: Presença, 1974.
- ORLANDI, Eni P.(org) **Discurso fundador**. p.47 Campinas: Pontes 1999.
- MARX, Karl. **O Capital**. p. 165 -196 -198. São Paulo: Centauro Editora, 1996.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. p. 45. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. p. 145. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas :UNICAMP,1995.

ORLANDI, E.P **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. p 46. 4, Ed, Campinas: Unicamp,1993

ORLANDI, E.P **Análise de discurso: principio e procedimentos** p.47. .4, Ed, Campinas: Unicamp,1999

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. p.12-13. Ed. DP&A, 2009.

POLLAK, Michel. **Estudos Históricos**. p.212. Rio de Janeiro, v. 05, nº10, 1992

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. p.143. Porto Alegre: Artes Médicas,1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. p.31-100. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

CERTEAU, MICHEL DE. **A escrita da historia**. p. 65-109. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999

**Corpus de análise:**

APOLINÁRIO, Raquel, Maria. **Projeto Araribá história 6º ano**. 3ªed. São Paulo: Moderna, 2013.

APOLINÁRIO, Raquel, Maria. **Projeto Araribá história 7º ano**. 3ªed. São Paulo: Moderna, 2013.

# CULTURA E MEMÓRIA: FESTA DA PADROEIRA SANT'ANA EM SILVIANÓPOLIS/MG

LUIS FERNANDO NOGUEIRA DOS SANTOS  
CLEYTON ANTONIO DA COSTA

Faculdade de Ciências e Letras Eugenio Pacelli – Departamento de História  
Universidade do Vale do Sapucaí

[luisfernandonogueira95@hotmail.com](mailto:luisfernandonogueira95@hotmail.com) ; [cleytoncac@yahoo.com.br](mailto:cleytoncac@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada tem busca entender as diferentes memórias e vivências de sujeitos sociais que organizam e participam do evento, que é organizada pela Igreja Católica na cidade de Silvianópolis no sul de Minas Gerais.

A Festa da Padroeira Sant' Ana para a comunidade possui diferentes representações, olhares e significados que faz com que haja em relação aos festejos da cidade diferentes formas de se fazer e estar na festa. A festa da padroeira da cidade de Silvianópolis é realizado no mês de julho oportunizando um momento diferente na comunidade local, repleto de práticas religiosas que promovem o encontro e a sociabilidade.

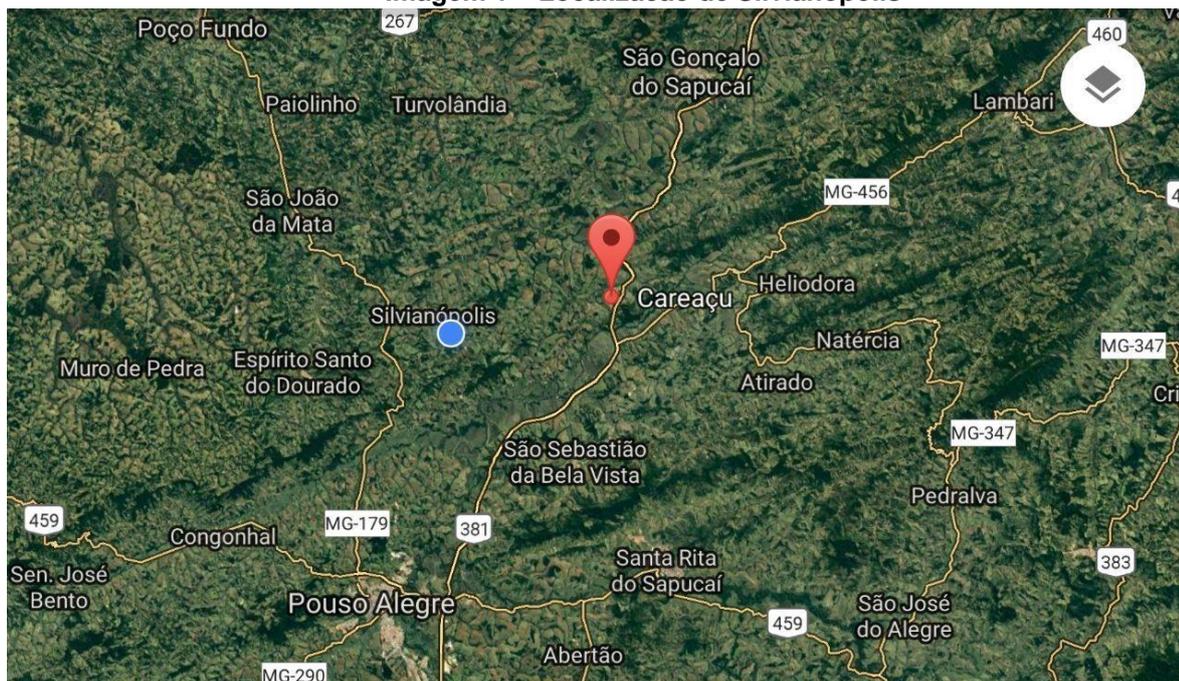
A cidade de Silvianópolis está localizada no sul de Minas Gerais, foi uma das primeiras vilas sul mineiras a ser fundadas na região, fato que ocorreu em 30 de outubro de 1746, por bandeirantes paulistas que desbravavam sertão adentro em busca de metais preciosos. Passados dois anos, em 1748 cria-se a Paróquia de Sant' Ana pelo primeiro Bispo de São Paulo Dom Bernardo Rodrigues Nogueira (DUTRA, 2006). A paróquia foi criada em julho, porém foi provida de pároco apenas em novembro deste mesmo ano. E em sua obra memorialista Carlina Morais Dutra (ano) compreendemos que a escolha de Sant'Ana, como Padroeira deste nova Vila se deu em homenagem à Padroeira de Sant'Ana de Mogi das Cruzes, local de onde partiram estes bandeirantes que fundaram o povoado.

E nos traz também que por volta de 1745 navegando o Rio Sapucaí os paulistas se estabeleceram as a margem esquerda do rio, iniciando a exploração de uma jazida descobertas por eles (aproximadamente uns 18 km de onde depois surgiria o Arraial de Sant'Ana). Inicia-se mais tarde toda uma disputa entre o Governo da Capitania de Minas Gerias e de São Paulo pela aquela região.

Chega o fim a de extração de ouro que sustentou a economia local, dando lugar à agricultura (café e leite). Atualmente Silvianópolis possui algumas indústrias com destaque para laticínios e algumas pequenas fábricas, mas a agricultura ainda prevalece forte na região.

O Município de Silvianópolis, faz limite com os municípios de Pouso Alegre, Turvolândia, Careaçú, São Sebastião da Bela Vista, São João da Mata e Espírito Santo do Dourado.

**Imagem 1 – Localizacao de Silvianópolis**



Disponível em [http: www.google.com.br/mapas/silvianopolismg](http://www.google.com.br/mapas/silvianopolismg). Acessado em 15 de novembro de 2017

Por muito tempo o Distrito homenageava sua padroeira com o nome Santana do Sapucaí. Com a elevação à cidade em 30 de agosto de 1911, dá-se o nome de Silvianópolis em homenagem ao filho da terra Silvano de Almeida Brandão, que foi considerado pela historiografia regional como um importante político mineiro.

Até hoje, a religiosidade marca a vida dos silvianopolenses e a história desta cidade, basta olharmos os monumentos religiosos pela cidade, que percebemos esta religiosidade marcante. A devoção á senhora Sant'Ana se faz presente na cidade.

É a partir do recorte cultural do festejo que é possível compreender as diferentes memórias e sentidos relacionados à festa que além de um evento religioso, também é uma experiência social que marca a vida de vários sujeitos sociais. Discorreremos sobre relações vivenciadas por estes sujeitos, que por meio de suas memórias, que contribuem para a análise da festa. Assim é possível uma discussão dos vários olhares, até divergentes, acerca da festa que se estrutura conforme gestos e valores. Analisamos a festa de Sant' Ana como um espaço marcado por experiências e memórias e repleto de ações que regem todo o seu acontecer. E nessa perspectiva é possível dialogar com o que nos diz Costa

Ao se dedicar a trabalhar com festejos religiosos e sociais de uma comunidade, seja qual for, estamos também, trabalhando com identidade, pois é neste processo do festejar que são evidenciadas as diferentes práticas culturais de homens e mulheres (2012, p.4).

Podemos compreender que as experiências permeiam essas práticas e os significados elaborados por essas experiências possibilitam produzir diferentes memórias. Ao trabalhar as narrativas orais nos possibilitado entender o significado da festa religiosa na vida da população silvianopolense, homens e mulheres que participam efetivamente da organização da festa, ou outros que participam da festa estabelecendo como um espaço de lazer e desconcentração, um momento de alegria e lazer.

Buscamos analisar os modos de se fazer da festa e os múltiplos olhares acerca da mesma, pois cultura pode ser entendida como um vasto e variado campo de possibilidades, onde se renova anualmente os valores e significados, pois entendemos que “cultura [é] apresentada como todo um modo de vida e todo um modo de luta” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2004, p. 07). Configura-se no modo de viver pautado em valores e gestos específicos, que em alguns momentos se divergem e exigem a resistência e negociação para a manutenção. Também em sintonia com os estudos de Thompson que aponta:

é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para a geração e o desenvolvimento sob formas históricas específicas das relações sociais e de trabalho (1998, p. 22).

Da mesma forma, compreendemos que os modos de viver e ver a festa são diferenciados dependendo de cada experiência vivenciada pelo sujeito social, entendido como “o sujeito histórico que, não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente” (KHOURY, 2001, p. 80). Ou seja, os olhares para os festejos realizados no período de Julho em Silvanópolis, constituem-se de formas divergentes, antagônicas e/ou convergentes, em que esses sujeitos se respaldam em suas perspectivas no que se refere ao lazer, devoção e festa.

Concordamos com Domingues, ao afirmar que “ a festa [...] se constitui nas experiências sociais diversas, instituindo um campo de memórias”(2017, p. 162). Olhares, significados, sentimentos e lembranças que marcam gerações que vivenciam os festejos em Silvanópolis, são o objeto de nosso estudo

Assim, este trabalho contribuirá para a Historiografia social, regional e local, auxiliando na discussão de temas pertinentes, que conduzem o conhecimento histórico para uma elaboração mais dinâmica e não retilínea ou linear da História ao mesmo tempo em que possibilita uma discussão acerca dos modos de compreender a festa e sua organização e (re)significações. E ainda, abordar as memórias de homens e mulheres, que contribuíram e contribuem para a dinâmica da festa, em seus diferentes aspectos.

Ao trabalhar com o festejo de Silvanópolis buscamos, além dos objetivos já explicados nesta apresentação, entender os sentidos do sagrado e do profano e as diferentes formas que as práticas culturais se hibridam no tempo histórico e nos diferentes espaços da cidade, da festa e da memória histórica que permeiam a constituição deste festejo.

É a História Oral que nos possibilitar conhecer diferentes vivências e experiências, sendo estas muitas vezes ocultadas pela história oficial:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... são histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos (FERREIRA; AMADO, 2002, p. xiv).

A História Oral é uma metodologia, uma nova proposta de trabalhar-se a História, não vem para responder ausências, é mais uma nova forma de interpretação. Caminha

junto à memória oficial, porém oferece novas possibilidades com outras memórias não oficiais e possibilidades de análise para percepção dos discursos e da constituição ideológica.

Norteados por Alessandro Portelli refletimos, que:

a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, com as vezes – exatamente iguais (1997, p. 16).

Compreendemos que todo relato, apesar de ser individual está dentro de um contexto social, apresenta vivências, experiências que foram vividas em comunidade, onde é notada a contribuição do sujeito social na história, pois este não é um elemento aquém desta, mas sim um construtor com sua participação.

Cria-se um universo que vai além do cotidiano, período aguardado pela população com expectativa. Devido a esta alteração, há nos ares da pequena cidade de Silvianópolis, como demonstra Guarinello:

[...] uma festa é uma produção social que pode gerar vários produtos, tanto materiais como comunicativos ou, simplesmente, significativos. O mais crucial e mais geral desses produtos é, precisamente, a produção de uma determinada identidade entre os participantes, ou, antes, a concretização efetivamente sensorial de uma determinada identidade que é dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e que, portanto, se inscreve na memória coletiva como um afeto coletivo, como a junção dos afetos e expectativas individuais, como um ponto em comum que define a unidade dos participantes. A festa é, num sentido bem amplo, produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço sociais (2001, p. 972).

É, também, por meio das festividades que os sujeitos sociais reafirmam sua identidade, sua concepção de mundo, os seus valores. É permitido afirmar que a festa possibilita um espaço de encontro e troca. É o período de uma intensa interação entre a comunidade consigo mesma e com os visitantes das cidades circunvizinhas que procuram as festas em Borda da Mata como opção de lazer e devoção.

### **Divulgando a festa**

A festa da padroeira é divulgada por meio de cartazes, que trazem a programação, cronograma e os elementos que compõem a festa. Analisar esses impressos que são espalhados pelo município, demonstra a configuração de um tempo diferente, ou seja, a festa está próxima.

#### **Imagem 2 – Cartaz da Festa de Sant Ana 1987**

**FESTA DE SANT'ANA EM SILVIANÓPOLIS**

"CELEBRAR A FESTA DA PADROEIRA DEVE SER UM MOMENTO FORTE NA VIDA DA COMUNIDADE. CONTAMOS COM SUA PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO"

**- Programação da Novena -**

19:00 horas	Missa	Celebrante	Tema e Participação
17	Sexta-Feira	Po. Beto Antônio da Fonseca	VOCAÇÃO Chamada e Resposta TODA COMUNIDADE
18	Sábado	Po. Paulo Vitor Ambrós	FAMÍLIA: Ainda não tem? TODAS AS FAMILIAS
19	Domingo	Po. Antônio Lúcio Pereira	1988 festa - Missa das Crianças 1988 festa - A presença de São Romeu - CÍRE e amigos - TODA COMUNIDADE
20	Segunda-Feira	Po. Evair T. Marcolino Nogueira	MARIA: Sua participação na história TODAS AS MULHERES
21	Terça-Feira	Po. Antônio Carlos Félix	CATÓLICOS - Comunidade Comunidade Catequistas e crianças
22	Quarta-Feira	Po. Antônio F. de Souza	Missa de Louço ao Espírito de São João TODA A COMUNIDADE
23	Quinta-Feira	Po. José Efigênio da Fonseca	Igreja: Comunidade com a Transmissão TODA A COMUNIDADE
24	Sexta-Feira	Po. Adilson Góes Magalhães	Trabalhador Rural: Trabalho de Educação Todas Trabalhadoras Rurais
25	Sábado	Po. José Cláudio de Andrade	

**Dias 18 e 25 às 20:00 horas - Leilão de prendas e assados**

**- DIA DA FESTA - 26 DE JULHO -**

05:30 hs. - Abertura Festiva  
10:00 hs. - MISSA - com participação de todas as crianças.  
12:00 hs. - LEILÃO DE GATO - Festa do Coqueiro  
18:30 hs. - Procissão luminosa em seguida Missa Festiva - Participação de toda comunidade - Corrida especial  
Todas as mulheres da cidade "ANA"  
Também a presença da BANDA DE MÚSICA animando as festividades.

OBS: Leilão de Gato mediante cheque a ser descontado dentro de 30 dias.

"Festa é encontro, Festa de festa que se vive para celebrar a vida e não só. Unidos sempre juntos e abraçados a festa sempre será o momento de reafirmação de nossa fé."

**AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO DE TODOS E QUE SANT'ANA OS ABENÇOE**

OS FESTEIROS: WALDOMIRO MARTINS DA SILVA  
SILVIANÓPOLIS, julho de 1987

Po. Paulo Roberto Coutinho  
Po. Antônio Lúcio Pereira

**Lanchonete Cristaine**

DE  
JULIA e CECILIA

Primo do trabalho e respeito ao cliente

**MINASCAIXA**

A CASA DOS MINEIROS

Agência SILVIANÓPOLIS

**Agro Pecuária Santa Edwiges Ltda.**

PRACA BOMBO W. 1000A, 30  
SILVIANÓPOLIS - SP

para pedidos chamar João Lima - (11) 928-9322 - (11) 928-9345

**Cartaz cedido pela secretaria da Paróquia Sant'Ana**

Através do cartaz acima é possível compreender a organização da Festa no ano de 1987. Logo no início do cartaz está o seguinte dizer: "Celebrar a Festa da Padroeira deve ser um momento forte na vida da comunidade, contamos com a sua presença e participação" É este o objetivo da Igreja que esta celebração em louvor a Santa Padroeira da Cidade seja um momento de fé que marque a vida da população onde a maioria da população que se diz católicos.

A seguir tem a programação de todos os dias de missas da novena, com o Padre que celebrava a missa a cada dia, muitos deles, vindo de outras Paróquias, acontecimento que não fazia parte do cotidiano das pessoas, e o tema a ser refletido a cada dia e os convidados especiais de dentro da Paróquia para cada dia de missa como: todos os membros da comunidade paroquial, os trabalhadores rurais e as famílias.

Com essa prática de convidados especiais, vemos que se busca valorizar a participação destes membros da comunidade nesses dias de festa; e com essa prática notamos que atraiam mais pessoas para as celebrações religiosas e conseqüentemente para os leilões de prendas, que era o nome como era chamada a parte social da festa que visava a arrecadação de dinheiro para a Paróquia.

No dia 26 de julho, dia da Padroeira Sant'Ana há uma programação toda diferenciada, para marcar a grandiosidade deste dia tão importante para a Paróquia. Iniciava às 05h30min. e transcorria todo o dia, com atividades religiosas e sociais. Ainda hoje o dia da Padroeira é marcado por uma gama de acontecimentos diferenciados dos outros dias da festa; pratica estas que variam a cada ano, conforme a vontade do Pároco e dos festeiros. Percebe-se neste cartaz a divulgação de alguns patrocinadores que contribuem com financeiramente.

Imagem – 3 Festa de Sant’Ana 1998

**FESTA**  
**250 ANOS DE PARÓQUIA**  
**SANTANA COM O ESPÍRITO SANTO E MARIA RUMO AO NOVO MILÊNIO FORTALECIDOS NA ESPERANÇA**  
**De 17 a 26 de Julho de 1998**  
**Em Silvianópolis**

**PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA**

**17/07 - SEXTA-FEIRA**  
Abertura da Festa  
19:00 - Missa  
TEMA: PELO BATISMO, VIVENDO NA COMUNIDADE, MOVIDOS PELO ESPÍRITO SANTO.  
Celebrante: Pe. Elpídio Sebastião Flamarino  
Responsável: Equipe de Batismo  
Participação: Bairro dos Fernandes, Setor Catua, Centro.

**18/07 - SÁBADO**  
19:00 - Missa  
TEMA: PELA CRISMA, SERVIDORES DO REINO, FORTIFICADOS PELO ESPÍRITO SANTO.  
Celebrante: Pe. José Francisco Rezende Dias  
Responsável: Catequistas da Crisma  
Participação: Bairro do São Amaro, Água Limpinha de Cima, Setor Vila Agueda.

**19/07 - DOMINGO**  
19:00 - Missa  
TEMA: ECARISTIA, FONTE E VIDA DA COMUNIDADE, NA UNIDADE DO ESPÍRITO SANTO.  
Celebrante: Pe. Nivaldo Pereira  
Responsável: Ministros E. da Comunhão  
Participação: Sítio, Vitorinos, Águas Quentes.

**20/07 - SEGUNDA-FEIRA**  
19:00 - Missa  
TEMA: CATEQUESE, RENOVADA PELA FORÇA DA EDUCAÇÃO DA FÉ, VIVENDO A ESPERANÇA NO ESPÍRITO SANTO.  
Celebrante: Mons. Almeida Rosa  
Responsável: F. E. P. S.  
Participação: Bairro da Cachoeira, Jaguara, Santa Bárbara.

**21/07 - TERÇA-FEIRA**  
19:00 - Missa  
TEMA: PELO ESPÍRITO SANTO SOMOS PEDRAS VIVAS, NA EDIFICAÇÃO DA IGREJA DE JESUS CRISTO.  
Celebrante: Mons. Almeida Rosa  
Responsável: F. E. P. S.  
Participação: Bairro da Cachoeira, Jaguara, Santa Bárbara.

**22/07 - QUARTA-FEIRA**  
19:00 - Missa  
TEMA: FAMÍLIA, EXPRESSÃO DO ESPÍRITO DE AMOR.  
Celebrante: Pe. Paulo V. Assis  
Responsável: RCT  
Participação: Congonhalzinho e Tutã.

**23/07 - QUINTA-FEIRA**  
19:00 - Missa  
TEMA: O ESPÍRITO SANTO NA VIDA DO CRISTÃO.  
Celebrante: Pe. Agnir Roberto da Silva  
Responsável: Equipe dos Doentes  
Participação: Setor Mourão e Primavera.

**24/07 - SEXTA-FEIRA**  
19:00 - Missa  
TEMA: ESPÍRITO SANTO, ALMA DA LITURGIA.  
Celebrante: Pe. João Helder Fagundes  
Responsável: Pastoral da Liturgia  
Participação: Setor Tanque.

**25/07 - SÁBADO**  
19:00 - Missa  
TEMA: MARIA, MULHER DA ESPERANÇA  
Responsável: Juventude  
Participação: Mourão.

**26/07 - DOMINGO**  
19:00 - Missa  
19:30 - Agradecida Festiva  
19:00 - Missa  
17:00h - procissão em seguida Missa  
TEMA: SANT'ANA EDUCADORA DA FÉ  
Responsável: Equipe de Liturgia e Coordenadores de Setor  
Participação: Comunidade Paroquial

**PROGRAMAÇÃO EXTERNA**  
Nos dias 3, 4, 5, 10, 11, 12 e de 17 a 26 de julho funcionará a Barraca da Festa.  
Dia 3, segunda às 14:00h - Leilão de Gado no Sindicato Rural.

**OS FESTEJOS:**  
José Amândio Bezerra e Espozon  
Silviana Silveira Delfino e Espozon  
e Fátima Silveira Delfino  
Agradecemos a todos  
Que Sant'Ana abençoe e nos dê  
Comissão Organizadora  
Pe. João Vitorino Cavalcini  
Adm. Paroquial

Cartaz cedido pela secretaria da Paróquia Sant’Ana.

No cartaz acima, podemos notar um marco temporal dentro do festejo. O registro de 250 anos da paróquia possibilitou um grande festejo. Ocorre uma dinâmica diferente neste ano.

Podemos notar que a imagem da Santa está ao centro, como forma de destacar e evidenciar que a devoção a santa, expondo com a referência para essa comunidade.

A festa contém partes diferentes: a programação religiosa e a programação externa. Essa se refere a prática do lazer, do consumo, da sociabilidade e do encontro que é formulado. Aqui se constitui o improvisado, o riso, a bebedeira, ou seja, quebra com o rito repetitivo e estabelecido da parte religiosa. Assim, nota-se que essa parte se encontra com pouco destaque, isso é demonstra o olhar eclesialístico na organização e planejamento da festa, impondo certos preceitos e práticas, que é a valorização da prática religiosa, diante do destaque dado no cartaz.

Como nos aponta Santaella,

para lermos uma imagem, deveríamos ser capazes de desmembrá-la parte por parte, como se fosse um escrito, de lê-la em voz alta, de decodificá-la, como se decifra um código, e de traduzi-la, do mesmo modo que traduzimos textos de uma língua para outra (2012, p. 12).

Norteados por essa perspectiva, se estabelece um olhar crítico para os cartazes impressos, pois esses materializam os ideais que permeiam a festa, entendendo também os valores que são propagados durante o evento.

### A atuação do festeiro

A festa constitui um dos momentos mais importantes para o município, reunindo um grande número de homens, mulheres e crianças e, da mesma forma, os “filhos da

terra” que moram em outras localidades retornam à cidade natal para reencontrar parentes e amigos. Os dias da festa são marcados pela fé, lazer e sociabilidade.

Como afirma Burke, “as pessoas contavam o tempo pelas grandes festas” (2010, p.244). A realização das festas estrutura-se em um tempo/espaço. Elabora-se um espaço extraordinário constituído por outras dinâmicas e um tempo estabelecido, formulando desta maneira a espera pela chegada e vivência do evento. Portanto, compreendemos que “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). A busca em fixar a festa como uma data de espera constrói uma expectativa, e esta se dinamiza de maneira certa, estar com a família, recesso escolar, materializar a devoção, entre outros. Forja-se um momento aguardado, ao registrar no calendário tal evento que institui um acontecimento cujo culminar traz sentimentos, valores durante o cotidiano regido pelo trabalho e obrigações.

Para a organização da festa, um personagem se faz relevante é o festeiro. A atuação dos festerios é fundamental para a realização da festa, pois são eles os responsáveis pelo parte social, por fazer com que a festa aconteça.

O trabalho dos festeiros é um serviço voluntário prestado a comunidade e a escolha dos festeiros se dava da seguinte forma: as pessoas que queriam ser festeiros se apresentavam ao padre. Os primeiros eram que “pegavam” a festa, sempre eram pessoas que participam da vida na comunidade católica.

De acordo com o Diretório Pastoral e Sacramental da arquidiocese de Pouso Alegre, no artigo nº 175, adverte: “Sejam observados os seguintes critérios para escolha do festeiro: a) Ser católico; b) Ser uma pessoa atuante na vida da comunidade local” (COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL, 2006, p. 58). Pautada nestas exigências eclesiais, nota-se que a tarefa exercida pelo festeiro se resume em ser ressonante com as normas da Igreja, pois, aquele que é festeiro estaria realizando uma atividade em nome da Igreja, representando a mesma ao estar organizando a festa.

São os festeiros os responsáveis por percorrer toda a cidade, em casas e comércios em busca de doações seja em dinheiro, mantimentos ou prêmios para serem sorteados nas quermesses e sorteios de prendas e assados.

Domingues, aponta que:

Os festeiros são as pessoas de maior evidência da festa. Devem coletar as “esmolos”, coordenar as ações para levantar fundos, como bingos e bailes durante o ano, administrar e organizar as atividades como a vinda dos ternos de congo, tratar da divulgação da festa e, principalmente, do oferecimento das refeições, ou seja, garantir o banquete aqueles que participam da festa (2011, p. 09).

A função maior do festeiro é organizar a festa, com isto, todo o material necessário para a realização dela fica sob sua responsabilidade e execução da mesma. Ele supervisiona as demais atividades e tarefas, cabia a ele reunir os leigos para ajudar nos preparativos e na realização dos festejos.

As narrativas orais nos possibilitam conhecer outras versões e olhares. Trazendo à tona outros significados ao festejo.

Lidar com o tempo nas narrativas é também lidar com a memória. A fala oral está sempre impregnada de memória. Nas conversas estamos em contato direto com modos como as pessoas costumam significar o passado, marcar e usar o tempo. Compreendê-lo e explicá-los requer mais do que uma atenção a diferentes

temporalidades e as suas mútuas relações em processos históricos específicos; requer apreender maneiras como as pessoas, com quem falamos, dividem, significam e usam o tempo (KHOURY, 2004, p. 128).

E com este aporte podemos compreender a que as narrativas orais possibilitam uma contemplação da experiência social, que podem apresentar contradições, antagonismos, construindo, desta maneira, um cenário rico em informações pautadas nas memórias dos narradores.

A festeira Maristela discorre:

É uma festa que o dinheiro arrecadado, é ela que mantém a Igreja, a Paróquia, né? Então a responsabilidade é bem grande do festeiro também, né mais como eu falo só os festeiros sozinhos não faz a festa precisa muito da participação da comunidade<sup>60</sup>

Diante da narrativa acima compreendemos que a realização da festa não depende somente dos festeiros e das pessoas que trabalham na organização, e sim da colaboração de todo a paróquia, que abrange o espaço urbano e rural. Que anualmente recebem os festeiros em suas casas e colabaram para realização da festa seja por meio de dinheiro, alimentos, ou prêmios para serem sorteados.

Maristela aponta a responsabilidade que é depositada aos festeiros. Compreendemos que a tarefa de planejar e organizar a festa está associada também a elaboração de uma distinção diante da comunidade. Pelo fato, que é o trabalho do festeiro, que oportunizará a realização da festa. O festeiro se torna uma referência, diante da sua atuação de permitir a continuação da festa. O trabalho deste sujeito oferece a vivência festiva.

### Diferentes olhares para a festa

O festejar constitui uma ação que perpassa o preparar para a mesma, o arrumar-se, escolher ou comprar a melhor roupa, organizar as tarefas de trabalho para poder ir à festa, estar com a família e/ou amigos, o consumir comidas e bebidas. Tais ações são realizadas somente no tempo/espaço das festas, tece-se um cenário que está além do que é pautado no dia a dia, é um tempo diferente, aguardado, celebrado. Mas temos a consciência de que o ver e viver a festa não se dá de modos sem razões e/ou interesses. A moradora Claudia Inês relata que

Eram as festas esperadas do ano: São Sebastiao em janeiro, Festa do Rosário e a Festa de Sant`Ana, até então não tinha a Festa de Nossa Senhora Aparecida, aquela lá é mais nova, aquela igreja não existia, é de pouco tempo para cá, né. Então essas 3 festas era o acontecimento da cidade<sup>61</sup>.

Com a narrativa da senhora Cláudia compreendemos que a festa era um momento esperado pela população da cidade, que todos aguardavam a chegada da

---

<sup>60</sup> Senhora Maristela Caixeta Pereira Carvalho. Cultura e Memória: Festa da Padroeira Sant' Ana de Sivianópolis/MG. Em Silvianópolis, 23 de maio de 2017. Entrevista concedida a Luis Fernando Nogueira dos Santos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de História.

<sup>61</sup> Senhora Cláudia Inês Silva de Lima. Cultura e Memória: Festa da Padroeira Sant' Ana de Sivianópolis/MG. Em Silvianópolis, 12 de maio de 2017. Entrevista concedida a Luis Fernando Nogueira dos Santos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de História.

festa com grande expectativa e que as pessoas vivenciam intensamente esse momento como uma prática de lazer e sociabilidade.

Trata-se de um momento de união e reencontro, pois as pessoas da cidade, mas que residiam fora, retornavam para a cidade neste período de festa. E essa prática ainda hoje persiste, pelo fato da festa de Sant'Ana ocorrer num período de férias, e isso contribui para esse fator de atrair pessoas que moram fora para a cidade nesse período festivo.

Compreendendo este evento na cidade de Silvianópolis como o ponto de encontro daqueles que são da cidade, mas que residem em outras cidades, devido sua realização dar-se em um período específico, que compreende o mês de férias escolares. A possibilidade dos “filhos da terra” ausentes poderem retornar e rever familiares e amigos é grande. Sobretudo, com um estímulo afetivo que a festa evoca e que ocasiona encontros, entre pessoas, de que há tempo, não se tem notícias, proporcionando abraços, lágrimas, alegrias, conversas sobre como está a vida de cada um. Isto, promove um tempo especial em que o reforçar os laços familiares e de amizades são materializados.

A senhora Aurea Izabel aponta que “é a festa principal da cidade né? Para a Paróquia, porque é a Padroeira da cidade, minhas filhas mesmo, todas tem Ana, por causa de Sant'Ana”<sup>62</sup>.

Aqui, podemos compreender o pertencimento que a fala estabelece acerca da festa junto a cidade. A história da cidade está relacionada a Igreja Católica, deste modo, o dia da padroeira se formula como um dia de grande relevância para os moradores de Silvianópolis.

E notamos a definição como a festa principal, por estar associada a santa padroeira, ou seja, a memória histórica do município fortalece esse olhar junto a santa que protege os seus moradores.

Visto também que a cidade de Silvianópolis possui também a Festa do Rosário, grande evento que acolhe as congadas da região e um grande número de visitantes. Porém, essa festa é organizada pela Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário, que não é diretamente ligada a Igreja Católica. Evidenciado a memória e resistência africana nos gestos, valores, danças, e músicas (DOMINGUES, 2017).

Notamos, a busca de evidenciar uma festa que historicamente é constituída por relações de poder, junto a instituições locais e ignora outras festas dentro do espaço urbano que trazem diferentes dinâmicas para os moradores de Silvianópolis.

E neste sentimento de pertencimento com a festa e a devoção da padroeira, a senhora Aurea narra que todas suas filhas tem o nome de Ana, configurando uma forma de relação com devoção da santa padroeira. Ocorre uma identificação concreta, assim podemos compreender seu olhar dado enfoque para a festa religiosa.

Outro registro que possibilita compreender a força que a presença eclesial se estabelece em Silvianópolis é o Livro do Tombo. Esse documento, que registrado pelo padre responsável da paróquia traz a visão da Igreja Católica acerca da festa, e os seus desdobramentos, enquanto organização, realização e os resultados obtidos com a mesma. Como é afirmado por Eni Mesquita Samara, onde o trabalho com tal fonte é passível de ser “quantificados e/ou englobados em séries temáticas, permitem vários tipos de análise e constituem, sob a ótica religiosa, ricos registros sobre a vida cotidiana” (2010, p. 105).

---

<sup>62</sup> Senhora Aurea Izabel Silva. Cultura e Memória: Festa da Padroeira Sant'Ana de Silvianópolis/MG. Em Silvianópolis, 12 de maio de 2017. Entrevista concedida a Luis Fernando Nogueira dos Santos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de História.

O Cônego Paulo Monteiro registrou no Livro Tombo da Paróquia Sant'Ana referindo-se a realização da festa no ano de 1935:

No dia 26 de julho realizou-se com esplendor a festa da nossa Padroeira Sant'Anna – Havendo o novenario, havendo grande concorrência nos actos sagrados. No dia da festa houve a comunhão geral na 1 missa e as 10 horas missa solene com sermão, e a tarde importante procissão desfilou-se pelas principais ruas da vila e cío entrar [sic] houve uma pequena pralica [sic] como de costume e após o encerramento dei a bencao do Santíssimo Sacramento.<sup>63</sup>

Nota-se pelas palavras do padre que a festa foi realizada com sucesso diante do olhar da Igreja e que teve grande participação nos atos sagrados, mas nada ele registra nesta passagem sobre a parte social do festejo. Diante disso observamos que para a Igreja as missas e as demais atividades religiosas ganham maior destaque. Outras atividades realizadas na festa não ocupam destaque. Assim, podemos notar a valorização da festa religiosa sendo cunhada ao longo do tempo dentro da cidade de Silvanópolis.

A festa não fica restrita as práticas realizadas dentro do templo, a devoção também é exposta fora, de maneira publica, como podemos ver na imagem abaixo.

**Imagem 6 – Mulheres segurando a imagem Peregrina de Sant'Ana 2017**



**Fotografia pertencente ao acervo fotográfico da festa de Sant'Ana 2017**

A imagem acima, na noite de 14 de julho de 2017, mulheres da comunidade conduzindo a imagem peregrina de Sant'Ana. Expos que a devoção também tem uma dinâmica viva, ela circula pela cidade. Notamos a presença de senhoras, mães, avós, que ao educar os filhos transmitem esses valores. Há a circulação da devoção entre as gerações.

Outro ponto marcante, que fora do espaço da igreja, as mulheres tem uma atuação mais ativa e presente. Elas assumem uma posição de destaque ao materializarem a devoção nos lares, na rua.

<sup>63</sup> Livro do Tombo da Paróquia Sant'Ana, 1936, N° 3, Página 135.

A devoção da santa circula pela cidade, produzindo diversos significados a essa prática que é uma preparação da festa. Esse momento concretiza que a festa está próxima.

**Imagem 8 – Procissão com a Imagem da Padroeira - Festa de Sant'Ana 2013.**



**Fotografia pertencente ao acervo do pesquisador**

Anualmente no dia da festa, a realização da procissão com a imagem da padroeira Sant'Ana. A procissão geralmente sai da casa dos festeiros e percorre as ruas da cidade rumo a Igreja Matriz, aonde acontece a missa solene da festa.

Com essa prática conseguimos analisar a importância para a Igreja de a imagem percorrer as ruas como uma forma não apenas de devoção para também de destaque e evidência ao momento que é vivenciado; ao centro da fotografia está a imagem da santa, ela é suspensa e sendo carregada por fiéis.

A procissão é uma atividade que remete ao Brasil colonial, conforme descreve Del Priore em seus estudos sobre as festas.

A difusão das procissões, em dias de festa religiosa, colocava em evidência a mentalidade das populações, que viam no rito processional uma função tranquilizante e protetora. Itinerários para a comunidade, cantos e litanias somavam-se, ora para coroar as procissões ordinárias (acompanhamento de grandes cerimônias, desfiles, datas da agenda real, canonizações), ora para atender necessidades constrangedoras (saúde do rei, falta de chuvas, epidemias etc) (2000, p. 23).

Mesmo que seu foco priorize outras temporalidades, a historiadora expõe fundamentos teóricos que contribuem na análise desta prática presente no dia da festa em Silvanópolis. Tem-se aqui a constituição de uma atividade que possui funções específicas dentro da festa. Primeiramente, é uma ação que sai dos limites físicos do templo e vai para as ruas, ou seja, a devoção circula pela cidade. A experiência de fé percorre o espaço urbano expondo a devoção da santa publicamente.

### **Algumas considerações**

A festa se configura numa vivência social repleta de sentidos e olhares, no que tange sua dinâmica e constituição. Compreendemos que a festa não se define apenas como uma aglomeração de pessoas em um determinado horário e espaço, pois é também, por meio das festas, que nos é possibilitado evidenciar múltiplos elementos que indiquem religiosidade, lazer, economia, política, tensões, conflitos, entre outros, proporcionando diferentes reflexões que atravessam o festejar vivenciado por diferentes sujeitos sociais.

Embora o social da Festa vise à arrecadação de dinheiro para a sustentação e manutenção da Paróquia, o âmbito social mesmo assim acaba sendo um lugar seletivo, pois tudo que é consumido tem que pagar. Então diante disso acaba sendo excluído desse cenário as pessoas mais pobres que não possuem condições financeiras favoráveis para usufruir deste espaço.

Vários são os fatores que levaram este historiador em formação a estudar a festa da Padroeira de Sant'Ana de Silvianópolis, este que sempre teve em mente que sua missão enquanto historiador é contribuir com a história local e regional. Trata-se de uma pesquisa inédita, pois até então não havia trabalhos historiográficos sobre a Festa de Sant'Ana.

Através das memórias foi possível compreender os diferentes significados que a festa possui e os sentimentos que ela produz, e como tange a sua organização. Configurando uma tradição atualizada a cada ano, entende-se que a festa não é algo cristalizado, imóvel, é sim vivo dinâmico e sustentado pela construção constante de sentidos e significados, que são produzidos por experiências sociais e compartilhadas pelas muitas memórias que possibilitam a contemplação de outras histórias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL. **Diretório Pastoral e Sacramental da Arquidiocese de Pouso Alegre**, Pouso Alegre: Grafcenter, 2006.

COSTA, Cleyton Antônio da. **Cultura e Memória: O festejo de Nossa Senhora do Carmo em Borda da Mata-MG**. Pouso Alegre - UNIVAS. 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DOMINGUES, Andrea Silva. **Cultura e memória: A festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG**, Pouso Alegre: Univás, 2017.

DOMINGUES, Andrea Silva. **Cultura e Memória: O significado da Festa do Rosário e do ser festeiro**. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 49, ago.2011.

DUTRA, Carlina de Moraes. **Sant'Ana dos Sapucaí atual Silvianópolis**. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 5º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**, vol. II, São Paulo: Hucitec: Ed. da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: OlhoD'Água, 2004.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. **Revista Projeto História**, nº 22, junho, São Paulo: EDUC, 2001.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho - Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 15, Abril de 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autentica. 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em História**. 4ª Ed., São Paulo: Ática, 2004.

# EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA: A FESTA DE 22 DE MAIO NA CIDADE DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG

MICHELE ALINE DA SILVA  
CLEYTON ANTÔNIO DA COSTA

Universidade do Vale do Sapucaí  
Pouso Alegre – MG

[mi.ofsday@gmail.com](mailto:mi.ofsday@gmail.com) ; [cleytoncac@yahoo.com.br](mailto:cleytoncac@yahoo.com.br)

## Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo entender os diferentes significados e as memórias que são formulados a partir da festa organizada pela Igreja Católica na cidade de Santa Rita do Sapucaí, localizado no sul de Minas Gerais. Buscamos entender o que é a Festa da Santa Rita para os sujeitos que participam da festa e o que ela representa, mostrando os diferentes olhares e posicionamentos, pois entendemos que um festejo retrata uma experiência social, que integra vários elementos, como a cultura, a religiosidade, a ruptura do cotidiano e constitui um campo repleto de valores e sentimentos.

O município de Santa Rita do Sapucaí é localizado no sul de Minas Gerais, e é conhecido como o “vale da eletrônica”, devido as suas empresas que em sua maioria são do ramo eletrônico, escolas técnicas e de ensino superior que incentivam essa atuação, e conta economicamente também, com a produção de leite e café.

A festa de Santa Rita ocorre no dia 22 de maio, mas durante o ano todo se é pensado em como se realizá-la pelos seus organizadores, conhecidos como festeiros, que são membros da Igreja Católica. Também há a presença do poder público local estruturando shows e organização do comércio realizado durante a festa, que são as barracas.

Com o escopo de compreender o que é festa, diante das leituras deparamos com as considerações de Guarinello:

Festa é um termo vago, derivado do senso comum, que pode ser aplicado a uma gama de situações sociais concretas. Sabemos todos, aparentemente, o que é uma festa, usamos a palavra no nosso dia-a-dia e sentimo-nos capazes de definir se um determinado evento é, ou não, uma festa. Contudo, essa concepção quase intuitiva de festa choca-se, frequentemente, com a diversidade de interpretações de um mesmo ato coletivo: o que é festa para uns, pode não ser para outros (2001, p. 969).

Mas, também, a festa é “uma ruptura da vida diária, um intervalo na ordem estabelecida, vista por vários estudiosos como momento de renovação das forças desgastadas pela rotina de trabalho e respeito às regras” (SOUZA, 2002, p. 59). A festa do dia 22 de maio de Santa Rita possibilita à população um outro tempo. Tempo este regido pela alegria, devoção, sociabilidade, entre outras situações. É permitido afirmar que a festa possibilita um espaço de encontro e troca. Um período de uma intensa interação entre a comunidade consigo mesma e com os visitantes das cidades

circunvizinhas que procuram as festas em Santa Rita do Sapucaí como opção de lazer e devoção.

Com isso, em busca de desdobrarmos esses questionamentos, ao longo dessa pesquisa utilizamos da metodologia das narrativas orais, que possibilitaram compreendermos como os sujeitos sociais vivenciam o período festivo, suas diferentes perspectivas e os seus desdobramentos que elencam a fé, as práticas culturais, tradições, ideologia, religiosidade e relações de poder, e não olhar apenas pelo discurso principal.

Compreendemos que a festa não é somente um aglomerado de pessoas, mas sim um palco onde ocorrem múltiplos sentidos e situações que dialogam entre presente e passado, e que se modificam conforme os tempos históricos vivenciado. Nessa perspectiva apontaram as contribuições de Abreu (1999, p. 38,) que ressalta:

O historiador, no meu modo de ver, encontra dois grandes desafios: pensar os significados e mudanças das festas em sua própria historicidade, mas, sobretudo, compreender a dinâmica relação das festas com a experiência dos homens e mulheres que as tornaram, em qualquer época e local, autêntica e concorrida (1999, p. 38).

Sabemos que a história ela é (re) inventada, (re) significada, portanto a festa de Santa Rita, não terá o mesmo significado para todos, e compreendemos a festa como uma ruptura com o cotidiano, e onde todas as classes sociais se sociabilizam, e isso que contribui e muito para a cultura, que é formada em torno desse festejo, pois, é um local onde, se formam memórias, vivências, sentimentos e se constrói uma tradição na vida dos sujeitos sociais que o vivenciam e é importante entender a cultura como “expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos e costumes, associada a diferentes tipos de realidade” (FENELON, 2004, p. 09). Festa é o período de trégua do cotidiano e diferenças sociais, pois, no ambiente da festa todos estão reunidos, e o mesmo acontecimento em seus olhares diferentes sentidos.

Em estudo ao livro “Cultura e memória: a festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG”. Domingues aponta que:

Na festa há uma mistura de tempo, espaço e relações, não havendo uma uniformidade e sim diferentes experimentos em relação a ela, pois, ao realizar a festa, há participação de diferentes segmentos da cidade (2017, p. 36).

Compreendemos que esse diálogo entre passado e presente, não se há algo linear, mas diferentes experiências entre os diversos sujeitos sociais, A festa sendo então, essa ruptura com o cotidiano é, portanto, um momento em que as classes se misturam em que as diferentes intenções estão acontecendo, como uma tradição, um discurso que se funda, e que a sociedade segue sem perceber, mas é algo natural por se tratar de sentimentos e sentidos do indivíduo social.

Toda essa dinâmica na festa, ela se ressignifica, de acordo com quem a vivencia, a festa de santa Rita como uma ruptura com o cotidiano, e tradicionalmente esperada a cada 22 de maio, tanto pela igreja católica, quanto para os sujeitos sociais que participam e se formulam de maneiras diferentes. Cabe a nossa pesquisa desembaraçar todos esses questionamentos sobre a festa e tecer a história, o historiador não pode inventar nada, ele tece as fontes que tem a utilizar, e por isso, a pesquisa sempre pode ser acrescentada, afinal as memórias, os sentidos sobre a festa são infinitos e inúmeros.

Compreendemos que os vários significados que a festa produz no imaginário de cada sujeito social, tem suas perspectivas diferentes, e essas diferenças serão construídas da festa. Entendemos a festa como um período de ruptura com o cotidiano, e lugar de encontro de diferentes sujeitos que faz esse diálogo entre passado e presente, ou seja, será um análise de como o passado influencia e ressignifica o

presente, e de como os significados serão múltiplos e individualmente, e que uma tradição. As diferentes memórias são construídas a partir das experiências vivenciadas na festa e assim a produção de diferentes significados. Andrea Domingues ressalta:

A memória é, portanto, experiências historicamente construídas e constantemente modificadas que fazem do passado uma dimensão importante na constituição do presente. Pensarmos a relação entre a memória, experiência e diversidade cultural é fundamental para discutirmos as múltiplas práticas culturais (DOMINGUES, 2017, p. 23)

Analizamos que as diferenças será nosso ponto de pesquisa, até não ouvimos outros sentidos da festa, não imaginávamos, talvez, outro lado, sem ser dito, veremos como nossas experiências. Existem várias memórias construídas, e sentimentos, cada momento da festa pode ter símbolos que represente algo, dito, sentido, ou somente nas entrelinhas da historicidade. Portelli ressalta:

se consideramos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizado ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumento socialmente criados e compartilhados” (PORTELLI, 1997, p. 16).

A memória é uma construção que, ao longo das experiências, significa e/ou ressignifica os acontecimentos passados diante do contexto em que é produzida. Ela se refere a uma pessoa, a que relata ou escreve suas percepções, porém esta elaboração se efetiva com a convergência de experiências compartilhadas socialmente. Os sentidos, significados, impressões se somam mediante a interação estabelecida no grupo, sociedade, família, no trabalho, em diferentes épocas. A festa configura-se como o lugar da memória, mas não uma memória única, exclusiva, e sim variada, divergente, rica em olhares acerca da festa.

O dia 22 de maio possui dinâmicas específicas que estão enraizadas na vida de muitos sujeitos sociais no município de Santa Rita do Sapucaí, e assim observo a festa ligada às referências culturais da cidade, pois entendemos que “cultura [é] apresentada como todo um modo de vida e todo um modo de luta” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2004, p. 07). Também em sintonia com os estudos de Thompson que aponta.

é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para a geração e o desenvolvimento sob formas históricas específicas das relações sociais e de trabalho (1998, p. 22).

Da mesma forma, compreendemos que os modos de viver e ver a festa são diferenciados dependendo de cada experiência vivenciada pelo sujeito social, entendido como o sujeito histórico que, “não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente” (KHOURY, 2001, p. 80). Ou seja, os olhares para os festejos realizados no período de maio em Santa Rita do Sapucaí, constituem-se de formas divergentes, antagônicas e/ou convergentes, em que esses sujeitos se respaldam em suas perspectivas no que se refere ao lazer, devoção e festa.

Entendemos a cultura não como uma cisão entre o erudito e o popular. E uma junção que produz que se constrói dialogando, negociando, agenciando com vários e até opostos elementos e olhares. Tendo esse pressuposto apoiamos em Fenelon:

Seja qual for a natureza do trabalho historiográfico que realizamos envolvendo a cultura, ou as conceituações que possamos desenvolver para a cultura popular, será preciso admitir a impossibilidade de tratá-la (a cultura) no singular, pensada como capaz de abarcar em si mesma a história como totalidade, ou tomá-la como fator determinante de todo o processo, a partir de pontos de vistas classificatórios. Falamos sim de culturas no plural (1993, p. 75).

Percebemos que uma festa não se concretiza em um só ritmo ou padrão, mas de maneiras múltiplas, pois os seus participantes almejam festejar, interagir de acordo com os seus interesses, que podem ser devoção, o lazer, estar entre amigos e/ou família, momento de revigorar-se diante da rotina desgastante. Por se tratar de dois festejos diferentes, notamos que não há um motivo único para vivenciar estes eventos.

Metodologicamente trabalhamos com as narrativas orais de sujeitos sociais que participam da festa. É a História Oral que nos possibilita conhecer diferentes vivências e experiências que são muitas vezes ocultadas pela história oficial:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... são histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos (FERREIRA, 2002, p. xiv).

É com este intuito e por meio da História Oral, que foi realizado este trabalho, buscando conhecer e evidenciar experiências de sujeitos sociais que vivenciaram e vivenciam a Festa de Santa Rita. Através desse método de estudo foi possível analisar as experiências de homens e mulheres em diversos e diferentes setores da sociedade, permitindo um percurso de conhecimento e possibilidades de valorização a grupos sociais até então invisíveis na documentação oficial escrita. As entrevistas realizadas foram marcadas em locais escolhidos pelos narradores, registradas no celular, num diálogo aberto, sem roteiros de perguntas fixas, possibilitando que, das memórias, vivências, experiências, as perguntas surgissem a partir da história de vida de cada narrador, iniciando o diálogo desde experiências da infância aos dias atuais. Norteados por Alessandro Portelli refletimos:

a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, com as vezes – exatamente iguais (1997, p. 16)

Observa-se no aporte teórico acima a necessidade do respeito e do compromisso debruçado na pesquisa, quando se trabalha, metodologicamente, com a História Oral, respeitando as diversas vozes, que possibilitam a discussão acerca do festejo.

Com o uso das fontes imagéticas foi possível perceber que “a fotografia passa a ser compreendida não como verdade, mas como marca, isto é, índice. O índice é um tipo de signo que se define como vestígio do objeto que lá esteve – o referente” (LIMA; CARVALHO, 2012, p. 42). Atentos a este caminho interpretativo, vemos a fotografia como um suporte que não carrega em si a verdade, a totalidade, mas uma percepção do ocorrido que foi registrado, que favorece o lembrar do fato que foi cristalizado neste suporte, consistindo como um vestígio, ou seja, fornece informações, porém estas disponibilizadas pelo ângulo do fotógrafo. O exercício de análise de uma fotografia se

faz, também, no que está além da imagem, local arquivado ou sujeito que conserva tais registros, elementos que permitem elucidar com mais subsídios questões que permitem outros olhares para a pesquisa.

## A festa e seus diferentes significados

Ao iniciar o processo de organização das fontes históricas acerca de nosso objeto de pesquisa, deparamos com diferente corpus documental.

Um dos mecanismos de divulgação da festa é materializado pelos cartazes produzidos pela Igreja Católica. São ferramentas que evidenciam a chegada da festa e sua estrutura. Trazemos aqui o cartaz da Festa de Santa Rita do ano de 1957, que celebrou o Quinto Centenário da Morte de Santa Rita. Foi um evento marcado pela celebração da vida da santa e suas virtudes.

Imagem 01 – Cartaz da festa do ano de 1957.



Retirado do Jornal “Empório de Notícias” de 05 de junho de 2013.

No impresso é demarcado o dia celebrativo, ou seja, o ponto alto das celebrações é o dia da santa. A devoção marca e controla a festa. Ocorre a centralidade dos olhares para a vida da santa padroeira.

Ao trazer o programa do dia 22 de maio é legitimado que esse dia não é um dia comum na cidade de Santa Rita do Sapucaí.

O dia inicia com a alvorada que é uma forma de marcar essa quebra no cotidiano, formula-se que esse dia não é igual aos outros. Este constituiu um momento de celebração e encontro, como descreve Jurkevics, a festa é “um momento de celebração da vida, o rompimento do ritmo monótono do cotidiano, o que permite ao homem experimentar afetos e emoções” (2005, p. 74).

Entendemos que festejar é um irromper com o cotidiano marcado pelo trabalho, obrigações, horários, etc., mas, vemos como no caso aqui, por tratar-se de uma festa religiosa, as atividades percorrem momentos de devoção, contrição e reflexão.

O dia se volta para a devoção da santa e sua apoteose é concretizada com a coroação da imagem. Costa nos aponta que

A coroação da imagem da padroeira como o ato mais aguardado pelos católicos naquele dia traz em si a submissão e respeito aos princípios da Igreja [...]. Um ato transformado em espetáculo para reafirmar a dinâmica da instituição católica na cidade sul mineira (2015, p. 42).

Nisto, compreendemos a dimensão deste ato dentro da festa religiosa. Constitui-se uma forma de reforçar a adesão e vivência dos preceitos católicos. Ao ser o último elemento da festa religiosa, vem para encerrar essa parte da festa, para início das outras, que está ligado ao lazer e diversão.

Imagem 02 – Programação da festa 2014

Retirado site < <http://ninitelles.blogspot.com.br/2014/05/dica-de-diversao-festa-de-santa-rita.html> > acesso em 17/03/2018

No presente flyer da festa, a “Programação Social” é segmentada, ou seja, ela é separada, pois tem outro sentido dentro da festa. É por meio dela que ocorre grande sociabilidade e encontro. Não são duas festas, são duas partes integrantes da mesma festa, que contém práticas diferentes.

Está presente neste contexto fora da igreja, a alimentação, os shows, sorteios para arrecadar dinheiro. Esse momento é preparado pelos festeiros, integrantes essenciais para a realização.

A narradora Camila Pereira, 27 anos, fala acerca da atuação dos festeiros.

É que os festeiros são encarregados de.. é.. fazerem toda parte social da festa, e depois quando chega próximo ao mês da festa junto com o padre eles tomam conta também da parte litúrgica .. então os festeiros eles só são representantes das pessoas .. assim.. pra movimentar a festa porque não tem como todo mundo pegar a festa, então os festeiros são indicados para tomarem conta da festa social e a igreja fazer a parte religiosa..<sup>64</sup>

Em sua narrativa, Camila aponta a responsabilidade dada aos festeiros, que é de fazerem a festa. Assumem o papel de organizar a festa em diferentes partes, religiosa e social. A função do festeiro é regida na manutenção da festa, organizar a festa para que ela se mantenha viva. Para isso, entendemos que esses sujeitos devem conhecer os

64

Entrevista com Camila Pereira realizada no 17/03/2018.

elementos fundamentais para a concretização do evento, ou seja, são pessoas que já vivenciam esse momento.

Ao defini-los como “representantes das pessoas”, vemos que eles fazem parte da comunidade católica e mediante a atuação e envolvimento na vida da igreja, se tornam os encarregados de organizar a festa. Ao estruturar a festa, entendemos o peso da responsabilidade em representar toda uma comunidade.

As narrativas orais oportunizam novos olhares e significados, questões que até então não eram vistas ou valorizadas.

Lidar com o tempo nas narrativas é também lidar com a memória. A fala oral está sempre impregnada de memória. Nas conversas estamos em contato direto com modos como as pessoas costumam significar o passado, marcar e usar o tempo. Compreendê-lo e explicá-los requer mais do que uma atenção a diferentes temporalidades e as suas mútuas relações em processos históricos específicos; requer apreender maneiras como as pessoas, com quem falamos, dividem, significam e usam o tempo (KHOURY, 2004, p. 128).

E com este aporte teórico, cunhamos nosso olhar acerca do festejo de Santa Rita, utilizando a História Oral, metodologia esta que possibilita uma contemplação da experiência social, que pode apresentar contradições, antagonismos, construindo, desta maneira, um cenário rico em informações pautadas nas memórias dos narradores.

Domingues, aponta que:

Os festeiros são as pessoas de maior evidência da festa. Devem coletar as “esmolos”, coordenar as ações para levantar fundos, como bingos e bailes durante o ano, administrar e organizar as atividades como a vinda dos ternos de congo, tratar da divulgação da festa e, principalmente, do oferecimento das refeições, ou seja, garantir o banquete aqueles que participam da festa (2011, p. 09).

A função maior do festeiro é organizar a festa, com isto, todo o material necessário para a realização dela fica sob sua responsabilidade e execução da mesma. Ele supervisiona as demais atividades e tarefas, cabia a ele reunir os leigos para ajudar nos preparativos e na realização dos festejos.

Continuando com a fala de Camila, que traz a questão dos festeiros “pra movimentar a festa”, diante dos trabalhos realizados por eles. Aí compreendemos a responsabilidade depositada aos festeiros, também a evidencia atribuída a essa função dentro do festejo.

Diante da responsabilidade já apontada, a narradora Camila compartilha como é feita a escolha desses personagens tão significativo dentro da festa.

mais de uns dez anos pra cá é feito uma escolha por indicação, os festeiros atual daquele ano, recebem né um convite ne do padre, pra que eles ne, pensem pelo menos , nus dois ou três casais, que são comunidade que participa da parte da religiosidade da igreja, que são pessoas também que ... são boas pessoas para estarem participando da festa,, para serem festeiros, que tenham mais intimidades também , para serem os próximos festeiros<sup>65</sup>.

Em sua narrativa é exposto que a escolha dos festeiros é feita através do convite do sacerdote que lidera a comunidade. Aqui notamos que o festeiro se configura como um sujeito ativo dentro da comunidade religiosa, que vive os preceitos e orientações da Igreja Católica.

Eis aí uma preocupação da Igreja, pois o festeiro irá representar de forma direta a instituição Igreja, deste modo o cuidado de escolher membros atuantes da comunidade

---

<sup>65</sup> Entrevista com Camila Pereira realizada no 17/03/2018.

católica. Representar a Igreja como festeiro traduz em um peso, não somente pela organização da festa, mas também por ser referência como um membro tido como exemplar para a comunidade.

Na fala de Camila é exposto que “são boas pessoas para estarem participando da festa”, nos provocando certa inquietação acerca do que é ser bom. Quais atributos são necessários para configurar essa bondade atrelada ao sujeito que pode ser o festeiro? Ser católico, ter sobrenome respeitado na cidade, ter posse? Aqui, podemos compreender que ser festeiro é algo restrito ao um grupo específico da sociedade na cidade de Santa Rita do Sapucaí, não se configura algo para todos, é sim para um grupo seletivo e específico.

Também compreendemos certo isolamento por parte dessas pessoas, pois como é apontado na narrativa de Camila, que descreve certa intimidade ao se estabelecer como festeiro.

Cada festeiro depois que é indicado no caso, depois de um mês o padre marca uma reunião com todos os festeiros e vai explicar, como funciona a festa, ele dá um caderno de registro pra anotarem as datas, pra anotar tudo que foi feito. É cada parte da festa é separado, porque tem a parte da barraca, do salão que realiza outros eventos... cada pessoa, cada casal vai ser indicado para fazer uma função dessa festa e tem o coordenador geral, que geralmente é indicado três festeiros que são pessoas que ficam responsáveis pelas chaves, de todas, de todo o barracão, das barracas é são pessoas responsáveis pela tesouraria da, do dinheiro que é arrecadado na festa<sup>66</sup>.

Podemos evidenciar que as práticas estabelecidas na festa são alinhadas com o sacerdote. Cada padre privilegia uma dimensão da festa, que acha relevante na execução do evento. Aí vemos na necessidade de reunir com os festeiros para expor as necessidades e exigências na realização da festa.

Uma festa exige planejamento e organização, visto que essa festa é a principal festa religiosa do município de Santa Rita do Sapucaí. A cobrança se sobressai de maneira explícita.

A importância do “caderno de registro”, conforme a fala de Camila, vai além de registrar somente funções e suas respectivas pessoas, se materializa no documentar todo o processo festivo. Detalhar os elementos que compõem esse universo festivo, que é realizado anualmente na paróquia.

Nesta grandiosidade que é formulado no preparo da festa, deparamos, por meio da narrativa acima, que há uma hierarquia de festeiros, ou seja, todos não possuem o mesmo nível, há a dependência deles para uma coordenação geral, que assume algumas funções específicas e muito mais visadas, como por exemplo, deter as chaves das dependências que são realizados a parte social da festa.

Não há um nivelamento horizontal, ocorre a formulação de referências entre os festeiros, que por diferentes motivos pode assumir essas responsabilidades, que são conectadas diretamente com o sacerdote.

Também vemos uma melhor forma de organizar a festa, que essa coordenação pode exigir e orientar os outros festeiros. Vemos a constituição de direção festiva, que serve como o aparar as arestas que podem eclodir nesse processo de organização da festa.

Costa salienta que “lembranças, sentimentos, reivindicações, lágrimas se misturaram à dinâmica do ir e vir da memória enquanto a festa era reconstruída oralmente. Foi um processo conduzido pelo ouvir” (2015, p.111). Atentos a essa perspectiva da prática de História Oral, compreendemos a necessidade do ouvir como ato de acolher seja qual for a questão apresentada. A oralidade oportuniza a riqueza de

---

<sup>66</sup> Entrevista com Camila Pereira realizada no 17/03/2018.

versões e sentidos que podem ser engendrados a partir das diferentes experiências dos sujeitos sociais envolvidos na festa.

A narradora Lázara compartilha em sua fala a atuação no preparo dos alimentos, principalmente os doces, pois constitui um momento relevante dentro da festa. Aponta quem colabora nesta parte:

é pelas voluntarias.. é tem as doceiras que já né? que faz, e os voluntários, a gente festeiros, ajudam elas ne, elas fazem e o trabalho tudo a gente ajuda, lavar, limpar tudo as laranjas, limpar os figo né? rola aquelas aquelas bolachinhas, a gente fica tudo tempo enrolando<sup>67</sup>.

Podemos compreender que essa atividade de produção dos doces ocorre através do trabalho voluntário. Constrói-se uma rede de colaboração na festa. Apontamos a importância deste momento, por concretizar um espaço de partilha de experiências por meio das doceiras, que detém os saberes na feitura dos doces, como por exemplo, a quantidade de açúcar, o ponto do doce para pode servir, entre outros, que materializam conhecimentos que são passados de geração para geração.

Junto as doceiras estão os voluntários que atuam no preparo das frutas para a produção dos doces e “bolachinhas”. Notamos que é um ato comunitário, “a gente ajuda”, efetivando a sociabilidade e a ajuda mútua. Analisar esta prática cultural do preparo dos alimentos que seriam consumidos na festa proporciona, com efeito, um momento de sociabilidade, em que experiências culinárias são partilhadas (DOMINGUES, 2007).

A questão do tempo e mencionada “a gente fica tudo tempo enrolando”, ou seja, o preparo exige cuidado e atenção, não é feito de qualquer maneira, pois configura-se num elemento primordial na festa, que são os doces. O ficar o “tempo tudo” demonstra que não é qualquer coisa, é sim algo que traduz a concretização da festa, é o preparo, refere-se à proximidade da festa.

## **A festa na cidade**

Podemos notar que a festa se amplia. Estende pela cidade, pois durante o período festivo, também há a presença de comerciantes de fora da cidade, que são conhecidos como barracas. Esse elemento na festa é composto por diversos comerciantes ambulantes que vem de outros lugares e alguns do próprio município, que comercializam produtos tanto voltado para o ramo alimentício, como o de variedades como roupas, utensílios domésticos e eletrônicos e brinquedos. Na imagem XX vemos a multidão de pessoas que estão interessadas nessa comercialização nas barracas, e como isto se constitui diferentemente das barracas da Igreja Católica que se concentram na praça e se direcionam para fins alimentícios.

### **Imagem 03 – O movimento nas barracas**

<sup>67</sup>

Entrevista com Lazara Pereira realizada no 17/03/2018.



Retirado em <http://fotos.noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2012/10/04/veja-10-cidades-para-abrir-empresas-de-tecnologia.htm?abrefoto=7#fotoNav=7>. Acesso em 02 de abril de 2018.

Na imagem 03, vemos a multidão de pessoas que estão interessadas nessa comercialização nas barracas, e como isto se constitui diferentemente das barracas da Igreja Católica que se concentram na praça e se direcionam para fins alimentícios. A busca de outras possibilidades se faz nesse momento festivo, não há somente opção ofertada pela Igreja Católica, há um outro cenário que é constituído nesse tempo festivo, que mobiliza grande número de sujeitos sociais.

A cidade é ocupada pela festa, não se restringe ao entorno da praça central, localização da Igreja, mas outros espaços são ocupados pela festa. Ao refletir acerca do uso dos espaços urbanos Arantes Neto relaciona as questões que possibilitam a significação de determinados espaço na cidade.

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam da categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de "pertencimento" (2000, p. 106).

Ali é constituído o lugar da festa, em que lembranças e experiências são vivenciadas. Sobressai o mero uso corriqueiro pela função de abrigar o cenário festivo, que possibilita diferentes interações, como os shows, as barracas de comidas e bebidas e o comércio popular oferecido pelos barraqueiros. Deste modo, vemos os espaços da cidade se transformarem no lugar que é regido pelo lazer, encontro, devoção, diversão, quebra do cotidiano.

Como se mostra neste recorte do jornal regional Empório de Notícias:

Com o passar dos anos, a festa aumentou, tomou conta de boa parte das ruas do centro da cidade e passou a atrair turistas de toda a região. Desde então, Santa Rita passou a conviver com o desafio de ver sua população triplicar por alguns dias e muitos transtornos foram gerados, sem perspectivas de solução. (No dos outros é refresco). Toda vez que passo pelas barracas, eu ouço aquela mistura de sons e de cheiros, aquela sujeira pelo chão e aqueles milhares de pessoas caminhando por ruas estreitas em busca da melhor oferta e penso: "Será que os moradores daquele bairro não se incomodam com isso?" Sim, eles se incomodam. Eles detestam quando chega a festa de Santa Rita. Ainda assim eu reflito: "Se aquela rua é estratégica para o fluxo de veículos, porque as barracas são montadas lá?" Certamente, porque os moradores das ruas centrais não permitiriam que aquela feira fosse armada na porta de suas casas. "Mas se eles

não querem as barracas na porta das suas casas, porque iriam querer na porta das casas dos outros?" Este é o grande dilema<sup>68</sup>.

O recorte do jornal possibilita deparar como outros olhares para a festa. Apresentando questões que apontam a ampliação do evento e o que pode desdobrar em algumas críticas. Ao mencionar a "ampliação da festa" e assim o aumento no número de visitantes e turistas, notamos que esse aspecto da festa, altera o cotidiano vivenciado na cidade. A festa formula uma nova forma de estar no espaço urbano, pois o evento atrai um grande número de sujeitos que buscam celebrar a santa, divertir, conviver.

Podemos perceber a presença de "muitos transtornos" diante desse aumento de pessoas convivendo no mesmo espaço. Assim, podemos compreender que não há apenas único olhar para festa, pautado na devoção e alegria. Algumas resistências são evidenciadas, pois o cotidiano destes moradores é alterado de modo significativo com a realização da festa. Sujeira, música alta permeiam esse contexto festivo.

Assim, notamos que é nas ruas que não compõem a praça central, que ocorre a presença das barracas, que são o grande alvo dos visitantes e turistas. O recorte do jornal coloca esse impasse como um dilema. Notamos que a festa não acontece da mesma forma para todos. Alguns se sentem prejudicados com esse movimento e outros não permitem que aconteça nas ruas centrais.

A festa se estrutura dentro da cidade de maneiras diferentes. Nas ruas centrais percorre a procissão da santa padroeira, a devoção se faz de maneira pública. Mas, em outros espaços se montam as barracas dos comerciantes atraindo grandes números de pessoas. A festa se faz nas diferenças de práticas e sentidos, ou seja, a cidade é desenhada durante o evento, a partir de diferentes interesses.

Imersos nesses olhares é possível compreender, refletir as diferentes problematizações que atravessam a festa realizada no dia de 22 de maio, e assim é visível que "a festa traz (ia) a possibilidade outra de viver a cidade [...] tomando posse de seus espaços" (PEREZ, 2002, pp. 48-49). Deparamo-nos com a preocupação de compreender este espaço que é a cidade, que se torna palco, anualmente, do festejo.

Percorrendo esta inquietação em entender o que é a cidade defrontamos com Sennett afirmando que "nesse espaço de concentração populacional, os homens que vivem na cidade não se entenderão estando, pois, contida na narrativa original, uma condenação: a cidade está destinada a ser o centro de conflito" (1998, p. 58). Compreende-se que o espaço urbano se traduz na busca de interesses pessoais e coletivos, nas mais diferentes instâncias como a econômica, política, jurídica, religiosa, nisto se materializa como o centro dos conflitos. Regida pela convivência compulsória, também são engendradas negociações, relações que, do mesmo modo, serão tangidas pela tensão, pela luta de poderes, que se inscrevem no cenário citadino. Porém, da mesma forma que vemos o espaço urbano como este centro de conflitos, é também evidenciado o permear do encontro, da partilha de saberes, experiências e memórias, de forma mais intensa no período festivo.

### **Uma forma de arrecadação para a festa: O leilão**

Uma das práticas muito aguardada dentro da festa é o leilão. O festeiro percorre não só o espaço urbano, mas também a parte rural, que muitas vezes é a maior porção de um município. Ao caminhar pela zona rural, o festeiro irá "pedir" donativos para a organização da festa, e também receberá como donativos, ou conhecidos como prendas, bezerros, para assim, poderem ser vendidos nos leilões.

---

<sup>68</sup> Disponível em <http://emporiodenoticias.blogspot.com.br/2012/05/opiniao-as-barracas-e-as.html>. Acesso em 02 de abril de 2018.

O município inteiro é contagiado pela festa, pois não se podem restringir estas práticas somente ao espaço urbano, já que a zona rural também se integrava neste contexto dinâmico, pois vários elementos, como frangos, bezerros, leitões advinham do campo, ocorrendo uma integração entre estes dois espaços.

Cidade e campo, elementos socioespaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social. As cidades garantem a diversidade e a escala da vida social, bem como a competição e a cooperação, características da vida humana. Os campos, por sua vez, tão diversos entre si, garantem, também, diversidades dentro da sua homogeneidade extensiva e de suas escalas de produção, quando tomados de forma abrangente (MONTE-MÓR, 2006, p. 11).

Estabelece-se uma relação de troca, em que a cidade propaga a fé na santa padroeira e a zona rural subsidia os elementos necessários para a confecção dos produtos que são vendidos durante a festa. Um espaço fornece e o outro dinamiza e promove a sociabilidade com as contribuições dadas pelo primeiro espaço produtor. Firma-se, assim, uma rede de intercâmbio.

A narradora Lázara compartilha essa interação, que

sempre teve , e tem umas pessoas que já são acostumadas a doar os bezerros , ai a gente , ai então eles vão na roça, fazenda pedir ne a doação de bezerro , aqui mesmo em santa Rita .. ai tem o trabalho de eles ir lá buscar o bezerro né, depois leva na fazenda da igreja pra cuidar<sup>69</sup>.

A narrativa de dona Lazara menciona que a festa é algo presente no campo e da mesma maneira se concretiza anualmente, pois ao apontar que “tem umas pessoas que já são acostumadas a doar os bezerros”, compreendemos que há uma espera para a festa. Pelo fato, deste morador do campo (fazendeiro ou pequeno produtor) já preparar para doar, estar acostumado. Isso exige escolher anualmente qual será o bezerro escolhido para festa. No campo, também há uma espera pela festa.

O ato de pedir do festeiro no ambiente rural demonstra o que a festa se anuncia, já há o preparo de um tempo marcado pela chegada da festa. Ao percorrer o município solicitando donativos, bezerros ou quantia em dinheiro alerta que a festa ocorrerá e configurará como uma marca temporal.

A incumbência de buscar os bezerros para o leilão é dos festeiros. Dona Lázara menciona “ de eles ir lá buscar o bezerro né”, ao apontar a questão do lugar definindo como “lá”, é compreendido como um espaço diferente da cidade, um lugar marcado por outro ritmo e significados. Assim, entendemos que a festa possibilita o entrelaçar destes lugares distintos, mas que estão juntos, paralelos.

### **Algumas considerações**

Esse estudo sobre a festa de 22 de maio na cidade de Santa Rita do Sapucaí permitiu discutir diferentes questões que envolvem o evento.

Compreendemos a forte presença da Igreja Católica por meio da devoção da santa, que é reforçada anualmente. Podemos evidenciar os princípios definidos pela instituição ao estabelecer a festa como um mecanismo de propagação dos valores e preceitos religiosos, que todo cristão deve cumprir. A festa pela ótica religiosa é um acontecimento que busca apontar o que é ser cristão na cidade de Santa Rita do Sapucaí.

---

<sup>69</sup> Entrevista com Lazara Pereira realizada no 17/03/2018.

Mas, também compreendemos que a festa retrata uma experiência social, que integra vários elementos, como o lazer, a religiosidade, a ruptura do cotidiano, e constitui um campo repleto de valores e sentimentos, em que se notam várias disputas sociais. Uma destas disputas é o espaço da cidade que é demarcado pelas práticas que envolvem a festa. Na praça central, os atos católicos (procissão), nas ruas do entorno, ficam as barracas de comerciantes, que podem produzir muito barulho, sujeira, mau cheiro. A festa desenha o espaço da cidade a partir dos interesses diversos. Aquilo que deve permanecer no centro, ou não.

Trazemos também a atuação do festeiro, figura de grande evidência na festa, devido sua responsabilidade em organizar o evento. Também percebemos o forte controle da Igreja para esse sujeito dentro da festa, articulando uma hierarquia de festeiros para que possam estar alinhados aos interesses da Igreja Católica.

A festa de Santa Rita oportuniza problematizar diferentes questões que envolvem a comunidade durante a realização do evento, pois isso compreendemos a festa como algo móvel, que sempre sofre alterações diante dos interesses e conflitos. A festa não é estagnada ou cristalizada, ela se modifica, pois são sujeitos que a produzem a partir da resistência, trabalho e devoção.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

COSTA, Cleyton Antônio da. **Dezesseis de Julho**: Festa, memórias e vivências na cidade de Borda da Mata – MG. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social PUC/SP, São Paulo, 2015.

DOMINGUES, Andrea Silva. **Cultura e memória**: A festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG, Pouso Alegre: Univás, 2017.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Memória**: O significado da Festa do Rosário e do ser festeiro. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 49, ago.2011.

FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Yara Aun (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa**. *Revista Projeto História*, nº 10, São Paulo: EDUC, 1993

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa**: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa, vol. II, São Paulo: Hucitec: Ed. da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

JURKEVICS, Vera Irene. Festas religiosas: a materialidade da fé. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº43, Ed. UFPR, 2005.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: OlhoD'Água, 2004.

\_\_\_\_\_. Narrativas orais na investigação da História Social. **Revista Projeto História**, nº 22, junho, São Paulo: EDUC, 2001.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 111, jul/dez, 2006.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida: significados e imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Revista Projeto História**, nº 14, São Paulo: EDUC, 1997.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista**. História da Festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em História**. 4ª Ed., São Paulo: Ática, 2004.

# DIP: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA NO GOVERNO VARGAS: O PENSAMENTO AUTORITÁRIO E O CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

RAFAELA DE MATOS REIS  
ANA EUGÊNIA NUNES DE ANDRADE

Universidade do Vale do Sapucaí

Universidade do Vale do Sapucaí – Curso de História

Av. Pref. Tuany Toledo, 470, Unidade Fátima. CEP 37554-210 | Pouso Alegre | MG

[rafaella\\_matos22@hotmail.com](mailto:rafaella_matos22@hotmail.com)

[anaeugeniapa@uol.com.br](mailto:anaeugeniapa@uol.com.br)

## Introdução

O presente artigo tem como intuito analisar a lei de criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e como esse departamento interferiu nas práticas sociais e culturais do país. Além de analisarmos as práticas autoritárias ocorridas durante o Estado Novo e sua interferência na vida da população, bem como a resistência a essas práticas.

Desse modo, se faz necessário obter a compreensão da atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante a ditadura do Estado Novo. O DIP foi um importante instrumento de poder, contudo não foi o primeiro órgão de controle cultural criado por Vargas. Segundo Rejane Araújo a criação do DIP foi precedida por três outros órgãos — o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

Percebemos desse modo que, logo após a vitória, em outubro de 1930, Vargas já se preocupou com a propaganda política e o controle dos meios de comunicação. Desde o começo da Era Vargas já existia uma vontade por parte do presidente de moldar a sociedade brasileira controlando de início à imprensa, o rádio e o cinema.

No período do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) ainda em 1938, foi assinado o Decreto-Lei nº 300, que estabelecia entre outras coisas a isenção de taxas alfandegárias sobre a importação de papel, porém para conseguir esse benefício os proprietários de jornais e revistas deveriam preencher varias exigências. “Através desse recurso, o governo passou a controlar diretamente a imprensa,

concedendo os favores fiscais apenas àqueles jornais que seguissem a orientação governamental”.<sup>70</sup>.

Além disso, informações estrangeiras eram barradas, pois segundo o governo elas eram prejudiciais ao país e possibilitavam a entrada de ideologias nocivas como, por exemplo, o comunismo. A vontade de Vargas em delinear todos os aspectos políticos, econômicos e sociais brasileiros fica ainda mais explícita após o golpe do Estado Novo. O presidente almejava mais do que qualquer coisa se manter no poder. Contudo, a Constituição de 1934 se tornou um empecilho, pois ela havia determinado a realização de eleições para presidente em janeiro de 1938. Para contornar esse empecilho Vargas procurou meios para se manter no poder, como por exemplo o estreitamento de relações políticas e militares.

### Traços da política varguista

A questão da sucessão presidencial tomou conta das discussões políticas por todo país no ano de 1937. O presidente e seus aliados já articulavam um jeito de continuar no poder, podemos perceber isso na caricatura de J. Carlos que analisaremos a seguir. A caricatura nos mostra de modo cômico e inteligente a situação política do período. As caricaturas, no geral, são um desenho de um personagem da vida real representado de forma exagerada. As características da pessoa são enfatizadas de uma forma humorística.

De acordo com Brandão (2003, p. 63) “A caricatura (caricare, em italiano, exagerar, exceder) [...] Funciona como uma ilustração do cotidiano é o ato de desnudar e revelar os aspectos mais sutis – e, ao mesmo tempo, óbvios – de uma pessoa/personalidade.”.



**Imagem1: Caricatura de J. Carlos sobre a campanha sucessória, 1937. (Herman Lima. História da Caricatura no Brasil, v.1)<sup>71</sup>.**

A caricatura é um gênero de cunho satírico, mas não obrigatoriamente cômico, “além de fazer rir, tem funções ainda mais instigantes, como o incentivo à reflexão, por

---

<sup>70</sup> Site: **Departamento De Imprensa e Propaganda (DIP)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em: 04/10/2017.

<sup>71</sup> IDEM.

exemplo. Através do humor, capta a atenção do leitor, levando-o a compreender e interpretar os acontecimentos cotidianos.” (BRANDÃO, 2003, p. 64).

Devemos ressaltar que a caricatura acima é de cunho político e “alguns estudiosos, como Carlos Abreu e Enrique Malagón, consideram que a caricatura política vai além do simples conceito de caricatura [...], pois engloba também preocupações sociais e políticas do caricaturista.” (BATISTELLA, 2017, p. 2). Portanto a caricatura política, diferente das demais, tem seu lado crítico e satírico mais acentuado, enquanto que o aspecto de humor fica pra segundo plano, pois o humor não é seu objetivo final “[...] O certo é que a caricatura política ou social raramente pode levar ao riso despreocupado, como acontece com o desenho humorístico” (LIMA, 1963, p. 26).

Na caricatura vemos nomes de políticos em evidencia na época, alguns são apoiadores de Vargas e outros são da oposição, mas todos de certa forma ajudaram a criar condições propícias para a execução do golpe do Estado Novo. A imagem forma um acróstico<sup>72</sup> cujo centro intencionalmente forma o nome “Getúlio”. A ilustração que acompanha também traz a figura do presidente ao centro rodeado pelos outros políticos, nos mostrando a centralidade do poder de Vargas.

A caricatura é de autoria de J. Carlos que é um caricaturista brasileiro, seu nome completo é José Carlos de Brito e Cunha, ele foi um dos cartunistas mais importantes e talvez o mais talentoso durante o período da república velha “Ele é o primeiro chargista a ignorar os limites da anatomia humana, distorcendo, entortando, inventando curvas e quebrando formas ao sabor de sua pura imaginação criativa” (TEIXEIRA, 2001, p. 34). Além disso, no campo do humor ele inovou, pois desenhava também personagens fictícios “rompendo as limitações que a mão pesada de uma razão ortodoxa ditava, até então, como condição única de inteligibilidade para o traço da charge”. (TEIXEIRA, 2001 p. 34).

A caricatura de J. Carlos é um grande instrumento de representação e de entendimento do contexto político do período que antecedeu o golpe. Período este de completa radicalização política no Brasil, tanto da direita com a Ação Integralista Brasileira (AIB), quanto da esquerda com a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Para entendermos melhor o contexto é pertinente saber quem são esses políticos citados na caricatura.

O primeiro é Juraci Montenegro Magalhães que nasceu em Fortaleza (CE), e foi um militar e político brasileiro. Deu seu apoio a Vargas 1930 e em 1931 foi nomeado por este como interventor federal na Bahia. Durante seu governo, tomou medidas repressivas contra as atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Contudo, opôs-se às pretensões de Vargas de continuar à frente do governo federal após o término de seu mandato constitucional. Com a implantação da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937, demitiu-se do governo da Bahia, retornando ao Exército.<sup>73</sup>

Já José Carlos de Macedo Soares nasceu em São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1905. Em 1930 deu apoio ativo à candidatura

---

<sup>72</sup> Acróstico segundo o dicionário é “poesia em que as primeiras letras (às vezes, as do meio ou do fim) de cada verso formam, em sentido vertical, um ou mais nomes ou um conceito”.

<sup>73</sup> Informações sobre Juraci Montenegro Magalhães retiradas do site: Fundação Getúlio Vargas-FGV/ CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci\\_magalhaes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes). Acesso em: 17/11/2017.

presidencial de Getúlio Vargas. Com o passar dos anos Macedo Soares buscava cumprir um papel de mediador entre as forças paulistas e o governo federal. Em 1934 foi nomeado para o Ministério das Relações Exteriores. Em maio de 1937 assumiu a pasta da Justiça. Deu o seu apoio a instauração da ditadura do Estado Novo. Alegando problemas de saúde, Macedo Soares demitiu-se do ministério dias antes do golpe ser desfechado, sendo substituído por Francisco Campos, o principal ideólogo do novo regime.<sup>74</sup>

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena (MG), foi um importante político do estado e exerceu diversas funções entre elas a de presidente de Minas, a partir de 1926. Sua gestão foi marcada por inovações. Por sua condição de presidente de Minas, era o candidato natural à presidência da República em 1930. No entanto, com o rompimento do acordo de alternância entre São Paulo e Minas no governo federal, Antônio Carlos passou a articular a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Após o golpe do Estado Novo, abandonou a atividade política para se dedicar a seus negócios privados..<sup>75</sup>

José Antônio Flores da Cunha nasceu em Santana do Livramento (RS). Advogado e filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), iniciou sua carreira política como deputado estadual. Apoiou ativamente em 1930 a candidatura presidencial do gaúcho Getúlio Vargas e destacou-se também nas conspirações que se seguiram à derrota eleitoral da Aliança Liberal e que culminaram na queda do presidente Washington Luís e na posse de Vargas na presidência. Com a vitória do movimento revolucionário, foi imediatamente nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul. Nos primeiros anos, manteve-se sempre ao lado de Vargas, inclusive durante o movimento constitucionalista de 1932. Em 1935, começou a afastar-se do presidente. Em 1937, rompido com Vargas, foi forçado a deixar o governo gaúcho. Exilou-se, então, no Uruguai e só voltou ao Brasil cinco anos depois, quando cumpriu pena de nove meses na Ilha Grande (RJ).<sup>76</sup>

Armando de Sales Oliveira nasceu em São Paulo, era um renomado engenheiro e empresário. Casou-se com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, dono do jornal O Estado de São Paulo. Com a morte do sogro em 1927, assumiu a presidência da sociedade anônima proprietária do jornal. Filiado ao Partido Democrático (PD) de São Paulo, em 1932, da Revolução Constitucionalista, contra o governo de Getúlio Vargas. Com a derrota do movimento, assumiu por um ano a direção d'O Estado de São Paulo, em virtude do exílio do diretor, seu cunhado Júlio de Mesquita Filho. Em agosto de 1933, por suas boas relações com as forças políticas do estado, foi nomeado por Vargas para o cargo de interventor civil paulista. No final de 1936, comunicou sua intenção de candidatar-se às eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938, recebendo o

---

<sup>74</sup> Informações sobre José Carlos de Macedo Soares retiradas do site: Fundação Getúlio Vargas-FGV/ CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose\\_carlos\\_de\\_macedo\\_soares](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_carlos_de_macedo_soares). Acesso em: 17/11/2017.

<sup>75</sup> Informações sobre Antônio Carlos Ribeiro de Andrada retiradas do site: Fundação Getúlio Vargas-FGV/ CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/antonio\\_carlos\\_ribeiro\\_de\\_andrada](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/antonio_carlos_ribeiro_de_andrada). Acesso em: 17/11/2017.

<sup>76</sup> Informações sobre José Antônio Flores da Cunha retiradas do site: Fundação Getúlio Vargas-FGV/ CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/flores\\_da\\_cunha](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/flores_da_cunha). Acesso em: 17/11/2017.

apoio do governador gaúcho Flores da Cunha e também de grupos oposicionistas de outros estados. Contudo, com o golpe do Estado Novo, Armando Sales passou cerca de um ano em prisão domiciliar. Em novembro de 1938 exilou-se na França e aí viveu até abril do ano seguinte, quando se transferiu para os Estados Unidos.<sup>77</sup>

Benedito Valadares Ribeiro nasceu em Pará de Minas (MG). Advogado iniciou sua carreira política como vereador de sua cidade natal. Em 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas. Em setembro de 1933 foi indicado por Vargas para o cargo de governador. Nos anos seguintes, Valadares se tornaria um dos mais fiéis aliados de Vargas nos embates políticos travados pelo presidente. Em 1937 apoiou decididamente o projeto continuísta de Vargas. Em seguida, foi confirmado à frente do governo mineiro, onde permaneceu até outubro de 1945, quando Vargas foi deposto.<sup>78</sup>

E por fim, Oswaldo Euclides de Souza Aranha nasceu em Alegrete (RS), também era advogado. Em 1927, elegeu-se deputado federal pelo Partido Republicano Riograndense (PRR). No ano seguinte, com a posse de Vargas no governo do Rio Grande, foi nomeado secretário estadual do Interior e Justiça. Em 1930 deu total apoio a Vargas e após a derrota deste na eleição, Aranha esteve entre os mais decididos defensores de uma insurreição armada que depusesse Washington Luís e evitasse a posse de Júlio Prestes, o candidato eleito.

Após a vitória de Vargas, coube a Aranha a pasta da Justiça e Negócios Interiores. Fez parte também do "gabinete negro", designação dada pela imprensa ao reduzido grupo que se reunia todas as noites com Vargas no Palácio Guanabara para debater os rumos da revolução. No final de 1931, trocou o Ministério da Justiça pelo Ministério da Fazenda. Em novembro de 1937, com a decretação do Estado Novo, manifestou, em correspondência a Vargas, o seu desagrado com a opção ditatorial do presidente. Mesmo assim manteve sua colaboração com o governo. Em 1943 Aranha saiu do governo. Nesse momento ele já se aproximava dos setores que defendiam a redemocratização do Brasil.<sup>79</sup>

Nesse cenário político de articulações tanto a favor quanto contra o golpe, e usando do apoio da elite cafeeira, industrial e dos militares, Vargas instituiu o Estado Novo. Para tanto, o governo usou estratégias e setembro de 1937, começou a ser anunciado que o Exército havia descoberto um plano comunista que visava tomar o poder; este fictício plano ficou conhecido como Plano Cohen e foi amplamente divulgado nos jornais do país. Usando esse plano como desculpa, o governo decretou "estado de guerra". O recorte a seguir é do Jornal O Estado de São Paulo:

Durante todo o dia de hoje, na Câmara dos deputados, os comentários giraram em torno do boato que desde cedo circulou, de que o presidente da republica enviará ao legislativo, talvez ainda amanhã, uma mensagem solicitando a decretação do estado de guerra. A medida, segundo se afirmava, seria pedida

---

<sup>77</sup> Informações sobre Armando de Sales Oliveira retiradas do site: Fundação Getúlio Vargas- FGV/ CPDOC. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando\\_sales](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales). Acesso em: 17/11/2017.

<sup>78</sup> Informações sobre Benedito Valadares Ribeiro retiradas do site: Fundação Getúlio Vargas- FGV/ CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito\\_valadares](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito_valadares). Acesso em: 17/11/2017.

<sup>79</sup> Informações sobre Benedito Valadares Ribeiro retiradas do site: Fundação Getúlio Vargas- FGV/ CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito\\_valadares](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito_valadares). Acesso em: 17/11/2017.

sob a alegação de que se articula um novo movimento comunista e precisa o governo ficar armado de poderes excepcionais para reprimi-lo. (Jornal o Estado de São Paulo. Sexta-feira 1º de outubro de 1937, Nº 20.855, p. 1).

O fragmento do jornal O Estado de São Paulo, nos dá indícios de como o golpe foi articulado. Usando a “ameaça comunista” como desculpa o governo projetou o medo na população. No fragmento, contudo, a eminente decretação do Estado de Guerra foi tratada como um boato, e conseguimos perceber o sentimento de incerteza e insegurança que começava a se alastrar no país. Ainda segundo o mesmo jornal Aristides Guilhem, almirante titular da pasta da marinha declarou que:

Diante da situação delicadíssima em que se encontra a nação (...) procuramos estudar o melhor meio de evitar qualquer perturbação da ordem provocada por elementos comunistas. (...) julgando necessário o estado de guerra, com o fim de evitar qualquer atentado a família brasileira. Isto, porém, nada tem a ver com a política. (Jornal o Estado de São Paulo. Sexta-feira 1º de outubro de 1937, Nº 20.855, p. 1).

No fragmento conseguimos ver os argumentos usados por Vargas e seus aliados, geralmente pautados na defesa da ordem, da liberdade e do bem do povo e da família brasileira, etc. Ao final quando Guilhem diz “Isto, porém nada tem a ver com a política” mostra que por mais que o governo noticiasse o Plano Cohen com o intuito de amedrontar as pessoas, existia uma parcela da população que não estava bem certa disso, existia o medo de que Getúlio encontrasse algum meio de continuar no poder. Havia pessoas que desconfiavam dos motivos do presidente.

O jornal o Correio da Manhã no dia 1 de outubro de 1937 também noticiou o fato. Parte da publicação é uma entrevista com o ministro da justiça Macedo Soares, feita quando este saía do Catete após reunião com Getúlio Vargas:

Macedo Soares com visível bom humor, dizendo que nada havia de alarmante nas medidas que o governo cogitava de por em prática no momento. (...)  
– E a campanha eleitoral, agora nas vésperas do grande pleito, não será prejudicada?  
– Absolutamente. A campanha não será afectada. O Estado de guerra sendo votado amanhã pelo prazo de noventa dias, terminará fatalmente antes de 3 de janeiro. E, mesmo que ultrapasse essa data, todos sabemos que as eleições se processam da mesma maneira, pois a constituição determina que aquela medida seja suspensa na véspera do pleito. (Correio da manhã. Rio de Janeiro. Sexta-feira 1º de outubro de 1937, p. 16).

Mais uma vez encontramos indícios da desconfiança de algumas pessoas em relação às intenções do governo. Existia o grande medo de que Getúlio Vargas atrapalhasse de alguma maneira as eleições marcadas para o início de 1938. E foi justamente isso que aconteceu, em 10 de novembro de 1937 o Congresso Nacional é fechado e uma nova constituição é outorgada, esta recebeu o apelido de Polaca, por ter sido inspirada no modelo fascista polonês. Ela era extremamente autoritária e concedia ao governo poderes ilimitados. Logo no primeiro parágrafo da constituição o presidente justifica a nova Carta:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,  
ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da

extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo;

Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País. (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937).

Dessa forma, eram usados argumentos para explicar a necessidade da nova constituição, como se ela fosse acima de tudo uma “aspiração do povo”. A nova constituição se vende, portanto, como uma medida feita para colocar fim ao caos e ao perigo de se instaurar uma ditadura comunista no país. Dava início ao “novo” governo, que dizia almejar uma maior “organização” política brasileira e cujo alicerce era o autoritarismo.

Tudo isso é projetado no objeto externo, no outro, ou seja, no comunista (...). Ao projetar o mal (mau), identificam-se nele todas as ameaças de decomposição, do esfacelamento social e defendem-se instituições que garantam a identidade e confirmem a segurança contra a decomposição: a pátria, a propriedade, a família, a autoridade, a civilização, o cristianismo, a moral. (DUTRA, 1997).

Ironicamente o 1º artigo da carta constitucional pronunciava que o “poder emana do povo e é exercido em nome dele e no interesse do seu bem-estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade”<sup>80</sup>. Sabemos que essas palavras são na verdade letras mortas e no decorrer da constituição todo poder que “emana do povo” é colocado nas mãos de uma única pessoa, o presidente da república. Já no início, no 2º artigo nos deparamos com a ideologia nacionalista e patriótica que determina “a bandeira, o hino e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas”<sup>81</sup>.

Esses símbolos foram eleitos como os principais, as bandeiras e hinos estaduais foram proibidos. Era o momento de exaltar o país, para Vargas os Brasileiros deviam deixar de lado regionalismos, disputas históricas, inimizades e se unir em prol da unidade nacional.

Para entendermos melhor a conjuntura que o país passava se faz fundamental discutirmos o conceito de ideologia que segundo Hall (1996) é um sistema de representações, mas ela não se limita a isso, na verdade ideologia é um conceito bem

---

<sup>80</sup> Informações sobre Benedito Valadares Ribeiro retiradas do site: Fundação Getúlio Vargas- FGV/ CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito\\_valadares](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito_valadares). Acesso em: 17/11/2017.

<sup>81</sup> Idem.

abstrato, de acordo com Chauí (2008, p. 109) “A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam aos membros da sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar, como valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.” Ou seja, a ideologia busca dar as pessoas uma “explicação racional para as diferenças sociais políticas e culturais [...]”(CHAUÍ, 2008, p. 109).

Desse modo conseguimos entender um pouco melhor quando falamos na ideologia nacionalista e patriota do Estado Novo, Vargas queria através destas ideologias normatizar o pensamento e as ações do povo brasileiro.

A nova constituição, portanto, deu plenos poderes ao governo, os estados passaram a ser administrados por interventores nomeados pelo presidente e os prefeitos eram indicados pelos interventores. Portanto, não havia nenhuma forma de eleição. O Poder Legislativo foi reformulado e o poder executivo passou a fazer parte deste. O executivo (presidente) passa, portanto, a comandar também o legislativo e o judiciário.

O artigo 73 deu plenos poderes ao presidente: “autoridade suprema do Estado, coordena a atividade dos órgãos representativos de graus superiores, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional, e superintende a administração do país”<sup>82</sup>. O mandato passou a ser de seis anos, e segundo o “Art. 175 - O atual Presidente da República exercerá o mandato até a data da posse do seu sucessor para o segundo período”<sup>83</sup>, ou seja, Vargas continuaria no poder. Além disso, estabelecia o fechamento do Congresso nacional, das Assembleias Estaduais e das Câmaras Municipais. Foi concedido a Polícia Especial total liberdade, desse modo, as pessoas contrárias ao regime foram perseguidas, torturadas e até mesmo mortas.

A censura invadiu a vida cotidiana, e para piorar ainda mais a situação, toda ação repressiva era regida pela lei máxima, a constituição. Segundo o governo a censura serviria para garantir a ordem e a segurança da nação. De acordo com Pinsky (2005, p.129) “Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento”.

Ao falarmos da censura no Estado Novo temos que considerar que o período foi de institucionalização das relações sociais, ou seja, o governo pretendia institucionalizar todos os aspectos políticos, sociais, intelectuais e culturais do país. Para entendermos melhor isso nos assentamos no conceito de memória institucional que segundo Costa (1997, p. 33) “a memória institucional busca identificar os elementos conceituais que atuam no processo de institucionalização das relações sociais.” Ao se institucionalizar as práticas sociais “as instituições trazem embutidos mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta, que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras”, pois como nos alerta Costa (1997, p. 37): “A instituição reproduz um ritual que deve ser repetido, por força do hábito e com o apoio da memória.”

Além disso, “a memória é sempre uma construção feita no presente, a partir de vivências e experiências ocorridas num passado sobre o qual se deseja refletir e entender” (OLIVEIRA, 2008, p. 43). Sendo assim, por ser uma construção a memória

---

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Ibidem.

esta sujeita á subjetividade e a seletividade, pois “a memória também se encontra diretamente ligada aos sistemas de poderes, porque também é definidora de possibilidades de saberes” (OLIVEIRA, 2008, p. 44), portanto, dessa forma, “as lembranças e os esquecimentos que constroem nossas instituições são constantemente permeados por relações de poderes que se estabelecem entre os seus diversos grupos.” (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

Percebemos, desse modo, que a censura, ações governamentais no âmbito social e cultural e as políticas do DIP se preocuparam muito com a questão da memória, pois “Memória e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, constituindo-se, mutuamente, num processo no qual a primeira dá substrato à segunda” (OLIVEIRA, 2008, p. 44). E como sabemos Vargas buscava em seu governo uma identidade e unidade nacional, que de acordo com Menezes (1992, p. 15): “A memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos.”

Além da censura e da repressão, o governo buscou institucionalizar também o trabalho, para tanto, foi feito um programa em defesa da legislação do trabalho. O artigo 137 tratava dos contratos coletivos de trabalho, salário mínimo, repouso semanal aos domingos e feriados, férias, jornada de trabalho de 8 horas diárias, assistência médica, a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho. Entretanto, como podemos ver a seguir o Artigo seguinte submete os trabalhadores ao Estado:

Art 138 - A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público. (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937).

A Constituição de 1937, portanto, foi criada para dar plenos poderes a Vargas e total respaldo para o seu autoritarismo. Podemos dizer então que na verdade o Estado Novo foi uma ditadura constitucional. A atuação do governo se tornou ainda mais ativa depois da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ele foi criado a partir do decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, substituindo o DNP.

De modo geral o DIP é considerado um difusor ideológico do estado novo. Contudo não podemos resumir-lo de forma tão limitada, pois esse órgão interferiu nas mais diversas áreas recreativas e do saber. Aliás, ele gozava de extraordinária autonomia, pois tinha ligação direta com a Presidência da República, como podemos ver no Artigo 1º do Decreto - Lei: “Art. 1º Fica criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), diretamente subordinado ao Presidente da República”<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> DECRETO-LEI Nº 1.915, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1939. Site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05/10/2017.

A direção ficou a cargo do jornalista Lourival Fontes, este é um dado importante para entender um pouco sobre a política do departamento, pois ao estudar mais sobre a vida desse jornalista percebemos que frequentemente sua imagem é associada a ideologia fascista de Mussolini. A partir dessas rasas informações conseguimos entender melhor todas as estratégias usadas para criar uma imagem idealizada do presidente e de seus feitos culminando no mito “Vargas pai dos pobres”.

O presidente/ditador procurou interferir em todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios. O DIP também era responsável por organizar as homenagens a Vargas, além de promover as manifestações cívicas e festas com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística. Passando a ser, dessa maneira, um grande instrumento de promoção da imagem de Vargas, de sua família e de seu governo em geral. Segundo Capelato (2003), “a cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram”.

A função era a de doutrinar a opinião pública favorável ao regime e combater qualquer ideia contrária. Para tanto ficou a cargo do departamento editar folhetos, cartões postais, cartilhas, livros e cartazes de exaltação a Vargas e ao Estado Novo.

### **Saúde no Estado Novo**

A saúde também foi usada para a promoção do ideário estadonovista, através de leis, políticas públicas e dos cartões postais muito utilizados pelo DIP, pois este entendia a mensagem visual como um poderoso meio de difusão. Voltando ao aspecto da saúde pública Vargas já em 1930 criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), contudo, durante o governo provisório, momentos de instabilidade política não foram feitas muitas modificações na área da saúde até a posse de Gustavo Capanema em 26 de julho de 1934. “O marco mais definitivo no processo de construção institucional da saúde pública enquanto política estatal foi a gestão do Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-45)” (HOCHMAN, 2005, p. 131). Muitas ações visando à saúde pública começaram a ser realizadas.

Em 1942 é criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e “o foco recaiu sobre o combate à malária e à tuberculose, [...], além da formulação de um plano nacional de combate à lepra. A febre amarela, tradicional alvo da saúde pública, [...] continuou a merecer a atenção do governo federal.” (HOCHMAN, 2005, p. 131). Em 1937 foi aprovada a lei n. 378 que dividiu o território brasileiro em oito regiões, contando cada uma delas com uma Delegacia Federal de Saúde. Cada delegacia devia supervisionar a saúde pública de seu território. “Dessa forma, o Governo Federal pretendia ampliar a sua presença nas diversas regiões do país, [...]. Cada delegacia estabelecia uma relação com os serviços sanitários estaduais, inclusive com a nomeação dos seus chefes.” (HOCHMAN, 2005, p. 132).

As maiores preocupações recaíam sobre as doenças infecto- contagiosas, pois traziam riscos a toda população. “Cabe indicar que a atenção materno-infantil tinha uma posição particular nas propostas para a política de saúde [...]” (HOCHMAN, 2005, p. 136). Tanto que em 1940 foi criado o Departamento Nacional da Criança, órgão da Educação e Saúde que nada mais era do que: “A associação entre educação e saúde acontece da seguinte forma: à saúde, é delegada a tarefa de sanear o ambiente social, através da higienização dos pobres [...]; à educação, cabe a formação moral e [...] também é sua tarefa auxiliar na formação de bons hábitos higiênicos.” (VIEIRA, p. 01). Ambas as instituições “tem a tarefa de garantir uma mão de obra disciplinada, saudável

e útil ao progresso da nação.” Dessa maneira “o Estado olha para o adulto, atual trabalhador, ou para a criança, futuro trabalhador, e expressa a vontade de transformá-los em seres sadios e úteis ao progresso”. (VIEIRA, p. 4).

### **“Nativos” no Estado Novo**

Os “índios” foram usados pelo presidente como parte simbólica do projeto de construção de um novo Brasil, os intelectuais ligados ao DIP e ao Estado Novo preocupados com unificação nacional, defesa territorial e configuração racial criaram toda uma imagem idealizada em volta da figura do “índio”. “Como parte de seu projeto multifacetado de construção de um Brasil novo – mais independente economicamente, mais integrado politicamente e socialmente mais unificado, Vargas voltou-se para o valor simbólico dos aborígenes.” (COLLEGE, 2000, p. 14).

Em 1934, foi decretado que o dia 19 abril seria o Dia do Índio. Alguns anos depois, já durante o período ditatorial, ficou a cargo do DIP organizar programas de rádio, discursos e filmes sobre eles. Foi criada e difundida a ideia de que eram os nativos que continham as verdadeiras raízes brasileiras, isso na propaganda do DIP parece bom, porém, na realidade serviu apenas para criar uma imagem folclorizada e preconceituosa dos nativos brasileiros. “Junto com a exibição dos índios, e não muito sutilmente, estavam a “benevolência” do regime de Vargas [...]. O Estado iria “civilizar” índios que viviam no sertão remoto.” (COLLEGE, 2000, p. 19).

Toda essa “valorização” se não porque, não seria coerente o Estado Novo ter um discurso nacionalista e admirar ideologias europeias, o indianismo e o discurso de valorização das raízes indígenas veio pra tentar enriquecer a ideologia dessa identidade nacional. “Nós não chegaremos a ser um grande país, realmente com espírito e formação nacional próprios, se não nos orientarmos, social e politicamente, fora dos moldes alheios [...] .” ( COLLEGE, 2000, p. 21 apud COSTA). Porém, esse discurso do Estado Novo não correspondia com as ações que continuavam a seguir o modelo corporativista europeu.

Em 1940 Vargas visitou a aldeia Karajá, no centro do Brasil, essa viagem serviu como propaganda governamental, pois Vargas foi o primeiro presidente, até então, que visitou uma aldeia indígena.

Os Karajá, então sob a responsabilidade de um órgão federal, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), receberam a delegação presidencial com uma grande cerimônia. Eles apresentaram rituais “tradicionais” e cantaram o Hino Nacional diante da bandeira brasileira e Vargas, por sua vez, distribuiu facas, machadinhas e ferramentas para os índios. Consoante com sua imagem de “Pai dos Pobres”, o presidente segurou um bebê Karajá nos braços. (COLLEGE, 2000, p. 15)

Toda essa “cerimônia” foi filmada pelo DIP com o intuito de legitimar a imagem benevolente do chefe da nação, além de reforçar a ideia do homem cordial, do estado que pensa e faz o bem para todos os brasileiros. Os nativos foram representados de modo a parecer que eram parceiros dos brancos desde a colonização. Os conflitos, a deslealdade, a escravidão, as revoltas foram silenciadas. Além do mais os intelectuais e funcionários do Estado Novo, carregados de uma ideologia preconceituosa, acreditavam que o caminho natural para o indígena seria a “evolução”. Desse modo, os nativos deveriam ser integrados à sociedade brasileira e como declarou o próprio Serviço de Proteção aos Índios (SPI): “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho

tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” (COLLEGE, 2000, p. 18).

Vargas fortaleceu a imagem do bom selvagem, do nativo como um sujeito passivo e acabou desse modo roubando sua história e seu papel em conflitos contra o homem branco ou outras tribos. Ele os silenciou e trouxe para a cena política a imagem estereotipada do índio. E através da “proteção” o governo acabou por sufocar ainda mais essas pessoas, que mais uma vez na História do Brasil tiveram que lutar para expressar suas próprias vontades e pensamentos.

Os nativos foram “valorizados” como os primeiros brasileiros, mas ao mesmo tempo foram reprimidos, o governo falava por eles, mas não os ouvia. Ademais eles ainda eram considerados inferiores, o próprio SPI declarava que o índio deveria ser moldado e “educado” nos padrões da civilização, pois eram como crianças. Vargas, portanto, não queria a manutenção e a valorização da cultura indígena, na verdade a intenção era “civilizar” os nativos brasileiros. Pretendia-se converter os índios em trabalhadores produtivos e embora existissem muitos grupos indígenas diferentes no Brasil o governo os reduziu simplesmente a “índios”.

### **Identidade Nacional, educação e cultura no Estado Novo**

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP afetou as mais diversas áreas, como podemos perceber no 2º Art. do Decreto-Lei Nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, que estabelece varias outras funções ao departamento de imprensa:

- superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;
  - fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa (...)
  - colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país; (...)
  - proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;
- (DECRETO-LEI Nº 1.915, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1939).

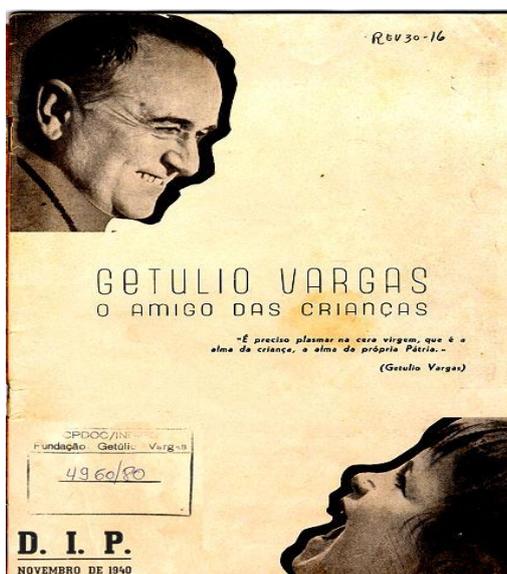
Através da leitura da lei conseguimos observar que as mais diversas áreas foram afetadas, desde a imprensa até a educação, o turismo, o cinema, a literatura, etc. Na verdade o que se propunha por meio do controle cultural e da censura, era um novo modo de vida ao brasileiro. É o governo que passa a decidir o que as pessoas tem de ler, assistir, ouvir. “Desta forma, é perceptível que Getúlio Vargas entrou para a História não só pelos seus feitos, mas também pela possibilidade que teve de, em uma ditadura, forjar seu discurso sem vozes dissonantes.” (MOURELLE, 2017).

O governo justificava esse controle com a tese de que a cultura popular tinha de ser esculpida em moldes mais atuais e civilizados. O povo deveria ser educado e encaixado no saber elitizado, para que assim fosse possível construir uma identidade nacional. Além disso, cabia ao DIP distribuir a fotografia oficial do presidente Vargas, não só nas repartições públicas, mas também em colégios, clubes, estações ferroviárias, aeroportos, bancos, casas comerciais etc.

O DIP passou então a lançar diversas cartilhas destinadas as crianças. A educação se tornou um importante meio para a construção de sentimentos patrióticos.

Segundo Stuart Hall (2011, p.49), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. O Estado Novo buscou colocar a educação a cargo de sua política nacionalista. Impôs-se a exaltação da pátria nas escolas, através dos símbolos nacionais, como o hino e a bandeira. Foram escritos vários livros infantis, panfletos, cartilhas para contar a vida de Vargas, transformando-o num herói para as crianças.

As cartilhas escolares se tornaram objetos de formação moral e cívica<sup>85</sup>. Vargas via nas crianças o futuro da nação e por isso acreditava ser tão importante doutrina-las. Queria moldar sua educação, seus comportamentos e suas opiniões. Na ideologia estadonovista o “Lar” e a “Escola” precisavam estar numa mesma sintonia de amor a pátria. Então as cartilhas se destinavam também as famílias, pois as crianças deveriam aprender no lar que o caminho para se tornarem grandes brasileiros era o do amor e do culto à pátria.



**Imagem 2: Contra capa da cartilha "Getúlio Vargas o amigo das crianças" Fonte DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. Getúlio Vargas o amigo das crianças. Rio de Janeiro, 1940.**

Na cartilha Getúlio Vargas olha e sorri para uma criança como forma de mostrar seu “amor” para com elas. A montagem da capa ainda nos dá a impressão de que o ditador está conversando diretamente com a criança. O título da cartilha vem complementando essa mensagem subliminar da imagem: “Getúlio Vargas, o amigo das crianças”. O subtítulo é o seguinte “É preciso plasmar a cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria pátria”. Esta frase nos mostra toda a ideologia por trás dessas cartilhas, onde se compara a alma da criança a cera virgem, ou seja, suscetível a moldes. Se considerava a criança um ser passivo, desprovido de valores e saberes, devido a isso, era necessário disciplina-las para que se tornassem um bom e obediente cidadão no futuro.

Para realização desse artigo foi de fundamental importância entender o conceito de memória, no nosso caso o de memória social, para tanto entendemos memória “como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais. Um campo de luta política, de verdades que se batem (...) (KHOURY, 2004, P. 6). A memória é, portanto, uma das formas mais poderosas de legitimação e

<sup>85</sup> Através das cartilhas buscava levar até as crianças e suas famílias a ideologia do regime autoritário de exaltação do nacionalismo e a pátria.

nosso intuito é justamente entender como Vargas usou dessa poderosa e sutil forma de dominação. Ao mesmo tempo, que, ao trabalharmos com a memória social, entendemos a pluralidade existente em torno de um mesmo acontecimento, que pode despertar sentimentos e lembranças diferentes em cada pessoa, "na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas". (PORTELLI, 2001, P. 4).

Partindo desses pressupostos teóricos, entendemos que a memória em torno do nome de Vargas se constituiu através de vários fatores: da propaganda governamental e campanha ideológica, da censura e repressão, das imagens largamente divulgadas pelo DIP e das medidas de políticas públicas sociais, voltadas para a educação, saúde, leis trabalhistas, indústria e comércio. Além disso, muitos intelectuais como Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré ajudaram na formação ideológica da ditadura, esses escritores contribuíram com artigos para a revista governamental "Cultura Política". Segundo, Codato (2003, p.155): "A ideologia política veiculada em Cultura Política é bastante influenciada pelo "positivismo", e se manifesta nas concepções de sociologia, direito, história e sociedade presentes no discurso conservador".

Com a ajuda de todo esse aparato cultural produzido pela ditadura e seus apoiadores foi se criando no imaginário das pessoas que o presidente mantinha uma relação direta e paternal com seu povo. Vargas com sua capacidade de manipulação conseguiu atingir as mais diversas classes sociais. O decreto-lei nº 1.915 como já foi dito e analisado estipulou a criação do departamento e suas funções, contudo Vargas queria mais então, três dias depois, em 30 de dezembro de 1939 ele cria o Decreto-Lei Nº 1.949, este regulava a censura nas diversas áreas em que o DIP atuava, controlava a imprensa e o entretenimento.

Esse decreto é dividido em 11 capítulos. Que tratavam respectivamente da Imprensa, do Cinema, do Teatro e Diversões Públicas, da Radiofonia, dos Programas, das Empresas, dos Artistas e Auxiliares Teatrais, dos Menores, dos Prêmios e Favores, das Penalidades e das Disposições gerais.

No capítulo I relativo à imprensa é determinado que: "Aos jornais e publicações periódicas cumpre contribuir, por meio de artigos, comentários, editoriais e toda a espécie de noticiário, para a obra de esclarecimento da opinião popular" <sup>86</sup> (Art. 2), ou seja, passa a ser dever da imprensa fazer publicações oficiais que contenham informações "benéficas" ao regime e ao país. A imprensa desde sua criação teve muita influência na política, Vargas instituiu um Conselho Nacional de Imprensa, responsável por "assistir" e censurar as publicações. A censura fica bem explícita nos Art. 10 onde se estabelece a aplicação de penas ao jornal que publicasse "determinados assuntos, fatos, acontecimentos ou medidas administrativas" <sup>87</sup>

A maioria dos jornais, como o jornal A Manhã (RJ), por exemplo, somente publicava notícias boas, parecia que a ditadura havia transformado o Brasil no país das maravilhas, onde não existia corrupção, bandidos, crimes, etc. Mas a realidade era bem diferente, "tudo foi objeto de investigação: toda e qualquer denúncia era aceita, até mesmo as mais frívolas. Decorria assim o mau uso da força, as prisões ilegais sem

---

<sup>86</sup> DECRETO-LEI Nº 1.949, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1939. Site: Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De1949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1949.htm). Acesso em: 05/10/2017.

<sup>87</sup> Ibidem.

provas cabíveis, o terror nos perseguidos políticos, sem direito à defesa (...).” (BELLINTANI, 2002, p. 145). Nas grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo vivia-se o medo.

A imprensa não foi o único veículo de informação atingida, no capítulo II da lei vai determinar as proibições no cinema, a partir da publicação da lei nenhum filme poderia ser exibido sem o certificado de autorização do DIP. Caberia ao DIP também examinar a qualidade dos filmes, seu conteúdo e a faixa etária a qual era destinado. Além de promover filmes nacionais de iniciativas governamentais, históricas e patrióticas.

A busca pela identidade nacional fez com que surgissem filmes históricos voltados aos “heróis” nacionais, como forma de unir a todos os brasileiros num passado em comum. Durante a ‘Era Vargas’ alguns “Heróis” nacionais foram escolhidos para serem evidenciados, foram eles: Duque de Caxias, Barão do Rio Branco e Tiradentes. O contexto em que o país e o mundo (Segunda Guerra Mundial) se encontravam eram propícios para que o governo pudesse atribuir valores diplomáticos e militares de defesa da pátria e esses três personagens da nossa história foram os grandes escolhidos.<sup>88</sup>

Na questão da exportação de filmes também havia um controle muito grande, não poderiam ser exportados, por exemplo, filmes que desfavorecessem de algum modo o Brasil. O cinema se tornou um instrumento usado para influenciar e orientar a população. Ademais, foi criado o “Cinejornal Brasileiro”, uma espécie de minidocumentário exibido obrigatoriamente antes das sessões, eles tratavam de assuntos relacionados à política nacional.

No que se refere ao teatro e diversões públicas, foi decretada a censura previa as peças teatrais, exposições públicas, espetáculos de dança e carnavalescos, aos anúncios de carros alegóricos, as excursões individuais ou de companhias artísticas ao exterior. Os serviços de censura deveriam ser pagos e os espetáculos quando aprovados receberiam um certificado autorizando a apresentação em todo território nacional. As peças que continham espetáculos que favoreciam o governo tinham o desconto de 50% no pagamento a censura.

Mesmo após a aprovação o censor ainda estaria presente no ensaio geral “durante os ensaios gerais os artistas são obrigados a cumprir rigorosamente as determinações do D.I.P., tanto em relação ao texto da peça como em relação a indumentária, aos gestos, atitudes e procedimento no palco”<sup>89</sup> (Art. 65.).

Já na radiofonia estabelece os mesmos padrões da censura ao teatro: “Art. 86. A censura das irradiações radiotelefônicas será executada pelo mesmo processo aplicado à censura dos números de natureza propriamente teatral”<sup>90</sup>. A censura aos discos de música também era ferrenha, não autorizando letras com linguagem impróprias ou anedotas. Todas as representações artísticas (teatro, shows de dança; declamação de poesia, programas de rádio, discos musicais, etc.) seriam submetidas à fiscalização do DIP. Vai ser criado em 1938 o programa “Hora do Brasil”, transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora.

A “Hora do Brasil” era usada na divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e

---

<sup>88</sup> Ver: FRAGA, André Barbosa. Os heróis da Pátria: Política Culturam e História do Brasil no Governo Vargas. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012.

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> Ibidem.

cívica. Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, "Hora do Brasil" incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela "boa música" através da audição de autores considerados célebres. Além de fazerem comentários sobre a arte popular e descrições dos pontos turísticos do país. Quanto à parte cívica, era composta de "recordações do passado", em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. Nas peças de radioteatro, para as quais eram convidados os mais destacados dramaturgos da época, como Joraci Camargo, enfocavam-se dramas históricos como a retirada da Laguna, a abolição da escravidão e a proclamação da República.<sup>91</sup>

Nas manifestações artísticas teatrais, musicais e carnavalescas mesmo depois da aprovação do DIP, no dia da apresentação estaria presente na plateia uma autoridade "para os fins convenientes." (Art. 99). Esta autoridade deveria estar com o roteiro aprovado em mãos e se houvesse qualquer mudança repentina na hora da exibição seriam feitas anotações e o diretor do DIP julgaria as penas cabíveis.

O esporte também não escapou da censura o Art. 104 estipula que antes de qualquer programa esportivo deveria ser enviado ao DIP um documento com o tipo de esporte, o lugar e horário da realização, o nome dos responsáveis e dos jogadores e o tempo de intervalo. A realização do evento esportivo dependeria da aprovação do documento enviado ao departamento de imprensa e propaganda.

Mas é claro que havia pessoas e manifestações contrárias ao regime, contudo, todas as exteriorizações de pensamento que tinham um viés diferente do estipulado pelo DIP se fossem descobertas eram reprimidas pelo governo com a ajuda da polícia Civil. A censura, a interdição de jornais (como foi o caso do jornal 'O Estado de São Paulo'), a proibição, a prisão de jornalistas e artistas tinham total respaldo da lei que também acobertava as ações desumanas dos policiais para com essas pessoas. Podemos usar como exemplo a prisão de vários escritores como: Jorge Amado, filiado ao Partido Comunista, que foi preso algumas vezes, inclusive antes da instauração oficial do Estado Novo.

Esses relatos nos ajudam a perceber que nada na história é pacífico; apesar de toda a repressão e censura houve oposição, principalmente por parte dos artistas, intelectuais e jornalistas. Só que, como a constituição determinava o autoritarismo, essas pessoas ficaram conhecidas como arruaceiros, comunistas, pessoas de "má índole" que queriam acabar com a "Paz" que "reinava" no país.

## **CONCLUSÃO**

No decorrer da pesquisa foi possível analisar a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e como esse órgão interferiu no pensamento autoritário, no controle dos meios de comunicação e nas práticas sociais e culturais do país nas mais diversas áreas como: o teatro, a propaganda, o cinema, o turismo, a educação, a literatura. Além disso, conseguimos fazer uma reflexão sobre o funcionamento da memória; o esquecimento/apagamento e a celebração através das fontes históricas que

---

<sup>91</sup> Informações sobre a "Hora do Brasil" retiradas do site da Fundação Getúlio Vargas – FGV/CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>. Acesso em: 19/11/2017

retravavam as comemorações cívicas. Também refletimos acerca das intencionalidades por detrás do pensamento nacionalista de Vargas.

A partir dessa pesquisa conseguimos mergulhar nos estudo sobre a ditadura Vargas e enxergar os meios de controle e repressão usados no período, muitas vezes com o respaldo de leis e decretos. Conseguimos também entender melhor como Getúlio Vargas, através da propaganda do DIP, conseguiu construir uma imagem idealizada de si mesmo e de como o governo usou o discurso nacionalista e patriota a favor dos ideários do Estado Novo.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Rejane. **Departamento De Imprensa e Propaganda (DIP)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em: 04/10/2017.

BATISTELLA, Alessandro. **A campanha oposicionista ao governador paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) por meio da caricatura política**. XXIX simpósio de história nacional. Contra os preconceitos: História e democracia. Junho de 2017.

BELLINTANI, Adriana. **Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BRANDÃO, Ana Paula. **Um olhar bem-humorado sobre o Rio dos anos 20**. Secretaria Especial de Comunicação Social. CADERNOS DA COMUNICAÇÃO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Série Estudos – Vol. 5. Março de 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção primeiros passos. 2008.

CODATO, Adriano Nervo; JUNIOR, Walter Guandalini. **Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo**. Revista: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 32, 2003.

COLLEGE, Seth Garfield Bowdoin. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

COSTA, A. **Indiologia**. Rio de Janeiro. Gráfica Laemmert. 1943.

COSTA, Icleia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico metodológica**. UFRJ. Rio de Janeiro. 1997.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. UFRJ, RJ. UFMG, MG. 1997.

HALL, Stuart. **The problem of ideology: marxism without guarantees**. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Orgs.). Stuart Hall – critical dialogues in cultural studies. London, New York: Routledge, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)**. Educar, Curitiba, n. 25, p. 127-141. Editora UFPR. 2005.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963. Volume 01.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1992.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **As várias faces de Getúlio Vargas: historiografia e memória** (Artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível

em: <https://www.cafehistoria.com.br/as-varias-faces-de-vargas>. Publicado em: 26/07/2017. Acesso: 10/10/2017.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **História, memória e instituições: algumas reflexões teórico-metodológicas para os trabalhos do Projeto Memória UFRJ**. In. Universidade e lugares de memória / Org. Antonio José Barbosa de Oliveira. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos; FUNARI, Pedro Paulo Abreu et al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Traço como texto: A história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930**. Fundação Casa de Rui Barbosa: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br). Coleção Papéis Avulsos, n. 38. 2001.

VIEIRA, Gustamara Freitas. **Educação, Saúde e assistência no Estado Novo: O Departamento Nacional da Criança**. Faculdade Estácio de Sá. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documents/Individ/Eixo3/082.pdf>.

Acesso em: 17/11/2017.

# DA LEI DO VENTRE LIVRE À ABOLIÇÃO: OS NEGROS NAS PÁGINAS DA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1870 Á 1890

RAIANE GABRIELA DOS SANTOS PEREIRA  
ANA EUGÊNIA NUNES DE ANDRADE

Universidade do Vale do Sapucaí

Universidade do Vale do Sapucaí – Curso de História

Av. Pref. Tuany Toledo, 470, Unidade Fátima. CEP 37554-210 | Pouso Alegre | MG

[raianegp66@gmail.com](mailto:raianegp66@gmail.com), [anaeugeniapa@uol.com.br](mailto:anaeugeniapa@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

O ofício do historiador é ressaltar a memória não oficial e analisar a oficial a fim de colocar essas lutas/combates dos sujeitos sociais em evidência, pois nossa sociedade as banaliza, silencia, omite esses confrontos. Assim o estudo da História possibilita enxergarmos/discutirmos melhor as diferentes realidades em que estamos inseridos, é através da história que pensamos o passado para compreendermos o futuro, e com isso suas transformações, e principalmente quais contribuições podemos deixar como historiadores.

O artigo proposto tem como tema Da Lei do Ventre Livre à Abolição: os negros nas páginas da imprensa carioca nos anos de 1870 á 1890, essa pesquisa busca estudar a história dos negros que estavam inseridos nos jornais do Rio de Janeiro, seja por meio das notícias ou na qualidade de autores/escritores, compreendendo assim suas práticas culturais, sociais e políticas. Estudamos como foi à criação de leis escravocratas e suas repercussões nos jornais a favor e contra a causa abolicionista, e como esse campo de disputas foi descrito nas notícias dos jornais, e principalmente analisamos os jornais que foram a favor do fim da escravidão, e como eles utilizavam o meio jornalístico para disseminação de ideias e causas abolicionistas, instigando a população a lutar pelo fim do cativo.

Com a escravidão a todo vapor no país, não havia motivos para se duvidar da brutalidade das condições gerais de vida e da violência dos castigos recebidos pelos escravizados. Além do trabalho, deviam obediência e respeito às leis e os dispositivos disciplinares, os senhores exigiam dos escravos fidelidade, humanidade e aceitação dos valores brancos. Os negros deviam aprender a língua portuguesa e os preceitos da fé católica. Logo que chegavam ao Brasil, os africanos eram batizados e recebiam nomes cristãos, sendo em geral perseguidas as práticas dos cultos africanos.

Mas a vida dos escravos em nosso país não se resumia à mera condição de força de trabalho, deviam se submeter às condições impostas por uma sociedade exploradora e violenta, assim, coube aos negros escravos criar uma estratégia de sobrevivência e, até mesmo, uma nova identidade, que lhes permitisse viver o seu dia-a-dia.

“A presença do negro na sociedade escravista não pode ser medida apenas pela influência na criação de hábitos e pela participação no trabalho e na formação da cultura nacional, mas também por sua atuação cotidiana no

processo penoso e difícil de conquista da liberdade e de recuperação de sua identidade". (Biblioteca Nacional, 1988, p. 12).

Em 1807, o governo inglês, apesar dos protestos dos setores escravagistas, extinguiu o tráfico de escravos para as suas colônias. E em 1833 abolia a escravidão em todas elas. Mas para favorecer plenamente os seus interesses, a Inglaterra iria ainda pressionar os países cujas colônias mantinham o trabalho escravo. Então, a partir de 1822, a Inglaterra passou a pressionar diretamente o Brasil. E foi no dia 4 de setembro de 1850 que transformava-se em lei o projeto do Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, extinguindo o tráfico de escravos para o Brasil. Assim ficou conhecida como a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro pelo Atlântico, assim a manutenção da escravidão ficou comprometida, pois a Inglaterra fazia pressão para que a mão de obra escrava fosse substituída pela assalariada, "A pós o fim do tráfico, a luta antiescravista ficaria, por algum tempo, limitada praticamente aos atos de resistência dos próprios negros." (Biblioteca Nacional, 1988, p. 36)

Estudamos a importância da criação de Leis favoráveis aos escravos, sendo que elas realmente tiveram uma certa importância, mas no fundo sabemos que não adiantaram muito para a libertação desses sujeitos. Pois mesmo sendo decretadas não foram respeitadas. Analisamos a Lei do Ventre Livre (1871), Sexagenários (1885) e Lei Áurea (1888), e como se deu a repercussão dessas leis nos jornais carioca.

A motivação pelo tema, primeiramente, se deu a partir das indagações realizadas pelo objeto de estudo, ao pensarmos a história dos negros pela abolição nos deparamos com questões que muitas vezes não conseguimos responder, mas tentamos a partir desse estudo evidenciar os principais sujeitos sociais que estavam inseridos nesse período e que muitas vezes na historiografia brasileira suas lutas e conquistas não são devidamente evidenciadas e realçadas com seu devido mérito.

Sempre a história dos negros foi marcada com silenciamentos, omissões em todos os lugares da história, sejam nos livros, jornais, revistas, livros didáticos, imprensa, televisão, etc., então nosso principal objetivo foi evidenciar essas lutas sociais por eles travadas.

Esse artigo pretende, portando, analisar, através da linha de pesquisa História e Cultura, do curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), que se propõe, a partir das práticas e representações culturais da história dos negros pela abolição nos jornais, analisar e construir novas abordagens historiográficas. Sugerindo uma reflexão sobre a cultura, compreendendo-a como um conjunto de significados partilhados e construídos socialmente para explicar o real vivido.

Para se pensar sobre essas novas abordagens do negro na imprensa carioca elegemos como categorias de análise Imprensa, Cultura e Memória.

Foram tais práticas sociais, culturais e políticas que nos interessou em nossa pesquisa, pois precisou estudá-las para compreender melhor aquilo que não foi dito oficialmente e foram tais sujeitos que nos deram estas respostas. E para melhor compreendermos esses sujeitos sociais precisamos entender um pouco da sua cultura, da bagagem cultural que eles carregam, assim concordamos que

"cultura é mais do que as belas artes. É memória, é política, é trabalho, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, etc. Ali onde os seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e

do desejo, da beleza e da feiura, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura". (CHAUÌ, 2006).

Entendemos então que tudo que está ao nosso redor é cultura, que ela permeia todos os espaços sociais, são todas as ações humanas, que tudo está preenchido com cultura, seja no cotidiano desses sujeitos, no modo de se vestir, modo de falar, em como estão evidenciados na sociedade, independentemente da crença, das práticas e dos valores, cada um com uma cultura diferente e nós pesquisadores com intuito de preservar e respeitar e afirmar como são importantes essas culturas e suas lutas.

"Que a cultura faz parte integrante de um campo de mudanças e disputas sociais e políticas; cercado de interesses e reivindicações, e, portanto entendemos que as táticas e estratégias... nos fazem pensar que a cultura está sempre em processo de (re) significação, ou seja, cultura é movimento". (DOMINGUES, 2007, p. 29).

Portanto, na categoria de análise sobre imprensa, vimos que ela tem propiciado não apenas o alargamento das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de compreender, dentre outros, as transformações das práticas culturais, as maneiras de viver de uma determinada época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidade das raças.

A dimensão representativa da imprensa, ou seja, sua legitimação em representar os acontecimentos ocorridos na sociedade, assim como de reconstruir os fenômenos culturais e os estereótipos sociais, fazem dos jornais um potencializador e guardador de memórias locais ou mesmo nacionais.

Também entendemos que os jornais são como lugar de memória, que muitas vezes nos descreveram relatos de escravos de sua vida cotidiana, suas lutas, seu passado, suas histórias, e que serão esses relatos que nos ajudaram a compreender sua história, assim

"a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, com às vezes – exatamente iguais". (PORTELLI, 1997, p. 16).

Podemos então observar que cada indivíduo poderá ter uma memória semelhante, porém nunca igual, pois cada pessoa pensa de um jeito diferente, assimila conteúdos de maneiras diferentes e se impõe de maneiras diferentes.

A História pode ser considerada uma disciplina formativa e como tal ela contribui para um melhor entendimento da sociedade em que vivemos e dos fatos e processos sociais que nos rodeiam. A tradicional História costumava tomar os acontecimentos de uma forma linear, positivista, partindo das classes dominantes e dando ênfase aos grandes nomes e acontecimentos. Com a Escola dos Annales novas formas de encarar a História se revelaram, começaram a serem propostos novos objetos, problemas e abordagens na escrita historiográfica.

"Thompson ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo (*history from below*), trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência". (LUCA, 2005, p.113).

Thompson integrou uma corrente historiográfica cujo trabalho empenhava-se em abordar pessoas comuns, as relações sociais, os temas malditos. Começou-se a buscar, a partir daí, uma narrativa que conseguisse escapar da superficialidade do acontecimento, que utilizasse diferentes vozes para captar os conflitos, permanências e resistências.

Essa nova forma de escrever a história ajudou na ampliação das temáticas como afirma LE GOFF e NORA (1978):

“Pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história”. (p. 11).

E principalmente compreender o conceito de cidadania, foi dado com o negro em sua liberdade, assim, entendendo como esses sujeitos sociais eram tratados nessa sociedade imperial como cidadãos, quais eram seus direitos e deveres, nem sempre seus direitos eram devidamente colocados em prática, mas seus deveres eram cobrados a todo custo. Para CARVALHO (2002, p. 9) “Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”. O que vemos é que os negros escravos não terão direito algum, e não foram tratados como cidadãos, mas sim como mercadoria, moda de troca, sem nenhum direito a terra, a propriedade, saúde ou educação.

Nosso principal objetivo é compreender como foi retratado o negro na imprensa carioca, a pluralidade de ideais e informações veiculadas nos jornais, a partir da vigência das leis escravocratas. Assim entendendo as repercussões das leis criadas a favor a abolição nos periódicos da capital do império; discutir como era colocada a causa abolicionista nesses jornais e quais foram seus principais apoiadores e analisar os interesses em disputa que cercavam esses jornais e como eles se posicionavam.

Usamos como metodologia as fontes impressas (jornais) e obras bibliográficas (livros, Artigos, etc.) essas fontes nos ajudaram a evidenciar e compreender a causa abolicionista através dos periódicos, analisando suas notícias referentes aos negros e em como eles lutavam pelos seus direitos através desse meio. Alguns dos jornais analisados foram *A Gazeta de Notícias*, e o *Abolicionista*, tais jornais consultados na Hemeroteca Digital Brasileira<sup>92</sup>.

Assim é necessário saber a história dos próprios jornais, as posições políticas de seus donos, a linha editorial adotada, o perfil dos patrocinadores e a que grupos políticos e econômicos estão vinculados antes de elegê-los como objetos de pesquisa.

Devemos lembrar que os jornais antes de se constituir em objeto de pesquisa, refletem, no desenvolvimento de sua própria história, toda uma transformação tecnológica e sociocultural. Além disso, os impressos são instrumentos dotados de ideologias, e por estarem em constante dinamismo com as esferas políticas e sociais fazem do jornalismo um agente ativo na configuração dos rumos tomados pela sociedade.

---

<sup>92</sup> A Fundação Biblioteca Nacional oferece aos seus usuários a HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas.

Além de se constituírem em fontes riquíssimas para o pesquisador, os jornais também podem ser vislumbrados como agentes da própria história. É impossível não relacionarmos a história da imprensa no Brasil às transformações políticas e sociais vivenciadas no país do decorrer do tempo. E são essas transformações que pretendemos estudar.

### **A luta pela liberdade ressoa na capital do Império**

Quando falamos de escravidão, colocamos em cheque os conhecimentos que nos é passado no decorrer dos anos, em nenhum momento nos ensinam ou evidenciam sobre as lutas travadas pelos negros no processo de abolição, pois, na história oficial, é uma luta feita pelo o homem branco e ganha pelo homem branco, que esqueceu totalmente do sujeito principal dessa história, que foram os negros, pois em nenhum momento foi pensado necessariamente neles, e sim nos interesses sociais, políticos e econômicos que cercavam aquela sociedade.

É claro que não foi somente assim que ocorreu, os negros tinham consciência do que estava acontecendo com eles, que eles tinham direito a serem livres e viverem com dignidade, mas a maioria não tinha voz naquela sociedade, os poucos que tinham faziam uma enorme diferença na luta de seus ideais, mesmo que lentamente. As ideias abolicionistas continuavam restritas aos grupos de negros e mestiços com noção da sua situação e aos liberais radicais.

A única parte do processo de abolição da escravidão que nos vem a cabeça na maioria das vezes é a Lei Aurea, que foi a lei definitiva do sistema abolicionista, mas não foi a única ferramenta conclusiva nesse meio. Com isso, a abolição da escravidão muitas vezes nos é apresentada como fato de ser somente uma lei que libertou os negros da escravidão e fim do problema, ponto final, sendo assinada pela princesa Isabel, que será a “defensora”, “protetora” da causa abolicionista, que os escravos deviam tudo a ela, mas que na verdade, se esquecem de suas lutas, seus confrontos, para que realmente acontecesse a libertação, principalmente dos sujeitos que participaram efetivamente na causa, seja na disseminação das ideias a partir da imprensa, que será nosso principal objeto de estudo, ou nas ruas, nas Câmaras Municipais, lugares de poder, etc.

Assim a primeira lei decretada foi a Lei do Ventre Livre, sancionada no dia 28 de setembro de 1871, foi um pequeno passo na luta contra a escravidão, ela tornava livre os filhos de escravas nascidos a partir de sua vigência, assim, obrigando seus senhores a cuidarem dessas crianças até completarem oito anos de idade, e após esse tempo eles poderiam libertá-las, recebendo uma indenização de 600 mil-réis, ou utilizar os seus serviços até que completassem vinte e um anos de idade. Para alguns estudiosos ela somente foi criada como forma de acalmar a oposição, e que por fim não resolvia o problema da exploração do trabalho escravo.

Os resultados da lei, no entendo, deixaram a desejar. Apenas cinco anos depois da sua aprovação foram libertados os primeiros escravos: 1.500 para uma população servil superior a 1.500.000. E das 400 mil crianças registradas até 1885, apenas 118 haviam sido confiadas ao governo e só 9 mil tinham passado à condição completa de liberdade. As demais ficavam sujeitas, de acordo com a lei, a um estado de escravidão de facto<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> CONRAD, Robert. Os últimos Anos da Escravidão no Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978. P. 145.

“A Lei do Ventre Livre, contudo, estimulou o debate abolicionista. Neste período foram criadas as primeiras associações e clubes abolicionistas, como a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil, no Rio de Janeiro, e a Sociedade Redentora da Criança Escrava, em São Paulo, além de vários pequenos jornais”. (Biblioteca Nacional, 1988, p. 37).

Após 14 anos se cria a Lei dos Sexagenários, que garantia liberdade aos escravos maiores de 60 anos, mas ficavam obrigados, “a título de indenização (...) a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos”, até que completassem 65 anos de idade, é claro que a qualidade de vida desses escravos era horrível e a maioria nem chegava a completar 60 anos.

“Em março de 1888, a Princesa Isabel substituiu o gabinete presidido por Cotejipe, que ainda defendia a escravidão, por outro, a ser organizado pelo também conservador João Alfredo Correia de Oliveira. O novo ministro tinha a incumbência de providenciar uma lei que extinguisse a escravidão. Dois projetos foram apresentados: um preparado pelo conservador Antonio Prado, estabelecia a abolição com condições, entre as quais a indenização para os proprietários e a obrigação para os es-escravos de servirem aos seus senhores até terminar a safra de café... Os liberais, através de projeto preparado por André Rebouças, exigiram a abolição sem condições”. (Biblioteca Nacional, 1988, p. 40).

João Alfredo optou pela abolição incondicional, de acordo com o desejo da princesa. O projeto então foi aprovado no dia 13 de maio de 1888, sancionada pela princesa Isabel a Lei Áurea, que garantiu extinção da escravidão no país, claro que ilegalmente em muitos locais a escravidão ainda permaneceu, a Lei não foi totalmente eficaz, pois ela não acabava com a desigualdade entre negros e brancos que só aumentou após a abolição, muitos escravos não tinham onde morar, nem onde trabalhar, passavam fome e necessidades, alguns acabavam mortos por esses fatores e outros voltavam e pediam para que seu antigo senhor o aceitasse de volta, pois a inserção desses escravos na sociedade foi extremamente difícil.

O Brasil foi um dos últimos países a aderirem ao fim da abolição, os brasileiros tentaram a todo custo manter o cativo, mas ela não estava mais sendo vista com bons olhos pelos demais países desenvolvidos, e principalmente com o surgimento da modernidade em nosso país, a ideia da escravidão começou a ser vista como atraso e ignorância em relação à outros países que já tinham abolido a escravidão.

Nesse período desses processos, os ideais de modernidade vindos de outros países, principalmente europeus, tomavam a cidade do Rio de Janeiro, principalmente por alguns intelectuais desses espaços, começa a campanha abolicionista em um tom mais forte a partir da imprensa. A campanha abolicionista no Brasil ganhou força na segunda metade do século XIX, após a Guerra do Paraguai (1864–1870).

Assim ao analisarmos os jornais desse período e seus componentes, devemos levar em conta que muitas vezes o jornal tem um cunho político-ideológico influenciado pelo seu meio social e histórico. Isso significa dizer que não existe neutralidade nos jornais, já que esse setor é condicionado por fatores externos (culturais, sociais, políticos, econômicos) e internos (questão de organização e de adequação à equipe que compõem a redação).

“O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar à suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade”. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 75).

A causa abolicionista nesse período estava dividida entre moderados e radicais, mas já tomavam as ruas e a imprensa, fazendo circular seus ideais e ganhando adeptos, especialmente no Rio de Janeiro, então capital do Império e futura capital da República. Jornais como *Gazeta de Notícias* e *O Abolicionista*, traziam em suas páginas textos de abolicionistas como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças e Antonio Bento. Assim várias sociedades abolicionistas são criadas no país, como a Sociedade de Emancipação no Rio de Janeiro e da Sociedade Emancipadora do Elemento Servil.

A *Gazeta de Notícias*, fundado, em 1875, pelo médico Ferreira de Araújo, ficou conhecida como periódico mais vendido no Segundo Império, e também pela linha editorial abertamente promotora do movimento abolicionista dando oportunidade a José do Patrocínio, para que publicasse artigos tratando dos debates ocorridos na Câmara. É caracterizada pelo preço acessível (40 réis cada exemplar), as vendas avulsas pelo Rio de Janeiro e textos de fácil assimilação, objetivando alcançar os leitores letrados, que constituíam, em 1872, apenas 1,2% da população da cidade (ASPERTI, 2006).

Na década de 1880, outras lideranças abolicionistas conquistaram espaço na imprensa, antes o espaço um pouco era restrito. A *Gazeta de Notícias* introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, seu objetivo no início de sua criação era lutar pela abolição da escravatura e pela instauração da República, assim escritores importantes pela causa abolicionista escreviam no periódico, como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e José do Patrocínio.

A *Gazeta de Notícias* se pautava por uma independência diante de facções políticas, o que fez com que suas publicações cativassem uma maior liberdade. Aliás, os textos, de um modo geral, constituíam um reflexo claro do pensamento de seus redatores. Ferreira de Araújo, por exemplo, era abertamente favorável à Proclamação da República, bem como ao movimento abolicionista, que culminaria na Lei Áurea de 1888, o que marcaria a *Gazeta de Notícias* como um dos jornais responsáveis pela reconfiguração da ordem social vigente e pela primeira veiculação em grande escala de editoriais, colunas e reportagens de viés antiescravagista. Portanto perante as questões abolicionistas analisamos alguns fragmentos do jornal.

Devemos ressaltar também que são os jornalistas quem decidem o que são ou não notícias, diante da amplitude do número de acontecimentos. Esse é um processo implica em uma seleção de acordo com os próprios critérios jornalísticos, que por sua vez, são determinadas pela ideologia política seguida pela empresa. Além dessa seleção, existe a angulação ou abordagem que é conferida a cada matéria. Está presente no enfoque da notícia a dimensão que se quer atribuir a um determinado caso.

Essas ocorrências afirmam que não existe espaço para a imparcialidade nos jornais, e que algumas matérias, principalmente as de cunho político, são fragmentadas e distorcidas de acordo com o interesse da linha editorial do jornal.

“No cotidiano jornalístico, o termo imparcialidade é utilizado como propaganda por todos os veículos de comunicação que desejam passar a ideia de credibilidade aos seus consumidores. Entretanto, a imprensa é constituída por

pessoas que, como bem disse um dos entrevistados, são seres pulsantes, têm paixões e desejos, portanto, parciais”. (CIRILO, 2004, p. 26).

Conseguimos compreender que não se consegue ser imparcial na hora de escrever uma notícia, pois sempre haverá uma carga de intencionalidade da pessoa que a escreve, e com isso não podemos confiar plenamente nos jornais, sempre existirá distorções. E para entendermos o conceito de notícia partimos do pressuposto de AMARAL (2003):

“É preciso perceber que a notícia não é espelho do fato, porque muitas críticas às distorções da imprensa popular são pertinentes do ponto de vista ético, mas transmitem a ideia de que é possível uma notícia límpida que faça os fatos transparecerem tal como aconteceram. As notícias reconstróem os acontecimentos por intermédio da linguagem e são redigidas com base em formas narrativas, símbolos, estereótipos, frases feitas, metáforas e imagens, e interpeladas por constrangimentos organizacionais, pressões políticas e econômicas, entre outros”. (p.71).

A notícia para o autor é uma construção da realidade, ela implica no acontecimento do fato em si, em um relato daquilo que ocorreu, ela é um bem simbólico, repleto de significados.

“A abolição é o sol do futuro que desponta... Nossos rios não receberão mais em suas águas as lágrimas dos escravos” (A Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 1880 – ed. 246), podemos perceber o discurso persuasivo abolicionista no periódico sendo pautado pelo apelo emocional.

“E’ tanto mais necessário esclarecer este ponto, quanto os mais exaltados escravagistas, brandando que são tão humanitarios como os mais decididos abolicionistas, e chegando mesmo a dizer que pugnam pela conservação da escravatura por amor do infelizes escravos, argumentam sempre com o bem, o futuro, a riqueza dos paiz, que elles dizem ligados ao desenvolvimento da lavoura.” (A Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 1880 – ed. 246).

Dessa vez, o texto dirige suas críticas de forma mais precisa aos escravagistas porque “pugnam pela conservação da escravatura por amor dos infelizes escravos, argumentam sempre com o bem, o futuro, a riqueza do paiz”. Mesmo sem negar a importância da lavoura, o jornal aborda a falta de iniciativa dos proprietários na adaptação ao trabalho livre, que veem a escravidão como “necessidade indeclinável”.

“D’esse argumento podemos servir-nos nós, que pugnamos pela liberdade do escravo e para que ao mesmo tempo essa liberdade lhes seja concedida por uma lei que regule a substituição do trabalho; não podem, porém, senão por escarneo, argumentar assim os escravagistas, porque são elles os culpados da ignorancia do escravo. Qual a educação que nas fazendas se dá aos escravos? Alimenta-lhes as superstições religiosas, impõem-lhes pelo castigo o medo do senhor, retiram-lhes pela falta de compensação o amor do trabalho. E dizem depois que é para bem d’elles que os não libertam!” (A Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 1880 – ed. 246).

Os abolicionistas contestam que mesmo sendo dada a liberdade aos escravos é necessário a criação de políticas públicas que ajudem esse escravo na inserção na

sociedade como cidadãos, pois quando estavam sob o cuidado dos seus senhores eles não tinham acesso à educação e por isso terão uma grande dificuldade em recomeçar, principalmente no trabalho livre, muitos após a libertação não terão moradia e nem emprego e muitos acabam voltando para seus senhores pela necessidade.

“A campanha abolicionista caminhou e chegou ao ponto maximo: acabamos de ouvir a princesa regente recommendar: a extincção do elemento servil; assim, o momento actual não é mais de palavras, mas sim de factos, e por isso propõe que se constituam em sessão permanente o senado e a câmara dos deputados, afim de que não descansem enquanto não passe a lei da abolição, pois não se tem hoje o direito de demorar, nem por uma hora, a restituição da liberdade aos escravos.” (A Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 1888 – ed. 125).

Deu-se grande destaque no jornal os momentos anteriores e posteriores a aprovação da lei. Sendo depois de aprovada o jornal recapitula os acontecimentos até a sua aprovação. O jornal faz um apanhado dos anos precedentes, desde 1885, e conclui que a questão era inadiável em 1888, obrigando que os ministros propusessem a abolição imediata. Contudo, essas afirmações só se aplicam aos abolicionistas, uma vez que os escravocratas se opuseram à medida justamente por romper com o sistema que lhes garantia o lucro do cultivo do café.

Depois da promulgação da lei o jornal fez uma homenagem José do Patrocínio<sup>94</sup>

“José do Patrocínio combateu e venceu. O que está feito não é exclusivamente obra do seu trabalho, da sua dedicação, das suas convicções. Não é tudo d'elle; mas é o principal. A alma, o espírito popular e desinteressado, foi elle que os introduziu na campanha cujo resultado ahi está festejado entusiasticamente por um povo inteiro.” (A Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 1888 – ed. 135).

José do patrocínio foi uma figura importante para a causa abolicionista, ele fez uma campanha intensa pela abolição em todos os jornais que trabalhou, sempre defendendo a todo custo que a escravidão deveria chegar ao fim, pregava a causa em todos os lugares que ia.

Segundo MOREL e BARROS (2003, p. 89), “havia jornais abertamente abolicionistas e veículos que, embora divulgassem debates sobre o escravismo, eram predominantemente conservadores do ponto de vista social”.

“A afirmação de que a imprensa transformou-se numa arena de debates sobre a abolição da escravidão pode causar uma falsa impressão de que havia um consenso em favor do fim do cativo. Essa visão está longe de expressar a realidade. Os jornais abolicionistas eram minoria diante daqueles defensores da escravidão ou “indiferentes” à questão. O que queremos destacar é que “tais meios de comunicação expressavam os embates da sociedade, agindo como reprodutores e criadores desses movimentos.” (MOREL; BARROS, 2003, p. 89)

A grande contribuição da imprensa era evidenciar as diferentes visões e os interesses em disputa, envolvendo uma maior parcela da população. Essa era a

---

<sup>94</sup> José do Patrocínio (1853-1905) foi um abolicionista, jornalista e escritor brasileiro, participou ativamente dos movimentos para libertação dos escravos.

expectativa dos abolicionistas ao buscarem publicar seus artigos na imprensa e fundarem seus próprios jornais. Os abolicionistas sensibilizavam o público narrando os sofrimentos dos escravos, apelavam aos senhores em nome dos princípios humanitários e responsabilizavam o governo imperial pela manutenção do cativeiro.

Era desafiador fazer uma imprensa abolicionista numa sociedade ainda escravista. O recurso financeiro era um primeiro obstáculo, pois muitas vezes pela falta de anunciantes e pelo pouco investimento com esses jornais, por conta de levarem em seus periódicos temas relacionados ao fim da escravidão, quase não terão patrocinadores, assim não tendo dinheiro para arcar com os custos de manutenção e impressão dos jornais, eles tentavam vender o máximo de números possíveis para tentarem divulgar a causa e os ideias abolicionistas.

Os jornais dependiam também dos anunciantes para sua manutenção, sendo boa parte de seus classificados ocupada por anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, além daqueles que ofereciam prêmios pela captura de escravos fugidos, claro que estes anúncios estarão nos jornais mais moderados, pois os mais radicais não eram a favor de se fazer uma imprensa abolicionista colocando anúncios de escravos em suas páginas, para eles isso era um descaso total com a causa abolicionista.

Esse tipo de anúncio era encontrado na *Gazeta de Notícias*, apesar de o jornal ser antiescravista. Nos jornais de sua propriedade, José do Patrocínio não aceitava quaisquer anúncios de venda e fuga de escravos, procurava publicar tudo o que pudesse contribuir para o avanço das ideias contrárias ao escravismo. Podemos destacar alguns deles:

“Recebem-se escravos de ambos os sexos para serem vendidos, sem seus senhores fazerem despesas, garantindo-se bons preços e rápidas vendas, tanto por ter-se encomendas; para tratar com Antonio Caetano da Silva, á rua do Visconde do Rio Branco n. 36, sobrado, antiga do Conde”. “Precisa-se de escravas, escravos, moleques, e negrinhas, paga-se os alugueis mais altos 5 s do que em outra parte. São bem tratados, não há pancada, e sim muito respeito e moralidade, os alugueis pagão-se adiantados. E’ casa de familia e escriptorio já bem conhecidos a doze annos, de Ignacio Pinehrio de Souza Gomes, rua do Senhor dos Passosn. 153.” “Aluga-se na rua do Senhor dos Passos n. 153 seis pretas, cozinham lavam e engommam. Um perfeito cozinheiro para fôrno e fogão; um moleque bom copeiro, ou para recados.” (A Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, 1875 – ed. 00005).

Já o jornal O Abolicionista criado pela Sociedade Brasileira Contra a Escravidão<sup>95</sup>, na casa da família Nabuco, no Rio de Janeiro, por Joaquim Nabuco<sup>96</sup> e José do Patrocínio, passou a editar mensalmente, de outubro de 1880 a dezembro de 1881, sendo esse periódico importante para o movimento abolicionista.

O jornal de Nabuco, foi um importante contribuição intelectual para explicar como os regimes escravocratas eram danosos ao Estado e à humanidade. Eles serviram de modelo a outras publicações antiescravistas. Advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e parlamentares engajaram-se no movimento e passaram a arrecadar fundos para o pagamento de cartas de alforria.

---

<sup>95</sup> Foi uma instituição criada por Joaquim Nabuco em 7 de setembro de 1880, com o propósito de lutar contra a escravidão no Brasil.

<sup>96</sup> Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849- 1910) foi diplomata, político, orador, poeta e memorialista.

O periódico defendia a abolição em nome da civilização e divulgava as cartas e moções de apoio internacionais de abolicionistas. No decorrer dos anos o número de jornais abolicionistas se multiplicaram, eles variavam quanto às propostas referentes questão servil, a maioria tinha curta duração e pouca penetração na sociedade, mas isso não minimiza sua relevância, pelo contrário foram estes que trouxeram a causa abolicionista à tona.

Podemos analisar alguns fragmentos do jornal *O Abolicionista* que vai declarar em qual posição eles estavam e em como eles retratam a causa abolicionista

“A NOSSA MISSÃO – A aparição d’este jornal na imprensa brasileira significa o progresso que tem feito a consciencia publica, relativamente á escravidão”. (O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1880 – Série 1, pág. 1). O número de jornais abolicionistas nesse período é muito pequeno, mas ele vem crescendo, mesmo que gradativamente, e para eles é um grande progresso que esteja havendo esse crescimento de jornais e adeptos a causa abolicionista, com isso, significa que as notícias estão chegando a mais pessoas, assim, ganhando força esse movimento.

“AFRICANOS LIVRES – Apesar das constantes reclamações da imprensa e da tribuna parlamentar, reproduz-se a venda, oficialmente anunciada, de africanos entrados depois da lei de 7 de novembro de 1831. Ainda ultimamente, por causa de um edital chamado licitantes ao leilão de negros livres, den-se na camara temporaria um incidente pouco glorioso para o parlamento. Um deputado clamou contra o crime que se pretendia perpetrar com annuencia das justiças do paiz, e o *leader* da maioria, com applausos d’esta. declarou que a lei de 1831 não era violada com a venda de africanos menores de 49 annos!”. (O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1880 – Série 2, pág. 6).

Podemos analisar, como já vimos em alguns jornais, mesmo eles sendo abolicionistas vai haver a divulgação de venda/captura de escravos, mesmo havendo mais uma vez leis que os impediam, alguns jornais ficavam extremamente irritados com essas confusões políticas, essa pratica não vai ocorrer no jornal *O abolicionista*, considerado um jornal totalmente radical pela causa, ele não tolerava nenhum anuncio em seu jornal desse tipo.

“Hoje ter escravos já não é um titulo de honra. A responsabilidade do dominio aumenta, e a sociedade começa a pedir contas áquelles, homens ou mulheres, que antes açoitavam e supliciavam seus escravos no meio da indiferença e até da cumplicidade dos estranhos.” (O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1880 – Série 1, pág. 1).

No período do auge escravista ter escravos era considerado um título de honra, uma questão de status, pois era “caro” se ter um escravo, havia o valor da compra, das despesas, era os grandes fazendeiros, proprietários de terras, senhores de engenho que irão ter a posse desses escravos, e quanto mais escravos se tinha, mas importante era considera perante a sociedade. E com toda a campanha abolicionista que estava se formando, ter escravos não estava mais sendo bem visto pelos olhos da população, pois, as condições de vida dos escravos como já dissemos era horrível, passavam fome, frio, morriam por doenças, castigos físicos e mentais, viviam em cativeiro, presos como animais, e esses jornais levavam a comoção desses sujeitos para a população, para que eles também lutassem pelo fim dessa barbaridade.

“A escravidão também, protegida pelo governo e coberta pela camada dos deputados com respeito filial, está desmascarada publicamente como sendo a redução de pessoas livres ao cativeiro; porquanto os actuaes escravos são os filhos dos importados, ou os proprios africanos que a lei, ha quarenta e nove anos, declarou livres.” (O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1880 – Série 1, pág. 1).

O fragmento contesta que mesmo após 49 anos da lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, que declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império, e havendo penas aos importadores de escravos, ainda era muito comum no país, que os próprios governantes protegiam essas criminosos que burlavam essa lei.

“E’ para lutar com a escravidão que este jornal aparece; é para denunciar-lhes os abusos e os tristes episodios; é para formar archivo historico, em que no futuro as gerações, que nos sucederem, possam ver a degradação do nosso tempo, e odiar para sempre o stigma impresso na fronte da nação Brasileira pelo trafico de escravos que ella tolera em pleno seculo XIX.” (O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1880 – Série 1, pág. 1).

O jornal tem um cunho de denúncia, para expor as pessoas que mesmo com as leis já vigentes, ainda mantinham a escravidão, publicando e denunciando os castigos e abusos que esses sujeitos sociais vão sofrer, assim sensibilizando o público para aderirem ao movimento abolicionista. E também o jornal tem o objetivo de formar um arquivo histórico (importância, poucos registros sobre escravos, poucos jornais) sobre as histórias desses sujeitos, pois como já disse, a sua história sempre foi apagada da história, muitas vezes pelas versões oficiais.

“O paiz posto em estado de sitio para beneficio dos fazendeiros e no meio da maior tranquillidade publica! É preciso, porém, que se saiba onde o partido escravista pretende parar. Se os traficantes de escravos e os seus cumplices tivessem todos sido levados para a penitenciaria, há quarenta anos, essas pretensões teriam hoje pelo menos vergonha de ostentar-se. A obra não foi, porém, feita em tempo, e agora pede se ao governo que ele faça arbitrariamente contra a emancipação o que era seu dever legal fazer desde 1831 contra a escravidão: suprimil-a a ferro e fogo.” (O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1880 – Série 1, pág. 5).

Os abolicionistas querem que as pessoas que eram a favor da escravidão paguem por isso, que os donos de escravos, os que traficavam para eles, quando se tinha leis que impedia isso, que deviam ter sido condenados, presos, pois agora estava havendo uma resistência desses poderosos para acabar com a escravidão, sendo que ela não deveria nem ter continuado.

“As lagrimas de um povo escravo não se esterilisa sobre a terra; sobem muito mais alto, e, obedecendo a uma lei desconhecida, mas que vive na consciencia das grandes dôres, desce em orvalho que fecunda a causa vingadora do direito. ‘Bem aventurados são os que choram, e os que padecem fome e sede de justiça.’” (O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1880 – Série 1, pág. 7).

Esse fragmento se refere a Lei do Ventre Livre, que mesma sendo aprovada há vários anos, ainda não era posta em prática, várias crianças nasceram com a liberdade, mas dela não podiam se desfrutar, e isso causa indignação, eles querem somente que a justiça seja feita, se a lei existe então que seja usada da forma correta.

“No senado brasileiro, apesar das disposições hostis do chefe do partido conservador o Sr. B. de Cotegipe, passa por grande maioria a emenda que manda fazer parte do fundo de emancipação a taxa adicional sobre escravos, e ninguém de hoje em diante ousará tocar nesse depósito sagrado. Fraca luz de esperança é essa todavia nas trevas do captiveiro. E’ que as idéas caminham vingadoras, como nas visões de Machbeth as florestas de Birman. Quem as impelle? O invencível: a razão e a justiça.” (O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1880 – Série 1, pág. 7).

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre criou-se um fundo de emancipação para ser usado na manumissão dos escravos, e permitia também a estes últimos formar um pecúlio para a compra da alforria, sendo assim, os abolicionistas não perdem a esperança que todos os escravos seriam uma hora ou outra libertos.

A abolição, mesmo tendo havido movimentação dos negros (e essa movimentação foi fundamental para o processo abolicionista), foi um negócio de brancos. Ela tirou o negro da condição de escravo, mas deixou de lado as propostas de abolicionistas pela distribuição de terras para os ex-escravos, assistência econômica e social, acesso a educação, saúde, participação política, reformas, enfim, fazer do negro um cidadão.

E os negros até o momento não receberam nenhuma indenização/reconhecimento pelos quase 350 anos de escravidão e ainda sofrem com discriminação racial e social de nosso país, temos de alguma forma uma dívida eterna com essas pessoas e ao invés de tentarmos concertar os erros do passado, cada vez mais as pessoas são hipócritas a ponto de não reconhecerem essas histórias.

## CONCLUSÃO

“Trabalho é coisa de negro”, costumava-se dizer na época da escravidão. “O negro é pobre porque não trabalha”, dizem hoje em dia muitas pessoas, esses ditos são exemplos de visões estereotipadas e preconceituosas sobre o negro no Brasil. A primeira foi uma forma de impor e justificar o trabalho escravo. A outra é um subproduto da nossa história recente, diretamente relacionado com a forma que teve a abolição em nosso país.

Sendo assim ainda existe a necessidade de fazer trabalhos com a temática de negro na sociedade brasileira, pois além de ser um tema riquíssimo e pouco colocado em evidência, e precisamos colocar em destaque essas histórias de lutas e resistências, pois também há a necessidade da representação social desses sujeitos em nossa sociedade.

Mas o Brasil de hoje revela também, através dos jornais ou de outros veículos, a luta dos negros pela cidadania efetiva. Ela está registrada nos documentos dos movimentos organizados para a defesa dos direitos civis e políticos; nas lutas pela democratização racial; na valorização e preservação dos elementos da cultura negra.

O que buscamos foi a construção de uma história do negro que reflita o seu estar e sentir na sociedade brasileira, condição indispensável para a formação de uma consciência negra, esta consciência, por sua vez, é essencial à sua participação na construção da democracia no Brasil.

### Referências Bibliográficas

AMARAL, Luiz. **Jornalismo matéria de primeira página**. 3 ed. Rio de Janeiro – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

ASPERTI, Clara. **A vida carioca nos jornais**: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 7, 2006. Disponível em: <[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_07/06CLARA.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/06CLARA.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPELATO; Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural, Cultura e Patrimônio Histórico**. In: O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, DHP, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Reflexos de Cidadania** (Discurso de posse na Secretaria de Cultura de São Paulo, a 2 de janeiro de 1989). São Paulo, PMSP/SMC, 1989. In: PEREIRA, Mirna Burse. O DIREITO À CULTURA COMO CIDADANIA CULTURAL (São Paulo, 1989/1992). Projeto História, São Paulo, n.33, p. 205-227, dez. 2006. Disponível em <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume33/artigo10.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CIRILO, Thais. Das teorias às práticas jornalísticas. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado (org.). **Jornalismo além da notícia**. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador**: Conversas Sobre História e Imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DOMINGUES, Andréa Silva. **Cultura e Memória**: A festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvanópolis- MG. Doutorado em História. PUC/SP, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias:** Cultura e o sujeito na história. In: Muitas memórias, outras histórias. FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.) São Paulo: OlhoD'Água, 2004.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser Jornalista.** São Paulo: Editora Paulus, 2009.

MOREL, Marco; BARROS, Marina Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho:** algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo, nº. 15, 1997.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais.** In: Memórias e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. BRESCIANI, Stella; NAXARA, Maria (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Imprensa Como Fonte Para a Pesquisa Histórica.** Projeto História, nº 3. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984.

# HISTÓRIA E SOCIEDADE: A POLÍTICA E A IMPRENSA DE POUSO ALEGRE NOS ANOS 30

THAINÁ SANTOS PASCOAL  
ANDREA SILVA DOMINGUES

Faculdade De Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli

Universidade Do Vale Do Sapucaí- UNIVAS

Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470 - Bairro de Fátima - 37550-000 – Pouso Alegre  
(MG).

[thainapascoal75@gmail.com](mailto:thainapascoal75@gmail.com)

## Introdução

Primeiramente o que temos que ter em mente ao trabalhar com o discurso, é que o mesmo nos possibilita a compreensão do passado para entendermos o presente, é através da análise do discurso, da interpretação da história, que é possível a compreensão de como projetos políticos ideológicos se constituem no tempo presente, seja nos entremeios, no não dito, mas especialmente na representação ideológica constituída através dos tempos. No ir e vir da memória nos é possível interpretar, entender a constituição da cidade e as interferências ideológicas que permearam seu percurso através da imprensa, pois como afirma Orlandi:

A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interesse. Ela trata do discurso. E a palavra discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2010 p.15)

Desse modo trabalhamos os jornais analisando o que é escrito, trazendo sua importância, esse curso das palavras, buscando apresentar discussões das formas de interpretações feita pelo historiador, de modo a mostrar como lidar com as fontes impressas, nesse caso os jornais, considerados como fato de linguagem.

O objetivo deste artigo é analisar a construção dos discursos nos jornais da década de 30 em Pouso Alegre-MG e como este interfere na constituição da cidade em seus aspectos, políticos, religiosos e sociais. Ao trabalhar no aspecto político e religioso devemos ter em mente que política e religião, buscam e disputam, e possuem muito poder. Isso acaba trazendo um embate na imprensa a respeito de política e religião. Já no aspecto social vai se tratar da sociedade que está inserida essa religião, política, os sujeitos sociais; assim devemos estar atentos aos campos de atuação da História Social tal como concebida nas últimas décadas, ou seja saber onde essa História Social vai atuar, com quais documentos vai se trabalhar, quais as categorias trabalhadas diante da sociedade;

Ao acentuarmos a ideia de que a História Social trata mais da experiência do que da ação e tem preferência pelos documentos, reconhecemos o risco de nos afastarmos da compreensão de sociedade em seu conjunto para evidenciar o

nível do indivíduo, ou dos membros de grupos sociais em particular. (FENELON, 1993 p.83)

Desse modo consideramos que a história social é mais o que se vive não o que é feito, devemos ter compreensão de que sociedade varia muito em seu tempo e espaço, sendo assim para cada tempo e espaço a uma diferente compreensão.

Metodologicamente realizamos a interdisciplinaridade da História e da Análise de Discurso, através da reflexão sobre os modos pelos quais os discursos políticos na década de 30 em Pouso Alegre (MG), se textualizaram nos periódicos como “A Cidade”, “A Razão”, “O Imparcial” e “A Semana Religiosa. Trabalhar pelo viés da Análise de Discurso se faz fundamental, para avançarmos na interpretação, com as formações discursivas que, por sua vez, através dos periódicos delimita, divulga e regula tais interesses.

### **1. Formações ideológicas e discursivas nos periódicos da cidade**

Em 1932 Pouso Alegre enfrentava uma grande tensão, por consequência da revolução de 32, mas mesmo assim a cidade caminhava rumo ao seu desenvolvimento, edificando suas construções. Nesse contexto podemos dizer que Pouso Alegre estava em um acontecimento histórico, no sentido do crescimento da cidade, pois em alguns jornais já analisados, traz matérias como calçamento de ruas, companhias de energia elétrica se instalando, entre outras. Então vemos que Pouso Alegre estava na era do desenvolvimento, neste sentido a cidade estava entrando também na era “moderna”.

Essa tensão enfrentada por Pouso Alegre naquela época, se deu por que o Brasil estava passando por um acontecimento histórico importante denominado a “Revolução de 30”. A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado, o Golpe de 1930. O Golpe derrubou o então presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e colocou fim à República Velha. Getúlio Vargas então, assume a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha e da início as primeiras formas de legislação social e de estímulo ao desenvolvimento industrial. Desse modo vemos que o Brasil acabou de passar por um golpe. Golpe que vai interferir na política e economia do país inteiro. E vai interferir na política de Pouso Alegre também, é isso que foi analisado na imprensa pouso alegrense, como esses discursos se deram nos jornais da época.

Trabalhar com o discurso nos possibilitou compreender o passado para que assim se entenda o presente, e foi através da análise de discurso, que foi possível a compreensão de como os projetos políticos ideológicos vigoram no tempo presente. Através da memória que a imprensa traz, foi possível interpretar, e entender a constituição da cidade. Conforme Orlandi (2010, p.59), “A análise de discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber.” Com essa reflexão entendemos que um dos sentido dessa pesquisa é trazer o sentido dos ocorridos da década de 30 e compreendê-los, não como verdade absoluta, mas algo para que se possa discutir, abrindo novos caminhos para a interpretação.

A análise trouxe uma ideologia do sujeito como abordagem dinâmica e linguística, pois ao tratar de linguística e discurso compreendemos que os dois andam de mãos dadas, um exemplo disso é Orlandi (2010, P. 15) que nos mostra, que o discurso é o

curso das palavras, palavra em movimento, deste modo vemos que o discurso não é algo estático, sem alterações, imóvel, e sim um movimento constante.

A intertextualidade na escrita dos jornais é trabalhada, para poder perceber as formações ideológicas e discursivas, pois como já dito através da linguagem que será a materialidade da nossa análise, podendo aprofundar no entendimento do nosso sujeito, para que assim possamos trazer a ideologia, e como funcionava a imprensa na década de 30 em Pouso Alegre-MG, trazendo um olhar de criticidade para aquela época de acontecimentos históricos que o nosso país passava, e que a própria cidade de Pouso Alegre-MG passou.

Para Orlandi (2010 p.70) “Compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui.” Ao trabalhar com os jornais analisamos as questões linguísticas e textuais no contexto histórico, não foram vistas como simples instrumentos de comunicação, pois isso é certeza de que não é, tudo tem um motivo para estar em determinado lugar, e o que está escrito em determinado jornal não será por acaso, e foi nesse viés que trabalhamos a construção deste artigo.

### **1.1 A memória de arquivo e discursiva**

Primeiramente para falar em memória de arquivo é importante contextualizar onde essa memória está inserida, em nosso caso, no museu. Desse modo falar em museu não é apenas falar de um lugar que guarda coisas antigas, como muitas pessoas pensam, museu é muito mais que isso, é o lugar onde vai se arquivar diversos documentos, como também periódico entre outras coisas. É o lugar onde podemos reviver a memória, pois é um espaço de memórias, da qual oportuniza ao pesquisador observar as lacunas da história. Sobre museu é importante ressaltar que:

Numa época em que sociedade e cultura estão mais próximas que nunca os museus têm desempenhado um papel importante na mediação destas relações. Estes criam novos sentidos para as coisas e (re) definem a realidade, razão pela qual são considerados práticas de significação. São instituições sociais muito complexas que num curto espaço de tempo passaram de um papel relacionado com a produção de saber para um papel essencialmente (auto) reflexivo, (auto) crítico (auto) questionador, não só de si mas também da sociedade em volta. (ORLANDI, 2014, p.2)

Deste modo falar em museu se faz fundamental neste artigo, lembrando que foi o museu Tuany Toledo de Pouso Alegre que nos permitiu acessar os periódicos para que a pesquisa fosse realizada, esse museu possui um amplo acervo, incluindo livros, catálogos, jornais, reunião bibliográfica e periódicos. Conforme Mello (2017, p.17) “o museu histórico municipal Tuany Toledo foi inaugurado 1990”. O museu é uma instituição difícil de ser entendida pois é nele que se traz os vários tipos de histórias do mundo por isso é necessário questionar e refletir diante dessa instituição para podermos ter um pensamento diante da história. Sobre o museu Tuany Toledo conforme Mello:

A constituição do museu na cidade teve o objetivo de manter a memória em movimento das novas gerações, oportunizando ao sujeito leitor do museu diferentes olhares, de diferentes acontecimentos, que podem ser visualizados pelo visitante, sendo o museu um lugar de memória e discurso, do qual a posição sujeito de cada observador deste lugar irá realizar a sua leitura e (re) significa-la em seu tempo. (MELLO, 2017, p.18).

Após essa reflexão podemos ver que o museu é importante na cidade de Pouso Alegre-MG para poder manter a memória em movimento para as novas gerações que

virão a seguir, toda cidade deveria ter seu próprio museu para trazer a história de sua cidade, a memória esquecida que está lá no passado, para que assim os cidadãos possam ter em mente como foi que a sua cidade surgiu, como se constituiu a política e a economia em sua cidade, para que possa refletir sobre os acontecimentos presentes. No presente momento o museu é uma instituição que está sendo esquecida pelas pessoas, isso pode ser comprovado pelo tipo de pessoa que frequenta o museu, que são em sua maioria estudantes levados em excursões das escolas, e os pesquisadores. A maioria das pessoas estão perdendo a vontade de conhecer sua história, e isso é desolador para a sociedade.

Sabe-se que o museu, nesta primeira década do século XXI, não é apenas um espaço para lembrar e contar histórias, mas um espaço em que se constroem memórias. O museu pode ser a lembrança de gente deixada pelo objeto, ou lembranças que incitam a busca de outras histórias: história de pessoas, história de lugares. Museu “lugares de memória”. (PINTO, 2013, p.90).

Após essa análise, temos em mente que o museu é um lugar de memória, e se faz fundamental para podermos ir adiante com nossa pesquisa.

Os lugares de memória se fazem pela experiência, pelos restos, resíduos daqueles que vivem o lugar e pela preocupação em perpetuar uma memória que é viva, mas crê-se no seu desaparecimento, daí a necessidade de um espaço que reviva essa memória. Como no “museu de tudo”, epígrafe desse texto, uma vontade incontrolável de criar arquivos gerados para a lembrança, para o desejo de não esquecer e não ser esquecido, memória que são restos, rastros de uma história. (PINTO, 2013, p.90).

Desse modo, vemos que memórias são importantes fontes do passado, memória são vestígios de uma história que foi trazida para o tempo presente através de um lugar feito para guardar essas memórias, e esse lugar foi denominado museu. É importante lembrar que no museu essa memória nunca será esquecida, esse espaço manterá a memória viva, e sempre que alguém queira ver ou estudar essa memória é só ir ao museu que a memória estará lá para ser revivida por pesquisadores e pessoas.

A ênfase na questão da memória abre caminhos para a criação de arquivos gerados no cotidiano daquele que lembra. O lugar para esse arquivo se constitui, independente do que pode ser arquivado, em espaços culturais públicos ou privados, mas espaço-museu. (PINTO, 2013, p.95).

O espaço-museu e memória de arquivo estão interligados, pois o arquivo é guardado no museu, por isso é importante a construção de um olhar mais amplo e complexo acima do museu, que é um espaço público onde se guarda memórias, e entre essas memórias está inserida a memória de arquivo.

Mas para Borges museu não é somente o local onde se guarda memórias, é também um lugar de produção e informação.

Início com a constatação de que o museu – lugar de produção e disseminação de discursos sobre algo é um espaço de comunicação, informação e ordenamento de sentidos. Outra constatação, o museu expõe-se à nossa experiência cognitiva e, portanto, aos nossos gestos de interpretação. (BORGES, 2011, p.258).

Sendo assim, o museu é um lugar muito complexo e de difícil entendimento, pois é um lugar de ampla informação, comunicação e vários sentidos. E desse modo entender em que sentidos o museu se expõe, é uma tarefa bastante complexa, pois o mesmo tem diversas formas de ser interpretado pela população que o cerca.

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos “(quer dizer, mais tecnicamente, os pré-

construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PECHEUX, 2010, p.52).

Memória segundo Pêcheux é um espaço de reconquistas dos discursos anteriores, porém não pode ser reduzida somente a isso. Reestabelecendo as coisas implícitas que ocorrem. As redes de memórias constituem e possibilitam a reestruturação de discursos já ditos, alterando muitas vezes a historicidade do acontecimento discursivo.

O arquivo, nessa compreensão, adquire uma nova postura, não apenas de guardião da memória, mas, sobretudo, como um espaço de referência da produção do conhecimento, que incita a eferescência da informação de maneira dinâmica e atualizada. A partir daí, torna-se evidente que a relação entre memória e arquivo é imprescindível. Aquela tem este último como espinha dorsal. Tudo isso foi possível a partir da necessidade do homem de externar de forma física os pensamentos, quando passou a registrar seus feitos, eternizando informações que entendia como memoráveis. (BARROS, 2009, p.57).

Nesse aspecto o arquivo não é apenas o guardião da memória, mas sim um espaço onde a produção e o conhecimento aparece de maneira complexa a ser entendida. Ainda nos mostra que a relação entre memória e arquivo é algo fundamental, e a memória tem o arquivo como espinha dorsal, ou seja, o arquivo é uma estrutura bastante flexível que dá movimento e sustentação a memória, sem um é impossível a existência do outro, pois um sustenta o outro. Sendo assim:

O arquivo, portanto, consagra-se como o locus que se mantém vivo e atuante no meio da sociedade que o teceu, permitindo, assim, a externalização e a mediação entre o tempo e os acontecimentos passados. (BARROS, 2009, p.57).

O arquivo, vem se mantendo vivo, em meio aos cidadãos e uma sociedade, trazendo com ele os acontecimentos passados, que são de ampla importância, não só para a historicidade e para os pesquisadores, mas para todos os cidadãos, que querem saber dos acontecimentos passados.

A memória é importante para este estudo, pois como afirma Domingues e Carrozza:

“Entender a memória é compreender que a história é constantemente recontada a partir de um ir e vir de recordações diferentes de tempos diversos, observando a reconstrução do passado vivido refletido nas memórias.” (DOMINGUES e CARROZZA, 2013, p. 158)

Desse modo os jornais são considerados como transmissores de memória e discurso, pois neles podemos entender o sentido em Pouso Alegre-MG nos anos 30, conforme Enne (2004, p. 112) “Memória é uma dimensão fundamental na constituição das identidades e que envolve práticas narrativas e gerenciamento do real através das práticas discursivas [...]”. Ao ter em mente que memória é fundamental para a constituição de identidades, buscamos trazer as identidades dos jornais para ser analisadas a partir da análise do discurso, mas sempre buscando destacar a importância da memória para esta pesquisa.

A questão da memória é uma questão de fundo da análise de discurso e que, por isso, é inevitável que se considere em qualquer análise, o que redundará em consequências importantes para o desenvolvimento e elaboração da própria teoria e método da análise de discurso. (ORLANDI, 2014, p. 2)

A memória está ligada a análise de discurso, para o diálogo da história com a análise de discurso é importante ressaltar que esse diálogo resultará em consequências fundamentais para se desenvolver a análise de discurso, e vale lembrar que a memória

e a análise de discurso se completam, um é a base do outro se tratando de historicidade.

Conforme Orlandi (2014, p. 6) “memória de arquivo, que é a memória que não esquece: é a que se institucionaliza e é arquivada. A dos museus, a das instituições em geral, a da escola, a do Estado, oficial etc.” e a memória discursiva que conforme Orlandi:

A memória discursiva é estruturada pelo esquecimento. É quando esquecemos como um sentido se constitui em nós que ele passa a produzir seus efeitos, entre eles, o principal, de que este sentido, quando falamos, nasce em nós, quando, na realidade para significar é preciso que as palavras e expressões, proposições já signifiquem. Retomamos sentidos já existentes, efeitos do já dito e esquecido em nós. (ORLANDI, 2014, p. 6).

Assim, temos que memória de arquivo não é esquecida pois, é arquivada. E que o esquecimento é memória discursiva, pois a memória discursiva é estruturada pelo esquecimento. É preciso que um sentido comece a ser esquecido para que assim passemos a produzir os efeitos dessa memória discursiva, que sempre se ressignificam. Ou seja a memória de arquivo e discursiva se completam, cada uma trazendo seus significados diante da história. O estudo de memória de arquivo é obtido através de atas, museus, prefeituras, enfim onde esses arquivos foram guardados.

Discutimos o discurso político e religioso analisando os jornais da década de 30, trazendo o desenvolvimento político, social, e econômico, através da linha de pesquisa cultura e poder, “A concepção de cultura era de produção a da superestrutura e, ainda que preocupada em reconhecer manifestações e aspectos da cultura popular, pagou alto preço pela adoção de esquematismos e utopias distanciadas da sociedade.” Fenelon (1993 P. 83).

Assim vemos que cultura é tudo a sua volta, crenças, gostos e costumes, tudo isso é cultura, assim iremos analisar nos jornais tudo o que estiver escrito. Pois, não foi dito que costumes é cultura, o jornal vai se encaixar nessa sessão de costumes, pois sentar numa varanda ou em uma cadeira de balanço, ou em qualquer outro lugar para se ler um jornal, em tempos de tecnologia é raro, até porque se tem acesso às notícias hoje em dia pelos celulares, tablets, computadores. Mas ainda há pessoas que gostam de ler os jornais, e essa prática pode ser vista como costumes. Ou até mesmo dizer que a prática de ler jornais foi modificada, pois antes os jornais eram em papéis e tinha o entregador de jornais, que entregava o jornal de casa em casa, mas hoje pode se dizer que essa prática foi praticamente extinta, pois, hoje o acesso acontece pelos meios tecnológicos já mencionados, assim trazemos a concepção de cultura.

## **2.História, Imprensa e Discurso**

Primeiramente, o que é discurso? Essa pergunta será respondida partindo do pressuposto de Orlandi (2010, p. 15) de que “discurso é palavra em movimento, o curso da palavra”. Sendo assim quando se diz uma palavra ou se escreve é preciso analisar que sentido tem essa palavra, para podermos ver seu sentido, seu curso, seu movimento, para onde ela nos levará. E quando essa palavra foi dita ou escrita no passado é preciso ser estudada, pesquisada e analisada para podermos ter em mente o que isso significou no passado e que consequências trouxe para o futuro.

Ao analisar de forma breve os jornais da cidade de Pouso Alegre, foi possível ter em mente com o que se trabalha, visto que, os jornais em sua maioria representam políticos ou sujeitos partidários, havendo disputa pelo poder, prevalecendo os interesses de uma classe dominante. Desse modo percebe-se que a imprensa vem sendo uma

importante fonte como afirma Luca (2008, p. 128), “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder.” Desse modo a imprensa vem sendo cada vez mais utilizada em se tratando de política.

O corpus de análise deste artigo é composto de jornais impressos, arquivados no Museu Municipal Tuany Toledo, localizado em Pouso Alegre. Discutir imprensa é fundamental, pois mesmo o jornal sendo uma importante fonte para análise nem sempre foi assim como apresenta Luca:

Os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2008 p. 112)

Nos jornais de nosso recorte de análise continham assuntos diversificados, onde se discutia a política, as diferentes praticas culturais, informações de cunho comercial, também continham assuntos cotidianos como acontecimentos e noticiários de falecimento.

Entender que o objeto de análise de quem se posiciona pela análise de discurso, é o próprio discurso, vem sendo uma das principais abordagens para poder trabalhar os jornais. Mas voltando a falar dos jornais que é o foco da pesquisa já sabemos de alguns acontecimentos sobre o mesmo, os assuntos descritos nos jornais era voltado mais para a sociedade da época, era mais elitista, pois na época o número de analfabetismo era enorme só se sabia ler quem ia a escola, e quem ia a escola era a elite, pois as pessoas mais empobrecidas não tinha condições de pagar o ensino, e percebe se que é elitista pela forma que se é escrita, ou seja pela linguagem do jornal. E aqui já se pode ver uma relação de poder sobre a população empobrecida.

Outra categoria importante é cidade pois ela acaba por se tornar palco de disputa e discursos de interesses, politica, poder e domínio.

Discursivamente, mostra a cidade como um funcionamento daquilo que se instala pela regularidade do simbólico. Assim, a cidade é consequência das discursivizações em torno dela, ela é espaço interpelado e funciona, então, como efeito e como materialização das interpelações que constituem a memória discursiva de se dizê-la. (SOUZA, 2004, p.1)

A cidade é um lugar cheio de memórias discursivas em torno dela, sendo assim trabalhar cidade vem sendo muito complexo pois devemos ter um olhar bastante amplo para com ela, para ser possível ver seus efeitos e materializações diversas que a cidade contem, assim será possível trabalhar a memória discursiva.

Sobre a ideia do discurso fundador segundo Orlandi (2003, p.7) “Funciona como referência básica no imaginário constitutivo de um país”. Segundo Orlandi o discurso fundador é somente uma referência no imaginário dos cidadãos ao construir um país, ou seja, ele não se aplica ao estudo proposto. Porém seria útil utilizar as práticas discursivas para entender a análise de discurso através do discurso fundador. E também é através do discurso fundador que uma comunidade se reconhece como tal, sendo capaz de produzir sentidos, segundo Orlandi (2001). Por isso é importante trabalha-lo na pesquisa, por que é importante produzir sentidos através dos periódicos analisados, para entender como foi significação, e a produção de sentidos na cidade de Pouso Alegre-MG.

A história ‘aparenta’ o movimento da interpretação diante dos ‘fatos’. Por isto [para ele,] a história está ‘colocada’. Sendo assim, parto do princípio que o

discurso fundador se coloca através da interpretação na história. (PÉCHEUX, 2002, p.9).

A história foi bem interpretada e analisada nos jornais, e isso ocorreu através do discurso fundador, que nos trouxe a importância da interpretação na história, diante dos movimentos factuais. Pois os movimentos dos fatos trouxe um outro significado para a história.

### **3. Um exercício de análise**

Começaremos a nossa análise com o jornal A Razão de cunho totalmente integralista, assim já podemos ver que é um jornal que defende uma ideologia política, já tem seu partido para defender. Primeiramente contextualizamos a história do jornal A Razão.

Seu primeiro exemplar foi publicado em 13 de março de 1936, e o último exemplar em 02 de dezembro de 1937. Desse modo vemos que não durou muito sua circulação, pouco mais de um ano. Com a direção de João Queiroz; Administração de José Schmltdt; Redação de Olinto Fonseca, Benedito Ortiz, Vicente Scapulatempo, Osvaldo de Oliveira e Wilson Rezende; na qual formava com mais de 100 jornais a rede de notícias Sigma. Era impresso na gráfica “Casa Araújo”, circulava semanalmente e como já mencionado defendia o integralismo.

Mas o que é o integralismo? O integralismo também denominado nacionalismo integral foi um foi um partido e movimento político surgido no Brasil na década de 1930, influenciado pelos ideais e práticas fascistas que se desenvolveram na Europa após o fim da I Guerra Mundial. O movimento de extrema-direita foi fundado com o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, quando o jornalista e principal líder do partido Plínio Salgado lançou o Manifesto de Outubro.

# A RAZÃO

SIGMA-JORNALIS-REUNIDOS ◉ DIRETOR: JOÃO QUEIROZ ◉ RED. E ADM.: R. AFONSO PENA

ANO I

POUSO ALEGRE, 13 DE MARÇO DE 1936

NUM. 1

## ~ RUMO ~

«A RAZÃO» representa mais um esforço em prol de Pouso Alegre e, apesar de sua humilde condição de pequenino e desprezível jornal, muito deseja fazer em benefício do nosso município e em defesa de um nitido ponto de vista doutrinário.

Nesse terreno nossa orientação é definida e segura. «A RAZÃO» se integra no maior consórcio jornalístico da América do Sul:—Sigma—Jornais—Reunidos—. Formamos, doutrinariamente, ao lado de 107 outros jornais que se publicam em todo o território brasileiro e que são outras tantas trincheiras nesto grande Revolução deflagrada pelo Integralismo.

Não seremos, contudo, apenas um jornalzinho doutrinário. Procuraremos viver intensamente, e na medida de nossos recursos, todos os problemas políticos e administrativos, sociais e econômicos que interessam ao nosso município. Nenhuma de suas necessidades seremos indiferentes.

Nesse propósito, que manteremos intransigentemente, nossa atitude será firme, elevada e serena. Jamais descambaremos em mesquinhas questões de interesses individuais. Não nos interessam pessoas. Importam-nos fatos; move-nos o bem de nossa cidade e do Brasil e empolga-nos um ideal puro e luminoso.

Não seremos compreendidos por alguns e seremos combatidos por muitos. Outros nos desprezarão. Mas não importa; alguma coisa ha de ficar de nosso trabalho e a nossa linha de conduta será sustentada a despeito de tudo. Poderemos errar, é certo, na apreciação de algum fato ou circunstância que interesse ao meio em que vivemos. Mas o nosso erro nunca será de má fé e nos apressaremos em reconhecê-lo, tão logo se patenteie o engano. Não nos iludem, igualmente, miragens enganosas. Bem conhecemos as dificuldades sem conta que se acumulam em torno de nós. Desgostaremos, por certo, a muita gente, além dos grandes impecilhos de ordem material que teremos de remover.

Custa o aparecimento d'«A RAZÃO»—e mais custará ainda a sua manutenção—uma copia grande de sacrifícios, pobres e poucos que somos. Conforta-nos somente a esperança de que lograremos interessar a independente população de Pouso Alegre, que reconhecerá o nosso mérito e não nos faltará com seu apoio a manutenção do jornal.

## O Integralismo e as eleições municipais

O núcleo local da A. I. B. recebeu do Departamento Nacional Eleitoral e Sindical, através do Departamento Provincial, as seguintes diretrizes:

CIRCULAR N.º 57  
D. N. E. S. N.º 39

I. Os candidatos a Prefeitos devem ser Integralistas, evitando-se os ilegíveis. Verificada esta hipótese o C.M. indica o candidato a Prefeitura. Ninguém merece mais confiança a A. I. B. que o Chefe do Município Integralista. Este já está habituado às responsabilidades do movimento e pelo exercício do cargo está melhor orientado para realizar o programa Integralista.

II. Quando a A. I. B. não tem força para fazer o Prefeito, ela, contudo, sufragará o nome de um Integralista para a Prefeitura.

A A. I. B. não pode entrar em acordos de qualquer espécie, porque solucionando uma questão local refletiria pessimamente nos outros Municípios. Devemos fazer com que Vereadores sufraguem nossos candidatos. Nós, entretanto, só votaremos nos Integralistas.

A orientação do Prefeito Integralista será no cumprimento da lei e na defesa da ordem pública, porque o Integralismo tem por base a disciplina social. E quem cumpre a lei e procede com honra só pode ser respeitado não importando as consequências desta atitude. O desvalor de uma Administração é consequência das arbitrariedades em que não poderá incorrer quem procede dentro das normas legais.

III. A chapa Integralista, nos Municípios, deve ser completa porque não ha conveniência que seja incompleta, pois, poderia o votante intercalar outros nomes prejudicando o quociente eleitoral.

Ha mesmo conveniência na votação da legenda «Integralismo», pois o eleitor votará na A. I. B. representada por seus candidatos.

**A Liberal-Democracia quer que o leão e o cordeiro vivam em paz sem que ninguém os incomode.**

## Vida Esportiva

REERGUIMENTO ESPORTIVO — O «POUSO ALEGRE FUTEBOL CLUBE» — OUVINDO O SR. JOSE' REBELO

«A Razão» será sempre um órgão defensor dos interesses do município de Pouso Alegre e um colaborador pequenino, mas sincero, do progresso desta cidade. Sob a orientação doutrinária do Integralismo, ele saberá discutir, com elevação e serenidade, todas as questões aqui ventiladas, visando sempre o bem estar do município e a grandeza do seu povo. Discutindo todos os assuntos referentes à vida da cidade, não podemos esquecer aquele que se relaciona com os esportes. O proprio Integralismo cuida dessa parte. A Secretaria Nacional de Educação e Cultura Moral e Cívica está em constante atividade. O desporto esportivo feito através dos nossos estádios, em tantos núcleos do Brasil, prova bem o nosso modo de encarar essa questão.

Assim, «A Razão» fará, através das suas colunas, uma campanha desinteressada em prol do esporte em Pouso Alegre, procurando elevá-lo sempre à altura do seu progresso e do seu povo.

IV. A chapa deverá constituir-se de elementos de todas as categorias sociais e profissionais, inclusive operários, lavradores, etc.

A Camara Municipal tem de receber a participação de todos os interesses, si quer representar a ordem social do Município.

Quanto à capacidade, é relativa a cada um. Ninguém melhor conhece as necessidades do operário que o operário; da lavoura que o lavrador. A Camara é o órgão onde se manifestam essas necessidades.

A chapa Integralista deverá representar o interesse econômico, político, social e religioso do Município, só podendo dela fazer parte Integralistas jurados.

Composto e impresso na Tip. Araujo—Pouso Alegre

Iniciando esse nosso trabalho, procurámos o Sr. José Rebelo, um dos membros da diretoria do Pouso Alegre Futebol Clube, desejando receber algumas informações sobre as condições do movimento esportivo nesta cidade, relativamente ao futebol. Recebemos cordialmente o sr. José Rebelo, prontificando-se a nos dar todas as informações desejadas.

A nossa pergunta sobre a situação do P. A. F. C., respondeu-nos estar, por enquanto, paralizado o seu movimento, visto o campo de jogos se achar em reparações. Falou-nos também sobre o reinício das novas provas em Abril proximo vindouro. Quanto à necessidade de uma campanha pró futebol em Pouso Alegre, falou-nos o sr. José Rebelo da colaboração de todos os jornais da cidade, incoeritando o povo a concorrer sempre para o desenvolvimento desse genero esportivo.

«A Razão», adiantamos, não poupará esforços nesse sentido.

## ~ Aos nossos leitores ~

Por motivo de deficiência de pessoal nas oficinas gráficas da «Casa Araujo», onde se imprime o nosso jornal, «A RAZÃO» sairá, provisoriamente, como quinzenário, publicando-se duas vezes por mês.

Tão logo se resolva a situação, tomará este periodico a feição de semanario, de publicação aos domingos.

A direção do jornal se empenha vivamente na realização desse objetivo, pois somente como semanario poderá «A RAZÃO» realizar sua finalidade de organ amplamente informativo e util à cidade.

Imagem 01- Jornal A Razão 1936. Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720941&pasta=ano%201936&pesq=elei%C3%A7oes%20municipais>.

O jornal a Razão era organizado em quatro colunas, e um de seus principais objetivos era, aumentar os eleitores para seu partido, desse modo poderá-lo como partidário, isto é totalmente voltado a política. E defende o integralismo de todas as maneiras possíveis, e isso fica bem visível em seus trechos, como também o horror ao comunismo, seu partido contrário. E em seus jornais eles deflagram o comunismo, com palavras agressivas, fazendo-os parecerem inúteis e perversos diante da população que lê o jornal, vejamos alguns recortes:

O integralismo e as eleições municipais

“[...] Devemos fazer com que Vereadores sufraguem nossos candidatos. Nós, entretanto, só votaremos nos Integralistas.

A orientação do Prefeito integralista será no cumprimento da lei e na defesa da ordem pública, porque o Integralismo tem por base a disciplina social.

[...] A chapa Integralista deverá representar o interesse economico, politico, social e religioso do Município, só podendo dela fazer parte Integralistas jurados [...].”

Neste recorte, os integralistas pedem apoio dos vereadores para apoiar-os nas eleições municipais, com o intuito de vencer a eleição, o apoio dos vereadores já eleitos a eles os concederia benefício, deixando isso satisfatoriamente explícito no trecho do jornal. Comprovando assim, a asserção que o jornal é totalmente partidário, e estava obtendo poder para reger a cidade, conquistando também a confiança dos cidadãos com a finalidade de eleger os candidatos integralistas. Neste trecho do jornal podemos observar uma pequena insinuação ao escrever que o prefeito integralista trabalhara na efetivação das leis, observamos uma leve insinuação de que o prefeito efetivo não estava perpetrando as leis, não possuindo disciplina social para administrar uma cidade.

Deste modo concluímos que há uma disputa pelo poder da cidade, relacionando um prefeito negligente com sua cidade, com um novo prefeito a ser eleito pelos cidadãos, que de forma ponderada efetivaria suas obrigações com a cidade, o prefeito de que o povo está precisando para melhorar a cidade, se o outro era negligente este será o prefeito ponderado.

O jornal A Razão também terá uma coluna destinada aos operários, para tentarem convencerem de que o partido integralista brasileiro traz uma melhor condição para o trabalhador, como representa o trecho abaixo:

Coluna operaria

“[...] Tu que trabalhas e sofres; que vives apreensivo e inquieto, meditando constantemente no teu futuro e no de teus filhos; que ás vezes, quando todos dormem, és dominado pela duvida e pela incerteza, é porque sabes que existe muita cousa errada no governo. Sabes que nesse regimen liberal-democrata és desprezado e passas privações. Vives num mundo e o governo noutro bem diferente.

[...] No liberalismo serás a eterna mercadoria sujeita a lei da oferta e da procura.

No comunismo serás a maquina que produz para o Estado.

No Integralismo serás um homem no seu verdadeiro elemento, com aspirações espirituais, intelectuais e materiais.

No liberalismo és o homem “cívico”, (mesmo morto de fome).

No comunismo recibes a técnica do odio.

No Integralismo aprendes a amar a Deus, a Patria e a Familia.[...].”

Observa-se no jornal “diferenças” entre o comunismo e o integralismo, de como a vida do operário vira a mudar para melhor se o prefeito integralista for eleito. E para isso agride com palavras o comunismo e defende o integralismo usando a melhoria de vida como opção, que o operário só irá granjear seus sonhos com o integralismo, colocando Deus e família para convencer, porque o integralismo é também uma doutrina ultraconservadora. O ultraconservadorismo é uma doutrina com uma visão retrograda de mundo, ou seja, não aceita as mudanças políticas e sociais do mundo. Nesse sentido o ultraconservadorismo pode ser considerado um problema pois, defende que o mundo deve ser o mesmo que 1000 anos atrás, que a sociedade deve ser patriarcal, a mulher submissa ao homem. Porém, isso acaba se tornando um problema, pois o mundo nunca

será o mesmo que mil anos atrás, é quase impossível querer que o mundo seja um lugar retrogrado, pois o mesmo está e sempre estará em constante mudança, a sociedade muda, o mundo está em constante transformação. E é por essa razão que a igreja vai apoiar o integralismo, porque a mesma defende o ultraconservadorismo. E por esse motivo os integralistas simpatiza-se e defende a igreja, pois percebe que a igreja é seu ponto de apoio, por ela defender essa doutrina ultraconservadora, sendo assim os integralistas encontram um forte aliado, que tem um poder imenso sobre a população.

Sobre o comunismo é dito ao contrário, técnica do ódio são as palavras que o definem, sendo demonizado diante dos leitores. Isso se dá pelo comunismo buscar uma sociedade mais justa e sem desigualdades sociais. Deste modo entendemos o porquê de o comunismo ser visto como algo do demônio. É porque ele prega a igualdade, e a igreja não quer perder o seu poder, por isso ela é contra. Acontece também que todos têm medo de mudar, e o que o comunismo prega é a mudança, por esse motivo é que os integralistas iram ofender de todas as maneiras possíveis o comunismo, porque ele prega a mudança e o integralismo não, o integralismo prega uma doutrina retrograda.

O jornal a Razão, traz uma coluna operaria, já com a intenção de conseguir mais apoio, pois sempre a classe dos operários será a que terá mais eleitores. Deste modo, vemos novamente, mais uma ideia audaciosa de conseguir chegar ao poder, por meio do operariado.

### 3.1 A Semana Religiosa

Órgão oficial da Diocese de Pouso Alegre- MG. Em 07 de outubro de 1916 é publicado o primeiro número do jornal a Semana Religiosa, primeiramente seu formato era 39x29, com cinco colunas. Teve vários redatores entre eles: Doutor João Chagas de Miranda, Doutor Mário casassanta, Cônego Aristeu Lopes, e Cônego João Aristides De Oliveira, seu editor Rozendo De Souza Nogueira, era um jornal de assinatura, por dez cruzeiros você tinha o exemplar em mãos, circulava todos os sábados. Seu último formato era 58x38, e vinha em seis colunas, divididas em assuntos diversificados mas voltados para a igreja, para Pouso Alegre e o que ocorria em volta de sua região, com uma coluna para os colaboradores do jornal, havia também uma coluna para o evangelho do dia, mostrando assim o intuito de expandir a religião, com a fé. A seguir será analisado um trecho do jornal do dia 22 de julho de 1833, que se intitula “O canto da sereia”.

#### O Canto da Sereia

“Fallando ao operário desta cidade, o Dr Vinicius Meyer teve a feliz oportunidade advertil-os contra o canto da sereia da ilusão comunista, cujas promessas sedutoras poderiam facilmente enlear os incautos, envolvendo-os num labirinto de males excessivamente grandes sem a menor compensação possível.

Isto de affirmarem os communistas que a fazenda não pertence ao fazendeiro mas ao Estado, que o dinheiro não pertence ao capitalista mas a todos em geral, não passa de uma utopia e de uma grande patifaria.

Utopia, porque não haverá no mundo inteiro um só genio capaz de desfazer a natural desigualdade de condições existente entre os homens. Quando conseguissem equalar as propriedades, jamais conseguiriam, entretanto, unificar, num modelo unico, as qualidades mentaes e o desequilíbrio da razão humana. [...]”

Após ler o trecho acima, com a matéria denominada “O canto da sereia”, podemos ver que o escritor faz uma ironia ao ligar o canto da sereia que atrai os marinheiros para mata-los com o comunismo que segundo eles querem enganar toda

população com uma visão de mundo diferenciada, de igualdade a todos. A semana religiosa critica o comunismo desse modo concluímos que o comunismo não era apoiado por esse jornal. Suas críticas ao comunismo são bem duras e diretas, mostrando que a igreja e seu poder imensurável é partidária, mas não apoia o comunismo, deve apoiar outro partido. Ao criticar o comunismo fazendo críticas ligadas ao capitalismo de que o mundo nunca irá mudar será sempre capitalista, uns tem mais que outros, porém a igreja tem seus interesses pois ela não vai querer dividir seu dinheiro com o governo, sendo assim ela não irá apoiar o comunismo.

Sabemos que a igreja apoiava o integralismo, por ser uma doutrina ultraconservadora, porém o jornal a semana religiosa deixa implícito se apoia ou não o integralismo. E também como o jornal a “Razão”, a “Semana Religiosa” agride e menospreza o comunismo, denegrindo sua imagem perante a população. Isso se dá porque o comunismo é contra a religião, eles apoiam que a religião deve ser destruída, pois a igreja detém muito poder, e para uma sociedade mais justa e constante a igreja deveria perder seu poder.

Novamente os operários é colocado no trecho do jornal, isso porque o operariado é uma grande massa popular, e como o que eles estão procurando são eleitores, vão usar do operariado para conseguir o que quer. Para isto, tentam “abrir os olhos” da população pouso alegreense, usando como ponto de apoio os operários.

A reforma agrária será utilizada de forma distorcida pelo jornal a Semana Religiosa, para eles a reforma agrária seria uma forma do Estado furta as terras de grandes fazendeiros. Mas afinal de contas o que é a reforma agrária? A reforma agrária tem por seu objetivo redistribuir as propriedades rurais. Esse processo é realizado pelo Estado, que compra ou desapropria terras de grandes latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, cuja maior parte aproveitável não é utilizada) e distribui lotes de terras para famílias camponesas. Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Entretanto, esse estatuto não é posto em prática, visto que várias famílias camponesas são expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por grandes latifundiários. Desse modo é só mais uma lei que não saiu do papel. Enfim no trecho acima se defende a desigualdade social, para poder menosprezar o comunismo manifestando sua ideia contra a reforma agrária, e também defendendo que nunca será possível alguém mudar a desigualdade social em nosso país.

### **Considerações Finais.**

No decorrer dessa escrita pode se perceber a construção de uma discursividade política e religiosa que tem como finalidade, dar sentido a novas formas de constituição do país, pautados em uma doutrina tradicionalista. Foi possível perceber também o embate político que Pouso Alegre passava naquela década através dos periódicos “A Razão” e a “Semana Religiosa”, que por sua vez são de cunho crítico e noticioso. O embate se dá pelo fato da política, e ao analisar os jornais, um totalmente partidário e outro religioso pode se perceber que ambos tem um adversário em comum, que seria o comunismo, pois os dois jornais acreditam que o comunismo é algo do mal e que precisa o partido comunista precisa acabar, para isso usam da linguagem e da escrita para menosprezar o comunismo, fazendo-o parecer sutil para os eleitores.

A cidade acaba por se tornar palco de diversos acontecimentos políticos e religiosos, com a intenção de conquistar o poder da cidade. Também pode se dizer que Pouso Alegre foi influenciada pela revolução, mas é mais correto falar que Pouso Alegre passou por um processo modernizador, pois não houve revolução em Pouso Alegre, isso foi comprovado por uma breve análise dos jornais. A análise de discurso foi de

suma importância pois foi através dela que foi possível perceber os diferentes sujeitos inseridos nos periódicos. Como proposto foi realizado nessa pesquisa a análise da construção discursiva na imprensa de Pouso Alegre dando ênfase na população empobrecida, trazendo como foi esse processo de modernidade.

Desse modo, trabalhar através do viés da Análise de Discurso e da História se fez fundamental para avançarmos no estudo das formações discursivas que, por sua vez, demonstra como os periódicos delimitam, divulgam e regulam interesses da sociedade. Ao se deparar com o corpus, percebeu-se, sua superfície histórica e linguística, a construção e divulgação de uma discursividade política e religiosa que tem como finalidade dar sentido a novas formas de constituição do país, pautadas em uma nova doutrina política de inspiração tradicionalista, ultraconservadora, inspirada na Doutrina Social da Igreja Católica.

## Referências

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. **Arquivo e memória: uma relação indissociável**. TransInformação, Campinas, 21(1): p. 55-61, jan./abr., 2009.

BORGES, Luiz C. **Língua, museu e discurso: entremeios e descaminhos de uma exposição no Museu da Língua Portuguesa**. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 257-284, jan./jun. 2013.

CRUZ, H. F; PEIXOTO, M.R.C. **Na Oficina do Historiador: Conversas sobre história e imprensa**. In: Revista Projeto História. São Paulo: Educ, 2007.

DOMINGUES, Andrea Silva. CARROZZA, Newton Guilherme. Algumas cuestiones metodológicas: Historia Oral, discurso y memoria. In: **Anais de artigos completos de XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de História**. Mendoza-Argentina. UNCUIYO, 2013.

ENNE, Ana Lucia S. **Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional**. Revistas Fronteiras\_ Estudos midiáticos. VL (2): 101-116, julho/dezembro 2004.

FATORELLI Carlos. **A REVOLUÇÃO DE 32 COMEÇOU EM 30 E CULMINOU COM O GOLPE DE 64**. Disponível em : <http://carlosfatorelli27013.blogspot.com.br/2015/04/a-revolucao-de-32-comecou-em-30-e.html> Acesso em 15/11/2017.

FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e História Social**. Historiografia e Pesquisa. In: Revista Projeto História. São Paulo: Educ, 1993, P. 73-91.

FRANÇA, Thyago Madeira. **UM OLHAR SOBRE O CONCEITO DE MEMÓRIA DISCURSIVA DE MICHE PÊCHEUX**. INTERLETRAS, ISSN Nº 1807-1597. V. 4, Edição número 22, de Outubro/2015 a Março, / 2016.

Jornal A Razão, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720941&pasta=ano%20193&pesq=elei%C3%A7oes%20municipais>. Acesso em 02/02/2018

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França**. São Paulo, Global, 1986.

MELLO, Alessandra Mara Rosa. **Discurso, História e Memória: A Revolução de 32 no Museu Histórico Municipal Tuany Toledo**. Pouso Alegre-MG. 2017.

- ORLANDI, Eni P. **Análise De Discurso**. 9ª Edição. Pontes. Campinas-SP. 2010.
- ORLANDI, Eni P. (Org.). **Discurso Fundador A formação do país e a construção da identidade nacional**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **Discursos e Museus: Da Memória e do Esquecimento**. Revista de estudos do discurso. Vol, 9. Jul/ 2014. Disponível em <<http://www.entremeios.inf.br>>.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. In: LUCA, Tania Regina De. **FONTES IMPRESSAS**; História dos, nós e por meio dos periódicos. P. 111. 2ª Edição. Contexto. São Paulo. 2008.
- PINTO, Suely Lima de Assis. **MUSEU E ARQUIVO COMO LUGARES DE MEMÓRIA**. MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol.I1, nº3, maio/junho de 2013.
- PINTO, Tales Dos Santos. **"O que é Integralismo?"**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-integralismo.htm>>. Acesso em 21 de novembro de 2017.
- SOUZA, Olimpia Maluf. **Cidade, Discurso e Ideologia**. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/OlimpiaMalufSouza.pdf> Acesso Em 15/11/2017
- WILLIAMS, Raymond Williams. **Raymond Williams – O Pensador da Cultura**. Disponível em: <http://culturadetravesseiro.blogspot.com.br/2012/11/osestudos-culturais-tem-em-raymond.html> Acesso em 19/09/2017.

# ÍNDICE REMISSIVO

---

## A

Análise de discurso · 6, 118, 175, 249, 250, 254, 256, 262

---

## C

Cidade · 4, 8, 9, 10, 11, 19, 24, 33, 39, 45, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 79, 94, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 128, 137, 145, 175, 178, 183, 185, 186, 188, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 218, 239, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 259, 260, 262

Cinema · 10, 34, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 84, 85, 118, 120, 122, 126, 214, 226, 228, 229, 230

Contexto histórico · 8, 41, 59, 67, 127, 133, 135, 136, 251

---

## D

Discurso · 9, 11, 12, 13, 14, 17, 21, 27, 30, 46, 47, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 78, 79, 82, 84, 111, 114, 116, 118, 125, 165, 166, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 200, 224, 226, 228, 231, 241, 247, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 262, 263

Ditadura civil militar · 8

Dito · 7, 47, 54, 70, 83, 178, 181, 201, 228, 235, 249, 251, 254, 255, 260

---

## E

educação · 6, 10, 19, 43, 87, 88, 119, 133, 144, 148, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 181, 183, 224, 225, 226, 227, 230, 236, 241, 246

Ensino · 1, 3, 6, 7, 8, 9, 23, 24, 43, 81, 86, 87, 89, 92, 95, 100, 101, 133, 135, 144, 145, 146, 147, 163, 167, 170, 175, 176, 178, 179, 181, 183, 199, 247, 256

Escravidão · 7, 25, 48, 52, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 90, 91, 93, 99, 100, 104, 140, 172, 173, 178, 225, 230, 233, 234, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246

Estudo · 7, 15, 29, 32, 34, 41, 55, 68, 69, 73, 86, 88, 103, 105, 111, 115, 132, 134, 146, 149, 165, 166, 174, 179, 187, 200, 202, 211, 230, 231, 233, 234, 238, 249, 254, 255, 256, 262

---

## F

Fé · 10, 173, 189, 191, 196, 200, 210, 212, 233, 260

Festa · 9, 10, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 248

---

## H

História · 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 41, 42, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 140, 143, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 154, 159, 160, 163, 165, 166, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 205, 207, 212, 213, 214, 215, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 262, 263

Historiador · 6, 11, 12, 13, 14, 31, 54, 66, 68, 69, 83, 84, 87, 91, 105, 109, 163, 197, 200, 201, 212, 233, 235, 249

Historicidade · 6, 13, 71, 105, 111, 134, 135, 169, 200, 201, 253, 254

Historiografia · 7, 13, 14, 41, 48, 54, 56, 57, 59, 91, 104, 106, 143, 145, 160, 180, 186, 231, 234

---

## I

Igreja · 9, 10, 47, 185, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 199, 203, 204, 206, 208, 211, 262

Imprensa · 10, 11, 13, 16, 49, 53, 66, 111, 116, 198, 211, 212, 214, 215, 222, 223, 225, 228, 230, 231, 234, 247, 248, 255

Informações · 10, 13, 33, 46, 49, 68, 72, 73, 75, 78, 91, 96, 118, 149, 192, 203, 205, 215, 223, 226, 228, 236, 253, 256

Instituição · 6, 13, 54, 57, 105, 111, 123, 204, 206, 211, 222, 243, 252

Interpretação · 11, 13, 69, 71, 77, 130, 166, 180, 188, 249, 250, 251, 253, 256, 257

---

## J

Jogos · 8, 65, 119, 120, 123, 125, 126, 131

Jornal · 7, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 91, 105, 109, 166, 172, 209, 217, 218, 219, 228, 230, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 251, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261

---

## L

Liberdade · 7, 22, 23, 24, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 64, 65, 67, 73, 74, 78, 82, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 99, 101, 124, 133, 137, 141, 157, 163, 172, 219, 221, 234, 236, 237, 238, 240, 241, 246

Linguagem · 3  
Livro didático · 8, 9, 87, 88, 91, 92, 95, 96, 97, 100, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 163, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182

---

## M

Memória · 4, 6, 9, 14, 16, 28, 34, 50, 59, 65, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 79, 82, 84, 87, 88, 100, 103, 106, 107, 108, 110, 111, 116, 134, 137, 138, 140, 141, 145, 146, 151, 154, 160, 162, 163, 166, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 188, 192, 193, 194, 197, 200, 201, 203, 205, 207, 212, 222, 227, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 262  
Memórias · 8, 9, 10, 29, 42, 50, 83, 86, 87, 88, 89, 92, 101, 105, 106, 107, 108, 115, 133, 134, 143, 154, 185, 186, 187, 188, 192, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 210, 211, 212, 227, 235, 248, 251, 252, 253, 254, 256  
Metodologias · 6, 12, 13, 14, 48  
Moradores · 8, 105, 110, 113, 114, 116, 161, 193, 194, 209  
Mulher · 8, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 110, 111, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 260  
Mulheres · 7, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 51, 76, 77, 90, 93, 95, 110, 111, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 191, 195, 200, 202, 244

---

## N

Narratividade · 8, 67, 70, 71, 72, 79, 83, 84, 85

---

## P

Pesquisa · 1, 3, 6, 12, 13, 14, 20, 28, 31, 41, 43, 54, 58, 60, 65, 66, 68, 86, 101, 105, 107, 115, 116, 118, 123, 144, 163, 174, 175, 176, 181, 185, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 212, 213, 230, 233, 234, 235, 237, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 262, 263  
Político · 11, 17, 26, 27, 46, 48, 49, 52, 54, 65, 67, 71, 73, 74, 78, 82, 83, 88, 107, 108, 133, 141, 142, 143, 145, 148, 160, 169, 173, 176, 186, 216, 219, 231, 239, 240, 243, 249, 255, 257, 262  
Práticas culturais · 7, 9, 10, 14, 16, 108, 187, 200, 201, 233, 235  
Propaganda · 10, 67, 77, 91, 132, 214, 215, 220, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 240

---

## R

Religiosidade · 10, 186, 196, 199, 200, 206, 211  
Representação · 7, 9, 72, 91, 179

Representações · 7, 8, 9, 15, 32, 33, 41, 42, 91, 118, 121, 123, 125, 126, 131, 133, 134, 135, 143, 146, 154, 165, 179, 180, 185, 191, 197, 221, 229, 234

---

## S

Sentido · 8, 9, 18, 19, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 65, 71, 103, 107, 109, 110, 112, 114, 117, 119, 122, 123, 134, 135, 136, 137, 146, 150, 152, 154, 156, 160, 163, 167, 170, 173, 176, 177, 180, 181, 183, 188, 201, 204, 216, 226, 235, 250, 251, 254, 255, 260, 262  
Sociedade · 9, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 26, 27, 28, 32, 36, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 56, 57, 58, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 87, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 109, 111, 112, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 133, 134, 140, 141, 143, 145, 149, 150, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 200, 201, 202, 206, 214, 218, 221, 225, 228, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262  
Sujeitos · 6, 7, 8, 10, 13, 14, 15, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 126, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 143, 146, 149, 150, 155, 160, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 208, 209, 211, 233, 234, 235, 236, 238, 244, 245, 246, 249, 255, 262  
Sujeitos Sociais · 9

---

## T

Teatro · 10, 23, 24, 74, 229, 230  
Tradição · 10, 19, 120, 151, 177, 197, 200, 201

---

## V

Versões · 8, 14, 71, 108, 188, 192, 202, 207, 245

## SOBRE OS AUTORES

Ana Eugênia Nunes de Andrade - Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (2012); área de concentração: linguagem e sociedade; linha de pesquisa: análise de discurso. Especialização em Historiografia pela Univás (1996). Graduação em Jornalismo (1992) e História (1998) pela Univás. Atua na área da docência na Univás desde 1992. Atualmente desenvolve no Programa de Pós-graduação de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) a pesquisa de doutorado 'O cotidiano nas ruas centrais de Pouso Alegre/MG (1880-1920)'.

Andrea Domingues - Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (2016). Atualmente é Pró-reitora de Pósgraduação e Pesquisa, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, professora titular do Curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Pesquisadora e orientadora de diversos projetos de pesquisa de iniciação científica financiados pela FAPEMIG. Professora, pesquisadora colaboradora eventual do Programa de Pósgraduação em Educação e cultura do campus Universitário do Tocantins - Cametá, da Universidade Federal do Pará. Desenvolve projetos de pesquisa com foco em Análise de Discurso, Cultura e Sociabilidade, Memória, Campo e Cidade, Língua e Ensino. Tem experiência na área de História e Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, cidade, memória, história, discurso, migração, festejos populares, etnia, identidade, cultura afro brasileira, questões indígenas, leis educacionais, história e imprensa, história e memória, pratica de ensino em história, pesquisa e metodologia.

Artur José da Silva Vilela - Graduando em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS - Pouso Alegre/MG). Discute o humor como ferramenta política na luta pela abolição na imprensa alternativa, bem como o protagonismo de homens negros livres neste processo, utilizando como fonte principal o jornal "Os Ferrões" redigido por José do Patrocínio e Demerval da Fonseca. Contato: [r.arturvilela@gmail.com](mailto:r.arturvilela@gmail.com)

Arthur Luis Ferrari Zenun - Graduando em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS - Pouso Alegre-MG). Discute diversas questões incluindo os fatos históricos representados nas músicas, tem uma narrativa objetiva, estuda o real valor da civilização ocidental e da alta cultura europeia. Contato: [arthurvandrac@outlook.com](mailto:arthurvandrac@outlook.com)

Atilio Catosso Salles - Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso (2012), Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (2014) e Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (2017). Atualmente faz estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Univás e é pesquisador do grupo de pesquisa Discurso, individuação do sujeito e processos identitários - Espaço, Acontecimento e memória no Sul Mineiro, vinculado à Universidade do Vale do Sapucaí/ Unicamp, e do Grupo de Pesquisa Cartografias da Linguagem (CNPq), institucionalizado pela

UNEMAT. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise de Discurso, discurso e performance, memória, narratividade fílmica, arte, efeito presença e corpo. Contato: [atliocs@gmail.com](mailto:atliocs@gmail.com)

Arielle Fernandes Tsunoda - Graduanda em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS - Pouso Alegre/MG). Discute a atuação da mulher em diferentes espaços (nos lares, nos presídios e na política brasileira) e tempos (no contexto de formação dos discursos a cerca da mulher, na Ditadura Civil-Militar, no período de reconstrução da democracia e os resquícios nos dias atuais). Contato: [arielle\\_tsunoda@live.jp](mailto:arielle_tsunoda@live.jp)

Bárbara Oliveira da Silva Pascoal - Graduanda em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS - Pouso Alegre/MG). Discute a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, compreendendo as diversas formas de resistências, na região de Ouro Fino, Sul de Minas Gerais. Participou como bolsista do Programa de Iniciação à Docência Pibid/Univás (2017/2018). Contato: [BaaPascoal@hotmail.com](mailto:BaaPascoal@hotmail.com)

César Augusto de Lima - Graduando em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Discute o processo de constituição da narratividade cinematográfica em "Meteorango Kid - O herói intergalático", filme de 1969. Contato: [cesaraugustodelima@yahoo.com.br](mailto:cesaraugustodelima@yahoo.com.br)

Cláudio Gleyciano Costa Colombari - Graduando em história pela Universidade do Vale do Sapucaí ( UNIVAS – Pouso Alegre/MG ) . Discute o negro na guerra do Paraguai: presença e ausência no livro didático de história ( A importância do ensino de história e a presença do negro na Guerra do Paraguai no contexto ( participação do negro no confronto da guerra do Paraguai 1864-1870 onde este participa de um dos maiores confrontos da América do Sul onde o negro busca sua liberdade promessa feita a este para entrar no confronto ) contato: [claudiocostacolombari@gmail.com](mailto:claudiocostacolombari@gmail.com)

Cleyton Antônio da Costa – Professor Colaborador da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Docente do Curso de História. Doutorando em Ciências da Linguagem (Univás), Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em História pela Universidade do Vale do Sapucaí. Discute Cultura, Cidade, Memória, Festejos e Ensino de História. Contato: [cleytoncac@yahoo.com.br](mailto:cleytoncac@yahoo.com.br)

Débora Massmann - É docente permanente e coordenadora adjunta do Programa de PósGraduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). É doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), mestre e graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral em Semântica no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). Orienta trabalhos nos níveis de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Tem experiência em Teorias Linguísticas principalmente na área de semântica, análise de discurso, retórica e argumentação. Em suas pesquisas, destaca-se o interesse pelo funcionamento do discurso jurídico, político e artístico. Contato: [debora.massmann@univas.edu.br](mailto:debora.massmann@univas.edu.br)

Edran Blayner Januário de Souza - É graduando em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS- Pouso Alegre/MG). Participou do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica da Universidade do Vale do Sapucaí – PIBIC-

Voluntário/Univás, sob a orientação do Professor Cleyton Antônio da Costa como projeto intitulado “História e memória: O rio Sapucaí na cidade de Santa Rita do Sapucaí - MG”. Discute sobre as Práticas, Memórias e Discursos contidos na imprensa local acerca do Rio Sapucaí na cidade de Santa Rita do Sapucaí. Contato: [edranjanuário@hotmail.com](mailto:edranjanuário@hotmail.com)

Elizabete Maria Espíndola - Possui Licenciatura e Bacharelado em História, Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência em pesquisa com os temas: História das Mulheres, Gênero, Raça e Racismo.

Hellen Narciso Aguiar Cordeiro - Graduanda em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás – Pouso Alegre/MG). Foi Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência Discute(PIBID). Discute a representação do feminino nos videogames analisando o contexto de personagens femininas protagonistas nos jogos junto a historicização do corpo feminino nas novas mídias e questões em torno da presença/ausência da mulher nos jogos de videogames. Contato: [juh.hellen5@gmail.com](mailto:juh.hellen5@gmail.com)

Isadora Villela Campos - Graduanda em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS - Pouso Alegre/MG). Discute a representação dos sujeitos sociais nos movimentos de contestação do Período Regencial no Brasil dentro do livro didático "Projeto Mosaico - História" destinado ao 8º ano do Ensino Fundamental . Assim como a construção de uma memória que abafa a resistência popular em detrimento de grandes acontecimentos e grandes nomes.

Jacqueline Jenifer de Lima - Graduanda em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás – Pouso Alegre/MG). Discute o Genocídio Armênio, problematizando o silenciamento sobre este e seu apagamento das páginas do livro didático de História. Contato: [jacqjeny@hotmail.com](mailto:jacqjeny@hotmail.com)

José Augusto de Sousa - Graduando em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS - Pouso Alegre/MG). Discute a representação da mulher no material didático pedagógico das escolas particulares de Pouso Alegre- MG. Nós afiliamos, a uma discussão teórico metodológica da história social e da análise de discurso; problematizando conceitos importantes como memória história, memória discursiva e ideológica. Contato: [zeaugusto0333@gmail.com](mailto:zeaugusto0333@gmail.com)

Luis Fernando Nogueira dos Santos - É graduando do Curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) de Pouso Alegre/MG. Participou do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica da Universidade do Vale do Sapucaí – PIBIC-Voluntário/Univás, sob a orientação do Professor Cleyton Antônio da Costa como projeto intitulado “Festa da Padroeira Sant`Ana de Silvianópolis/MG: Tradição, Cidade e Memória”. Discute Festa, Memória e Cultura. Contato: [luisfernandonogueira95@hotmail.com](mailto:luisfernandonogueira95@hotmail.com)

Michele Aline da Silva - É graduanda em história pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS – Pouso Alegre-MG). Participou do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC-Voluntário/Univás, sob a orientação do Prof. Cleyton Antônio da Costa com o projeto intitulado “ Memória e cidade: O festejo de Santa Rita no município de Santa Rita do Sapucaí”. Discute as experiências e memórias da festa de 22 de maio na cidade de Santa Rita do Sapucaí-MG. Contato: [mi.ofsday@gmail.com](mailto:mi.ofsday@gmail.com)

Rafaella de Matos Reis - Graduanda em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS - Pouso Alegre/MG). Discute a ditadura do Estado Novo no Brasil, procurando entender a conjuntura política, cultural e social desse período. Sempre buscando os diferentes olhares, os diferentes ecos que ressoam da ditadura, evidenciando a resistência e o não dito e descortinando as atrocidades do regime como a censura, as torturas e as perseguições. Contato: [rafaella\\_matos22@hotmail.com](mailto:rafaella_matos22@hotmail.com)

Raiane Gabriela dos Santos Pereira - Graduanda em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS - Pouso Alegre/MG). Discute a participação dos negros na Imprensa carioca, na qualidade de autores/ notícias, suas lutas e conquistas através das leis do Ventre Livre, Sexagenários e Lei Áurea, em tempos de abolição, período compreendido entre 1870 à 1890. Contato: [raianegp66@gmail.com](mailto:raianegp66@gmail.com)

Thainá Santos Pascoal - Graduanda em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS - Pouso Alegre/MG). Discute a construção do discurso político, religioso e social realizado pela imprensa na cidade de Pouso Alegre (MG) na década de 30, através dos jornais que circulavam pela cidade. Contato: [thainapascoal75@gmail.com](mailto:thainapascoal75@gmail.com)

**UNIVÁS**

